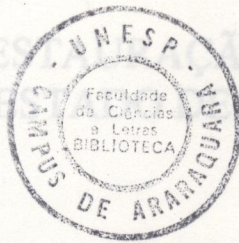


113

OSMAR OSSIS GOBATTO

Osmar Ossis Gobatto



REVOLTA DE 1902 NO ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO JULGADORA

A REVOLTA MONARQUISTA DE 1902 NO ESTADO DE SÃO PAULO

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

Presidente _____
 Orientador _____
 1º Examinador *Henrique Bonifaz*
 2º Examinador *Quero*
 3º Examinador *Gobatto*
 4º Examinador _____

Araraquara, 2000
113
Araraquara, 2000

Araraquara, de _____ de 2000

1686

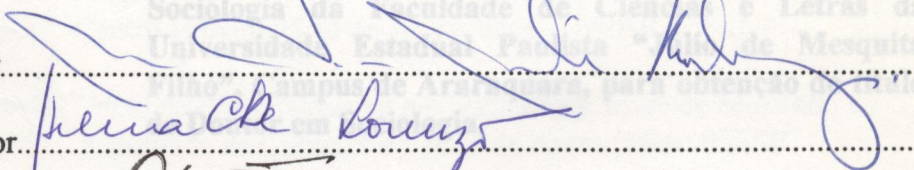
OSMAR OSSIS GOBATTO

A REVOLTA DE RESTAURAÇÃO MONARQUISTA DE 1902 NO ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO JULGADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita

Presidente 

Orientador.....

2º Examinador.....

3º Examinador.....

4º Examinador.....

5º Examinador.....

Araraquara

2000

Araraquara, de de 2000

RETOMBADO
#1594

OSMAR OSSIS GOBATTO

OSMAR OSSIS GOBATTO

NASCIMENTO 5.8.1938 - ARARAQUARA/SP

FILIAÇÃO Olívio Gobatto

A REVOLTA MONARQUISTA DE 1902 NO ESTADO DE SÃO PAULO

1970/1973 Curso de Graduação (Ciências Sociais)
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara -
UNESP

1979-1980 Curso de Graduação (Geografia)
Faculdades Barão de Mauá de Ribeirão Preto

1979/1986 Professor da Faculdade de Serviço Social de Araraquara

1981/1982 Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) Especialização por Tutoria
em Economia Brasileira - CAPES/Universidade de Brasília

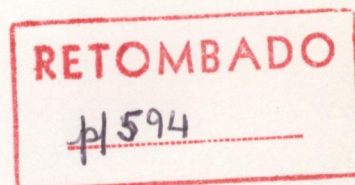
1984/2000 Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Campus de Araraquara, para obtenção do título
de Doutor em Sociologia.

1996/1997 Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) Especialização em
Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara-UNESP.

1998/2000 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy



Araraquara
2000



DADOS CURRICULARES

OSMAR OSSIS GOBATTO

- NASCIMENTO 5.8.1938 - ARARAQUARA/SP
FILIAÇÃO Olívio Gobatto
Percedes Signorelli Gobatto
- 1970/1973 Curso de Graduação (Ciências Sociais)
Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara -
UNESP
- 1979-1980 Curso de Graduação (Geografia)
Faculdades Barão de Mauá de Ribeirão Preto
- 1979/1986 Professor da Faculdade de Serviço Social de Araraquara
- 1981/1982 Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) Especialização por Tutoria
em Economia Brasileira - CAPES/Universidade de Brasília
- 1984/2000 Professor do Departamento de Ciências Humanas e Sociais do
Centro Universitário de Araraquara - UNIARA
- 1996/1997 Curso de Pós-Graduação em Sociologia, nível de Mestrado na
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara-UNESP.
- 1998/2000 Curso de Pós-Graduação em Sociologia, nível de Doutorado, na
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara-UNESP

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com a colaboração de várias pessoas. Dentre elas destacamos e agradecemos de forma particular:

à Prof.^a Dr.^a Maria Teresa Miceli Kerbauy que através de sua orientação clara e competente conseguimos assimilar as correções e as críticas, que foram necessárias na consistência de nossa tese;

à Prof.^a Dr.^a Helena Carvalho de Lorenzo e ao Prof. Dr. Oswaldo Truzzi, pelas sugestões apresentadas por ocasião do exame de qualificação, e que foram essenciais à finalização do trabalho;

à Prof.^a Dr.^a Ana Maria Martinez Corrêa, pela leitura preliminar e pelas sugestões que permitiram corrigir e aprimorar a tese;

ao prezado amigo Milve Peria, pela contribuição de material e informações sobre a revolta monarquista ocorrida em Ribeirãozinho (Taquaritinga);

à Dr.^a Rosa Guido Este trabalho é dedicado à minha família.
Professora de Espírito Santo do Pinhal, pela atenção que dispensou e pelo material de pesquisa fornecido sobre a revolta monarquista em Espírito Santo do Pinhal;

à ex-aluna da Uniará, Paula Ferrari Micalli, que a meu pedido, pesquisou sobre a revolta de Ribeirãozinho (Taquaritinga);

aos diretores e funcionários dos Departamentos de Cultura, museus e bibliotecas dos municípios de Araras, Araraquara, Espírito Santo do Pinhal, Ilhabela, Itápolis, Matão, Mogi-Mirim, São Carlos, Santa Ernestina, Rio Claro, São João Bonito e Taquaritinga pelas atenções que dispensaram por ocasião das minhas pesquisas.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com a colaboração de várias pessoas. Dentre elas destacamos e agradecemos de forma particular:

à Prof^a. Dr.^a Maria Teresa Miceli Kerbauy que através de sua orientação séria e competente conseguimos assimilar as correções e as críticas, que foram necessárias na consistência de nossa tese;

à Prof^a. Dr.^a Helena Carvalho de Lorenzo e ao Prof. Dr. Oswaldo Truzzi, pelas sugestões apresentadas por ocasião do exame de qualificação, e que foram essenciais à finalização do trabalho;

à Prof^a. Dr.^a Ana Maria Martinez Corrêa, pela leitura preliminar e pelas sugestões que permitiram corrigir e aprimorar a tese;

ao prezado amigo Milve Peria, pela contribuição de material e informações sobre a revolta monarquista ocorrida em Ribeirãozinho (Taquaritinga);

à Dr.^a Rosa Guido Tumela, diretora do Departamento de Cultura da Prefeitura de Espírito Santo do Pinhal, pela atenção que dispensou e pelo material de pesquisa fornecido sobre a revolta monarquista em Espírito Santo do Pinhal;

à ex-aluna da Uniara, Paula Ferrari Micalli, que a meu pedido, pesquisou sobre a revolta de Ribeirãozinho (Taquaritinga);

aos diretores e funcionários dos Departamentos de Cultura, museus e bibliotecas dos municípios de Araras, Araraquara, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Itápolis, Matão, Mogi-Mirim, São Carlos, Santa Ernestina, Rio Claro, Ribeirão Bonito e Taquaritinga pelas atenções que dispensaram por ocasião das nossas pesquisas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	26
O IMPÉRIO IMPERIAL E O FIM DO SEGUNDO IMPÉRIO	
1. O Império e a atuação da elite imperial	
2. As transformações económicas e políticas	
3. O fim do Império	
CAPÍTULO II.....	64
A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL	
1. As primeiras fases da República	
2. Os republicanos e as tramas monarquistas	
3. A política dos Governadores	
CAPÍTULO III.....	112
AS INSPIRAÇÕES E A REVOLTA MONARQUISTA DE 1902	
1. O desenvolvimento da economia cafeeira	
2. Os grupos e as articulações da revolta	
3. A preparação da revolta	
CAPÍTULO IV.....	168
A REVOLTA MONARQUISTA DE 1902 NA REGIÃO DE ARARAQUARA	
1. O contexto da revolta	
2. A revolta em Araraquara	
3. O fim da revolta	
CAPÍTULO V.....	214
O IMPÉRIO	
1. O Império	
2. O Império	
3. O Império	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	244

O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana.

Eric Hobsbawm

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I.....	26
A ELITE IMPERIAL E O FIM DO SEGUNDO IMPÉRIO	
1 - A origem e atuação da elite imperial	
2 - As transformações econômicas e políticas	
3 - O fim do Império	
CAPÍTULO II.....	64
A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL	
1 - As primeiras fases da República	
2 - Os republicanos e as tramas monarquistas	
3 - A Política dos Governadores	
CAPÍTULO III.....	112
AS CONSPIRAÇÕES E A REVOLTA MONARQUISTA DE 1902	
1 - A crise da economia cafeeira	
2 - As origens e as articulações da revolta	
3 - A propagação da revolta	
CAPÍTULO IV.....	168
A REVOLTA MONARQUISTA DE 1902 NA REGIÃO DE ARARAQUARA	
1 - A crise econômica e política na região	
2 - As composições familiares na revolta	
3 - A revolta em Ribeirãozinho	
CAPÍTULO V.....	214
O DESFECHO	
1 - A denúncia	
2 - O processo	
3 - O fim dos movimentos monarquistas	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	239
REFERÊNCIAS	
BIBLIOGRÁFICAS.....	244

INTRODUÇÃO

LISTA DE TABELAS

O objetivo de nosso trabalho é analisar o movimento de restauração monarquista, ocorrido em 1902, no Estado de São Paulo, onde os fatos de maior relevância aconteceram na região de Araraquara, principalmente em

Tabela 1 - Preços do café nos mercados externo e interno 1889-1900 117

Tabela 2 - Transações de imóveis urbanos em Araraquara (1890- 1902) 172

Minas Gerais. O movimento revolucionário atingiu outras cidades do interior paulista com manifestações de menor intensidade: Araraquara, Araras, Boa Vista das Pedras (Itápolis), Franca, Limeira, Matão, Mogi Mirim, Rio Claro, São Carlos e Santa Ernestina. Na época em que ocorreram essas revoltas no interior paulista, as regiões de Araraquara e Espírito Santo do Pinhal tinham uma importância acentuada na economia cafeeira paulista.

Os acontecimentos desencadeados na revolta de restauração monarquista de 1902, foram analisados no sentido de reconstituir o ambiente econômico e político de atuação desses sujeitos históricos-sociais que, em determinados momentos de suas vidas, articularam as conspirações e as tramas de um movimento de restauração monarquista, que tem sido pouco estudado pela historiografia brasileira. Consideramos também que esse episódio representou um dos percursos que a consolidação republicana teve que enfrentar, mas que não abalou a estabilidade da República.

INTRODUÇÃO

O objetivo de nosso trabalho é analisar o movimento de restauração monarquista, ocorrido em 1902, no Estado de São Paulo, onde os fatos de maior relevância aconteceram na região de Araraquara, principalmente em Ribeirãozinho, atualmente Taquaritinga, localizada no Centro-Oeste do Estado de São Paulo, a 60 quilômetros de Araraquara; e na região de Espírito Santo do Pinhal, situada próxima à divisa do Estado de São Paulo, com o Sul do Estado de Minas Gerais. O movimento revolucionário atingiu outras cidades do interior paulista com manifestações de menor intensidade: Araraquara, Araras, Boa Vista das Pedras (Itápolis), Franca, Limeira, Matão, Mogi Mirim, Rio Claro, São Carlos e Santa Ernestina. Na época em que ocorreram essas revoltas no interior paulista, as regiões de Araraquara e Espírito Santo do Pinhal tinham uma importância acentuada na economia cafeeira paulista.

Os acontecimentos desencadeados na revolta de restauração monarquista de 1902, foram analisados no sentido de reconstituir o ambiente econômico e político de atuação desses sujeitos históricos-sociais que, em determinados momentos de suas vidas, articularam as conspirações e as tramas de um movimento de restauração monarquista, que tem sido pouco estudado pela historiografia brasileira. Consideramos também que esse episódio representou um dos percalços que a consolidação republicana teve que enfrentar, mas que não abalou a estabilidade da República.

Assim, a cada etapa da pesquisa, os aspectos circunstanciais mostraram-se, às vezes, condicionados a fragmentos de informações que precisaram ser recompostos, de forma que os agentes históricos-sociais envolvidos pudessem ser refletidos dentro dessa conjuntura histórica:

O pesquisador, preocupado em recuperar a experiência desses agentes, vai procurar os vestígios que a evidenciam. Essas evidências sempre incompletas e imperfeitas, têm propriedades que o pesquisador deverá levar em conta (Vieira, 1989, et all., p. 27).

Esse movimento de restauração monarquista representou um momento do passado, na qual seus personagens estavam circunscritos a uma realidade, onde o empenho material aplicado nessa experiência que resultou em atitudes de rebeldia e contestação, projetou-se como forma de atuação no campo econômico e político evidenciando assim:

em projetos historicamente vivenciados em experimentações que têm a ver com a correlação de forças de cada situação, e significa sempre uma imposição de vontades sobre projetos alternativos pois, ainda que perdedores, exprimem vontades, visões e perspectivas do real (Vieira, et all., 1989, p. 8).

As relações de natureza econômica, social e política que estiveram envolvidas nesse acontecimento histórico, surgiram como expressões de luta, resistência ou mesmo de subordinação, mas que representaram interesses políticos e tensões sociais que se entrelaçaram nas atuações desses agentes históricos-sociais.

No contexto de análise das tramas e da revolta monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, o poder e a dominação despontaram nas estratégias dos

grupos envolvidos. Aos restauradores monarquistas, a preocupação estava direcionada de maneira obstinada à volta ao poder. Os republicanos dissidentes que se ligaram aos restauradores, estavam mais preocupados em resolver seus problemas econômicos. Nesse sentido, procuramos analisar as participações desses personagens que se enveredaram nesta revolta, sem perspectivas de sucesso. Por conseguinte, tentamos demonstrar através de nossas investigações uma análise desse fato histórico concreto, não procurando todavia:

Priorizar categorias fixas, abstratas, instituídas, puramente analíticas, em detrimento do processo real significa perder de vista os processos constitutivos desse real (Vieira et all, 1989, p.9).

Isso porque:

Todo conceito é histórico, constituído, em determinado momento do processo histórico, por homens reais, concretos, com interesses, valores também reais, concretos (Vieira et all., 1989, p. 9).

Nossa pesquisa resultou no objetivo de retomarmos o tema da restauração monarquista desenvolvido por outros autores, como o historiador Carone (1977) que relatou uma abordagem geral do movimento monarquista no Brasil. Na sua opinião, as atividades praticadas pelos restauradores monarquistas eram reduzidas e isoladas, tentando criar um ambiente favorável à queda da República. Considerou a ação política dos monarquistas pouco consistente, apesar que as manifestações jornalísticas exercidas pelos restauradores representaram um sentido mais vigoroso, visando o descrédito do regime republicano.

Por sua vez, Casalecchi (1987) relacionou a revolta monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, como fato cuja origem estava vinculada a dissidência do

Partido Republicano Paulista. Após a eleição de Campos Sales à presidência da República abriu-se uma cisão política dentro das hostes perrepista em 1901, entre o governo paulista que apoiava Campos Sales, contra os aliados de Prudente de Moraes que naquele momento aumentava o seu prestígio dentro da política paulista. A intensificação da crise econômica cafeeira levou uma parcela dos dissidentes paulistas a se unirem aos monarquistas restauradores, principalmente os professores monarquistas da Faculdade de Direito de São Paulo, na tentativa de derrubar a República.

Mas é no trabalho de Janotti (1986), sobre a restauração monarquista no Brasil, que encontramos uma análise mais consistente sobre os movimentos monarquistas no Brasil. Durante o período da implantação republicana até o governo de Prudente de Moraes, as manifestações contrárias à República realizadas pelos monarquistas restauradores se intensificaram, como tentativas de desestabilizar o novo regime:

O estudo do comportamento dos monarquistas recupera para a História do Brasil a visão dos destituídos do poder, bem como revela aspectos da violência como prática de dominação (...) Na realidade dois grupos de opinião delinearam-se entre os políticos da Monarquia frente ao novo regime: restauradores de um lado e neo-republicanos de outro (...) Aos restauradores atribuíam todas as maquinações tendentes a desmoralizar a imagem do país no exterior, a confundir a opinião pública e a semear a discórdia entre os patriotas; e aos neo-republicanos, ou adesistas, atribuíam um comportamento caracterizado pelo oportunismo e pela ausência de princípios (Janotti, 1986, p. 8).

Dessa forma, nosso objetivo de pesquisa esteve direcionado ao movimento de restauração monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, aprofundando-o no propósito de elucidarmos certos aspectos que pudessem explicar melhor os motivos que geraram as revoltas de restauração monarquista em Espírito Santo do Pinhal, e principalmente Ribeirãozinho.

Participaram das revoltas fazendeiros de café republicanos que estavam, de certa forma, envolvidos com as transformações econômicas e políticas no Brasil, e que participavam da dinâmica capitalista liberal aplicada na economia cafeeira. Do mesmo modo, uma parcela de fazendeiros de café que eram monarquistas por sentimento também participaram da revolta. Eram pessoas de grandes fortunas e lideranças locais desde a época imperial, e com a República, não pretendiam perder seus privilégios políticos e sociais.

Se o “saber histórico se repõe como teoria” (Vieira et all., 1989), em nossa tese tivemos a preocupação de delimitarmos a situação histórico-social desse movimento de restauração monarquista, partindo de uma concepção teórica, cujo procedimento de análise justificasse a “lógica histórica” do trabalho. A importância da elaboração e explicação dessa análise, levou-nos à tarefa de aplicarmos uma base teórica com fundamento em Janotti (1986):

A história do movimento monarquista é pontilhada por conjecturas, às quais os republicanos conferiram foros de verdades. A todo momento surgiram notícias de um próximo levante ou de uma revolução a caminho (...) Na realidade, são diferentes conjunturas que dão significado aos fatos supostos (...) Por isso, sua memória é bastante fragmentada; ora ela é recuperada pelo discurso do poder, ora o é pela imprensa (...) Rarissimamente, porém, encontra-se um conjunto

significativo de fontes sobre o mesmo fato. Acresce ainda o caráter conspiratório do movimento envolve, necessariamente, a ocultação ou a destruição de documentos (Janotti, 1986, ps. 11 a 13).

Desse modo, nossa intenção de análise esteve direcionada aos motivos que justificaram as atitudes dos monarquistas restauradores em tentar a queda da República:

Compunham-se os grupos monarquistas de antigos políticos de expressão, obscuros políticos de província, funcionários vinculados à burocracia, portadores de títulos nobiliárquicos e jornalistas da imprensa partidária: todos tinham em comum ressentimentos relativos à perda do prestígio, dos cargos e dos privilégios que desfrutavam sob o Império (Janotti, 1986, p. 9).

Ainda de acordo com Janotti (1986), outros “homens novos” passaram a compor o grupo dos monarquistas inconformados:

bacharéis da faculdades de Direito, principalmente os de São Paulo, jovens ligados, por parentesco, às famílias de políticos decaídos; católicos radicais e descontentes por razões diversas. Ligavam-nos, a todos o profundo respeito pela tradição, sentimentos antimilitaristas, a idealização do Império como modelo de virtudes cívicas e o conservadorismo religioso (Janotti, 1986, pp. 9 e 10).

No nosso trabalho sobre a revolta monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, as perguntas, vestígios e evidências que apareceram nas investigações, corresponderam a um processo de procura de resultados, que se articularam dentro dessa conjuntura, colocando os agentes históricos-sociais como participantes dessa experiência histórica. Nesse sentido:

A história deve ser pensada no duplo sentido do termo: como experiência humana e como sua própria narração, interpretação e projeção (Vieira et.,all, 1989, p. 29).

Por isso, a nossa preocupação de abordagem metodológica esteve inserida numa análise hipotética-dedutiva, procurando também desenvolver através de um procedimento metodológico o sentido narrativo, mas sem perder de vista a linha interpretativa desse movimento monarquista, a fim de analisar a ação humana desses agentes históricos-sociais, que se empenharam em defender seus interesses. Essa modalidade de análise está associada à realidade dos fatos históricos vivenciados, e que passaram então a representar o conteúdo de uma história interpretativa, sendo esse procedimento adotado por Janotti (1986), no seu trabalho sobre a restauração monarquista no Brasil:

o estudo assumiu a forma narrativa sem contudo, a cada passo, deixar de encaminhar (...) as linhas de interpretação (Janotti, 1986, p. 258).

De acordo com as pesquisas e as reflexões do trabalho optamos por formular uma hipótese geral, visando demonstrar que essa tentativa de revolta de restauração monarquista estava relacionada, com a crise econômica-financeira criada pelo governo de Campos Sales. A moratória (Funding-Loan) realizada com os credores internacionais prejudicava o desenvolvimento do sistema agroexportador paulista, e criou uma realidade de estagnação entre as forças produtivas nacionais, principalmente no Estado de São Paulo. Essa situação provocou a redução do crédito, aumento nos impostos, inibição do crescimento industrial e desemprego entre os trabalhadores. Mesmo assim, o governo federal persistiu em manter a sua política de contenção. A situação crítica do país, gerada

pela crise econômica, ofereceu oportunidade aos restauradores para articularem a volta da Monarquia. A crise política fez com que o Partido Republicano Paulista fosse dividido, formando uma dissidência que estava posicionada política e economicamente contra o governo de Campos Sales. Daí, a aproximação dos monarquistas com os dissidentes republicanos paulistas, para confabularem a queda da República.

Os restauradores aproveitaram-se desse momento conjuntural, onde a crise econômica reduziu drasticamente a expansão capitalista brasileira. Se as pressões e os pedidos não surtiam efeitos na mudança da política econômica do governo federal, então a saída era a luta armada, como de fato, foi feita a tentativa.

Como a cafeicultura foi duramente atingida pela crise econômica gerada pelo Funding-Loan, alguns participantes dessa conspiração que eram provenientes da dissidência do Partido Republicano Paulista, no interior do Estado de São Paulo, uniram-se aos monarquistas por sentimento, sendo a maioria composta por fazendeiros de café. As confabulações e articulações da revolta foram encaminhadas por dois restauradores monarquistas, ambos professores da Faculdade de Direito de São Paulo: Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, o principal incentivador da revolta e Francisco Penaforte Mendes de Almeida. O movimento também estabeleceu ligações com os monarquistas do Rio de Janeiro.

Nesse movimento restaurador, segundo Janotti (1986), foi possível a ligação entre esses remanescentes da ordem imperial, que eram os restauradores monarquistas, com dissidentes do Partido Republicano Paulista, sendo a maioria

composta por cafeicultores progressistas do Oeste novo paulista, e que estavam inseridos dinamicamente na economia cafeeira paulista. A crise econômica e política do momento, convergia-os num interesse comum que era a queda da República. Aos restauradores, a revolta refletiu a esperança muito tênue de voltarem ao poder, aos cafeicultores dissidentes republicanos ficou a expectativa de verem solucionados os seus problemas econômicos.

Exemplos típicos desses cafeicultores progressistas na região de Araraquara, foram Carlos Batista de Magalhães, cafeicultor e banqueiro, sendo também presidente da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara. Era republicano, e apontado como o principal líder do movimento de restauração monarquista na região. Nessa categoria está incluído o seu filho, Nhonhô Magalhães, cafeicultor, empresário e exportador. Foi um dos líderes na revolta monarquista em Matão e Santa Ernestina.

Aqueles cafeicultores que ainda mantinham uma fidelidade sentimental com o monarquismo, também estavam passando por momentos difíceis em decorrência da crise econômica. Dessa maneira, compartilhavam da revolta com o intuito da restauração monárquica. Exemplo desse padrão de personagem foi o Tenente-coronel Joaquim Mateus Corrêa, o principal líder da revolta em Ribeirãozinho. Dessa forma, como podemos notar na citação:

se bem que muitos dos poderosos fazendeiros continuassem monarquistas, não perderam eles as suas bases de influência e sequer desistiram de participar da política como chefes de facções locais. Em decorrência dessa situação, é que se explica terem sido os fazendeiros, como sua clientela, a mão armada do

movimento de 1902. Aliados à dissidência paulista, tinham eles motivos para se rebelarem (Janotti, 1986, pp. 221 e 222).

Através dos exemplos de Carlos Batista Magalhães e Nhonhô Magalhães, como republicanos dissidentes e típicos capitalistas cafeicultores, de Joaquim Mateus Corrêa, na condição de fazendeiro de café e monarquista por sentimento e Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, na qualidade de monarquista restaurador, tentaremos demonstrar os desempenhos dessas lideranças no direcionamento da revolta ocorrida na região de Araraquara. Na revolta em Espírito Santo do Pinhal, também alguns fazendeiros de café, que eram dissidentes republicanos e os monarquistas por sentimento, lançaram-se na aventura desta revolta. Apesar de suas diferenças ideológicas e políticas, esses personagens uniram-se na revolta de restauração monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, pois, as duas facções demonstravam interesses em derrubar a República.

Os monarquistas saudosistas ficaram mais restritos a manifestarem o seu descontentamento, através de uma reação mais branda, tornando-a mais suportável diante das circunstâncias do momento republicano:

Descontentes com as mudanças ocasionadas pela ordem republicana, com as reivindicações das camadas urbanas e com a secularização do Estado, os saudosistas, em geral católicos radicais, apegavam-se exclusivamente à crítica moralista dos novos costumes políticos e sociais (Janotti, 1986, p.10).

Os monarquistas restauradores persistiram em desestabilizar a República, mesmo sendo minoria. Para eles, a restauração monarquista representava o elo de união de uma causa que achavam justa, mesmo levando-se em conta a fragilidade ideológica desse movimento (Janotti, 1986).

Os restauradores estiveram intimamente ligados à ordem imperial, alguns atuando no interior da burocracia imperial, onde encontraram uma posição confortável no desempenho de suas carreiras. Tinham perdido o poder e os privilégios usufruídos dentro do Império. Mas mantinham a expectativa de que a restauração monárquica pudesse acontecer. Apesar das mudanças realizadas, a República passou a conviver com o remanescente da burocracia imperial que havia sido aproveitada. Por isso, persistiram ainda muitos traços conservadores e rurais da ordem imperial dentro da República.

Procuramos enfatizar a participação dos grupos familiares Corrêa e Magalhães na revolta dentro da região de Araraquara, pois, na nossa interpretação, a solidariedade parental contribuiu na deflagração da revolta em Ribeirãozinho. Entendemos também que a influência da religião católica dentro desses grupos parentais, ajudou a aumentar a solidariedade entre as famílias envolvidas no conflito armado. Esclarecemos que nos apoiamos na concepção de Vianna (1955), para justificarmos a formação do clã parental e na solidariedade existente entre os componentes familiares que participaram das revoltas, principalmente em Ribeirãozinho. Igualmente achamos necessário demonstrar a origem da elite imperial de acordo com as posições de Holanda (1969), Prado Jr. (1977) e principalmente Carvalho (1996), que demonstra que essa elite imperial também adquiriu uma importância ideológica e ocupacional na organização e no direcionamento da burocracia imperial, pois, nesse meio eram requisitadas as pessoas que tinham cursos superiores, principalmente o bacharel em direito, que

se tornou o meio mais eficaz para vir a ocupar os mais altos cargos na administração e na política.

No esquema organizatório de nossa tese, relatamos no primeiro capítulo, a formação e a ascensão da elite imperial, destacando a sua origem agrária colonial e a formação do clã parental. As características rurais dessa cultura familiar possibilitaram o aparecimento da solidariedade dentro da linhagem familiar, sendo comum a prática endogâmica entre os componentes familiares. O sentido religioso proveniente do catolicismo lusitano também contribuiu para alicerçar essa solidariedade no clã parental.

No meio urbano, a influência familiar conseguiu projetar suas características conservadoras e oligárquicas quanto ao comportamento de seus membros, tanto no período imperial, como nas primeiras fases da República.

Dentro do contexto de transformações capitalistas que ocorreram no Brasil, a partir da segunda metade de 1850, analisamos as mudanças econômicas e políticas que atingiram a instituição imperial. De início vindo pelo vale do Paraíba, a expansão cafeeira formou a aristocracia agrária imperial, de onde eram arregimentados os funcionários da elite imperial que, juntamente com a aristocracia rural do Nordeste, faziam parte da Corte.

Quando a lavoura cafeeira começou a declinar no vale do Paraíba, simultaneamente, o café encontrava o seu habitat natural no Oeste paulista. Dessa forma, também desenvolvemos uma análise da origem e da importância do "homem de negócios" (Fernandes 1976), dentro das transformações econômicas e sociais que se projetaram, posteriormente, na economia cafeeira. Esse fato estava

relacionado com a inserção cada vez maior do Brasil nos mercados internacionais, possibilitando a expansão das forças produtivas cafeeiras e aumentando a riqueza do Oeste novo paulista.

Mas ao mesmo tempo, em que esse personagem adaptava-se à moderna economia capitalista, na esfera política ele continuava a atuar como o coronel, que mantinha o poder e praticava as relações de compromissos e favores nas áreas de sua influência.

Nesse capítulo não tivemos a pretensão de aprofundar as causas que engendraram a queda do Império. Achamos necessário uma análise dos momentos derradeiros da instituição imperial, a fim de possibilitar uma ligação com os fatos que resultaram na implantação da República. Isso porque, conforme a causa republicana avançava, o Visconde de Ouro Preto, como presidente do Conselho de Ministros, tentava de forma obstinada evitar a queda do Império. O Exército estava na sua grande maioria empenhado em derrubar um regime decadente e sem alicerces, que não tinha feito nenhum esforço institucional para manter-se como regime de governo.

No segundo capítulo, procuramos demonstrar que a partir do momento que o golpe militar de 15 de novembro de 1889 acabou com a "agonia" do Império, a necessidade do momento era tentar uma adaptação das aspirações liberais e federativas da República, com o aparelho administrativo-político patrimonialista herdado do Império. O Governo Provisório republicano, no seu início, aceitou o adesismo de grande parte dos políticos imperiais, que empenhavam fidelidade e queriam prestar serviços à República. Portanto, a ordem

patrimonialista passou a conviver por algum tempo, com o sentido liberal e federativo do novo regime. Dessa forma, procuramos caracterizar a realidade estamental-patrimonialista, segundo a análise de Faoro (1958), para justificar como a República estava afetada por essas características que provinham do antigo regime.

Em relação a esse capítulo foi nosso objetivo demonstrar também, as relações antagônicas entre os republicanos e os restauradores monarquistas, que aproveitavam as oportunidades das crises econômicas e políticas do governo republicano, objetivando a desestabilização do novo regime, tanto nos governos militares, como no de Prudente de Moraes. Achamos necessário comentar a origem e os motivos que engendraram a separação entre o Estado republicano e a Igreja Católica, e a sua influência sobre alguns restauradores monarquistas. Igualmente, apontamos a situação política do governo de Campos Sales que procurou adequar o seu governo em duas direções. A primeira foi a consolidação do Brasil aos mecanismos impostos pelo capitalismo internacional, e a outra, foi a de apoiar as forças políticas dominantes das oligarquias regionais. Com isso, estabeleceu-se a Política dos Governadores, podendo o governo federal implementar o seu projeto político e econômico. A consolidação do regime republicano realizada por Campos Sales teve que se acomodar com uma realidade dicotômica de feição liberal-oligárquica, com os agentes econômicos modernos da cafeicultura convivendo com um setor econômico atrasado e patrimonialista oriundo do Império. Apesar de tudo, as duas facções, politicamente, tinham suas

bases de origem no mandonismo coronelista. Essa realidade manifestava-se quando vinham à tona as práticas políticas relacionadas às tramas do poder.

Quanto ao terceiro capítulo, nosso propósito foi relatar a revolta monarquista de 1902, no Estado de São Paulo. Desenvolvemos uma análise da crise da economia cafeeira provocada pelo Funding-Loan, que ligada à crise política da dissidência do PRP, veio a favorecer as articulações dos monarquistas em São Paulo. Como a tentativa do levante monarquista de 1900, no Rio Janeiro não conseguiu sucesso nos seus objetivos, os monarquistas continuaram as conspirações, e dessa vez, anteviam uma oportunidade de revolta, pois, as aspirações restauradoras estavam ainda latentes em alguns monarquistas radicais paulistas.

A crise econômica e financeira, gerada pelo governo federal incentivou os monarquistas restauradores paulistas a empenharem-se nas tramas e conspirações, juntamente com os fazendeiros de café e outros políticos que eram dissidentes do PRP. Muitos fazendeiros de café que eram monarquistas por sentimento, também participaram das confabulações e da revolta. Conseqüentemente, os planos revolucionários foram organizados em algumas cidades do interior paulista, na tentativa de derrubar o governo da República.

Desenvolvemos o relato das origens e da propagação da revolta pelo interior paulista, evidenciando a deflagração do movimento revolucionário na cidade de Espírito Santo do Pinhal, com os revoltosos pegando em armas. Essa tentativa de revolta durou somente 36 horas, com a participação de alguns poderosos fazendeiros de café monarquistas, dissidentes republicanos e seus

familiares, juntamente com a arregimentação de grande número de empregados de suas fazendas, e de moradores da cidade. *na manifestação revolucionária.*

O quarto capítulo está voltado à narrativa e análise da revolta de 1902, na região de Araraquara. Embora o fato de maior gravidade houvesse acontecido em Ribeirãozinho, as diretrizes da revolta foram acionadas de Araraquara, por Carlos Batista de Magalhães, o principal líder desse movimento na região. Na qualidade de presidente da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara colocou a ferrovia a serviço da revolta. Essa realidade estratégica de transporte poderia significar muito aos revoltosos, na eventualidade de um sucesso da revolta. *os cenários das*

conspiração Procuramos enfatizar a participação dos grupos familiares Corrêa e Magalhães, porque, de acordo com a nossa interpretação, a solidariedade do clã parental contribuiu de forma acentuada na consolidação da revolta em Ribeirãozinho. Através da análise do conteúdo comportamental dos clãs parentais, baseado na concepção de Vianna (1955), pudemos compreender as evidências que motivaram a solidariedade desses grupos familiares. Entendemos também que a influência católica dentro desses grupos familiares, ajudou a aumentar a solidariedade entre os seus componentes. Por isso, procuramos destacar a influência do catolicismo entre as principais lideranças das famílias Corrêa e Magalhães que participaram da revolta monarquista de 1902.

Além das narrativas do movimento revolucionário em Ribeirãozinho e Araraquara, tivemos a preocupação de destacar que os personagens envolvidos estavam lutando com uma crise econômica, que colocava em risco suas condições

materiais como produtores e empreendedores. Ressaltando, que a situação de crise política influenciou significativamente na manifestação revolucionária.

No quinto capítulo analisamos os aspectos referentes ao desfecho dessa revolta, no Estado de São Paulo, com a denúncia do procurador da República contra os revoltosos, e as conseqüências que advieram desse fato. Procuramos evidenciar os debates, que eram travados entre os situacionistas e opositoristas através da imprensa paulista, e que perdurou durante o processo. Relatamos também o fim dos movimentos monarquistas que ocorreram no Brasil, com os principais líderes restauradores monarquistas retirando-se dos cenários das conspirações, e das lutas que empreenderam na tentativa de derrubar a República. Dessa forma, a abrangência e a configuração da análise que se revestiu na revolta de restauração monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, remeteu-nos à tarefa de identificar e justificar os níveis de articulações existentes nesse fato histórico, possibilitando entender as atuações dos grupos envolvidos na revolta, surgida em decorrência de uma crise dentro da economia cafeeira paulista, além do aspecto político relacionado com a dissidência do Partido Republicano

Paulista.

Na década de 1850, com a expansão cafeeira pelo Vale do Paraíba, na Província do Rio de Janeiro, formou-se a aristocracia agrária de onde eram requisitados os componentes da burocracia e da política imperial que, juntamente com a aristocracia agrária nordestina, serviram de base à nobiliarquia imperial.

Por outro lado, enquanto ocorria a decadência da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba, na década de 1870, no Oeste paulista, o café encontrava as condições naturais ao seu desenvolvimento. Nessa nova etapa cafeeira surgiram os

CAPÍTULO I

A ELITE IMPERIAL E O FIM DO SEGUNDO IMPÉRIO

O Império não conseguiu integrar-se de modo satisfatório às transformações econômicas e políticas que ocorriam no capitalismo internacional.

Os valores patrimonialistas e oligárquicos da elite imperial tiveram suas origens do meio rural. Essas características provenientes do período colonial português representaram uma significativa influência que se projetou na administração e na política do Império. Os cargos da burocracia imperial eram preenchidos por essa elite, que trazia no seu comportamento social e político os traços característicos da cultura colonial brasileira. As pessoas que possuíam títulos superiores eram os mais requisitados, principalmente os bacharéis em direito, contribuindo à formação da ideologia e da ocupação administrativa, que eram necessárias à organização burocrática do Império.

Na década de 1830, com a expansão cafeeira pelo Vale do Paraíba, na Província do Rio de Janeiro, formou-se a aristocracia agrária de onde eram requisitados os componentes da burocracia e da política imperial que, juntamente com a aristocracia agrária nordestina, serviram de base à nobiliarquia imperial.

Por outro lado, enquanto ocorria a decadência da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba, na década de 1870, no Oeste paulista, o café encontrava as condições naturais ao seu desenvolvimento. Nessa nova etapa cafeeira surgiram os

cafeicultores com mentalidade empresarial mais moderna, que se adequando às novas realidades capitalistas, estavam ligados dinamicamente com o mercado externo. Como essa elite cafeeira dispunha do poder econômico, a tendência futura era incorporar também o poder político através da aplicação federativa-republicana.

O Império não conseguiu integrar-se de modo satisfatório às transformações econômicas e políticas que ocorriam no capitalismo internacional. Por isso, as concepções doutrinárias liberais e federalistas abalaram o Império brasileiro. A aplicação do federalismo era impedida pela barreira da centralização imperial, que mantinha os interesses políticos e os privilégios da elite imperial, e das oligarquias agrárias conservadoras. Mas as transformações econômicas e políticas começavam a ocorrer no Brasil. O Poder Moderador exercido pelo Monarca, o Senado Vitalício e a excessiva centralização administrativa-política do Império estavam entrando em colapso. Assim, republicanos, a elite cafeeira mais progressista e a elite urbana emergente queriam seus espaços para atuarem de acordo com a nova realidade. Começava o declínio do Segundo Império.

1 - A ORIGEM E ATUAÇÃO DA ELITE IMPERIAL

A estrutura da sociedade brasileira foi modelada no meio rural durante o período da colonização. Esse vínculo da influência portuguesa criou uma "civilização de raízes rurais" (Holanda, 1969).

O reflexo da vida familiar rural estava organizada dentro de certos princípios rígidos, que influenciaram a “autoridade imensa do pater-famílias” (Holanda, 1969), na aplicação de suas regras dentro do grupo familiar. Os critérios de subordinação que a vida doméstica exercia sobre os membros da família, extrapolava o seu ambiente atingindo a conduta de cada pessoa:

O quadro familiar torna-se, assim tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico (Holanda, 1969, p. 50).

As características desse tipo de organização familiar eram relativamente coesas, fundamentando-se principalmente nos “laços afetivos”, que marcaram profundamente a identidade social de cada componente desses grupos familiares formados no Brasil. O vínculo da solidariedade representava um dos pontos mais importantes, que realmente permitiam a sua participação no círculo familiar. As atitudes de apreço e sentimento solidificaram mais a união dos elementos participativos do grupo, funcionando como padrões de comportamentos na busca de determinadas aspirações. As relações que cada grupo familiar estabelecia durante sua trajetória, possibilitava a criação de sua composição histórica, permitindo verificar através dos diferentes níveis da vida social, política e econômica, a sua inserção de conduta quando necessária em benefício do grupo.

Mediante a solidariedade que se manifestava dentro de cada grupo de parentesco, a interação entre os componentes assumia uma reciprocidade de interesses, que orientava o desempenho de seus papéis dentro do círculo familiar.

(1955) Embora esses grupos de parentesco pudessem apresentar algumas formas de comportamentos diferenciados, eles possuíam determinadas normas, valores e

interesses que permitiam justificar a consecução de algum objetivo. Portanto, a solidariedade apresentava-se como forma de identificação dentro do grupo, que capacitava os seus componentes a desenvolverem suas experiências, que passavam a ser de interesse de todos. Nota-se, que existiam relações pessoais que fortaleciam a identificação da solidariedade através da conduta, liderança, crença ou atividade, pois, a ação que podiam desempenhar direcionava-os a tomarem certas atitudes, fortalecendo a sua participação e cooperação dentro do grupo de parentesco a que pertenciam. De fato, manifestava-se uma influência direta de liderança que exercia uma ascendência sobre os demais componentes do grupo. Por isso, algumas situações específicas podiam levar essas pessoas a unirem-se em torno de algumas referências que as identificavam entre si, e que representavam os elos que as fortaleciam, que tanto podia ser a solidariedade do parentesco ou até a própria religião.

É interessante observarmos que os vínculos de natureza biológica e religiosa influenciaram em certos grupos de parentesco:

as linhas de consangüinidade e afinidade; as associações decorrentes do parentesco; os clãs parentais; e a solidariedade familiar; e as lutas de famílias; e a influência do espírito de família (Vianna, 1955, p.253).

As características étnicas, culturais e religiosas da família patriarcal implantadas no Brasil pelos portugueses durante a colonização, exerceram uma influência muito forte nas formações dos clãs parentais - na afirmação de Vianna (1955) o termo clã não é aplicado no sentido etnográfico, mas histórico-

sociológico - e tiveram que se adaptar dentro das características de cada região brasileira.

Segundo Vianna (1955), não se pode caracterizar o clã parental como uma organização perfeitamente coesa, bem definida em seus contornos, isso porque, as limitações de suas atuações geralmente manifestavam-se “nas ocasiões mais graves”, quando eram revelados os seus atributos da consangüinidade e solidariedade:

Por isto, sempre exorbita a área do domínio-tronco e se estende por vários domínios, e mesmo por municípios inteiros. Normalmente, é composto dos mesmos elementos consangüíneos e afins da família patriarcal: filhos, genros, cunhados, netos, sobrinhos, irmãos, afilhados, crias (Vianna, 1955, p. 260).

A solidariedade parental geralmente estava relacionada às pessoas que solicitavam sesmarias, e depois, com o aumento familiar, desdobravam essas sesmarias ou adquiriam novas terras. Esse fato significava uma forma de instalar os filhos que casavam, sendo comum a prática endogâmica. Formava-se uma descendência numerosa, que além de consangüínea, também era por contigüidade (Vianna, 1955). Multiplicavam-se as relações sociais e familiares, como “expressão da solidariedade parental” que dominaram muitos municípios pelo Brasil:

É claro que, com esta modalidade de instalação das primitivas famílias patriarcais - principalmente nos primeiros séculos - , a solidariedade familiar e a formação conseqüente dos clãs parentais eram decorrências naturais. Da contigüidade das instalações resultou logicamente a sua solidariedade. E desta solidariedade forçada e da sua contigüidade no tempo e tudo o mais: a tradição da unidade da

família e o complexo da família senhorial, com todos os seus deveres de assistência, especialmente no campo eleitoral (Vianna, 1955, p. 272).

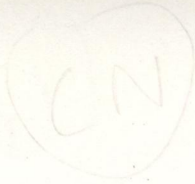
Como afirma Vianna (1955), essa união entre os componentes familiares tomava a forma de uma “endogamia forçada” que estreitava os laços de parentesco, surgindo em consequência o clã parental:

Daí - desta tendência ao casamento entre si, principalmente entre tios e sobrinhas e entre primos e primas - tornaram-se as famílias mais importantes de uma localidade ou de um município todas ligadas pelo vínculo da consangüinidade - e isto era uma razão de consolidação do prestígio social e material da família no período colonial e - no período do Império e ainda hoje (Vianna, 1955, pp. 275 e 276).

A maior inserção do Brasil na economia internacional, o processo imigratório, o aumento da urbanização e a divulgação de novas idéias fizeram diminuir essa prática de casamentos.

Mas a cultura do clã parental estava enraizada nos costumes, valores e comportamentos de muitas famílias que foram submetidas a esse processo de união consangüínea. Em consequência, formou-se outra espécie de solidariedade no clã parental que foi muito praticada entre ou pela colateralidade:

Estes clãs familiares tinham uma base de consangüinidade, no início. Depois, ampliaram-se com outros elementos, advindos do parentesco religioso - contribuição fatal e inevitável, trazida pela tradição católica - do batismo, da crisma e do casamento. Esta tradição gerou a importância do “compadrio”, donde saiu o tipo social do “padrinho” - padrinho de casamento, padrinho de crisma, padrinho de batismo (...) Constituiu uma espécie de parentesco ideológico e espiritual, porque de natureza religiosa (...) cria laços de afinidade interpessoal


 tão fortes como o do próprio sangue, gerando um código de deveres morais iguais aos do pai e filho, de irmão e irmão (Vianna, 1955, p. 279).

O compadrio representou para as pessoas mais humildes, uma grande oportunidade de ampliar socialmente a sua condição de "ser compadre de um homem importante". Esse fato tornou-se uma forma de ampliação da influência do clã sobre outras áreas ou pessoas, que estavam, de certa forma, amparadas ou prestigiadas pelo poder do clã parental (Vianna, 1955). Desse ponto de vista, facilitava-se o poder do clã sobre a administração e a política municipal, onde era expressiva a quantidade de parentes e amigos que apoiavam as iniciativas e as atividades do clã:

Como se vê, na vida pública, na vida privada, na vida administrativa, estas organizações parentais (...) influem perturbadoramente na administração pública, na atividade dos partidos, no êxito das leis, mesmos nas revoluções (Vianna, 1955, p. 287).

A singular dominação originada pelas "sólidas relações de família" portuguesa influenciou de forma considerável, a estrutura social brasileira no período colonial. Essa base essencial de agregação familiar que se intensificou dentro do domínio rural, possibilitou a ampliação de sua participação na vida da colônia:

desde o proprietário que do alto domina soberanamente esta pequena parcela de humanidade, até o último escravo e agregado que entra para sua clientela.

Unidade econômica, social, administrativa, e até religiosa (...) O clã patriarcal, na forma em que se apresenta, é algo de específico na nossa organização. É do regime econômico que ele brota, deste grande domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza coloniais (Prado Jr., 1972, pp. 286 e 287).

CN

aristocrata
gênero

O processo de aglutinação que se desencadeou apoiado na atividade econômica, paulatinamente, acentuou também as peculiaridades do clã da família patriarcal brasileira. As circunstâncias dessa evolução dentro das relações afetivas familiares, foram também conduzidas às outras situações de sua influência, e sendo absorvidas em outras esferas de atividades:

Colocado assim no centro da vida social da colônia, o grande proprietário se aristocratiza. Reúne para isto os elementos que constituem a base e origem de todas as aristocracias: riquezas, poder, autoridade. A que se unirá a tradição, que é a família patriarcal, com a autoridade do chefe, dirigido e escolhendo os casamentos, assegura. Esta aristocratização não é apenas de nome, fruto da vaidade e da presunção dos intitulados. Constitui um fato real e afetivo, os grandes proprietários rurais formarão uma classe à parte e privilegiada. Cercamos o respeito e prestígio, o reconhecimento universal da posição que ocupa (Prado Jr., 1972, p.289).

Esses traços da formação social brasileira na colônia, foram sendo prolongados também durante a organização do Império. A partir desse momento histórico, os aspectos da vida urbana brasileira começaram a dar um sentido mais ameno a essas características rígidas provenientes do clã patriarcal. Isso porque, a nova realidade liberal que se apresentava no cenário europeu, atingiu também as sociedades das colônias ibéricas. O próprio monopólio mercantilista, avidamente preservado pelo reino lusitano, não tinha mais condições de suportar as investidas do capitalismo industrial inglês. Os tropeços econômicos e políticos que Portugal sofreu, principalmente com a vinda da família real ao Brasil, criaram um ambiente propício à ampliação da idéia da Independência brasileira.

P

↑

CN

Nesse princípio do século XIX, essas alterações na ordem econômica-política brasileira representaram, de fato, um alcance essencial para que se interrompessem os laços políticos do Brasil com Portugal. A mentalidade dessa aristocracia rural brasileira mesclava-se aos aspectos inovadores urbanos, e deliberadamente, manifestavam-se a favor dessas transformações que se processavam no Brasil.

As características do clã familiar rural desses personagens que representavam a elite brasileira, chegavam mais amenizadas à cena social e política urbana, e passavam a conviver com a nova realidade:

Com o declínio da velha lavoura e a quase concomitante ascensão dos centros urbanos, precipitada grandemente, pela vinda, em 1808, da Corte Portuguesa e depois pela Independência, os senhorios rurais principiam a perder muito de sua posição privilegiada e singular. Outras ocupações nitidamente citadinas, com atividade política, a burocracia, as profissões liberais (...) É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, o teor da vida que tinham sido atributos específicos de sua primitiva condição (Holanda, 1969, p.50).

As situações resultantes desse poder e influência exercidos pelos clãs familiares, durante o período da colonização foi perdendo sua intensidade a partir da Independência. Os motivos eram gerados pelas transformações políticas que estavam sendo aplicadas, além de um novo relacionamento econômico com o comércio exterior. Também o aumento das atividades urbanas com a formação da

burocracia imperial, e o desenvolvimento das profissões liberais proporcionaram, igualmente, uma diminuição dessa influência familiar nos relacionamentos políticos e sociais.

Desde a chegada da família real portuguesa ocorreram transformações nos hábitos citadinos, levando essa elite rural a aproximar-se do poder e dos privilégios da corte, visando o amparo financeiro e a projeção social e política.

Ao mesmo tempo, as dificuldades financeiras da corte começaram a aparecer com o aumento dos gastos públicos. A geração de recursos era escassa, e não havia possibilidades de se aumentar a receita a fim de fazer frente a essas despesas. A súbita transferência da corte portuguesa para o Brasil, tinha criado um descompasso administrativo que necessitava ser resolvido:

Instalam-se aqui grandes repartições públicas e serviços da corte. Centenas de funcionários, sem contar a chusma de palacianos que cercam o Trono e vivem direta ou indiretamente das rendas públicas (Prado Jr., 1977, p. 137).

Posteriormente, com a instalação do Império, a situação permaneceu a mesma, aumentado mais os gastos públicos e faltando recursos para atender outras necessidades. A solução encontrada foi a de recorrer aos empréstimos externos, para enfrentar os compromissos públicos assumidos.

Essa estrutura social permaneceu durante o período colonial, e mesmo após a Independência. O poder rural continuou atuando de forma decisiva sobre o meio urbano. Somente com a Abolição, em 1888, foi que essa situação começou a ser modificada possibilitando uma separação entre as duas épocas:

Portanto, em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável

(Holanda, 1969, p. 41).

Dentro da burocracia que veio se arrastando até o Segundo Império, o preenchimento dos cargos era realizado através do recrutamento de pessoas providas das famílias dos proprietários rurais, que eram “portadores de mentalidade” desse segmento social. Essas características permaneceram durante todo o período imperial, prosseguindo também pelo governo republicano (Holanda, 1969).

A burocracia imperial tornou-se o meio mais eficaz de ascensão de determinadas pessoas, que não se dedicavam a agricultura, mas eram possuidoras de cursos superiores, principalmente de advogados que ingressavam no emprego público:

Gerava-se, então, uma situação contraditória em que o Estado dependia para sua manutenção, do apoio e das rendas geradas pela grande agricultura escravista de exportação, mas, ao mesmo tempo, tornava-se refúgio para os elementos mais dinâmicos que não encontravam espaço de atuação dentro da agricultura (Carvalho, 1996, p. 36).

Era no Partido Conservador onde se encontrava a maioria dos funcionários públicos imperiais. Para a elite imperial a carreira política representava um meio de ascensão, porque era desse meio social que provinha a sustentação do Império:

A carreira política era unilinear apenas em seus passos iniciais (...) O mais difícil era entrar. Um diploma de estudos superiores, sobretudo em direito, era condição quase sine qua non para os que pretendiam chegar até os postos mais altos (...) O apoio familiar e dos amigos e o patronato dos líderes já estabelecidos era, aliás, presença constante em todos os passos da carreira (Carvalho, 1996, p. 111).

Portanto, os estudos superiores constituíam um meio eficaz para demonstrar a supremacia da elite imperial sobre os demais segmentos sociais durante o Império. Como afirma Carvalho (1996), “a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”. O conhecimento jurídico significava um fator importante para justificar a evolução do advogado na carreira burocrática imperial:

A própria elite política ao final do período era composta predominantemente de advogados (Carvalho, 1996, pp. 76 e 77).

Ao lado dos estudos superiores que possibilitavam dar “unidade à elite imperial”, a ocupação também representou uma característica de evidente importância para complementar a unidade dessa elite imperial:

mediante a transmissão de valores, do treinamento e dos interesses materiais em que se baseia (Carvalho, 1996, p. 83).

Os estudos superiores e a ocupação passaram então a ser condições essenciais, para justificar a “homogeneidade ideológica” do Império. O recrutamento dessas pessoas estava de acordo com a propagação de valores e interesses imperiais, que se constituíram numa referência para reforçar o sentido de poder dentro da burocracia imperial. O emprego público refletiu, cada vez mais, o instrumento dos interesses e ascensão da elite civil, principalmente daquelas pessoas que se lançavam na vida administrativa e política do Império:

boa parte dos elementos com possibilidade de acesso a posições na elite política estava de alguma maneira vinculada à máquina estatal, pois o Estado se constituía no maior empregador dos letrados que ele formava. A elite política refletiu,

então, essa característica com a profunda consequência de tender a fundir-se com a burocracia (Carvalho, 1996, p. 85).

Criou-se para a elite imperial, um espaço bem restrito para arregimentar seus integrantes, para participarem da vida política e da burocracia, que passavam então a ser a base de sustentação ideológica do poder imperial. Segundo Carvalho, (1996), essa realidade criava condições de aumentar-se a “homogeneidade ideológica e de habilidades e interesses”, destinadas à manutenção do poder dessa elite imperial. A burocracia imperial habilitava e orientava a organização do estado imperial, principalmente em relação aos magistrados, que representavam do ponto de vista intelectual, ideológico e prático os mais capazes de realizarem a construção do aparelho estatal do Império (Carvalho, 1996).

A estabilidade dessa estrutura ocupacional estava associada também à própria estabilidade da ordem imperial, pois, a carreira burocrática reforçava a capacidade do desempenho dessas pessoas na atividade política. A carreira política representava para essa elite civil, o apogeu de sua ascensão dentro da ordem imperial.

2 - Existiam também outros ramos da burocracia imperial que ofereciam determinadas oportunidades de ascensão:

Em termos de origem social, eram também os setores mais heterogêneos. Alguns de seus segmentos, como o dos professores de ensino superior, assemelhavam-se ao dos magistrados, ao qual freqüentemente se superpunham. Outros eram hierarquizados: ao topo da carreira chegavam em geral pessoas com curso superior, mas nos escalões inferiores e intermediários podiam ingressar pessoas

de menores recursos, embora quase sempre com o auxílio de empenhos (Carvalho, 1996, p.131).

Aparentemente, a ordem imperial continuava a fornecer a estabilidade necessária ao Império, embora o fluxo de transformações estivessem ocorrendo de forma paralela e consistente:

As apertadas malhas do capitalismo central haviam introduzido suas marcas nas relações econômico-sociais que, no interior do país, tinham sido desencadeadas pelas novas forças produtivas surgidas após 1850. Sobrepujam-se novas relações de produção, sem a total liquidação das antigas (...) Em suma, o estabelecimento das relações capitalistas convivia com uma sociedade agrária, tradicional e conservadora, onde o burguês se identificava com o agrarismo (Janotti, 1986, p. 65).

A situação de decadência do Império tornara-se evidente. A elite imperial mantinha-se distante da nova realidade capitalista, que forçava o Brasil a ajustar-se ao dinamismo econômico internacional. Por isso, as transformações econômicas e políticas estavam abrindo os seus espaços de atuações dentro do país.

2 - AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS

A partir da década de 1840 começaram a ocorrer transformações nas atividades produtivas brasileiras, principalmente relacionadas com a agricultura.

A decadência da lavoura tradicional em relação à cana-de-açúcar no Nordeste,

contribuiu à expansão da cafeicultura pelo Vale do Paraíba, dentro da Província do Rio de Janeiro, possibilitando um rápido crescimento da economia cafeeira destinada à exportação:

O Vale do Paraíba tornou-se assim um grande centro condensador de lavoura e de população; em meados do século XIX, reúne-se aí a maior parcela da riqueza brasileira (Prado Jr., 1977, p. 162).

Mas as lavouras extensivas do café, situadas numa região geográfica de relevo acentuado, sendo plantadas nas encostas e com poucos conhecimentos das técnicas de plantio ocasionaram em algumas décadas, a estagnação e a decadência da economia cafeeira do Vale do Paraíba, na Província do Rio de Janeiro. (Prado, Jr., 1977).

O nomadismo cafeeiro encontrou no Vale do Paraíba, em território da Província de São Paulo, novas áreas pioneiras que se integraram rapidamente ao cultivo do café. Inicialmente, as regiões de Areias e Bananal foram incorporadas, desenvolvendo-se de forma acentuada em função das exportações do produto, criando assim, a prosperidade da região. Posteriormente, outras áreas também foram acrescentadas nessa expansão: Ariró, Paraíbuna, Parati, Ubatuba, Caraguatatuba e outras.

A aristocracia agrária que se formou na região, em decorrência da economia cafeeira, começou a exigir do governo imperial certas vantagens que permitissem o aumento da produção e o escoamento da safra destinada à exportação:

Com a expansão da economia cafeeira, e a importância que esse produto assumia na balança de comércio do Brasil, a voz dos fazendeiros era suficientemente forte para fazer-se ouvida e respeitada. No período de 1869 a 1877 a Estrada de Ferro D. Pedro II é praticamente concluída, e irá atender àqueles fins (Hakamada et alii, 1975, p. 161).

Com a expansão da lavoura cafeeira em território paulista, foi necessário o deslocamento das exportações de café que se realizavam através do porto do Rio de Janeiro. Para facilitar o transporte e a diminuição dos custos do café, o governo imperial ampliou e remodelou o porto de Santos, favorecendo a exportação do produto (Gobatto, 1997). Com o passar do tempo, as mesmas condições da decadência cafeeira que ocorreram em terras fluminenses, repetiram-se na Província de São Paulo.

Apesar dessa decadência econômica, o comando da política imperial continuava nas mãos das aristocracias agrárias do Nordeste e do Vale do Paraíba:

os senhores de engenho do Nordeste e os fazendeiros do Vale do Paraíba, que, há mais tempo estabelecidos na política, detinham os postos de mando (...) Do Vale do Paraíba eram as grandes fortunas imperiais; no vale e no Nordeste, decadente mas que tinha por si a tradição da riqueza e aristocracia dos senhores de engenho e um ou outro resto de fortuna, se localizou principalmente a nobiliarquia imperial (Queiroz, 1969, p. 71).

Quando a lavoura cafeeira atingiu o Vale do Paraíba, na Província de São Paulo, entre 1840 e 1880, também a tendência foi de suprir a burocracia imperial com pessoas oriundas dessa região paulista, embora em menor quantidade daquela ocorrida com a aristocracia formada na Província do Rio de Janeiro. Os políticos paulistas que conseguiram chegar à Assembléia Geral do Império, eram

provenientes dos municípios do Vale do Paraíba, como “os Azevedo e os Rodrigues Alves” (Queiroz, 1969).

O crescimento da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba não conseguiu modificar a cultura conservadora, que a colonização tinha introduzido na sociedade brasileira. A dominação social e política continuava atrelada ao mesmo estilo que os latifundiários criaram, com relação à manutenção do poder. Continuaram também a persistir as características conservadoras familiares dessa aristocracia agrária imperial, com laços muito fortes de afetividade e solidariedade entre os seus familiares:

A extensão dos laços de parentesco tendia a dar maior segurança à família na eventualidade de alguma crise ou dificuldade, e aumenta sua influência de forma geral, com todas as vantagens que disto poderiam ocorrer. Além do mais o casamento bem planejado, garantia uma contínua expansão das propriedades da família. Esse quadro, que descreve um dos mecanismos fundamentais da sociedade colonial, parece adaptar-se perfeitamente à realidade social do Vale do Paraíba (Hakamada et alii, 1975, p. 178).

Nesse período, a cafeicultura possibilitou a estabilização da economia imperial, pois, a partir da década de 1860, o Brasil começou a ter saldos positivos na sua balança de comércio exterior. Com isso, a aristocracia cafeeira conseguiu melhorar o seu desempenho de lucros, e expandir o mercado interno. Nessa fase, a lavoura cafeeira alcançou o Oeste paulista, na região de Campinas, onde a fertilidade do solo (terra roxa) veio a propiciar abundantes safras do produto.

O grande problema a ser enfrentado era o abastecimento de mão-de-obra escrava. A prosperidade da economia cafeeira dependia da escravidão, e com a

proibição do tráfico de escravos a partir de 1850, as dificuldades aumentaram em relação as aquisições de escravos. Uma das soluções era o contrabando negreiro, mas essa medida encarecia em muito o valor do escravo, e o resultado produtivo da lavoura cafeeira tornava-se antieconômico. A alternativa para substituir essa mão-de-obra, teve que ser realizada através da imigração européia. As primeiras tentativas imigratórias foram tímidas, e não deram os resultados previstos. Enquanto isso, a lavoura cafeeira continuava a expandir-se:

A abertura de uma terceira frente cafeeira provoca uma substancial mudança qualitativa na situação, conduzindo ao rompimento dos quadros restritivos dessa política imigratória. Com efeito, a lavoura mais nova do Oeste da Província de São Paulo, desenvolvida depois da lei de 1871 (quando decresce o interesse pelo investimento em escravos), tendia a se organizar na base do trabalho imigrante, e se voltava para as possibilidades propiciadas pelo surto imigratório italiano (Beiguelman, 1985, p. 9).

Enquanto alguns setores do chamado Oeste antigo paulista tentavam persistir na escravidão, os fazendeiros do Oeste novo lutavam no âmbito legislativo estadual para terminar com a escravatura. O abolicionismo começava a tomar vulto na sua propagação dentro da cafeicultura mais próspera:

a orientação imigrantista do setor de vanguarda, provocando uma crise fundamental dentro do escravismo, cria as condições objetivas para a emergência do movimento abolicionista (...) O conflito entre o Oeste antigo e o novo é manifesto durante todo o processo de crise (Beiguelman, 1985, pp. 18 e 19).

Os cafeicultores do Oeste novo paulista foram os primeiros a perceberem, que a produção escravista não se adequava mais às condições de mercado e competição, impostas pelo capitalismo liberal. As pressões e as tentativas de

soluções para o problema eram ineficazes, e somente serviam para acelerar a sua extinção. Não se justificava a permanência de uma instituição desumana e imoral, que certos setores da aristocracia agrária teimavam em sustentar. As atividades urbanas e financeiras passaram a representar o sentido dinâmico da economia, pois, o capital acumulado nesses setores juntava-se à renda da terra, que antes representava o único meio de capital do fazendeiro de café. A maioria desses fazendeiros estava integrada dentro de um processo empresarial capitalista moderno, que propiciava a oportunidade de êxito em seus empreendimentos ligados à exportação de café.

O fazendeiro de café situado nesse processo histórico-social que transcorreu durante as transformações econômicas e políticas, após a década de 1870, teve que se integrar dentro da ordem econômica competitiva, com o propósito de se despojar de seu "status senhorial". Ele foi levado a acompanhar essas adaptações, que aconteceram nos mecanismos de mercados interno e externo. De certa forma, as transformações que se efetivaram, não poderiam dentro de um tempo relativamente curto, permitir que esse personagem viesse adaptar-se plenamente aos efeitos dessas transformações:

Assim, ao longo de três quartos de século, sua posição em face dos elementos estruturais de sua situação de interesses inverteu-se completamente. No começo do processo, ele carregava o "elemento burguês", do seu status para afirmar-se como aristocracia agrária, monopolizar o poder e organizar um Estado nacional independente. No fim do mesmo processo (ou seja, no último quartel do século XIX e, em particular, na década de 80), ele se viu compelido a repudiar o seu

status senhorial, para salvar-se, através do “elemento burguês” de sua situação (Fernandes, 1976, p. 105).

Os chamados “fazendeiros-barões” tinham certeza de que pertenciam a uma camada social patrimonialista, que proporcionava uma segurança através do “poder político organizado socialmente” (Fernandes, 1976). Mas não perceberam que as injunções econômicas do capitalismo internacional, começavam a modificar de forma substancial essa situação de poder. Quando a crise abateu-se sobre a economia cafeeira no Vale do Paraíba, em território paulista, eles ainda não tinham percebido que as transformações econômicas estavam presentes nas relações de produção:

De 1870 em diante, processou-se a decadência do Vale do Paraíba, que se consumou com a abolição e que foi total. A partir dessa época, mais ou menos, viviam os fazendeiros do Vale na conjuntura angustiosa de salvar uma fortuna que se esvai gradualmente. A terra cansada proporcionava colheitas cada vez menores, as enormes fazendas, os casarões luxuosos, a criadagem e a escravaria eram fontes de despesa (Queiroz, 1969, p. 72).

Mesmo assim, “numa defesa irracional do status senhorial” (Fernandes, 1976), continuaram na sua negligência social, política e econômica:

Fechou-se o círculo em que se prendera o terrível destino da aristocracia agrária no Brasil. O senhor de escravo, por sua vontade e por suas mãos, escravizava-se ao escravo e à ordem social que se fundara na escravidão, condenando-se a desaparecer quando esta fosse extinta (Fernandes, 1976, p. 107).

Na década de 1880 eram evidentes as contradições políticas e econômicas que se manifestavam no Brasil. Embora o ambiente econômico estivesse em processo de modificação de acordo com as pressões do mercado externo, faltaram

para alguns fazendeiros de café as condições necessárias para amoldarem-se a essas transformações:

Foi nessa situação que alguns fazendeiros do Oeste paulista, mais envolvidos nas atividades e funções do capital comercial e financeiro, compreenderam o que estava em jogo (Fernandes, 1976, p. 109).

Na realidade, as transformações na economia vinham acompanhadas de uma situação política, que procurava também adaptar-se às contingências liberais do momento. As crises que se sucediam no Império, após 1870, refletiram um estado de inconformismo perante a falta de condições de liberdade política, pois, o Poder Moderador estava sempre pronto a intervir no questionamento das alternâncias de poder entre os partidos Conservador e Liberal.

A lógica política que o aparato institucional do Império aplicava, era sempre o resultado de acordos e conchavos, no sentido de conciliar as disputas políticas. O receio do poder centralizador imperial era em relação às idéias inovadoras, que invadiam o ambiente político da época, trazendo o confronto cada vez mais acirrado para tentar colocar abaixo a frágil estrutura estamental-patrimonialista do Império. Não foi por acaso, que os partidos Conservador e Liberal começaram as suas desarticulações com a queda do Gabinete Zacarias, em 1868, originada com o confronto do Partido Liberal que tinha maioria na Câmara. As crises políticas e ministeriais estavam sempre acontecendo ao final do Império, como resposta a uma situação politicamente caótica. Alguns políticos do Império manifestavam as suas preocupações, e solicitavam reformas urgentes para tentar estancar a propaganda e o avanço republicano. O resultado dessa

situação redundava no desequilíbrio político dentro do Parlamento, onde aconteciam as dissidências partidárias com frequência, gerando o descrédito e a decadência dos partidos políticos imperiais:

Nos momentos finais do Império, houve uma crise de hegemonia dentro das classes dominantes e que, conseqüentemente atingiu a esfera de dominação política. Dessa forma, a perda da hegemonia de fração de classe ligada à lavoura tradicional gerou a inércia administrativa, quanto à impressão de vazio no poder, pois a burguesia cafeeira não podia ainda exercer sozinha a direção do Estado (Janotti, 1990, pp. 51 e 52).

Mesmo com a decadência social e política do Império, surgiram políticos que ainda persistiram na defesa das instituições imperiais:

A maioria se preparava para as transformações - que vinham se processando na esfera econômica e que, portanto, atingiram a estrutura jurídico-administrativa do Estado - enquanto a minoria resistia às transformações e se apegava ao tradicionalismo (Janotti, 1990, p. 53).

O processo de desenvolvimento da lavoura cafeeira em São Paulo, após a década de 1870, foi realizado por essa elite cafeeira dinâmica e progressista, que diversificou significativamente as relações comerciais e financeiras, infundindo transformações no conjunto da economia. Os representantes típicos dessa elite agrária conseguiram sucesso na gestão de seus negócios, através da aplicação de seu capital em vários setores da economia, ligados direta ou indiretamente ao café.

Mas à medida em que o desenvolvimento cafeeiro atingiu o Oeste novo paulista, a tendência do cafeicultor foi integrar-se às pressões do mercado

internacional. Esse personagem, apesar de sua tendência social e política conservadora, passava a amoldar-se às condições de agente econômico progressista.

No plano político, a situação do regime imperial estava ostensivamente atrelada ao comodismo conservador, que não se adequava aos novos moldes das transformações que ocorriam no país. Estava ficando insustentável a manutenção do Império, era preciso romper os “quadros conservadores” que até então tinham sustentado sua base.

Os cafeicultores do Oeste novo paulista foram os responsáveis pela dinamização da economia cafeeira paulista. Construíram estradas de ferro, e providenciaram a entrada de imigrantes europeus para substituir o trabalho escravo. Toda essa realidade econômica foi feita sem o apoio do governo imperial, pois, em 1884, a Assembléia Provincial paulista aprovou uma lei que permitia a subvenção da entrada de imigrantes em São Paulo. Essa lei foi de iniciativa de deputados estaduais republicanos, influenciados por Martinho Prado, representante da região cafeeira do Oeste novo paulista. Diante dessa supremacia econômica, os fazendeiros de café progressistas necessitavam de uma compensação política. Reclamavam a implantação de um novo regime, que pudesse estar mais de acordo com o progresso material, que tinham conseguido através da economia cafeeira. As transformações aceleravam-se; com isso, as perspectivas dessa nova situação abrangiam outras esferas de atuação. As modificações também estavam sendo dirigidas às “fórmulas políticas e sociais já gastas e vazias de sentido” (Prado Jr., 1976).

A República representava a solução para que se produzissem os efeitos desejados na área econômica, de acordo com as combinações da lógica capitalista, que estava um tanto reprimida; por isso, buscava seu espaço efetivo que até então:

se mantivera no entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia do enriquecimento, de prosperidade material. Isto, na Monarquia, nunca se vivera como um ideal legítimo e plenamente reconhecido. O novo regime o consagrará. O contraste destas duas fases, anterior e posterior ao advento republicano, se pode avaliar, entre outros sinais, pela posição respectiva do homem de negócios, isto é, do indivíduo inteiramente voltado com suas atividades e atenções para o objetivo único de enriquecer (Prado Jr., 1976, p. 208).

As transformações econômicas e sociais foram se sucedendo, principalmente após a Abolição, quando foi o momento em que a cafeicultura paulista consolidou-se como o centro dinâmico da econômica brasileira. A situação política necessitava estar mais em consonância com a nova realidade econômica que se implantava no Brasil.

Quando alguns segmentos da elite brasileira, principalmente da cafeicultura mais progressista, predisuseram-se a modificar a realidade desgastada do regime imperial, perceberam que o Império não se adequava mais às expectativas da realidade histórica brasileira. Tinha chegado o momento em que essas elites estavam de fato prontas a assumirem o seu papel do poder e da dominação burguesa:

A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemplo, contem somente os germes desse poder e dessa dominação. O que muitos autores

chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual configurariam, historicamente, o poder e a dominação burguesa (Fernandes, 1976, p. 203).

Como Fernandes (1976) afirma, apesar da “burocratização da dominação patrimonialista”, as transações econômicas do Brasil com o mercado internacional puderam produzir um certo tipo de modernização, que permitiu um ajuste da dependência brasileira aos critérios que prevaleciam na ordem capitalista liberal:

O principal aspecto da modernização econômica prendia-se, naturalmente, ao aparelhamento do país para montar e expandir uma economia capitalista dependente, sob os quadros de um Estado nacional controlado, administrativa e politicamente, por “elites nativas” (Fernandes, 1976, p. 93).

Com essas inovações advindas do capital e da tecnologia, o país conseguiu superar certos obstáculos econômicos, integrando-se razoavelmente à expansão capitalista liberal. Ao mesmo tempo em que se processava esse lado dinâmico da economia nacional, o sentido social e político estava condicionado aos interesses das oligarquias agrárias, que se modificavam muito lentamente, não acompanhando o comportamento acelerado do setor de exportação que estava atrelado aos interesses externos. Mas essa realidade foi o ponto inicial para aperfeiçoar o “espírito burguês” dos mecanismos de implantação da economia inovadora que vinha de fora.

Segundo Fernandes (1976), a autonomia de ordem política que se instalou no Brasil, não conseguiu realizar a necessária mudança econômica, mas ao contrário, reforçou a subordinação nacional quanto ao controle externo. Posteriormente, as atividades comerciais foram criando mais substância de fluxo, e a “situação de mercado” abriu mais possibilidade de convergência dos agentes econômicos brasileiros, em torno do processo interno de desenvolvimento econômico:

Com o correr do tempo, o “espírito burguês” e a “concepção burguesa do mundo” teriam de desprender-se de suas matrizes históricas, voltando-se para as potencialidades econômicas aos fatores internos da situação de mercado (Fernandes, 1976, p. 97).

O fazendeiro de café mais progressista conscientizou-se de sua importância no cenário econômico, social e político, integrando-se às condições capitalistas da realidade brasileira. A economia cafeeira reproduziu as alterações significativas que se processaram no Brasil, tanto nos períodos de expansão, como nos de crise, para demonstrar a importância do papel e a influência do cafeicultor nos destinos de liderança no Brasil (Fernandes, 1976).

Apesar da importância das forças produtivas cafeeiras na economia do Brasil, foi através do sistema comercial organizado pelas atividades ligadas às novas condições capitalistas liberais, que originaram a dinamização e polarização do núcleo urbano, vindo a representar a formação da mentalidade burguesa no país. O capitalismo brasileiro agiu dentro de um esquema quantitativo, que não reproduziu as justificativas que deviam dar consistência às suas políticas

econômicas, pois, a mentalidade burguesa ou a "Revolução Burguesa" que se iniciava no país, não conseguiu promover de forma exequível as transformações na estrutura da terra, e propiciar as alterações na ordem política, que ainda impunha seu caráter oligárquico regionalista. A forma federativa ganhou status jurídico-político, mas isolou-se sob as pressões da ordem estamental que vigorava no estilo patrimonialista, apesar da aparente situação de mudança existente no Brasil na época republicana.

O conjunto de transformações que deu suporte para alcançar um certo grau de poder e dominação burguesa, ocorreu porque a elite brasileira começava a perceber a sua importância como segmento social dinâmico, dentro de circunstâncias que traduziam o privilegiamento de seus interesses econômicos e políticos. Esse ambiente de transformações evidenciou um aspecto muito importante na configuração burguesa brasileira, isso porque, definiu o perfil de um personagem que, a partir daquele momento histórico, exerceria uma influência muito grande nos destinos do país. Dessa maneira, o fazendeiro de café, dentro desse contexto que propiciava a sua maturidade econômica, refletiu o caráter de seu papel como agente produtivo cada vez mais envolvido nas suas atividades e negócios urbanos:

Desse momento em diante, o seu destino econômico, social e político deixou de ser uma função da grande lavoura exportadora, projetando-se em torno de vários interesses gerados pela concentração do capital comercial e financeiro (Fernandes, 1976, pp. 112 e 113).

Com o aumento da urbanização, e o fortalecimento de grupos sociais que tinham maior grau de mobilidade econômica e política, a participação do fazendeiro começou também a modificar-se em relação aos negócios, porque passou a interessar-se por outras atividades urbanas que davam resultados financeiros mais rápidos, e também prestígio social.

O aperfeiçoamento das atividades de mercado dentro do país propiciou ao “homem de negócios” (Fernandes, 1976) a transformação não só econômica, mas também social e política que infundiam uma integração cada vez mais concreta, nos níveis de ajustamento dos padrões capitalistas. À medida em que crescia a sua importância econômica e social, também fortaleciam-se os seus laços políticos, criando um determinado controle sobre sua cidade ou região. Ele estava inteiramente absorvido pela dinâmica de um processo histórico contínuo, com a propagação de uma racionalidade dirigida aos estímulos de transformações, nesse contexto histórico capitalista do país. A motivação impeliu esses homens a desenvolverem certos conceitos de modernização capitalista, mas atrelando-se ao desejo de aventura e pioneirismo, que se faziam necessários num país de atividades agrárias e exportadoras (Fernandes, 1976). Para isso, as condições econômicas e políticas do Brasil passavam por transformações. O Império representava um entrave na consecução desse objetivo. O espaço dessa nova realidade estava sendo ocupado pela elite cafeeira paulista. Dessa forma, julgavam-se os novos detentores do poder econômico e político do Brasil.

3 - O FIM DO IMPÉRIO

As manifestações da decadência do regime imperial já eram evidentes, devido às transformações que ocorriam no país no final do século XIX. As progressivas transformações econômicas e políticas eram exigidas pelas elites emergentes, que colocavam em questionamento a legitimidade do Império como

regime de governo, num momento histórico em que as idéias liberais e federativas mais progressistas tentavam infundir o sistema representativo de um governo democrático através do regime republicano. Se a ordem econômica era liberal, politizavam-se e atuavam no plano político, exigindo a queda da Monarquia. A soberania nacional, a liberdade de pensamento e a implantação de reformas, significavam as questões que se apresentavam como fatores importantes, no sentido de proporcionar ao povo uma prática de ação política mais consistente.

Também alguns políticos do Partido Liberal colocavam-se em oposição ao Império e aceitavam a idéia republicana, pois, percebiam as transformações que ocorriam no mundo capitalista. Dentre os países americanos, somente o Brasil mantinha o regime imperial. A Constituição dos Estados Unidos, com seu conteúdo doutrinário liberal e federativo, influenciava os republicanos brasileiros. Se as idéias republicanas causavam algumas perturbações, os políticos do Império achavam que elas na sua essência e atuação, não representavam um perigo que pudesse colocar em risco imediato a instituição imperial.

No plano político, desde 1873, com a organização do Partido Republicano Paulista, muitos cafeicultores do Oeste novo paulista (Beiguelman, 1985),

começaram a apoiar a idéia republicana, pois, com a queda do Império foi possível ao Brasil adaptar-se aos novos moldes da expansão capitalista. Essa nova elite cafeeira paulista objetivava essa forma de organizar o Estado brasileiro dentro dos princípios liberais, que, até então, expressavam a insatisfação de uma realidade que impedia o seu acesso ao poder político e criavam dificuldades ao seu desenvolvimento econômico.

Diante da crise institucional pela qual passava o Império, a elite cafeeira mais progressista tentava infundir o sistema representativo de um governo democrático através do regime republicano. Se a ordem econômica era liberal, nada mais justo do que acomodar a situação política do país no mesmo sistema doutrinário. O federalismo exposto pelos republicanos reforçava a idéia de uma doutrina política, onde as províncias imperiais brasileiras transformaram-se em unidades federativas, com determinado grau de autonomia. Dessa forma, contrapunha-se ao poder centralista do Império, que se desgastava em função da inconveniência em permanecer como regime de governo. A centralização imperial cerceava a liberdade e o direito, além de sufocar a economia nacional.

Os descontentamentos contra o Império aumentavam, e os sintomas começaram a surgir nas manifestações populares, como foi o caso da Revolta do Vintém no Rio de Janeiro. Em 1879, foi enviado ao Legislativo um projeto de lei propondo a criação de novos impostos com a finalidade de equilibrar o orçamento do Império. Entre os diversos tributos foi criado, em caráter temporário, uma taxa de transporte que foi aprovada pela Câmara. A cobrança no valor de 20 réis

incidiu sobre as passagens dos carros urbanos que trafegavam sobre trilhos, destinadas ao transporte de passageiros do Rio de Janeiro (Celso, 1935).

A imprensa, principalmente através do jornal Gazeta de Notícias, desencadeou acirrada campanha contra a referida taxa. Durante dois dias aconteceram violentas reações populares, com desordens e conflitos no Rio de Janeiro. A responsabilidade de se ter colocado em vigor a taxa de transporte recaiu sobre o Visconde de Ouro Preto. O que o governo imperial argumentava, era que a referida taxa não onerava os bolsos dos usuários do transporte urbano. Mas o episódio constituiu um ponto delicado, que passou a ser explorado pela imprensa oposicionista, ocasionando mais descontentamento em relação ao Império.

As manifestações populares chegaram a tal ponto, que muitos carros de passageiros foram destruídos, trilhos foram arrancados, os cocheiros que tentaram circular com os carros foram espancados, e animais de tração foram mortos. Houve confronto com a polícia que foi agredida a garrafadas, sendo também utilizadas armas de fogo pelos populares. O governo imperial tentou justificar a revolta, por conta de um pequeno grupo de desordeiros e desocupados. O propósito era camuflar o descontentamento da população, e culpar os inimigos do Império que tentavam desestabilizar a ordem institucional, apesar de que, por detrás dessas manifestações estavam alguns republicanos, principalmente Lopes Trovão, que agitavam o povo contra o aumento das passagens (Celso, 1935).

Os descontentamentos aumentavam cada vez mais, fomentando o desejo pela federação e a autonomia das províncias e dos municípios. A idéia federativa

agitava os republicanos que representavam a parcela mais democrática da sociedade brasileira. Juntavam-se a esses princípios, os interesses dos fazendeiros de café mais progressistas e de outros segmentos sociais que tinham as mesmas aspirações de reformas. As divulgações das idéias republicanas começaram a ter o efeito de uma verdadeira irradiação sobre os cafeicultores, que pressionavam o Império no propósito de solucionar o problema da mão-de-obra escrava que sustentava a produção do café. Desse fato dependiam os destinos dos cafeicultores e do próprio país. O estigma da escravidão, além de aviltar o ser humano e a honra nacional, tornara-se antieconômico à lavoura brasileira.

Apesar de todo o empenho que certos segmentos sociais tiveram em relação ao término da escravatura, foi a ação do Exército que prevaleceu no sentido de libertar os escravos. A instituição escravocrata maculava a dignidade dos militares, principalmente a dos jovens oficiais que saíam da Escola Militar do Rio de Janeiro, onde eram influenciados pelas idéias positivistas-republicanas defendidas por Benjamin Constant.

O inconformismo político republicano contrapunha-se ao conformismo político do Império. A prática intervencionista imperial aplicava-se através de uma centralização muito intensa, que era passada a todos os setores do país. O povo, sem cultura e despolitizado, não tinha autonomia de manifestar sua opinião.

A crise política e institucional aproximava-se, e outros fatores foram sendo desencadeados, contribuindo para o fim do Império: a Abolição da escravatura, a emergência de segmentos urbanos mais politizados, o aumento da imigração e principalmente pela ação do Exército descontente com o regime

imperial. A própria realidade jurídico-administrativa do Império era um problema muito acentuado e complexo, que teria de passar por transformações, e não era uma tarefa muito fácil de realizar.

A burocracia patrimonialista cristalizou-se no serviço público imperial, através de uma administração que seguia a vontade e as orientações políticas e econômicas da Monarquia. Os partidos funcionavam de acordo com as decisões que vinham do poder pessoal do Imperador. Essa atitude do poder central talvez tenha influenciado muitos políticos, que agiam no propósito de conseguirem a federação, a autonomia e a descentralização. O país vivia uma situação irreal de liberdade constitucional, e sem a responsabilidade de dar satisfações aos anseios do povo.

Como afirma Faoro (1958), o Estado imperial tinha sob si a tutela da nação, aplicando através de sua burocracia um anacronismo patrimonialista, que era inviável com as transformações liberais capitalistas que se aplicavam no mundo. As atitudes protetoras imperiais forneciam o dinheiro aos amigos do Tesouro Público, relegando ao povo qualquer benefício social. Nabuco registrou brilhantemente essa realidade nacional com o termo “empregomania” (Faoro, 1958). Os recursos do Tesouro estavam direcionados à ambição dos políticos e de seus protegidos, sem o mínimo pudor de desfrutar dos recursos de um país pobre e de um povo sem esperança:

As oportunidades de êxitos não estavam com os agricultores laboriosos, na época da agricultura como base da economia, nem com os industriais tecnicamente

inovadores, mas com os homens de imaginação golpista e oportunista, hábeis nas influências com os políticos (Faoro, 1958, p. 220).

O Estado imperial mantinha sob seu controle praticamente todas as atividades estatais, por isso, o sentido patrimonialista permeava toda a burocracia imperial. A administração pública estava atrelada a uma centralização excessiva, onde a expectativa estava voltada a fornecer vantagens e privilégios aos políticos e ao funcionalismo público imperial. O Partido Conservador representou genuinamente esse ambiente de favoritismo político do Estado patrimonial, enquanto o Partido Liberal ficava condicionado aos caprichos do Imperador.

O Partido Liberal, prevendo a queda do Império, lançou em novembro de 1888, um manifesto aos seus diretórios provinciais propondo algumas sugestões de reformas institucionais. Nesse período, a agitação republicana ganhava cada vez mais espaço, e o regime imperial ainda persistia em não abrir mão de sua centralização política e administrativa. Na verdade, as reformas apresentadas significavam um avanço muito grande nas conquistas democráticas e políticas, mas sem o quebrantamento das forças centralizadoras do governo imperial (Celso, 1935).

Esse projeto de programa de governo, elaborado por uma comissão do Partido Liberal, constituiu-se numa tentativa de neutralizar ou retardar a implantação da República. Alguns senadores do Partido Liberal pediam urgência nos pareceres dessa reforma, temendo o desencadeamento das manifestações republicanas.

A reforma chegava tardiamente para tentar “consertar” a realidade desgastada do Império. Propunham considerar como eleitores os que soubessem ler e escrever, instituindo-se o voto secreto, mais autonomia administrativa às províncias, direito de reunião, casamento civil obrigatório, liberdade de culto, fim do Senado Vitalício e reforma do ensino. (Celso, 1935). A Monarquia parecia querer seguir critérios democráticos e aplicar as reformas preconizadas, mas o tempo corria e o perigo da implantação republicana estava próximo.

Os políticos do Partido Liberal achavam que a Constituição de 1824 poderia continuar vigorando em razão de ter assegurado, até então, a integridade, a liberdade e o crescimento do Brasil. Mas as intenções eram outras, em decorrência do perigo republicano que crescia em intensidade.

Nessa fase, o Presidente do Conselho de Ministros, João Alfredo, encaminhou o seu pedido de exoneração ao Imperador, que pretendia manter o Partido Conservador no comando da política imperial. Após convites a alguns políticos que recusaram a oferta de ocuparem o cargo de Presidente do Conselho de Ministros do Império, foi proposto o nome do Visconde de Ouro Preto que aceitou a nomeação. Anteriormente, ele havia ocupado os ministérios da Marinha, da Fazenda e do Império (Celso, 1935).

O programa de reformas que Ouro Preto apresentou à Câmara e do Senado, visava ganhar o tempo necessário para poder articular a resistência contra a ameaça republicana. Alguns deputados consideravam a reforma uma réplica da propaganda republicana. Às vezes, o tumulto ficava mais acirrado no Congresso quando se debatia a implantação da República.

Na época corriam certas notícias de que o Visconde de Ouro Preto pretendia dissolver o Exército, que seria substituído pela Guarda Nacional. Mas, os monarquistas negavam, argumentando que tal intenção não tinha fundamento. Os ministérios militares foram entregues a generais da confiança de Ouro Preto, além de outros coronéis que foram nomeados como presidentes de províncias. Ouro Preto também procurou prestigiar Floriano Peixoto, que exercia grande liderança dentro do Exército (Celso, 1935).

As manifestações contrárias ao Império partiram também dos municípios brasileiros. O primeiro município a manifestar-se a favor da República foi a Câmara Municipal de São Borja, no Rio Grande do Sul. Posteriormente, na Província de São Paulo, as Câmaras Municipais de Santos, São Simão, São Vicente, Campinas, Itatiba e São João da Boa Vista votaram moções iguais à Câmara Municipal de São Borja.

O Gabinete do Visconde de Ouro Preto tinha que se desdobrar, para tentar reverter a situação crítica que estava sendo organizada pela propaganda republicana. A preocupação também estava voltada ao fortalecimento político do Gabinete. Mas faltava a base de sustentação. Os políticos do Império percebiam que novos rumos estavam começando a surgir:

A tarefa do Visconde de Ouro Preto era delicada e difícil: de uma parte, tinha de fortalecer a autoridade, combatida pelos sucessos (acontecimentos) anteriores; de outra parte, realizar amplas reformas (Celso, 1935, p. 78).

O acirramento entre os militares e o Visconde de Ouro Preto tornara-se cada vez mais acentuado, embora o Gabinete imperial acenasse com as reformas.

Mas elas somente visavam a continuidade do regime imperial. No entanto, acrescentavam mais facilidades e privilégios às elites regionais agrárias em troca de apoio político. As reformas apregoadas por Ouro Preto, conforme sua afirmação tinham “ousadia e firmeza”. O conteúdo das propostas refletiam o desespero dos monarquistas, que apresentavam um programa de transformações políticas que foram retardadas durante todo o período imperial. Não souberam avaliar o conjunto das transformações que se aceleravam, e ficaram absorvidos por um sistema político, cujo padrão institucional ficou atrelado às decisões do Poder Moderador, que delimitava o espaço para qualquer prerrogativa de decisão política por iniciativa dos partidos.

A estrutura do Império continuou desmoronando durante a década de 1880. Desde 1870, as eleições que eram realizadas demonstravam a desonestidade do processo. Em 1881, com a lei Saraiva, a fraude eleitoral continuava de maneira despuorada, com a diminuição de forma radical do número de eleitores. Desse modo, o federalismo ganhava cada vez mais espaço político e social, e mesmo entre os monarquistas, como foi o caso de Joaquim Nabuco, que, em 1884, apresentou um projeto de lei que pretendia transformar a centralização unitária monárquica em uma Monarquia federativa.

O Gabinete Ouro Preto corria contra o tempo e tentava, com certo desespero, levantar o ânimo monarquista em várias regiões brasileiras. Concedeu créditos à agricultura e ao comércio e distribuiu títulos de patentes da Guarda Nacional. Tentou sem sucesso amenizar a crise com os militares (Schulz, 1990),

mas o movimento republicano estava cada vez mais consciente de sua influência e conclamava os militares a revoltarem-se.

Os republicanos sabiam que sem a ajuda militar, tornava-se difícil a implantação da República, mesmo com o apoio da oficialidade mais jovem, que era influenciada por Benjamin Constant. Naquela fase da conspiração não tinham conseguido ainda nenhum militar de alta patente que se dispusesse a liderar o golpe para derrubar o Império. Mas o assédio das lideranças republicanas, principalmente Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho, continuava para convencer os militares da necessidade de uma mudança de regime, cogitando-se naquele momento do nome do Marechal Deodoro da Fonseca para liderar o golpe. Alguns políticos apoiavam ativamente a participação do Exército, conclamando os “soldados-cidadãos” a assumirem o poder, em razão das transformações que ocorriam no país. O descontentamento dos militares em relação ao Império era evidente. As questões que surgiram no meio militar contra o Império, reforçaram mais as expectativas de transformações. Como afirma Queiroz (1969), o advento da República foi o “resultado da questão militar”, o povo não percebeu, nem participou do golpe de 15 de novembro de 1889. O estamento militar estava no poder, e a realidade republicana estava concretizada. Segundo a opinião de um contemporâneo, o “sonho tinha sido realizado” (Porto, 1990).

CAPÍTULO II

A REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Com a Proclamação da República tornou-se necessário uma adequação entre a burocracia patrimonialista proveniente do Império, com as idéias liberais e federativas que os republicanos tentavam aplicar na organização institucional do novo regime. Nessa realidade da transição histórica republicana, que colocou o Brasil numa inserção cada vez maior dentro do capitalismo internacional, o país tentava conviver com as transformações que ocorriam no mundo. O novo regime procurava romper com as dificuldades que impediam a implantação de uma economia mais moderna.

Na situação econômica e política mais conservadora permaneceram as oligarquias regionais, que procuraram acomodar-se dentro da instituição republicana. Ao mesmo tempo, ocorriam as adesões de antigos monarquistas prometendo fidelidade e serviço ao novo regime. As dificuldades econômicas, os conflitos políticos e a luta pelo poder marcaram as primeiras etapas republicanas.

Nesse contexto, alguns monarquistas alijados do poder passaram a conspirar, tentando criar condições favoráveis para derrubar a República, e

restaurar a Monarquia. O presidente Prudente de Moraes conseguiu conciliar as dificuldades e os conflitos com os militares e políticos. O seu mandato contribuiu para o fortalecimento do poder civil na República, elegendo o seu sucessor, Campos Sales à presidência da República.

O governo de Campos Sales implantou a Política dos Governadores que, através de acordos e barganhas políticas com as oligarquias regionais, passaram a dar apoio político ao governo republicano. Essa realidade política reforçou o sentido coronelista dentro dos municípios, no confronto político entre as forças situacionistas e opositoristas. No plano econômico aplicou o Funding-Loan com os credores internacionais, o que provocou acentuada crise econômica sobre a economia cafeeira. A recessão econômica paralisou as atividades industriais, inibiu o desenvolvimento do comércio, desencadeou o desemprego entre os trabalhadores rurais e urbanos e gerou um violento aumento nos impostos. Campos Sales conseguiu consolidar a República e sanear as finanças do Brasil, apesar da política recessiva aplicada sobre a economia cafeeira e a população.

1 - AS PRIMEIRAS FASES DA REPÚBLICA

As reformas liberais foram sendo formalizadas dentro do espírito democrático que, aparentemente, vigorava na República. A tarefa dos legisladores da República estava direcionada em adaptar essas doutrinas às condições político-econômicas do Brasil.

A intervenção do Exército nos destinos do país representou uma situação de tutela, e mesmo de ditadura, que demonstrava o espírito centralizador proveniente do Império (Faoro, 1958). A conspiração e o golpe desferidos pelo Exército contra a Monarquia contribuíram para mudar o regime, mas, em compensação, durante o período do Governo Provisório:

O liberalismo federalista foi provisoriamente afastado, persistindo, porém, como aspiração republicana. Em seu lugar, o estamento burocrático, com o acentuado predomínio militar, empolgou o poder (Faoro, 1958, p. 243).

A Proclamação da República estava longe de representar a realidade democrática e liberal preconizada. Na sua visão republicana, Quintino Bocaiuva pregava a ideologia liberal dentro dos conceitos europeus, na qual o objetivo era a aplicação da lei e do direito universais, que davam ao cidadão plena liberdade de ação, pensamento e de trabalho. Mas, a realidade republicana em suas etapas administrativas estavam disponíveis para todos, desde que se identificassem com o novo regime. Diante de um aparelho de Estado ainda em confusão e necessitando de ser organizado, não havia condições de selecionar o que mais convinha para o governo. Os verdadeiros republicanos eram poucos para serem absorvidos nas tarefas que a República precisava realizar.

Para sobreviver politicamente, os republicanos tiveram que adaptar a jovem República à influência estrangeira do liberalismo. Também a República iniciava com grande entusiasmo e apoio de grande parte da população. Esse apoio também vinha dos quadros burocráticos provenientes do Império, além dos monarquistas que, de última hora, se transfiguraram em adesistas. As poucas resistências ficaram praticamente condicionadas aos monarquistas convictos.

O crescimento industrial, a expansão urbana e as manifestações da opinião pública passavam por modificações aceleradas. Mesmo antes da Proclamação da

República ocorreu dentro do Exército, um movimento de militares que tinha a perspectiva de modernizar o país. Apesar das mudanças realizadas, o idealismo federativo apregoado pelos republicanos estava distante de ser concretizado num país oligárquico e agrário.

A Proclamação da República não foi uma ação revolucionária; constituiu-se numa conspiração onde se reuniram várias correntes de ideologias e opiniões, que perceberam claramente a necessidade de transformações dentro do país. Mas, o poder executivo no comando de Deodoro representava, de fato, o poder do Exército na gestão pública brasileira. A formação ministerial do Governo Provisório foi um arranjo entre as diversas correntes republicanas.

Após a Proclamação da República, muitos políticos conservadores e liberais começaram a participar dos escalões republicanos. Os lugares na administração republicana estavam disponíveis para todos, desde que se identificassem com o novo regime. Diante de um aparelho de Estado ainda confuso, e necessitando de ser organizado, não havia condições de selecionar o que mais convinha para o governo. Os verdadeiros republicanos eram poucos para serem absorvidos nas tarefas que a República precisava realizar.

Começaram a aparecer os adesistas ao regime republicano, que não hesitavam em fazer declarações de apoio, aproveitando a oportunidade de oferecerem sua colaboração e préstimo, para continuarem tentando usufruir das vantagens e privilégios que tinham no estado patrimonialista. Por todo o país as adesões continuaram e muitos adesistas empenharam-se nas disputas dos benefícios dos cargos, empregos públicos e do poder político. Os adesistas tinham

que considerar que naquele momento, o país tinha novos mandatários. O dever de todos agora estava direcionado a aceitar o atual governo, sem tentar questionar os motivos pelos quais porque foi instalado. O compromisso de todos os adesistas era de fidelidade ao novo governo e não poupar esforços para esse fim. Daquele momento em diante, os adesistas estavam prontos a servirem ao novo regime:

A quase totalidade, misturou-se, confundiu-se. A República era de todos (Sodré, 1939, p. 377).

Por um determinado período, logo após a Proclamação da República, os monarquistas ficaram alheios ao movimento político. Aguardavam a época certa, para promoverem as conspirações e as agitações à restauração monarquista. Os republicanos, mesmo com a participação dos adesistas tinham que estar alertas, para que a restauração monarquista não representasse um perigo a ser enfrentado. Os serviços da administração pública tinham que ser desempenhados. Então, os adesistas preencheram os lugares, porque os republicanos eram poucos para suprirem os cargos administrativos.

As adesões partiam de todas as partes do país, sem cerimônias, às vezes até espalhafatosas. A honra e o pudor não existiam na aderência ao regime republicano:

toda a população brasileira descobriu no dia 16 andante que era republicana até os ossos, republicana de quatro costados, republicana de família, como vício ou como herança (Porto, 1990, p. 132).

Os oportunistas, os bajuladores e os farsantes, apresentavam-se para prestar solidariedade e declaravam-se aderentes da causa republicana. Os próprios dirigentes da República, até mesmo Deodoro, cansaram-se de ter que aturar as

— houve adesistas aqui?

adulações dos que aderiram. Multiplicavam-se os discursos daqueles que, até então, estiveram atrelados à tutela do Império, mas, naquele momento, juravam fidelidade à República. As adesões também vinham de outros segmentos da sociedade: dos intelectuais, dos médicos, das mulheres, dos estudantes, a “aderite” (Porto, 1990) tinha contaminado a todos como epidemia. Essas manifestações de certa forma, revelaram ao povo depois de um longo período de silêncio, de que era possível despontar as aspirações do que realmente o país desejava. Aparentemente, tudo o que se ligava ao Império era passado, até o Colégio Pedro II passou a denominar-se Instituto Nacional (Porto, 1990).

Algumas pessoas eram sinceras e não pretendiam nada. Continuavam pertencendo ao movimento republicano desde o seu início e tinham prestado relevantes serviços à causa republicana. Não se julgavam republicanos de última hora. Não pleitearam cargos, nem favores, não se julgavam oportunistas. Participaram da causa republicana por idealismo e patriotismo (Porto, 1990).

Os antigos deputados das províncias aderiram em massa ao Governo Provisório. Nas câmaras provinciais eram proferidos os mais veementes discursos em favor da República. Todos queriam o bem da pátria e prometiam não medir esforços para verem concretizados os objetivos do governo republicano. Os próprios deputados anunciavam as adesões de seus municípios, onde as manifestações eram realizadas com festas e “entusiásticos vivas à República”.

Políticos do Partido Liberal também aderiram à causa republicana, sendo que, alguns deles participaram da assembléia que havia proposto reformas para

*Causa da República e a política da
Proclamação da República*

tentar manter o Império. Se o regime imperial estava extinto, e um novo governo estava no poder, era o momento da adesão:

Tomaram parte nessa assembléia homens que meses mais tarde, aderindo ao levante militar de que resultou a República, nesta chegara a altas situações políticas, como os srs. Rui Barbosa, Manoel Vitorino, Matta Machado, Cesário Alvim e barão de Ladário (Celso, 1935, p. 44).

Quando o Governo Provisório expediu seu primeiro decreto, esse procedimento legal estava direcionado a ajustar a ineficiente administração pública, dentro dos padrões republicanos. A burocracia patrimonialista que se infiltrou no novo regime, trouxe um legado de pouca eficácia, para proporcionar as mudanças, que foram bem limitadas, com o objetivo de que a República pudesse ter os meios institucionais que vinculariam a responsabilidade do poder aos mecanismos de funcionamento da administração pública. Aparentemente, o governo republicano estava empenhado em corrigir os desmandos administrativos. A realidade tinha que ser modificada, pois, dentro dessa burocracia, os letrados e os bacharéis encontravam a sua “vocaçãõ” de viverem à custa do erário público (Faoro, 1958).

Nas primeiras etapas da República, o sentido patrimonialista do Estado imperial conseguiu compartilhar do poder, com o regime republicano federalista, impondo a sua influência, principalmente através das oligarquias regionais que davam sustentação política à República. Apesar das mudanças ocorridas no governo republicano, havia ainda, impregnada na vida econômica, social e política do país, o sentido latente do Estado patrimonialista, que ainda tinha

forças para influenciar nos estamentos burocráticos oriundos do Império. Como observa Faoro (1958) essa situação da “ordem conservadora” permaneceu até a presidência de Campos Sales.

A República não demonstrou inicialmente o fortalecimento das virtudes e dos mecanismos institucionais, para que pudessem desenvolver atitudes políticas vigorosas, no sentido de modificar de forma consistente o novo Estado republicano. Os desatinos políticos e o caos financeiro trazidos do Império, reduziram drasticamente o espaço para que os republicanos empreendessem as reformas necessárias.

O ideal federativo não correspondeu aos anseios de boa parte dos republicanos sinceros, pois, diante da incerteza política e administrativa, o Governo Provisório teve que se adaptar à nova realidade. Não possuíam a experiência administrativa para gerir os negócios do Estado. A fraqueza das atribuições dos mecanismos governamentais criaram um clima de expectativa na sociedade, na qual a única certeza era a ditadura militar de Deodoro, com o Exército garantindo a República. Os próprios militares, que no período imperial não participavam da política da República, tomaram outra atitude, começando a participar ativamente da prática política.

A República teoricamente funcionava como uma democracia liberal, mas continuava “alinhavada” pelo poder e dominação que provinha da época imperial, apesar das mudanças ocorridas no governo republicano. A realidade do novo regime tinha de conviver ainda com as atribuições das oligarquias que tinham suas raízes fincadas no sistema colonialista. A submissão estadual e municipal

estava condicionada à fidelidade que os chefes políticos podiam oferecer ao governo federal.

Quando se colocou em vigor a Constituição de 1891, de certa forma, a situação da estrutura jurídico-política do país teve condições para ajustar, relativamente, o federalismo com o ideal republicano. A Constituição transformou as antigas províncias em estados, com autonomia suficiente para elaborar suas próprias constituições estaduais, respeitando igualmente a autonomia municipal. Ficou estabelecida a separação da Igreja com o Estado, a oficialização do casamento civil e a secularização dos cemitérios. Na reforma da justiça, as mudanças foram relativamente bem organizadas. Começava a República no Brasil, dentro de um sistema federativo e democrático, assegurando as garantias individuais e a independência dos três poderes. O voto popular também foi constituído, com a intenção de que o cidadão tivesse plena liberdade de escolher os seus candidatos ao governo. A força da opinião pública deveria prevalecer como base de sustentação ao aperfeiçoamento do sistema representativo democrático.

Mesmo com o Governo Provisório tomando uma feição autoritária de ditadura militar, e também aproveitando o quadro administrativo imperial, o regime procurou adaptar todo o conjunto da ordem política e social aos novos moldes de atuação econômica os quais o Brasil estava condicionado, em relação ao mercado externo. Apesar das divergências, das adaptações e acordos que foram estabelecidos nos primeiros tempos, os republicanos esperavam que a passagem ao novo regime ocorresse sem traumas e conflitos que pudessem pôr em risco a

República. O Exército passou a representar a grande instituição nacional salvadora, que colocou por terra um regime anacrônico e voraz. Assim, esperava-se a tranqüilidade política e econômica, na qual o pensamento nacional estivesse voltado para o trabalho e a reconstrução nacional.

Mas não foi bem isso que aconteceu. A situação política no Governo Provisório era completamente dominada pela vontade dos militares, que ostensivamente tentavam reprimir qualquer reação adversa que viesse pôr em risco o governo da República. Durante algum tempo, os conflitos e as desavenças marcaram a estabilidade da República, quando aconteceu o momento de estabelecer-se um governo civil. Faltava a experiência política necessária, para contornar-se as crises que se sucediam entre o governo republicano e o legislativo. Os partidos políticos não tinham consistência ideológica para sobreporem-se às manifestações de crises, e somente se preocupavam com assuntos de pouca relevância para os destinos do país.

As classes sociais politicamente mais esclarecidas tinham a esperança do que restava do sentido patrimonialista do Império fosse colocado de lado, e que o poder político responsável da República prevalecesse. O patriotismo inicial que alguns republicanos demonstraram, que de alguma forma, agitou a opinião pública, conseguiu despertar uma vibração política e social, mas não continuou a expandir-se espontaneamente como força de expressão das idéias republicanas.

O desejo dos republicanos era de que as regras políticas estabelecidas naquele momento não perturbassem a ordem pública que deveria seguir normalmente. A mudança de regime de governo estava sendo refletida e exigida

pelos próprios acontecimentos da ordem capitalista, que se impunha como princípio econômico dos novos tempos. As idéias eram outras, e os resultados econômicos e políticos deveriam ser previsíveis, dentro do contexto das novas atitudes que eram necessárias ao advento do novo regime político. O capitalismo internacional concedeu o crédito de ajuda econômica ao Governo Provisório, tentando incorporar o país aos moldes das transformações de mercado.

Com a República surgiram novas forças sociais que estavam alijadas das decisões políticas e econômicas. A realidade dessas mudanças na vida institucional brasileira, estava condicionada a uma acomodação ao estilo liberal capitalista. As regras econômicas, vindas do exterior, conduziram a economia brasileira a uma dependência acentuada, devido as exportações cafeeiras. A situação econômica tinha que ser reajustada, na tentativa de tirar o país da estagnação em que se encontrava. Os percalços ainda estavam pela frente, e apesar do esforço inicial, muitas mudanças tinham que ser realizadas. A elite cafeeira paulista forneceu a estrutura econômica, e o Exército deu o suporte de sustentação ao novo regime. Mesmo com o fracasso do Encilhamento, idealizado por Rui Barbosa, o Governo Provisório prosseguiu empenhado em resolver os problemas do Brasil.

O Estado republicano e a elite cafeeira aliaram-se, em decorrência de um processo que estava em andamento, a partir do momento em que a economia brasileira atrelava-se mais ao mercado externo. A Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a Assembléia Constituinte representaram as mudanças iniciais de uma Revolução Burguesa no Brasil (Fernandes, 1976). Esse

início da transformação política burguesa criou no Estado republicano, uma relativa evolução de melhorias no encaminhamento da gestão pública.

As elites agrárias e urbanas brasileiras não tinham a tradição doutrinária para estabelecerem um conjunto de princípios liberais; daí, a necessidade de uma adequação dessa ideologia externa às condições brasileiras de governo. Essa realidade refletiu-se nas elaborações das constituições estaduais, que não tinham muita coerência jurídica no tocante aos princípios federalistas, demonstrando efetivamente a pouca vivência doutrinária jurídica. O resultado dessa situação revelou-se na característica de uma “duplice conotação oligárquico-liberal” (Silveira, 1978).

A realidade desse “arranjo” doutrinário apareceu nas muitas discrepâncias jurídicas contidas nas constituições estaduais, com regulamentações que serviam aos interesses das elites estaduais ou municipais. Como nos muitos casos de eleições que sofriam constantes mudanças, de acordo com os interesses de cada grupo dominante. O destino político ficava a cargo dos políticos oligárquicos, que não tinham nenhuma preocupação em respeitar o texto constitucional federativo e democrático conquistado pela República (Silveira, 1978). Os resquícios do patrimonialismo imperial estavam ainda impregnados no regionalismo e nos partidos republicanos que haviam sido organizados após a República. Todo esse comportamento político consolidava mais o poder das oligarquias regionais, que procuravam ganhar mais espaço nas decisões políticas dentro do governo republicano:

O que existia subjacente ao partidarismo republicano, em nível estadual e local, e que explica o seu vazio doutrinário, era o meio social interno aos estados, dispondo-se numa economia agrária, integrando as pessoas em uma estrutura familiar ou de parentesco onde o relacionamento se fazia ao nível pessoal. As combinações políticas eram feitas entre os chefes locais, numa graduação que se convergia no governo estadual (Silveira, 1978, p. 83).

A autonomia implantada pelo federalismo possibilitou aos novos Estados o direito de exportar diretamente e contrair empréstimos no exterior sem autorização do governo federal. Essa atitude federativa dava aos novos Estados a aparência de um estilo de independência econômica e política. Mas, ao mesmo tempo o Estado de São Paulo alicerçava a sua condição de liderança devido ao café, mas sem a correspondente predominância política de que poderia reivindicar. As oligarquias regionais não aceitavam plenamente a liderança paulista. Apesar de não serem unidas, elas dispunham do poder estadual que influenciava nas decisões políticas republicanas. Daí, o uso de toda sorte de artimanhas para se manterem junto ao poder e assim conseguirem prevalecer os seus interesses.

A interferência do governo na economia e na política tinha uma conotação ambígua, e as normas dos princípios liberais ficavam cada vez mais distantes da realidade. Com essa atitude, as oligarquias podiam contar com o apoio do governo federal, desde que fossem fiéis nessas articulações que davam estabilidade política ao Presidente da República. Nessa atmosfera de acordos mútuos, as oligarquias estaduais foram dando continuidade ao seu poder e

dominação, distanciadadas dos ideais do federalismo e da democracia que a doutrina republicana havia apregoadado no seu início.

O poder municipal estava condicionado ao poder estadual. As lutas pelo poder dentro do município não preocupava o governo estadual, isso porque, qualquer grupo que saísse vitorioso tinha o beneplácito do governo estadual, que continuava a favorecer os seus aliados políticos (Queiroz, 1969). As decisões políticas dentro do município estavam a cargo do coronel. Ele era o elo de ligação com o governo estadual, na conquista de favores e melhoramentos para o seu município. O domínio territorial era dele, nenhuma autoridade superior estadual questionava a sua influência e poder. Simplesmente, havia a reciprocidade de conduta política, que harmonizava os interesses dos dois lados (Queiroz, 1969). Apesar disso, a autonomia municipal era relativa, isso porque, a intervenção do Estado fazia-se sentir na justiça e na segurança pública. As funções administrativas que antes eram de competência das Câmaras Municipais, tinham sido transferidas aos prefeitos, que em alguns Estados eram eleitos pelo povo, e em outros, eram nomeados de forma inconstitucional (Queiroz, 1969).

O poder continuava com os fazendeiros, principalmente com os antigos coronéis da Guarda Nacional que controlavam os eleitores, motivando a reciprocidade política entre o poder municipal e estadual que antes vigorara no Império. Muitos dos antigos monarquistas assumiram a adesão republicana, e passaram a pertencer aos quadros dos vários partidos republicanos estaduais.

O poder local era exercido pela figura do grande proprietário rural, que impunha uma relação dominadora sobre as pessoas, assumindo até um sentido

patriarcal e mesmo patrimonialista, em que o respeito à tradição e a reverência ao passado representavam uma atitude de solidariedade ao poder da família. A ligação tradicionalista evidenciava características de mando ao chefe do clã, que tinha determinadas obrigações de ordem econômica, política e moral com os seus protegidos. O proprietário rural possuía uma série de funções dentro do seu território, onde as pessoas ficavam à mercê de sua vontade e de seus interesses, não podendo contrariar qualquer situação social e política que era defendida pelo chefe. Os seus protegidos não decidiam seus destinos, nem tinham meios de emanciparem-se da tutela do chefe, pois, dependiam de sua proteção e de seus favores.

O território municipal passou a ser a área de atuação desses personagens, que tinham na fazenda e na agricultura, a base de sua sustentação de poder econômico e político. A vida nas cidades transcorria de acordo com as perspectivas das atividades rurais, mas as decisões políticas e as diretrizes do poder local eram elaboradas nas cidades, nos trabalhos das sessões das Câmaras Municipais, nas reuniões dos fazendeiros e nos clubes de lavoura que se formavam:

Desses clubes e reuniões vinha novamente aos fazendeiros o sentimento de que eram aptos para a direção dos negócios do país, os quais eram em suma seus negócios particulares, e de que o município era o ponto vital da nação (Queiroz, 1969, p. 74).

Essa estrutura arcaica e conservadora das oligarquias estaduais mantinha ainda o ranço do patrimonialismo imperial, que emperrava as iniciativas de

inovações no plano político. O liberalismo e o federalismo de fachada que as elites aparentavam exercer, tinham somente o sentido de contribuir para a sustentação política da República. Na prática, essa junção liberal-federativa interessava tanto à autonomia dos estados, como ao governo federal que se preocupava em mostrar que o regime era democrático, e que o povo participava das decisões nacionais, quando na verdade, o poder estava concentrado nas mãos de uma pequena parcela de políticos que representavam os interesses das elites estaduais. Por isso, os conchavos estabeleciam as bases de sustentação recíproca entre os dois poderes, como forma de legitimação:

Na aplicação prática, o liberalismo centrífugo, relativo à autonomia estadual, foi possível porque encontrou uma configuração sócio-econômica a que o federalismo interessava (...). Dessa maneira, entre a ideologia liberal, cuja concepção de poder repousava na soberania do povo, e a estrutura social, baseada no poder de uma minoria, individualizada social e economicamente por regiões, sem um elemento globalizador (Poder Moderador) as elites se intermediaram. Na medida em que elaboravam uma nova relação de poder, valeram-se, para legitimação, do pretexto de estabelecerem a democracia em nome do povo (Silveira, 1978, p. 87).

Para os republicanos, a maior inovação foi a aplicação do federalismo, que apareceu em resposta a uma ação prática, revestida pelo invólucro liberal, cujo objetivo era a modernização do Brasil. Para os republicanos sinceros, a República deveria representar o compromisso de um conjunto de princípios, que levaria o Brasil ao aperfeiçoamento da democracia, com legítimos direitos e deveres dos cidadãos, à exaltação da pátria e à plena liberdade de organização, manifestação e

pensamento. Mas na verdade, isso não ocorreu. O princípio do federalismo e presidencialismo que eram os pilares da nova Constituição de 1891, não corresponderam satisfatoriamente a essa realidade. O governo da República necessitava acertar os acordos políticos com as oligarquias regionais para poder governar.

2 - OS REPUBLICANOS E AS TRAMAS MONARQUISTAS

A República havia começado dentro de um clima de euforia e confiança. Mas, aos poucos, a situação foi sendo modificada, porque os republicanos mais exaltados viam o perigo da restauração monarquista a cada manifestação contrária ao novo regime. Na verdade, os monarquistas que haviam sido deportados para a Europa, difundiam notícias tendenciosas de uma possível revolta monarquista, o que agitava o meio republicano. Entre os restauradores não havia uma consistente organização partidária que pudesse empreender uma ação revolucionária para abalar a instituição republicana.

Mas os monarquistas não perdiam a oportunidade de estarem envolvidos nos movimentos que pudessem ser contrários ao governo republicano, principalmente em novembro de 1891, quando participaram do golpe contra Deodoro, e em setembro de 1893, no envolvimento com a revolta da Armada. Para os restauradores, os militares na chefia dos destinos do país representavam o

princípio de uma autoridade que induzia à forma ditatorial, pois não respeitavam a liberdade de opinião e pensamento dos cidadãos. Achavam que os militares tinham dado um golpe num governo constituído e, por isso, representavam uma ameaça à ordem democrática do Brasil. Os monarquistas restauradores aplicavam sua ação contra a República, sem critérios definidos de uma posição ideológica que fundamentassem seus pontos de vista. Seus ataques ficavam mais em nível de um antagonismo bem radicalizado:

Como não se desenvolveu no Brasil uma sólida doutrina monarquista durante o Império, nos inícios da República ela será elaborada pelos restauradores de uma forma imprecisa, fragmentária e contraditória. Seus principais pontos de sustentação se definiram em oposição às realizações republicanas, isto é, fundamentaram-se em questões de natureza circunstancial e não de princípios (Janotti, 1986, p.262).

O interessante dessa questão relaciona-se ao fato de que os republicanos, ao mesmo tempo em que se achavam ameaçados pelos restauradores, atraíam os antigos monarquistas para comporem a sua base de sustentação política. De certa maneira, essa atitude republicana representou a necessidade do preenchimento de posições políticas e administrativas, principalmente nos estados onde o republicanismo não havia sido consistentemente organizado. Dessa forma, os adesistas aproveitavam-se da oportunidade, e davam sua solidariedade à causa republicana. Os idealistas republicanos reprovavam essa atitude do Governo Provisório; daí, a manifestação e reação dos jacobinos contra essa medida. Mas o Exército persistiu nessa continuidade, apesar das tendências em contrário (Porto, 1990).

As oscilações contrárias ao regime republicano não colocavam em risco a sua estabilidade. Importante, na opinião de alguns militares, era a elaboração de um projeto de reconstrução da nacionalidade brasileira, apesar dos desacertos do Governo Provisório, que teimava em aplicar soluções não democráticas e fomentava alianças que não continham sentido patriótico. Essas atitudes só contribuíram para acelerar o afastamento dos militares republicanos, principalmente daqueles que seguiam a liderança de Benjamin Constant.

Ao terminar os governos militares, a República ainda não havia criado as condições básicas de sustentação política e social. A instituição republicana não correspondeu plenamente aos anseios da sociedade, que esperava mais identidade e ação por parte dos republicanos. Os mecanismos jurídicos-políticos da Constituição de 1891, foram, de fato uma inovação que trouxe aos estados e municípios uma expectativa de mudanças mas que ficaram atreladas aos interesses das oligarquias regionais, que acomodaram o princípio federativo republicano dentro de uma visão patrimonialista herdada do Império. Os estados brasileiros formados depois do Império mantiveram os princípios do poder local e regional, como forma de garantir certos privilégios, interesses políticos e econômicos.

Na ausência de um plano político, e sem a magnitude de propostas reais, a República prosseguia com o seu propósito de cumprir o compromisso de 15 de novembro de 1889. No entanto, na concepção de Benjamin Constant, o Exército deveria aplicar o sentido racionalizante, civilizatório e humanista, buscando compreender o seu objetivo para o engrandecimento e a honra do país. Por outro

lado, o descontrole político-administrativo e as revoluções que ocorreram até o final do governo de Floriano, deram os motivos e o espaço para que os restauradores da Monarquia se empenhassem em conspirar.

A fragilidade institucional da República era compensada em parte, pelo poder estabilizador militar. Os partidos republicanos oligárquicos nos Estados não tinham nenhuma consistência de padrão ideológico ou político que pudesse ser colocado como padrão de um partido político. Um exemplo desse fato, foi a criação do Partido Republicano Federal, por Francisco Glicério, que reuniu políticos de todos as ideologias que atuavam na política brasileira. Apesar disso, essa nova base partidária deu a sustentação política para a eleição de Prudente de Morais à presidência da República. Em novembro de 1894, a elite cafeeira paulista assumiu o poder da República, com a posse de Prudente de Morais. O país tinha a expectativa de que o primeiro governo civil pudesse contornar a crise que se instalara. Esse período foi marcado novamente pela agitação política, com os jacobinos perturbando o governo de Prudente de Morais que tentava amenizar a crise financeira e econômica, herdada dos governos militares.

O primeiro governo civil, aos poucos foi tentando afastar os militares da participação na política. Alguns setores militares, por vontade própria, já desiludidos com a experiência política, propalavam a volta aos quartéis.

O relacionamento de Prudente de Morais com as oligarquias regionais não eram amistosas. A base de sustentação do governo era precária com o Legislativo, onde concentravam-se os representantes das oligarquias. As oposições ao governo agitavam as sessões legislativas. Nas ruas, os protestos eram freqüentes, e nos

quartéis, aumentavam os descontentamentos. Os conflitos e as desordens sucediam-se diante de um governo apático. O temor da restauração monárquica pairava sobre a República.

Outra grande preocupação no governo de Prudente de Moraes foi a situação conflitiva de Canudos, organizada através dos sertanejos liderados por Antônio Conselheiro. Esse fato, para alguns republicanos refletia um grande perigo. O movimento era visto como uma conspiração pela restauração da Monarquia. Por detrás do Conselheiro, segundo os boatos, havia a suposta participação dos monarquistas. A imprensa distorcia os fatos, engendrava mentiras para despertar o receio das populações mal informadas dos grandes centros urbanos. O governo, a Igreja Católica e os coronéis da Bahia não aceitavam o poder carismático de Antônio Conselheiro. A revolta de Canudos serviu para estampar a grande miséria que estava contida nas regiões comandadas pelas oligarquias.

Quando o governo republicano resolveu enfrentar os sertanejos, sob a liderança de Antônio Conselheiro, apareceram certas controvérsias que indicavam o envolvimento dos monarquistas, ao apoiarem materialmente aquele movimento religioso. Grande parte da instabilidade econômica e política da República era atribuída aos monarquistas, por isso, durante esse período foram acintosamente perseguidos:

Nessa ocasião, ante as derrotas sofridas pelas duas expedições a Canudos, levantaram-se suspeitas que os monarquistas estavam mancomunados com os conselheiristas. O País e A República iniciaram as acusações em tom de galhofa,

mas foram crescendo e se avolumando de tal forma os boatos, que começaram a se divulgar provas dessa ligação. Embora muitas delas não resistissem a um exame superficial, a conjuntura política emprestava-lhes a veracidade (...) Não se compreendiam as derrotas infligidas às forças oficiais pelos canudenses a não ser pelos esforços que lhes eram prestados pelos restauradores. As idéias monarquistas do Conselheiro, afirmadas por testemunhas de suas pregações ou inseridas em documentos a ele atribuídos, pululavam na imprensa (...) Passou-se a apontar, diretamente, os nomes de Eduardo Prado, Visconde de Ouro Preto e sobretudo o de Gentil de Castro como articuladores da conjuração (Janotti, 1990, pp. 135 e 136).

Esses boatos comprometeram o Coronel Gentil de Castro, que era monarquista convicto, e um dos proprietários dos jornais, *Gazeta da Tarde* e *O Libertador*. A acusação que os republicanos atribuíam contra ele, era de que seria fornecedor de armas e dinheiro para Antônio Conselheiro. Essa situação ficou mais crítica, em razão dos fracassos que as tropas do Exército sofreram frente aos sertanejos de Canudos.

Os jornais republicanos aumentaram os ataques à Gentil de Castro. Com a morte do Coronel Moreira César, em confronto com os sertanejos em Canudos, os ânimos chegaram a um ponto crítico. As agitações provocadas pelos republicanos resultaram nos empastelamentos dos jornais monarquistas *Gazeta da Tarde* e *O Libertador*. Essas manifestações contrárias aos monarquistas continuaram por vários dias nas ruas do Rio de Janeiro. Mas a consequência mais grave que aconteceu alguns dias depois, foi o assassinato de Gentil de Castro por um grupo de militares e populares, na estação ferroviária de Petrópolis. Os monarquistas

partiram ao ataque através da imprensa, acusando o governo republicano pelos fatos ocorridos. Para eles, Gentil de Castro era um “mártir da liberdade de imprensa”, e que sua morte era o resultado de sua coragem e independência, devido às acusações que fazia contra a República:

Fecundo em promessas de tolerância e liberdade mostrou-se o Sr. Prudente de Moraes. Ia se cumprir enfim a constituição democrática, garantidora de todos os direitos! Crédulos, os monarquistas arregimentaram-se, dispostos a combater de viseira erguida, de auxiliar a administração por meio de oposição leal, da crítica inexorável dos atos públicos. Fundaram-se clubes, folhas, associações monarquistas. Nas academias, numerosos moços se agremiaram em torno à velha bandeira, que proporcionou ao Brasil tanto anos de paz, civilização e glória, inequívocos indícios indicavam forte corrente favorável à restauração, que correspondia ao íntimo nacional. A República assustou-se. São suscetíveis dos maiores excessos os fracos que sentem medo e estão armados. Encetaram-se as violências (Celso, 1935, p. 243).

Os monarquistas moderados, como Joaquim Nabuco e Barão do Rio Branco, criticaram a implantação da República, principalmente a ação dos militares na política. Achavam que a República teria uma existência curta como regime de governo. Para eles, o Brasil não estava acostumado com os militares na gestão da vida pública. A tradição do povo brasileiro era monarquista; em conseqüência, a restauração monárquica aconteceria de alguma forma. Outros restauradores monarquistas mais exaltados, como o Visconde de Ouro Preto, Andrade Figueira e Eduardo Prado conspiravam abertamente contra a República, pregando mesmo a ação revolucionária como forma de restaurar o regime monárquico:

Mais tarde, quando um governo civil foi eleito, alguns monarquistas pareciam acreditar que a Monarquia não voltaria através de um movimento popular. Ela só poderia ser restaurada pela força. O fracasso de grandes lutas como a Revolta da Armada não os convencera da impraticabilidade deste método de mudança de governo, e alguns monarquistas persistiram em seus esforços de tirar vantagem das divisões em meio às Forças Armadas. Estavam desesperados e dispostos a se arriscarem em tais aventuras, pois, sob os presidentes civis a República se tornava cada vez mais firme e uma volta pacífica à Monarquia tornava-se mais improvável (Lessa, 1988, p. 113).

Os restauradores tinham uma convicção muito grande na ação da Armada. Durante a Monarquia, foi o setor militar que recebeu uma atenção especial na sua remodelação, o que não ocorreu com o Exército. Durante a Revolta de 1893, surgiram fortes evidências da aplicação de altas somas de dinheiro, por parte do monarquista Andrade Figueira na manutenção da Revolta. (Carone, 1978). Pela sua influência na Armada, o Almirante Saldanha da Gama foi sondado pelos restauradores para apoiar a volta da Monarquia, o que não foi aceito.

Mas a ativa persistência dos restauradores continuava criando problemas, principalmente quando Prudente de Moraes procedeu a uma abertura de relativa liberdade às manifestações públicas e políticas. Qualquer oportunidade era aproveitada, no sentido de colocar em evidência a questão monárquica. Em novembro de 1895, foi organizado em São Paulo, o Partido Monarquista, através das lideranças de Eduardo Prado e João Mendes de Almeida. No Rio de Janeiro, os monarquistas fundaram o Centro Monarquista (Carone, 1978).

Em 1895, o movimento restaurador monarquista aumentou seus ataques através da imprensa, onde os artigos de Eduardo Prado, publicados em Portugal, eram reproduzidos no Brasil, no jornal Tribuna Liberal. Nesse mesmo ano, Eduardo Prado organizou o jornal, O Comércio de São Paulo, que se tornou o principal divulgador do movimento da restauração monarquista. Em 1897, o jornal foi empastelado durante os tumultos ocorridos em São Paulo, em represália aos acontecimentos de Canudos, quando foi derrotada a terceira expedição militar republicana.

Representante típico da elite cafeeira paulista, Eduardo Prado, contraditoriamente, tinha uma arraigada concepção ideológica monarquista, sendo um dos maiores líderes pela sua restauração. O seu livro, A Ilusão Americana, escrito em 1893, durante o governo de Floriano Peixoto, foi confiscado por ordem do governo republicano. O conteúdo desse livro relevou a posição de um monarquista que tentou demonstrar a forma de servilismo, que o regime político dos Estados Unidos exerceu sobre os militares republicanos brasileiros. O estilo da dominação norte-americana representava para Prado (1957), o sentido do poder econômico capitalista na busca do lucro e da ambição expansionista, onde se manifestava a exploração como forma de concentrar o capital. A relação política e econômica que o Brasil mantinha com os Estados Unidos era perniciososa, na opinião de Prado (1957). Não se podia tirar proveito dessa influência, porque não havia uma reciprocidade de conduta que pudesse servir de base nesse entendimento entre as duas nações, porque os interesses dos Estados Unidos sempre prevaleciam.

Na sua visão europeia, Prado (1957) achava que a República em poder dos militares estava sendo prejudicada e apelava também aos militares que salvassem o Brasil do regime republicano. Acreditava que o regime republicano não possuía estabilidade suficiente para se manter:

Na república tudo é transitório, os homens que, quer encham o seu país de benefícios, quer acumulem erros sobre erros e cheguem até ao crime, terão, em certo período de deixar o poder, e, se a república comete faltas graves, mudam-se os homens, continuando sempre a república ainda que seja para repetir as faltas que as procura, em vão, reprimir com a periodicidade das revoluções (...) A história demonstra que as repúblicas, uma vez falseadas, nunca se regeneram (Prado, 1957, pp. 130 e 131).

Os restauradores tentavam recompor-se, e procuravam organizar um partido monárquico, que lhes pudesse dar o necessário suporte político para lançarem-se na aventura da restauração. Ao mesmo tempo, forjavam as notícias e levantavam boatos, que traziam certas inquietações aos republicanos mais radicais. Os principais restauradores, Ouro Preto, Lafayette, Andrade Figueira e outros, compactuavam com alguns militares para assegurar a volta da Monarquia. Nesse sentido, a ação militar era necessária, porque o povo não podia tirar do poder os “aventureiros”, que tinham se apoderado do país.

O governo civil de Prudente de Moraes apresentava uma aparente capacidade de reordenar os conflitos que surgiam entre civis e militares, e mesmo, entre os militares. Mas essa composição durou pouco, porque, além da questão política, a crise financeira colocava o país numa posição de quase insolvência perante o capitalismo da época. A influência patrimonialista oriunda do Império,

e a própria adaptação do novo regime às circunstâncias econômicas liberais, levaram o país à crise.

O governo republicano desencadeou uma intensa perseguição contra os monarquistas, que não tinham aderido ao novo regime. Nesse momento histórico, ressaltava-se a atuação de um pequeno grupo, que tinha sido despojado do poder, e buscava através da ação conspiratória restaurar a Monarquia. Foi através da imprensa que os restauradores aplicaram o objetivo de suas lutas, numa intensa propaganda contra o regime republicano. O problema maior que os monarquistas enfrentavam referia-se à não adesão da maioria dos oficiais do Exército, a não ser exemplos isolados, que ainda mantinham um sentimentalismo e respeito pela instituição imperial.

Os restauradores achavam que a ditadura militar havia colocado o Brasil num caminho contrário às tradições políticas que tinham feito a grandeza do Império. Segundo eles, o caos financeiro e econômico, gerado pelo governo republicano, que consideravam incompetente e desmoralizado, poderia levar o Brasil a uma fragmentação do seu território.

Outra realidade que preocupava os republicanos no início da República, foi o conflito com a Igreja Católica, quando ela perdeu a sua ligação e os privilégios com o Estado. A laicização do estado republicano tinha criado um conflito difícil de ser solucionado com a Igreja Católica. Os restauradores monarquistas aproveitaram-se dessa situação, lançando mais ataques contra a República.

A animosidade com a Igreja Católica começou durante o Império. A tradição e o conservadorismo católico não combinavam com as mudanças que ocorriam no Brasil, principalmente com a propagação da ideologia liberal. Outras doutrinas, como o evolucionismo e o positivismo eram amplamente difundidas entre os intelectuais brasileiros.

No Segundo Império, alguns políticos de tendências liberais e maçônicas ligavam a Igreja Católica ao atraso absolutista, que o colonialismo português implantou no Brasil. Como o catolicismo era a religião oficial do Estado imperial, a Igreja encontrava-se numa posição confortável, não tomando partido em nenhuma situação política ou social, a não ser em raros exemplos. O ponto crítico que envolveu os bispos de Olinda e do Pará com os maçons, foi a exclusão dessas pessoas das irmandades católicas. A Igreja Católica sentia-se como detentora da verdade religiosa e moral:

como também parte do aspecto jurisdicional do controle social, exercido de parceria com o Império (Montenegro, 1972, p. 93).

Os maçons liberais proclamavam o livre pensamento e a liberdade de expressão, como forma da verdade de sua conduta, sem a interferência de uma entidade religiosa que se julgava dona da verdade de consciência. O conflito da Igreja Católica com os maçons foi o ponto de partida para acelerar o seu deslocamento da área oficial do Estado.

O anticlericalismo era o fator que os maçons acionavam para diminuir a influência da Igreja Católica no controle social e político da população brasileira. O conflito apologético e ideológico de ambas as partes, configurou cada vez mais

a tendência da separação da Igreja Católica com o Estado, fato esse que se concretizou com a República.

Saldanha Marinho e Rui Barbosa, como maçons, desencadearam intensa campanha anticlerical pela tribuna do legislativo. O regalismo do Império tinha que ser extirpado pela doutrina liberal, isso porque, o poder temporal do catolicismo não cabia mais dentro da instituição do Império. Do lado católico, os veementes ataques de alguns sacerdotes contra a maçonaria agitaram mais os conflitos.

O poder do Estado e o poder eclesiástico estavam em confronto. A Igreja valeu-se de sua força religiosa condenando a ação do Estado, bem como, dos adeptos do catolicismo, que, de certa forma, apoiavam a atitude condenatória do Império sobre a Igreja. Por outro lado, os católicos radicais apoiavam a Igreja no seu embate com o Estado imperial:

O tradicionalismo político não permitia que se fizessem reformas substanciais da política religiosa do Império e que viessem anular aquele hibridismo, propiciando a plena compatibilização das atribuições da Igreja e do Estado (Montenegro, 1972, p. 111).

Além das idéias liberais, a doutrina positivista e a maçonaria contribuíram para que o catolicismo deixasse de ser a religião oficial do Estado, através do decreto n.º 119, de janeiro de 1890, que instituiu a liberdade de culto no Brasil. Esse decreto foi influenciado por Rui Barbosa, que era maçom. No Governo Provisório, também eram maçons, Deodoro da Fonseca, que tinha sido Grão Mestre da Maçonaria e também Quintino Bocaiúva, além dos positivistas

Benjamim Constant e Demétrio Ribeiro. De certa forma, essa atitude, segundo os apologistas católicos, não arrefeceu o ânimo da Igreja Católica:

Tendo a República bases doutrinárias - devido às idéias filosóficas de seus implantadores - e origem maçônica, intencionalmente contrárias à Igreja, isso em vez de anular a vitalidade católica, ao contrário, motivou-lhe um ressurgimento admirável (Moura, 1978, p. 31).

Segundo o ponto de vista dos religiosos católicos, o Estado republicano transformou-se em um Estado laico, justificando com essa medida, que as instituições políticas tinham que estar separadas da influência religiosa. As polêmicas em torno dessa questão ficavam restritas aos intelectuais da época, tanto os católicos, como os livres pensadores republicanos. O maior polemista do lado republicano foi Rui Barbosa, que exercia grande influência sobre os demais componentes da cúpula republicana:

A cultura brasileira da época, não muito profunda, de intelectuais que se deleitavam mais com literatura que com filosofia, cujo protótipo é Rui, artista da pena e da palavra, de erudição vasta como o oceano, mas que se podia atravessar com "águas pelas canelas", como se disse; de positivistas militantes na política, sem grandes vãos de inteligência, como Benjamim Constant, Demétrio Ribeiro e os restantes (Moura, 1978, p. 34).

As críticas da Igreja aos republicanos e militares, com relação à liberdade de culto, evidenciavam um confronto de base doutrinária, que tentava demonstrar que esse documento oficial feria a tradição e os sentimentos do povo brasileiro, que era católico. Outros pontos importantes eram acentuados pelos católicos,

quanto às transformações jurídicas que a República implementara no Estado brasileiro:

A obrigatoriedade do casamento civil antes do religioso, a laicização plena dos cemitérios, a inelegibilidade dos clérigos, a negação do direito de votar aos religiosos, a proibição do ensino religioso nas escolas públicas, a conservação da legislação sobre os bens de "mão morta" evidenciam que as disposições legais sobre liberdade religiosa não se adequavam à justiça natural, que vinham carregadas de preconceitos contra a Igreja. Por outro lado, a legislação se contradizia ao estabelecer uma liberdade de cultos que impunha a todos os cultos os princípios do credo positivista. Tal incoerência foi veementemente verbada pela pena causticante do grande Eduardo Prado (Moura, 1978, pp. 33 e 34).

As evidências mostravam as ligações da Igreja Católica com os restauradores monarquistas, que aproveitavam de qualquer situação para atacarem o regime republicano. No plano ideológico, os que mais recebiam ataques eram os adeptos do positivismo. Neste trecho do livro, *Fastos da Ditadura Militar do Brasil*, de Eduardo Prado, citado por Moura (1978), percebe-se a influência do positivismo na República:

A Igreja positivista está no Brasil, com todo os foros e privilégios de religião oficial. É intolerante, dominadora, exclusivista e o governo impõe a oficialização dela manifestada em suas divisas. Ela regulou o Pavilhão republicano, ela dá a interpretação legal e religiosa dos atos do Governo, nos editoriais do *Diário Oficial* (Moura, 1978, p. 38).

As atitudes tradicionalistas da Igreja Católica identificavam-se com o movimento restaurador monárquico. Em São Paulo, os dois maiores apologistas católicos eram monarquistas restauradores: Eduardo Prado que expressava uma

forte convicção religiosa como defensor da doutrina católica; e João Mendes de Almeida, que foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo, destacando-se, igualmente, na defesa da Igreja Católica. Foi também um dos fundadores do Partido Monarquista em São Paulo. Era considerado um católico autêntico. Segundo os seus contemporâneos, sua conduta pessoal era direcionada dentro dos princípios do catolicismo, inspirando sentimentos de piedade com as pessoas:

Sob o aspecto doutrinário foi um dos apologistas católicos o que mais se distinguiu. Após ter assimilado o método e a metafísica de S. Tomás, procurou formar a ciência do Direito pelos princípios tomistas (Moura, 1978, p. 72).

As concepções filosóficas de Kant e Hegel, e a teoria evolucionista de Darwin, nas duas últimas décadas do século XIX, influenciaram os intelectuais brasileiros. Até mesmo filósofos católicos aderiram a essas doutrinas. Para contrapor ao avanço dessas novas idéias, o Papa Leão XIII, lançou a Encíclica Aeternis Patris - depois confirmada por Pio X e Bento XV - ressaltando o pensamento de São Tomás de Aquino. Começou a doutrina tomista a servir de base na orientação doutrinária e filosófica do ensino e da fé católica. O combate às heresias que preocupavam a Igreja Católica, tinha também por fundamento a filosofia e a teologia tomista (Moura, 1978).

Iniciou a Igreja Católica uma fase de intensa propagação visando, a sua integridade religiosa:

A laicização republicana, a efervescência das idéias positivistas, o liberalismo que dominava a política, as terríveis campanhas de difamação e de calúnia que a maçonaria movia desde os tempos de D. Vital contra o passado da Igreja e contra o clero, tudo isso não amedrontou nem afastou do combate os pastores e os

Padre Gerardo V.
São Thomas de Aquino

católicos, pelo contrário, despertou-lhes o espírito de combate, de obediência e de união (Moura, 1978, pp. 27 e 28).

Esse despertar da atuação católica produziu resultados entre os sacerdotes e leigos, que passaram a defender a doutrina da Igreja contra os ataques sofridos pelos agnósticos e ateus. Em julho de 1900, foi organizado na Bahia, o primeiro Congresso Católico Brasileiro. Aumentou o número de colégios católicos, e começaram a circular os primeiros jornais católicos. Os chamados apologistas católicos, como Eduardo Prado e Carlos de Laet continuaram defendendo a Igreja através da imprensa (Moura, 1978).

O movimento de restauração monarquista que se iniciou após a República, estava impregnado pela fé católica e pela tradição do povo brasileiro, que naquele momento, através de doutrinas e ideologias exógenas, vieram conturbar a serenidade e a convicção espiritual de todo o país. Os monarquistas restauradores católicos achavam que tinham de defender suas idéias no campo político, mas também deviam zelar pelos valores morais e religiosos do catolicismo, que foram vilipendiados pela ação de grupos de ateus que se alojaram no poder.

No manifesto monarquista de 1896, do Centro Monarquista do Rio de Janeiro, assinado por Ouro Preto, João Alfredo, Andrade Figueira, Lafaiete e Assis Figueiredo, repudiava-se a forma como a República tratava a situação política do país. Também a crise econômica era criticada pelas constantes emissões de dinheiro, colocando-se os mais pobres numa condição de vida bem cruel. A lavoura e o comércio encontravam-se quase que falidos, e muitas

fortunas foram deterioradas pela depreciação do dinheiro. Para os monarquistas, a liberdade que o Império proporcionava ficou comprometida pela ação nefasta dos republicanos:

Em matéria religiosa, desaparecera a religião do Estado - a fé católica a que se prendem o descobrimento, a conquista, a civilização, a vida do Brasil - para ceder lugar, de honra e de direito, nos emblemas da nacionalidade, a uma doutrina de poucos, geralmente rebelida (Celso, 1935, p. 104).

O laicismo constituiu-se numa exigência, e deveria estar inserido na Constituição republicana, que estava sendo elaborada por Rui Barbosa. Portanto, a “diversificação dos credos religiosos” (Montenegro, 1972) estava relacionada à imigração patrocinada pelo governo republicano. Desse modo, era preciso que o Estado republicano proporcionasse a liberdade religiosa, garantida pela Constituição de 1891. Por outro lado, devido à influência que a Igreja Católica exercia, o governo republicano e a Igreja procuraram amenizar os conflitos existentes:

Com a República se cria um novo sistema de relações entre Igreja e Estado, a princípio visto como ainda afetado pelo laicismo, embora desta feita mais suave com respeito à religião católica, assumindo uma feição de indiferença com respeito a ela (Montenegro, 1972, pp. 147 e 148).

Embora essa animosidade entre a República e a Igreja Católica estivesse mais arrefecida, as reações praticadas pelos restauradores apologistas através da imprensa nos momentos de crise da República, não surtiam o efeito desejado, dentro do oportunismo do qual os restauradores tentavam aproveitar-se naqueles momentos. Os republicanos estavam sempre alertas às investidas dos

monarquistas. A pretensão monárquica foi sendo paulatinamente reduzida na sua intensidade, mas a minoria dos monarquistas restauradores sonhava em promover a derrubada da República. Mostravam que tinham forças para criar dificuldades ao regime republicano. Algumas vezes, foram responsabilizados por falhas cometidas pelos próprios republicanos.

Para manter viva a expectativa dos republicanos, quanto a uma possível revolta monarquista, apareciam constantemente as divulgações de notícias nunca confirmadas, de que era iminente a queda da República. Os ativistas restauradores foram efetivamente, os que mais se expuseram nas conspirações, dentro e fora do país:

as atividades monarquistas refletem os esforços de um grupo político minoritário que procurou, por todos os meios de que dispôs, promover a queda do novo regime. Daí se explicar por que os restauradores foram responsabilizados pela maioria dos acontecimentos que abalaram os inícios da República, por que foram temidos pela influência que possuíam, bem menor, do que se acreditava: por que foram usados para encobrir muitas das dissidências advindas entre os republicanos e, finalmente, por que foram utilizados para justificar a repressão, que tinha por objetivo o fortalecimento do poder (Janotti, 1986, p. 11).

Saudosistas ou ativistas, os adeptos do monarquismo no Brasil vivenciaram um dos períodos em que o Estado, a sociedade e as forças produtivas estavam, na verdade, numa transição econômica, política e social, tentando adaptar-se às circunstâncias conjunturais do capitalismo liberal, e na aplicação do federalismo no Estado brasileiro. Após a instauração da República, os restauradores começaram a arregimentar-se tanto no exterior, como no Brasil,

tentando através das atividades conspiratórias, ações individuais e divulgações pela imprensa, visando desacreditar e derrubar o novo regime (Janotti, 1986). A situação criada a partir destas contestações, produziram um elenco de atitudes que lançavam à opinião pública os desacertos, as mazelas e a corrupção política e administrativa do governo republicano.

Na afirmação de Janotti (1986), os monarquistas afetivos e saudosistas não representaram nenhum perigo à República, apegavam-se mais ao passado e à tradição. Os intelectuais monarquistas contribuíram na divulgação das lutas dos restauradores, através da imprensa e dos livros. Mas foram os ativistas, que representaram o segmento monarquista, que promoveram as maiores agitações contra o regime republicano:

os ativistas atuaram ao longo da duração do movimento, isto é, no período compreendido entre 1889 a 1910: agitaram comícios populares por ocasião da renúncia de Deodoro; apoiaram a Revolta da Armada; combateram na Revolta Federalista; angariaram contribuições dos simpatizantes do movimento; incentivaram greves, como a dos cocheiros e ferroviários, visando um levante revolucionário em 1900; proclamaram a restauração da Monarquia em 1902, na cidade de Ribeirãozinho, Estado de São Paulo (Janotti, 1986, p. 11).

3 - A POLÍTICA DOS GOVERNADORES

Depois de implantada, a República procurava consolidar-se em meio às transformações que ocorriam no país: o desenvolvimento do capitalismo liberal, o

fortalecimento de uma elite urbana, a ascensão de uma camada média urbana e o poder econômico e político da elite cafeeira paulista. Na garantia institucional da República coube ao Exército a tarefa dessa estabilização.

Apesar de todas essas mudanças que estavam ocorrendo no Brasil, a prática política ainda mantinha-se dentro de certos controles, no propósito de conciliar a organização político-administrativa com os interesses individuais e familiares, que em cada região exerciam influência. Esses traços familiares com fortes conotações patrimonialistas e oligárquicas, refletiam-se nos procedimentos políticos aplicados nas esferas do poder do nível municipal, passando pelo estadual, até atingir o governo da República.

Dessa maneira, quando se analisa o tipo social e político do coronel, compreende-se de que se trata do estudo do comportamento de um personagem, que associado a um "sistema de obrigações e favores", alargou o seu poder e dominação por vastas regiões do país desde o período regencial. De acordo com a sua condição de grande proprietário rural abastado, mantinha as atitudes do mando político e social dentro do seu município e região, onde a reciprocidade e a fidelidade representavam os suportes, que davam a sustentação de sua influência em torno de seus interesses. Por outro lado, os seus protegidos tinham a obrigação de manifestarem a sua gratidão, em troca dos benefícios e favores recebidos por parte do coronel. Na verdade, representavam as retribuições de um pacto de natureza político-social, que não podia deixar de ser cumprido dentro daquelas circunstâncias.

O sistema eleitoral republicano que vigorava nesse período, favorecia as eleições dos candidatos dos chefes políticos de cada município ou região, fortalecendo o critério coronelista da barganha política. Os agregados que dependiam do coronel eram condicionados a apoiarem os candidatos do chefe político da região. A República continuou a manter esse sistema eleitoral arcaico em funcionamento, porque tinha condições de exercer um controle rígido sobre a sua clientela. Dessa forma, os vínculos de lealdade não desapareciam, ao contrário, eram reforçados nas bases políticas, de onde projetavam-se às esferas estaduais e do governo da República.

Mas, dentro da República, a elite cafeeira paulista reivindicava o seu lugar no novo regime; entretanto, teria de compartilhar com as oligarquias regionais, dividindo a legitimidade política republicana. A supremacia e o dinamismo da elite cafeeira estava diretamente vinculada ao capitalismo externo, mas a sua organização partidária ainda não estava plenamente revestida do sentido político liberal, embora tentasse demonstrar essa tendência. A aproximação política da elite cafeeira paulista com as oligarquias regionais representou a feição liberal-oligárquica de que estava revestida a política republicana.

Naturalmente em relação ao Estado republicano, essa tendência forçosamente teve que ser mantida, para conciliar os interesses das facções moderna e conservadora:

A ambigüidade do Estado republicano brasileiro é a característica mais evidente de um lado, politicamente oligárquico, de outro, liberal, consoante o sentido de sua economia (Silveira, 1978, p. 87).

O federalismo uniu, portanto, a legitimidade política republicana dentro de um esquema, onde mesclavam-se às tendências liberal e conservadora, como forma de estabelecer algumas aderências de sustentação política e social de que necessitava o novo regime. A representatividade política na República, teoricamente, estava baseado em valores igualitários, para garantir o funcionamento dos mecanismos institucionais do aparelho estatal. Esse compromisso era defendido por todas as lideranças dos estados, embora a realidade de propósitos estivesse longe de constituir o que o discurso institucional liberal-federativo apregoava. Essa competência de ordem constitucional servia unicamente para "ajustar" esse mecanismo às variações políticas, para continuar a prevalecer a legitimação autoritário-oligárquica da República.

O direito liberal e a organização federativa do Estado republicano foram implantados no Brasil, através da influência da economia cafeeira que se vinculava ao mercado externo. No Oeste novo paulista, a lavoura cafeeira expandiu-se através do esforço e do dinamismo dos cafeicultores progressistas. Assim, puderam com esse espírito empreendedor capitalista, contribuir à implantação da República. Ao mesmo tempo:

A República encontrou, em âmbito nacional, elites políticas representativas de grupos sociais em processos diferentes: uma em ascensão, outra em declínio. O ponto de convergência política de ambas se fazia ao nível estadual, onde a base econômica agrário-monocultora lhes dava condições de liderar outros grupos sociais locais. O federalismo republicano pode, dessa maneira, ter flexibilidade dupla ^{de} assegurar essa liderança estadual dos grupos agrários e promover a liderança federal do grupo agrário cafeeiro (Silveira, 1978, p. 100).

Com a posse de Campos Sales, na presidência da República, em 1898, o poder das oligarquias regionais foi efetivado. Elas tiveram que ser acomodadas dentro de uma de centralização de poder político, por parte de Campos Sales, que teve de "ajeitar" os acordos com as lideranças oligárquicas, com o objetivo de complementar o seu plano econômico, visando o saneamento das finanças do país.

Campos Sales chegava à Presidência da República, com a fama de político honesto e capacitado. Tentava demonstrar o bom senso na gestão político-administrativa, e considerava-se um liberal, embora agisse com rigor nas prerrogativas presidenciais. Os conflitos e as agitações políticas anteriores ao seu governo, tinham deixado muitos contratemplos a serem revolvidos. Campos Sales conseguiu, através de sua engenhosa articulação com as oligarquias, governar o Brasil tentando recompor as finanças nacionais.

A necessidade de adequar o Estado brasileiro às condições de uma normalidade política e econômica, eram dificultadas pelas manobras e choques das oposições que dominavam no Congresso. A cafeicultura sofria as conseqüências da crise financeira e econômica, e o acúmulo de empréstimos feitos no exterior criavam empecilhos para expandir os financiamentos destinados à agricultura (Silveira, 1978). Campos Sales, para ter maior desafogo no plano político, procurou fortalecer os presidentes dos estados, com o propósito de conciliar a política federal com as políticas oligárquicas estaduais.

A concepção da Política dos Governadores tinha por objetivo determinar a descentralização de muitas decisões de caráter político, que ficavam mais sujeitas

às influências regionais. A autonomia proporcionada pelo federalismo republicano representava nos estados, o mecanismo apropriado para concretizar esse objetivo. Como republicano histórico, Campos Sales tinha uma aversão sobre a centralização monárquica, sendo que, essa contingência refletiu-se na sua posição política republicana. Como presidente da República conseguiu direcionar as aspirações federalistas com a Política dos Governadores, elaborando uma adaptação liberal-oligárquica, que convinha às duas partes políticas que disputavam o poder da República:

A "Política dos Governadores", tal e qual executada, traria um relativo apaziguamento político. Apaziguamento discutível se se pensar na persistência da dicotomia entre Estado e Nação. Na verdade, a tessitura institucional republicana, forjada no liberalismo, mantinha, se lhe deslindamos o conteúdo sócio-econômico, um cerne nitidamente conservador. Expressava melhor o domínio das oligarquias regionais no poder. A manutenção da fachada de representatividade liberal atualizava a inserção do país no contexto capitalista, sob a hegemonia do grupo cafeeiro (Silveira, 1978, p. 2).

A tendência personalista que Campos Sales desempenhou durante seu governo, estava direcionada a cumprir suas metas prometidas durante sua campanha eleitoral. O seu programa de governo implementou uma forma de atuação presidencial, onde toda diretriz e responsabilidade governamental eram de competência exclusiva do Executivo. Dentro da sua visão de governo, ele julgava representar o conjunto da sociedade brasileira, por isso, achava-se compelido a governar com firmeza, invocando o ideal federativo, cujo comando do poder pertencia ao Presidente. Achava que era preciso recuperar a essência

imigração do executivo

ideológica que a República tinha perdido, mas desvirtuou muito essa meta durante a sua trajetória de governo.

A grande preocupação política de Campos Sales estava direcionada aos estados e municípios, aplicando uma ampla eficácia das questões públicas, através do sistema federativo de governo. Embora enfatizasse o comando político como Presidente da República, Campos Sales percebeu que era preciso fazer concessões com as oligarquias regionais. Na verdade, elas ainda mantinham o poder nas suas bases políticas, contribuindo para aplacar os antagonismos e dissensões entre as facções políticas que pudessem pôr em risco o esforço do governo na aplicação do Funding-Loan. Daí, a necessidade de uma certa paz política na consecução desse plano:

O governo precisava de um partido de sustentação no Congresso. Campos Sales não desdenhava o papel das agremiações partidárias, considerava mesmo a organização a que pertencia constituía de fato um partido com promissoras possibilidades como esteio da administração presidencial (Silveira, 1978, p. 165).

O Congresso deu todo o apoio à iniciativa do governo federal, aprovando o projeto sobre as condições do Funding-Loan. A estabilidade política aplicada parecia ajudar a resolver a crise financeira e econômica que o país atravessava. Para isso, o governo federal precisou elaborar com ajuda dos políticos, a Comissão Verificadora de Poderes que manipulava as eleições dos candidatos que eram favoráveis ao situacionismo governamental (Silveira, 1978).

Os vínculos da política nacional correspondiam à estreita união que o Presidente da República exigia dos estados, no propósito de aplicar uma prática

política mais consistente, que resultasse em colaboração para solucionar a crise financeira. Campos Sales conseguiu demonstrar, na aparência, que não dava muita importância aos aspectos partidários. No entanto, sempre procurou a colaboração das maiorias partidárias que dominavam em cada estado. No governo Campos Sales, as oligarquias estaduais puderam ser fortalecidas pela Política dos Governadores. A República, teoricamente funcionava como uma democracia liberal, mas continuava a receber a influência patrimonialista e oligárquica que vinham do Império, apesar das mudanças ocorridas na transição de governo. O poder executivo nos estados era uma extensão do comando federal, e os municípios enquadravam-se através de seus chefes locais à subordinação do comando estadual. A submissão estadual e municipal estavam condicionadas à fidelidade que os políticos podiam oferecer ao poder da República:

O Executivo federal explicitava nesse acordo o compromisso com os estados em troca de apoio no Congresso, reconhecia as situações dominantes naquele momento histórico. Por outro lado, o mecanismo de verificação de poderes é que regulava esse relacionamento desde que depurava os elementos não situacionistas em nível federal. No interior dos estados em decorrência como se processava a representatividade e o partidário, as elites estaduais que predominavam foram as que conseguiram transferir o mesmo compromisso implícito no relacionamento entre União e Estados para o relacionamento entre os estados e municipalidades (Silveira, 1978, p. 172).

Mas a situação econômica continuou a ser um problema de difícil solução. Ela contrariava os interesses dos plantadores de café, que também tinham diversificado suas atividades econômicas. Também eram banqueiros, donos de

estradas de ferro, comerciantes e exportadores. Para os cafeicultores progressistas a crise reduziu muito as oportunidades de seus investimentos. Precisavam alcançar a maturidade econômica e política, que o capitalismo liberal impunha, como agentes das forças produtivas da nação, exigindo que o governo federal corrigisse os rumos da economia. Entretanto, o esquema político com aspecto federativo parecia ter se adaptado nessa realidade brasileira:

O federalismo aí contido, finalmente, não deixava de ser o mesmo federalismo estadualista da ordem constitucional de 1891, mas encontrava melhor coordenação para que os excessos de autonomia estadual não prejudicassem o funcionamento do aparelho estatal da União. A funcionalidade da “Política dos Governadores”, portanto, estava plenamente adequada ao processo sócio-político do Brasil no momento em que a República procurava consolidar-se (Silveira, 1978, p.181).

A dominação política no Congresso não representava na sua essência, o caráter ideológico liberal. Na verdade, constituiu um amontoado de posições políticas que se antagonizavam, na tentativa de alcançar a liderança nos destinos da Nação. Essa situação favorecia o aparecimento das pretensões monarquistas. Enquanto a Política dos Governadores cuidava da estabilidade política, o governo federal implementava a política do Funding-Loan. Diante da crise ficava mais fácil aos restauradores empenharem-se em conspirar contra a República. O resultado da crise levou ao aumento do custo de vida, desemprego e redução das atividades comerciais e industriais. A excessiva carga tributária aplicada sobre os contribuintes, criou mais descontentamentos com eclosões de greves entre os operários. A política restritiva freava o desenvolvimento interno, e Campos Sales

viu-se compelido a adotar essa política econômica, mesmo prejudicando a elite cafeeira que o havia apoiado à Presidência da República.

A grande preocupação de Campos Sales era proporcionar a estabilidade institucional de que o Brasil necessitava, solucionando as crises políticas e econômicas, que os governos republicanos anteriores tinham deixado como herança. A administração pública estava atada diante dos conflitos, que ocorriam entre as facções políticas estaduais dentro do Congresso. Por isso, o reordenamento político e financeiro da República significou o compromisso que Campos Sales tinha a cumprir, ajustando essa realidade para uma “urgente e imprescindível a necessidade de uma reforma” (Silveira, 1978):

Era inegável, assim, que Campos Sales procurava coordenar a política brasileira desde a base até a presidência da República, centralizando-a na medida em que forçou o apoio de vários grupos ao seu governo. A estabilização política, de que Campos Sales carecia para empreender uma administração eficaz no objetivo de resolver o problema financeiro estava garantida (Silveira, 1978, p. 169).

Mas, o que realmente preocupava era a crise econômica e financeira, que colocou a economia cafeeira paulista na recessão. E foi justamente essa crise econômica e financeira que reacendeu novamente o sentido oposicionista à República, através do pequeno segmento de monarquistas que tinham sido aliados do poder. Dessa vez, mudou o cenário da reação monarquista, a nova oportunidade estava concentrada no Estado de São Paulo, com as articulações realizadas pelos professores monarquistas da Faculdade de Direito de São Paulo. Mas foi o Oeste novo paulista que passou a ser o centro dos conflitos contra a República.

Diante da crise que atingiu sobremaneira os cafeicultores paulistas, abalados também pela crise política, gerada pela dissidência do Partido Republicano Paulista, restavam poucas alternativas de soluções pacíficas. Os monarquistas restauradores do Estado de São Paulo uniram-se aos dissidentes republicanos, muitos deles cafeicultores progressistas, além dos fazendeiros de café que eram monarquistas por sentimento, para participarem do movimento revolucionário de 1902. A maioria desses agricultores ainda mantinha o controle político de seus municípios.

Quando se analisa a atuação desse conjunto de forças políticas bem diferentes, percebemos que elas são originárias das mesmas bases sociais e políticas, que formaram as oligarquias regionais e municipais. O cenário de todo esse confronto estava condicionado dentro dos municípios, onde as forças situacionistas e opositoristas republicanas atuavam. Embora a crise econômica e financeira representasse o motivo principal da revolta, as diferenças políticas geradas pela dissidência do PRP foram causas relevantes.

Devemos levar em conta a realidade da transição republicana até o governo de Campos Sales, para compreendermos a inserção cada vez maior do Brasil dentro do sistema capitalista. Mesmo assim, o país passou a conviver com a transformação e o dinamismo do capitalismo liberal, que procurava romper as dificuldades que impediam a implantação de uma economia mais moderna. De outro lado, permaneceu o conservadorismo patrimonialista e oligárquico, que se adaptou dentro da instituição republicana. Daí para frente, as oligarquias regionais adquiriram força política nas decisões nos âmbitos estaduais e federal.

Mesmo assim, muitos fazendeiros de café conseguiram, aparentemente, devido às circunstâncias da economia moderna, desvincular-se do seu status senhorial e do seu papel de “coronel”, e transformarem-se no “homem de negócios” (Fernandes, 1976). Mas continuaram desempenhando o seu poder político e social sobre sua região ou município. Aceitavam o procedimento liberal e federativo, e participavam de modo dinâmico no fortalecimento das atividades comerciais e financeiras naquele momento histórico. Entretanto, o mandonismo político continuou latente na sua personalidade, e necessitando atuar como chefe político do seu município, influenciando nas decisões e nos pleitos eleitorais. Por isso, pouca coisa mudou no relacionamento político das facções oligárquicas e liberais, no tocante às influências de poder dentro dos municípios, principalmente durante a passagem do regime imperial ao republicano:

Uma necessidade recíproca aproximou os antigos e novos políticos; em primeiro lugar, a necessidade de manter intactos, o mais possível, os quadros administrativos existentes para que o abalo da mudança de regime fosse pequeno e a classe fazendeira, sustentáculo da nação, gozasse de tranquilidade para tentar salvar o que era seu ou para progredir (Queiroz, 1969, p. 87).

Esse personagem que se aburguesava diante das inovações liberais, contribuiu para terminar com a escravatura e introduziu a mão-de-obra imigrante como solução à produção cafeeira. Também a sua aliança com o Estado trouxe-lhe a vantagem de beneficiar-se com as tramas oficiais, pois, as exportações cafeeiras eram resguardadas pela autonomia constitucional concedidas aos estados. Por isso, o seu poder e dominação permaneciam intactos nas suas áreas de influência:

os mandões locais continuavam, nos municípios, dominando administração, poder judiciário, polícia, câmara municipal (Queiroz, 1969, p. 88).

Assim, podemos afirmar que as bases políticas municipais fortaleceram de maneira acentuada o poder e a influência das oligarquias estaduais. Se partirmos do pressuposto de que a base política de todo esse conjunto de forças estava localizada dentro dos municípios, podemos igualmente argumentar que a tentativa de restauração monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, encontrou dentro do município o ambiente formado e propício às conspirações que deram origem à revolta:

na medida em que ser governista, no interior, tinha um sentido diferente do que era empregado pelos parlamentares na capital. Na maior parte das vezes, ser governista nas pequenas localidades, era estar ligado aos coronéis que apoiavam naquele momento o prefeito: retirado o apoio, os governistas viravam opositores. E foi isto que se deu na revolta (Janotti, 1986, pp. 239 e 240).

CAPÍTULO III

A REVOLTA MONARQUISTA DE 1902

A aplicação da moratória com os credores externos dificultou ainda mais a crise econômica no Brasil. O principal setor atingido foi a economia cafeeira paulista, resultando numa política econômica recessiva com a retração do crédito, falências, diminuição das atividades industriais, desemprego e alta do custo de vida.

Essa situação econômica refletiu-se no plano político, que resultou nos confrontos políticos pela disputa do poder no Estado de São Paulo, chegando a provocar a dissidência do Partido Republicano Paulista. Alguns professores da Faculdade de Direito de São Paulo, que eram monarquistas restauradores, começaram a conspirar principalmente pelo interior paulista. Procuraram o apoio de muitos fazendeiros que continuavam a ser monarquistas por sentimento e também de fazendeiros que eram dissidentes do Partido Republicano Paulista, para tentarem derrubar a República. Os resultados dessas conspirações ampliaram a propagação do movimento de restauração monárquica pela região cafeeira do Oeste novo paulista, havendo, inclusive, tentativas de levantes armados nas cidades de Espírito Santo do Pinhal e Ribeirãozinho.

Faculdade de Direito de São Paulo
professores monarquistas

1 - A CRISE DA ECONOMIA CAFEIEIRA

As forças produtivas cafeeiras ligadas à agricultura de exportação, evidenciavam um dinamismo característico da evolução capitalista. O progresso material justificava-se pela própria realidade que era proveniente da expansão da riqueza em nível individual, apesar de que esse sentimento de prosperidade acentuou-se de forma ponderável, com a instauração do regime republicano.

Essa realidade foi possível de ser concretizada, em função da produção cafeeira no Oeste novo paulista (Beiguelman, 1985), que tomou um impulso acentuado com a introdução do trabalho assalariado, a partir da década de 1880. O capital acumulado pela atividade cafeeira criou uma extensa malha ferroviária, abrangendo as áreas cafeeiras (Silva, 1976), notadamente no Oeste novo paulista. Dinamizaram-se também as exportações do produto através do porto de Santos, onde a organização das casas comissárias destinadas à comercialização do café, financiavam os fazendeiros dando o suporte creditício necessário. Com isso, as atividades bancárias expandiram-se pelas regiões cafeeiras, auxiliando os produtores de café. Criaram-se pequenas indústrias, e o setor de serviços ampliou consideravelmente suas atividades. Na afirmação de Silva (1976), a expansão do café transformou-se no "centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil".

A economia cafeeira paulista tornou-se o polo de irradiação de múltiplas atividades produtivas, que contribuíram para alicerçar o poder da elite cafeeira paulista. Esse processo de desenvolvimento originário do capital cafeeiro

estimulou e inseriu essas forças produtivas dentro de um esquema que se ligava num único ponto de sustentação:

O capital cafeeiro tinha portanto diversos aspectos: ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial (...) essas diferentes funções são reunidas pelo capital cafeeiro (...) não havia uma elite agrária cafeeira, uma elite comercial, etc., mas uma elite cafeeira exercendo múltiplas funções (Silva, 1976, p. 60).

As mudanças na ordem econômica nos primeiros anos da República foram aceleradas. Os agricultores viam-se transformados em financistas e especuladores, na ânsia da riqueza fácil. Isso porque, os novos tempos exigiam as aplicações das transformações capitalistas modernas que chegavam no Brasil, modificando a atitude do fazendeiro de café, que se tornava o agente produtivo progressista dentro da economia cafeeira.

A cafeicultura necessitava de créditos e dos investimentos externos. O sistema federativo que concedeu autonomia aos Estados, possibilitou que os governos estaduais recorressem aos empréstimos internacionais. Até mesmo muitos municípios tiveram acesso a esses créditos. Não era somente o governo federal que recorria a esses empréstimos (Prado Jr. 1977).

O grande problema era tentar conciliar essa expansão do sistema econômico, onde o café representava 65% das exportações brasileiras, com a realidade dos mercados mundiais que controlavam e manipulavam a economia, de acordo com os seus interesses. A situação da economia brasileira tornou-se bastante vulnerável às freqüentes oscilações dos preços do café nos mercados

internacionais. A estabilidade financeira e econômica do Brasil conduzia-se de acordo com os impulsos que vinham do exterior.

O novo regime foi buscar na circulação da moeda, o alívio financeiro para gerir os negócios do Estado, mas em contrapartida, as emissões de dinheiro causavam um sério problema, porque estimulavam a especulação e o aumento dos preços dos produtos. A pressão financeira jogava a economia nacional num rumo totalmente contrário à tentativa de estabilização da economia do país. A receita dos tributos diminuiu, em parte pela desordem da arrecadação de impostos que se criou após a República. O aumento das despesas federais também estava relacionado aos levantes militares, que aconteceram no período. A saída foi jogar no meio circulante, novas emissões de dinheiro para amenizar o resultado do déficit (Prado Jr., 1977). Mas essas emissões da moeda tinham efeitos relativamente curtos, para contornar a crise, e novamente:

Virão reforçar este apelo a novas emissões a situação do Tesouro público, a braços com a perturbação produzida pela mudança de regime (...) Sob a ação deste jorro emissor não tardara que da citada atividade dos negócios se passe rapidamente para a especulação pura (...) Em fins de 1891 estoura a crise e rui o castelo de cartas levantado pela especulação. De um momento para outro desvanece-se o valor da enxurrada de títulos que abarrotava a bolsa e o mercado financeiro. A debacle arrastará muitas instituições de bases mais sólidas mas não resistirão à crise; e as falências se multiplicam. O ano de 1892 será de liquidação; conseguir-se-á amainar a tempestade, mas ficará a herança desastrosa ligada por dois anos de jogatina e loucura: a massa imensa de papel inconvertível em circulação. Esta subira entre 1889 a 1892, de 206.000 contos para 561.000. E

como não será possível estancar de súbito este jorro emissor, a inflação ainda continuará nos anos seguintes (Prado Jr. 1977, pp. 219 e 220).

Essa onda especulativa e instalações de empresas que só existiam nos contratos, originaram a avalanche de ações que eram lançadas no mercado. O resultado foi a inadimplência e a falência de inúmeras casas comerciais, empresas e bancos. A situação da balança comercial brasileira agravou-se, pois, muitos dos investimentos estrangeiros foram retirados, devido à instabilidade econômica e política que o Brasil atravessava:

A mudança de regime, a agitação política, a desordem financeira, a impressão de anarquia que tudo isso provocava nos centros financeiros do exterior, determinam neles não somente a suspensão de remessa de novos capitais para o Brasil, mas ainda a liquidação apressada de todas as disponibilidades (Prado Jr., 1977, pp. 220 e 221).

A falta de experiência do governo republicano no trato das finanças públicas, nos seus primeiros momentos, também contribuiu ao desastre financeiro que se instalou no país. Apesar da boa intenção em querer estabilizar as finanças, Rui Barbosa tinha o objetivo de canalizar o dinheiro especulativo às atividades industriais. O resultado contrariou o plano inicial, acarretando inflação alta, falências e descrédito no governo republicano.

A crise da lavoura cafeeira começou a sentir seus efeitos em 1890, com a queda dos níveis de preços do café no mercado internacional. De 1894 em diante, acentuaram-se mais as quedas do produto, em razão da crise econômica que afetava os Estados Unidos (Delfim Neto, 1979), um dos principais importadores

de café do Brasil. Mesmo com a depreciação cambial e queda nos preços, a produção cafeeira continuava a aumentar:

A queda dos preços do café colocava agora os agricultores em situação quase desesperadora e também o próprio governo, pois a redução dos preços tornara insolváveis os fazendeiros e a pressão do setor importador sobre o mercado de câmbio tendia a depreciar ainda mais a taxa cambial (Delfim Neto, 1979, p. 23).

A tendência de baixa nos preços do café colocou a economia nacional numa realidade crítica, conforme podemos observar pela tabela:

Tabela 1

Preços do café nos mercados externo e interno 1889-1900

ANOS	TAXA CAMBIAL	PREÇO EXTERNO	PREÇO INTERNO
1889	26 7/16	100	100
1890	22 9/16	113	120
1891	14 29/32	90	171
1892	12 1/32	87	201
1893	11 19/32	103	276
1894	10 3/32	92	290
1895	9 15/16	91	262
1896	9 1/16	69	252
1897	7 23/32	47	180
1898	7 3/16	41	163
1899	7 7/16	42	156
1900	9 16/32	46	171

Fonte: Delfim Neto, Antônio. A política do café no Brasil, 1979, p. 22

Os preços do café no mercado externo, a partir de 1896, caíram a níveis extremamente baixos devido à super produção. Os estoques do café acumularam-

se nos armazéns sem possíveis compradores (Prado Jr., 1977). Esse motivo piorou mais a situação econômica do país; dessa forma, o capital externo tinha amplas facilidades de impor suas regras, oferecendo empréstimos a juros altos. O café representava o grande interesse do mercado externo, e o desequilíbrio econômico e as agitações políticas, formaram um quadro favorável ao capitalismo internacional, no sentido de poder tirar vantagem da situação.

Quando Campos Sales assumiu a Presidência da República, em 1898, a realidade econômica do Brasil era quase de falência. As sucessivas crises financeiras desde 1891, foram sendo “empurradas” para frente, na perspectiva de serem absorvidas e saneadas pelos futuros governos. As dificuldades nas taxas cambiais, as falências e a alta do custo de vida, revelaram uma contingência da crise da qual o governo de Campos Sales não tinha condições de resolver. As despesas da República representavam uma grande sobrecarga em relação à receita, e não havia condições de administrar o país (Prado Jr., 1977).

A solução encontrada foi uma moratória junto aos credores internacionais. O London & River Plate Bank realizou a intermediação com os credores do Brasil, principalmente os Rothchilds, sendo que, o referido banco fiscalizaria o acordo firmado, fazendo com que os recursos alocados fossem direcionados aos fins propostos (Prado Jr. 1977). Assim, o Brasil despojou-se de sua liberdade econômica e ficava totalmente preso ao aparato do capitalismo financeiro internacional.

A política econômica brasileira tinha assumido características de desnacionalização, frente à acentuada dependência aos interesses do capital financeiro externo. A economia brasileira encontrava-se inserida dentro de uma realidade crítica, mostrando que não tinha a capacidade e condições de alterar essa situação de subordinação. Dessa maneira, 85% do que era gerado pelo comércio brasileiro era destinado ao capital internacional (Sodré, 1967).

Para cumprir os compromissos com os credores internacionais, Joaquim Murinho, ministro da Fazenda do governo Campos Sales rebaixou os preços do café de forma drástica, objetivando aumentar o acúmulo de divisas dentro do país:

Para obter esse resultado foi preciso, entretanto, permitir que os preços caíssem e permanecessem durante muito tempo em níveis baixos. Com a política de saneamento monetário iniciada por Joaquim Murinho, o meio circulante havia sido reduzido de 734 contos de réis em 1899, para 675 mil contos em 1902 (Delfim Neto, 1979, p. 24).

A partir de 1896, a crise do capitalismo mundial atingiu o Brasil levando a um estado de estagnação a lavoura cafeeira, onde os exportadores nacionais não tinham como regular a ordem dos preços do produto. O controle das exportações e dos preços do café foram assumidos inteiramente pelo capital externo.

A situação econômica dos cafeicultores estava longe de ser resolvida pelo governo republicano. O esforço produtivo dos fazendeiros não era compensado, pois, mesmo com a produção do café em alta, os preços continuavam despencando (Sodré, 1967).

A tendência para dificultar o crescimento da indústria foi seguida à risca por Joaquim Murinho, durante o governo de Campos Sales. Essa afirmação de Murinho, citada por Sodré (1967), exemplifica claramente a posição do governo naquele período:

O emprego de capitais e operários em indústrias artificiais representa um verdadeiro esbanjamento da fortuna nacional (Sodré, 1967, p. 210).

Anteriormente, as medidas que Rui Barbosa tentou aplicar no Encilhamento, e também as medidas de proteção tarifárias à indústria no governo de Floriano, não foram suficientes para alterar as condições da indústria no país. Naquele momento, a subordinação econômica a que o Brasil foi submetido pelo acordo do Funding-Loan, representava, de fato, um freio que estancava qualquer iniciativa da expansão da indústria. Campos Sales não tinha qualquer interesse em alterar o que estava estabelecido nas negociações com o capital financeiro internacional:

Campos Sales não fazia, realmente, nenhuma concessão às forças produtivas em desenvolvimento. Falava, referindo-se a estas, em “mania de grandeza” que levaria “a criação de empreendimentos industriais de todas as maneiras imagináveis”. Descrevia as indústrias como “completamente artificiais” e pregava orientação antípoda do desenvolvimento (Sodré, 1967, p. 213).

Segundo Faria (1993), Murinho não participou das negociações do Funding-Loan, mas foi o “fiel executor” do acordo que privilegiava o capital financeiro externo. A imposição das regras estabelecidas configuravam a vontade

Campos Sales não tinha qualquer interesse em alterar o que estava estabelecido nas negociações com o capital financeiro internacional.

dos credores externos, e Murinho nada fez senão seguir estritamente o acordo estabelecido:

Quanto à política econômica, quando a nível de sua formulação e adequação às exigências assumidas naquela renegociação, quanto à de sua condução no cotidiano da realidade econômica brasileira, seguiu os ditames do economista inglês Joseph Philip Wileman "ghost thinker" do Ministro da Fazenda (Faria, 1993, pp. 255 e 256).

De certa forma, as medidas colocadas em prática permitiram certa elasticidade das finanças, no sentido de sanear o desajuste da economia brasileira. Claro, que as dificuldades eram muitas, e o governo republicano começava a tomar medidas rigorosas, cortando consideravelmente as despesas, bem como, colocando uma excessiva carga tributária sobre os contribuintes:

Alienam-se os bens públicos (assim como navios de guerra recentemente construídos); e serão arrendadas ferrovias do Estado. Constituir-se-á com estas medidas um fundo de amortização do papel-moeda, saneando-se a circulação e revigorando a moeda. Mas a súbita retração do meio circulante e a ascensão do câmbio que resultarão disto, entorpecem a vida financeira e trazem a ruína de muitas iniciativas (Prado Jr., 1977, p. 223).

O Funding-Loan, concluído por Campos Sales com os credores internacionais, colocou o Brasil mais ainda na dependência do mercado financeiro externo. A crise econômica causou uma perturbação muito acentuada nas forças produtivas brasileiras; cresciam os descontentamentos e as manifestações do povo, contrário a essa política recessiva do governo federal. A situação piorou mais com o aumento dos impostos, e segundo Sodré (1967), essa atitude poderia

ser denominada de "fúria tributária". Mas Campos Sales ficava insensível às reclamações dos agricultores e empresários, sendo totalmente contrário ao desenvolvimento industrial, conforme sua afirmação:

É tempo de tomar o caminho certo; e o que devemos fazer para esse fim é nos esforçarmos para exportar tudo quanto pudermos produzir em melhores condições do que os outros países, e importar tudo quanto eles possam produzir em melhores condições do que nós (Sodré, 1967, pp. 213 e 214).

Campos Sales seguiu na contramão da história, colocando o Brasil num plano sem expectativa econômica. A exportação para o governo era a única alternativa, porque estava atrelado aos compromissos feitos com o capital externo. A superprodução cafeeira havia colocado os preços do produto em níveis extremamente baixos. Os cafeicultores lançaram a idéia sobre a valorização do café para amenizar a crise, mas não houve nenhum efeito concreto a esse respeito (Sodré, 1967).

O ministro da Fazenda, Joaquim Murinho levava ao extremo a crise brasileira, num esforço injustificado para cumprir o acordo com o capital financeiro externo. O que Murinho realizava na administração das finanças, era simplesmente aprofundar a crise. As grandes preocupações do governo federal estavam direcionadas em administrar os déficits orçamentários, o aumento das despesas e o aumento do papel-moeda em circulação. Nada abalava as diretrizes da política econômica, embora isso aumentasse a bancarrota das empresas, a ruína da agricultura e o desemprego dos trabalhadores. Para Murinho, a crise era monetária e suas conseqüências na economia não representavam para o governo,

nenhum motivo de preocupação para explicar a natureza de sua origem, nem disposição de amenizá-la. Murtinho acreditava que os princípios econômicos guiavam-se através de uma “seleção natural”, em que somente os mais fortes sobreviveriam (Sodré, 1967).

Portanto, a política econômica de Campos Sales estava baseada numa fórmula simples de ser administrada. Para equilibrar a receita, a solução seria a de cortar as despesas. A prioridade era aumentar as exportações e diminuir as importações, e captar empréstimos no exterior, a fim de ajudar no equilíbrio orçamentário do país. O Estado brasileiro não tinha interesse em intervir na economia, nem amparar e subsidiar qualquer setor produtivo em dificuldade. A neutralidade do Estado impunha-se como sustentação ao sucesso da política recessiva:

No seu relatório de 1900, Murtinho assinalaria que “o governo deixou que a produção de café se reduzisse por seleção natural”, determinando-se, assim, a liquidação e a eliminação dos que não tinham condições de vida, ficando nas mãos dos mais fortes e dos mais bem organizados para a luta (Sodré, 1967, p.216).

Dentro do período de 1898 a 1902, não restavam muitas alternativas para o Brasil sanear suas finanças, a não ser através dessa moratória. Mas, a aplicação da política econômica e financeira de Campos Sales colocou o país numa posição de submissão muito acentuada. Isso porque, a maior parcela das exportações brasileiras eram provenientes do café, e essa realidade ficava sujeita aos fluxos do mercado externo, os quais o Brasil não tinha meios de controlar. Para a

manutenção da política monetarista, era necessário enquadrar-se aos critérios das finanças internacionais:

O imperialismo foi o grande beneficiário da crise e da terapêutica. Dominava já a comercialização de nossos principais produtos de exportação (...) Instalar-se-á, agora a estrutura financeira (...) E, abertas todas as portas começara a expandir-se extraordinariamente na forma de investimentos (...) O mercado interno em retração força os Estados a verdadeira luta tributária interna (Prado Jr., 1977, ps. 127 a 130).

Murtinho achava que a industrialização representava um risco, e que ela seria responsável pela crise em que o Brasil havia mergulhado, desde os governos anteriores a Campos Sales. O orçamento da República teria que ser criteriosamente equilibrado, bem como a austeridade no controle da política monetarista, que representavam os pontos centrais para qualquer estabilidade financeira. Embora essas medidas econômicas viessem a criar dificuldades e sacrifícios aos fazendeiros de café e a população brasileira.

2 - AS ORIGENS E AS ARTICULAÇÕES DA REVOLTA

Durante os primeiros anos da República, os políticos do Partido Republicano Paulista, principalmente os que eram ligados à cafeicultura, achavam que pelo domínio econômico que o Estado de São Paulo tinha sobre a economia nacional, deveriam também estender essa influência no plano político. Nesse

período de transição republicana, formaram-se dois grupos que disputavam o poder político. De um lado, a força econômica dos cafeicultores paulistas, e de outro, as oligarquias regionais que contribuía para a sustentação política da República. Mas, a hegemonia econômica paulista encontrava dificuldades para se impor no cenário político republicano que se iniciava:

com considerável descentralização de poder e com um Estado-líder que começava por enfeixar em suas mãos a administração de seus interesses no campo do suprimento da força de trabalho, controle da produção e assim por diante. No resto do país, entretanto, outros padrões de participação social e política garantiam que esta liderança econômica não fosse demasiado longe, em termos políticos (Schwartzman, 1975, p. 101).

As pressões dos políticos paulistas tornavam-se cada vez mais persistentes, antepondo-se ao governo federal, em função da própria autonomia estadual, chegando ao ponto de aumentar o seu efetivo policial, que tinha características militares:

Os paulistas estavam convencidos de que uma milícia poderosa lhes daria um crescente poder no cenário nacional, além de proteger seus interesses locais (Lessa, 1988, p. 133).

Convencidos de seu poder econômico e de sua autonomia, os políticos paulistas através de suas lideranças no Congresso, Prudente de Moraes, Campos Sales, Francisco Glicério e Bernardino de Campos, questionavam Deodoro por sua ingerência nos assuntos de São Paulo. Com relação ao governo de Floriano Peixoto, criou-se uma relativa reciprocidade de apoio, isso porque, esse período

isso era a força A oligarquia do
apoiado ao poder, mas não a força

republicano foi marcado por intensas rebeliões armadas. Nesse momento, era necessário esquecer as rixas políticas e dar seu apoio ao governo federal (Lessa, 1988). Entretanto, os interesses dos políticos paulistas estavam dirigidos à eleição de um civil à presidência da República, sendo o mais cotado, Prudente de Moraes. Na verdade, esse interesse de São Paulo tinha um preço a pagar, em troca do apoio à Floriano Peixoto:

O governo de Floriano Peixoto dependia de São Paulo. Os Paulistas resolveram prestar seu apoio à Floriano. Com suas finanças bem situadas, o Estado podia emprestar, e realmente o fez, grandes somas ao governo federal (...) O Governador de outro poderoso Estado cafeeiro - Minas Gerais - liderou a pressão sobre Floriano, exigindo eleições. Enquanto a Revolta da Armada persistia, o governador Afonso Pena tentou convencer Floriano da conveniência das eleições marcadas para 1.º de março de 1894 (...) Nessa conjuntura crítica, com os revoltosos da Armada ameaçando a capital do país e os Federalistas se aproximando rapidamente dos limites meridionais de São Paulo, as eleições presidenciais de 1.º de março de 1894 se realizaram e um líder paulista, Prudente de Moraes foi eleito (Lessa, 1988, ps. 140 a 142).

Na presidência da República, Prudente de Moraes conseguiu estabilizar relativamente as pressões militares e dar uma forma civil ao seu governo, apesar dos percalços que surgiram, como o atentado à sua pessoa, ocasionando nesse episódio a morte do Marechal Bittencourt, Ministro da Guerra. Os conflitos armados de Canudos também contribuíram para criar mais dificuldades ao seu governo.

Prudente de Moraes!

Com as crises econômicas que surgiram no país, os restauradores monarquistas empenharam-se em trazer intranqüilidade à República, embora não encontrassem a sustentação militar no propósito de derrubar a República. O monarquista restaurador Eduardo Prado era o principal incentivador da proposta de buscar o apoio dos militares à queda do regime republicano:

Como alguns republicanos da época do Império, Prado, jogava com os perenes receios militares de dissolução ou enfraquecimento e conclamava os oficiais a se moverem contra o governo a fim de salvar a nação (Lessa, 1988, pp. 164 e 165).

No entanto, Prudente de Moraes teve condições de consolidar o domínio civil na República e de passar a presidência ao seu sucessor, Campos Sales, que foi eleito presidente da República com o apoio da elite cafeeira paulista. A preocupação de Campos Sales estava voltada no sentido da reconciliação, principalmente no acordo feito com as lideranças políticas do Rio Grande do Sul, um estado que tinha grande poder de influência política na República (Castro 1982).

Segundo o ponto de vista de Campos Sales era preciso contar com a colaboração de todas as classes sociais, para poder atravessar a crise que se acentuava cada vez mais. A anarquia monetária e fiscal tinha colocado o país numa realidade econômica crítica. A situação de crise abalava o sistema agroexportador paulista, e os cafeicultores foram os primeiros a manifestarem-se contra a estagnação que ameaçava as finanças do Estado de São Paulo.

Após concretizar os acordos do Funding-Loan com os credores internacionais, o momento político necessitava de uma coordenação mais consistente, para conseguir o apoio político das oligarquias regionais. Os ânimos parlamentares estavam arrefecidos, e a sustentação política ao novo governo estava garantida. Mas, a situação econômica e financeira chegou a um ponto de inflexão. Diante dessa realidade, a elite cafeeira procurou assegurar a criação de mecanismos de auxílio à lavoura:

O movimento dos agricultores era no sentido de obrigar o Estado a procurar saídas para a crise (...) Diante da insensibilidade dos poderes públicos, cabia-lhes o conagraçamento da classe como poder de pressão (...) Argumentavam que “se o governo contra toda a nossa expectativa se conservar surdo às sugestões de patriotismo, a esquivar-se ao cumprimento do dever terá fatalmente de ceder à própria forças das coisas que seria a “voz rebelde do instinto de conservação superpondo-se à voz da razão” (Casalecchi, 1987, p. 95).

Com o aprofundamento da crise, os conflitos com os trabalhadores rurais eram constantes, principalmente entre imigrantes e fazendeiros devido aos salários atrasados. Muitos fazendeiros vendiam ou hipotecavam suas terras, outros loteavam suas fazendas em pequenas propriedades. O clima de insatisfação estava atingindo níveis que seriam difíceis de serem controlados, principalmente em relação ao plano político.

As origens da recessão começaram em 1896, e os cafeicultores nos anos seguintes até 1899, solicitaram ao governo paulista soluções ao problema. Fundaram os Clubes da Lavoura em diversos municípios paulistas, onde as

produções cafeeiras estavam em expansão. Mas os recursos financeiros do governo paulista e do governo federal não foram liberados para atender aos reclamos dos cafeicultores. Ao contrário, aumentaram as dificuldades por iniciativa do governo federal, com o recolhimento de uma parte do dinheiro em circulação, o retraimento do crédito agrícola e as dificuldades em ampliar os prazos de pagamentos das dívidas dos agricultores. Esses fatos somente aumentaram o desespero de uma boa parcela dos políticos perrepistas, ligados à cafeicultura, que não conseguiam sensibilizar o governo federal diante da situação de crise.

Os debates jornalísticos na capital paulista convergiram sobre a política econômica de Campos Sales, e de seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho. Enquanto o *Correio Paulistano* tomava uma atitude mais conciliatória em relação aos conflitos dentro do PRP, *O Comércio de São Paulo*, jornal de tendência monarquista, conclamava os cafeicultores descontentes a organizarem o Partido da Lavoura, no intuito de defenderem os seus interesses. O jornal *O Estado de São Paulo* insinuava aos cafeicultores a tomarem uma atitude de maior radicalização, com relação ao governo federal.

O jornal *O Estado de São Paulo*, de 18 de julho de 1901, publicou um veemente artigo de autoria de Alberto Sales, criticando o sistema presidencialista, acentuando a forma autoritária como o presidente da República tratava as forças produtivas, que eram os sustentáculos da nação. Júlio de Mesquita escreveu no mesmo jornal, diversos artigos, entre julho e agosto de 1901, desenvolvendo

intensa campanha contra o presidencialismo. Na edição de 7 de setembro de 1901, o mesmo jornal publicava um manifesto, onde defendia os dissidentes do Partido Republicano Paulista (Casalecchi, 1987).

Nessa época, as articulações organizadas pelos fazendeiros através do Partido da Lavoura e da União Municipalista, no Estado de São Paulo, estavam criando divisões nos municípios, onde prevaleciam as influências do Partido Republicano Paulista (Casalecchi, 1987). A crítica também era dirigida ao governo federal que restringiu o crédito da agricultura, numa evidente demonstração de segurar os efeitos inflacionários sobre a economia nacional.

Os conflitos acirravam-se dentro das hostes do Partido Republicano Paulista. De um lado, o grupo liderado por Campos Sales apoiava o presidente do Estado de São Paulo, Bernardino de Campos, do outro lado, Prudente de Moraes, demonstrando a sua força política, organizou o Partido Republicano Paulista Dissidente (Casalecchi, 1987). Apesar de estar fora do governo, Prudente de Moraes ainda conseguia influenciar um grupo expressivo de políticos paulistas, além de ter uma boa aceitação na opinião pública paulista. O problema da cisão entre os dois grupos estava direcionada em resolver as questões sobre as sucessões ao governo de São Paulo e à presidência da República. O grupo oposicionista à Campos Sales pretendia uma revisão na Constituição de 1891, e terminar com o esquema político montado por Campos Sales, que era a Política dos Governadores (Casalecchi, 1987).

A divisão política no Estado de São Paulo aumentava as disputas dentro do PRP, em relação ao poder estadual ou municipal. A distribuição de poder e a influência que cada chefe político dispunha, representava, de fato, o grau de dominação que exercia revelado pelo número de eleitores que controlava, e também na aplicação dos favores e empregos que pudesse oferecer à sua clientela política na sua região de influência.

Mesmo com as transformações que se processaram nos planos econômico e social, em função da dinamização cafeeira, a prática política no Estado de São Paulo mantivera-se um tanto amortecida e não conseguiu criar mecanismos de renovações entre suas lideranças:

Seus líderes (...) provinham geralmente de um círculo limitado de familiares ligadas por laços consanguíneos ou de casamentos. Frequentado os mesmos colégios e faculdades, mostravam a grande propensão a adotar valores culturais europeus. A elite brasileira, em geral, recrutada dentro das mesmas camadas sociais, cuja identidade era dada por experiências e valores partilhados em comum e por padrões de carreira muito semelhante. Tais mecanismos constituíam legados do período imperial (Love, 1982, p. 215).

Essa situação acontecia no âmbito municipal, onde os fazendeiros de café representavam o papel do empresário capitalista de tendência liberal. Desempenhavam na política municipal o sentido coronelista, ao mesmo tempo que, na ordem econômica, transformavam-se em liberais. Na realidade, se do lado político tinham que conviver com uma estrutura de poder conservadora, do outro

lado, estavam ligados à expansão do capitalismo liberal, que exigia mudanças de hábitos e de mentalidade na gestão empresarial (Silveira, 1978).

Na esfera municipal, esse processo político harmonizava, às vezes, as facções mais conservadoras com as camadas mais progressistas do sistema agroexportador. A atitude de conciliação vinculava-se às articulações dentro do município, que tinha que estar em consonância com os poderes estadual e federal. A estrutura jurídico-política para manter-se mais ou menos estável, acomodava-se aos mecanismos das políticas estaduais:

A ambigüidade autoritário-liberal do texto constitucional, trazendo atrás de si a própria ambigüidade do setor cafeeiro agroexportador que, do lado do Exército, fizera a República, criou canais de instabilidade e incertezas (Silveira, 1978, p. 102).

A dúplici feição autoritária-liberal instituída pelo regime republicano, colocou nos estados e municípios essa contradição, que se refletiu sobre a política, acentuando os interesses de grupos que disputavam o poder, cuja única preocupação estava dirigida para seu próprio benefício. Essa ausência de "mecanismos institucionais" (Silveira, 1978) facilitou a implantação da Política dos Governadores por Campos Sales. Dessa forma, era possível controlar politicamente as várias oligarquias regionais que davam a sustentação política ao regime. O esquema aplicado criou uma certa convergência de interesses, que reforçava os laços do poder estadual com os chefes municipais. Mesmo que as disputas internas dos vários partidos republicanos se acirrassem, o Presidente estava numa posição privilegiada, porque sempre estava apoiando a facção mais

poderosa dentro de cada estado. Portanto, a estabilidade política ficava razoavelmente garantida para Campos Sales empreender a sua política financeira recessiva sobre o Brasil. Os compromissos mútuos entre o governo federal, governos estaduais e municípios forneciam uma integração e reciprocidade de atuação favorecendo o lado situacionista (Silveira, 1978).

No entanto, a questão que estava por detrás do aspecto político, fundamentava-se na crise econômica e financeira do Funding-Loan. A realidade de insolvência de uma parcela dos fazendeiros de café, originou a insatisfação política no âmbito do PRP. Na dissidência do partido encontravam-se importantes cafeicultores do interior paulista, que tinham grande influência nas decisões da política municipal e estadual. Alguns deles, não eram somente produtores de café. Haviam ampliado de forma considerável os seus investimentos em outros setores da economia, como bancos, ferrovias, comércio, exportações e mesmo indústrias. Essa diversificação das atividades econômicas e financeiras, elevavam esses personagens à categoria de “homem de negócios” (Fernandes, 1976), que independentemente de suas convicções políticas, monarquistas ou republicanas, haviam assumido o papel progressista da ideologia liberal, adaptada às circunstâncias da realidade nacional. Na verdade, muitos daqueles que ainda se sentiam monarquistas, tinham ingressado no PRP e continuavam a exercer o seu poder e influência nas suas áreas de atuação. Esse “sincretismo” político era justificado em razão de poderem manter o prestígio pessoal, político e econômico dos quais não abriam mão.

Além dos outros motivos que geravam a dissidência do PRP, o último fato aconteceu quando as duas alas do partido não chegavam a um acordo para formar o Congresso Constituinte paulista, pois, os futuros dissidentes pleiteavam a supressão do cargo de vice-presidente do Estado de São Paulo (Casalecchi, 1987). O manifesto da facção dissidente tentava esclarecer a justificativa dos motivos que levaram a essa cisão:

Na Justificativa de Motivos pretendia-se retomar o espírito do manifesto de 1870 e da Convenção de Itu de 1873, uma vez que era o “velho Partido Republicano” que ressurgia. A propaganda republicana, ao ser aceita pelo povo (cujo espírito democrático esteve presente desde a Colônia, pelo que foi extirpada a Monarquia), era agora retomada pelo novo Partido. Contrapunha-se ao “governo pessoal” de Campos Salles, a quem culpavam pela desorganização do Partido Republicano e pelo abandono dos ideais da propaganda. Governo pessoal que se nutria da “política dos governadores”, da ação direta na “verificação de poderes”, por isso provocadora da cisão (Casalecchi, 1987, p. 108).

Os próceres perrepeistas apelavam para o bom senso dos dissidentes, em nome da harmonia social e política do Estado de São Paulo. Mas a conciliação estava cada vez mais difícil de ser mantida. A estagnação financeira do país era o ponto mais crítico da discórdia, que depois era passada às disputas políticas. A reforma pretendida era a implantação do sistema parlamentarista no país, isso porque, achavam que o presidencialismo representava a raiz das dificuldades que o país atravessava. Para o governo federal não havia meios de proceder-se a qualquer modificação na ordem constitucional, em razão da crise econômica e financeira, pois, dificultariam as negociações com os credores internacionais.

Outras questões políticas de menor importância eram inseridas entre o situacionismo e os dissidentes. A imprensa da capital e do interior engajaram-se na campanha entre os dois grupos (Casalecchi, 1987):

A 6 de novembro de 1901 torna-se público o Manifesto do Partido Republicano Paulista Dissidente, aprovado no Congresso do dia anterior, sob a presidência de Prudente de Moraes com a assinatura de 97 prosélitos (...) Fizeram-se representar 106 delegados e suplentes, nomeando-se, para organizar o programa do Partido, Antônio Mercado, Cesário Bastos, Cincinato Braga, Ignácio Uchoa e Júlio de Mesquita. Discutiu-se o nome do novo partido: Liberal, Conservador, Regenerador, Nacional, Dissidente. O que é mais importante enfatizar é que, dos 161 municípios do Estado, existem 106 delegados da dissidência representando 80 localidades. Número significativo para um partido que se lançava. Isto não passou despercebido ao governo, e ao partido, por mais que minimizassem a cisão, fato que terá consequência na futura eleição (Casalecchi, 1987, p. 107).

Diante da crise política com a oposição, o governo estadual paulista demitiu grande número de funcionários públicos que apoiavam a dissidência do PRP: “222 autoridades, 37 delegados, 35 subdelegados e 150 suplentes” (Casalecchi, 1987). Toda essa perseguição política era para garantir o resultado eleitoral, a favor do situacionismo republicano paulista. Os conflitos em muitos municípios do interior continuaram, às vezes, com a aplicação de violências contra os opositores:

O movimento dissidente não abalou as hostes perrepistas. Nem por isso foi considerado com desprezo, por não desconhecere[m] os governistas os descontentamentos da lavoura, que somado aos protestos populares (motivado

pela carestia) expunha os governos (federal e estadual) às contestações (Casalecchi, 1987, p. 115).

Nas eleições de 16 de dezembro de 1901, o governo paulista saiu-se vitorioso. No interior do estado, as notícias sobre arbitrariedades e violências contra os opositoristas, foram amplamente difundidas pela imprensa. Na verdade, os opositores não tinham conseguido abalar a estrutura política do Partido Republicano Paulista. Continuaram a se manifestar contra a política recessiva de Campos Sales, que sufocava as forças produtivas do país. A lavoura estava insolvável, sem crédito, os negócios paralisados e o custo de vida tornava-se insuportável para a população.

Para os dissidentes do PRP, Campos Sales influenciava demais no processo de escolha dos candidatos à presidente do Estado de São Paulo e presidente da República. Enquanto Campos Sales apoiava Bernardino de Campos ao governo de São Paulo e Rodrigues Alves, como candidato à presidente, Júlio de Mesquita, um dos líderes da dissidência, apoiava Cerqueira César ao governo paulista e Prudente de Moraes como presidente (Janotti, 1986). O panorama político aplicado pela Política dos Governadores criava uma decepção entre os opositoristas, que esperavam uma maior liberdade nas decisões partidárias. As aspirações democráticas dos primeiros estágios republicanos caíam na frustração das arbitrariedades, violências e leviandades da forma como os políticos do Partido Republicano Paulista dirigiam a política em São Paulo.

A situação de penúria que os agricultores passavam com a política econômica de Campos Sales, reduziam as esperanças de uma recuperação que pudesse colocar o país numa harmonia financeira e política. Na Câmara dos Deputados, as manifestações dos dissidentes eram dirigidas em condenar as atitudes de Campos Sales, que privilegiava as oligarquias regionais, em detrimento dos verdadeiros ideais republicanos Segundo citação de Janotti (1986), na 76.^a sessão ordinária, de 24 de setembro de 1901, na Câmara dos Deputados de São Paulo, o dissidente Alfredo Pujol pronunciava:

A lavoura (...) arrasta-se entre as hipotecas e as penhoras, escravizadas ao juro de agiota; o comércio sucumbe ao peso dos impostos; as indústrias mortas; o crédito desaparece; os gêneros de produção nacional estão baixando todos os dias na cotação dos mercados consumidores; o consumo do país está paralisado pelo retraimento da colonização; as grandes fortunas vão se dissolvendo nesse sorvedouro que ninguém sabe para onde nos arrasta; o câmbio, cambaleando como um ébrio tresnoitado, dá um passo para a frente e dois para trás (Janotti, 1986, p. 216).

Pela narrativa podemos imaginar qual era o clima de insatisfação, e mesmo de desespero, principalmente dos cafeicultores e da população quanto a essa realidade, que cerceava e reduzia as expectativas de uma melhoria no país. O resultado da crise beneficiava os importadores de café no mercado internacional. Os preços do produto estavam em baixa nas safras de 1901/02 e 1902/03 (Delfim Neto, 1979). Internamente, a situação dos cafeicultores paulistas era extremamente crítica:

A grande safra de 1901/02 esgotara os cafezais que não se tinham reconstituído devido às secas e geadas posteriores. Deve ter exercido um papel importante nessa diminuição da produção a falta de recursos com que lutavam os cafeicultores, o que os impedia de tratarem convenientemente a lavoura e os obrigava a utilizar as ruas entre os pés de café para a plantação de cereais (Delfim Neto, 1979, p. 44).

Tendo em vista a situação cada vez mais comprometedora da economia brasileira, os jornais oposicionistas à política de Campos Sales, O Comércio de São Paulo, o País e o Correio da Manhã, condenavam a forma como estava sendo dirigida a política e a economia do país. Na realidade, as atitudes políticas dos opositores, nos seus discursos contra o governo federal, aproximavam-se do conteúdo monarquista (Janotti, 1986). O momento era considerado favorável aos restauradores, para tentarem novamente a queda da República. Por isso, os monarquistas tentavam atrair os republicanos, que estavam insatisfeitos com o rumo que a República tinha tomado. Os artigos de Carlos de Laet na imprensa carioca eram direcionados nesse sentido (Janotti, 1986).

A esperança da restauração monarquista reacendeu-se dentro de um clima de crise política, econômica e financeira, o que possibilitou aos restauradores uma oportunidade de lançarem o apelo aos republicanos dissidentes, para unirem-se contra uma realidade que inferiorizava o Brasil como nação. Se a situação tinha chegado a um limite do suportável, a solução era de unir forças contra um estado de coisas que convinha a ambos os lados. Os reclamos dos dissidentes paulistas entrosavam-se com as aspirações restauradoras:

Difícilmente se ouviria um apelo mais franco do que este, para que se juntassem republicanos aos monarquistas; havia inclusive uma proposta de acordo e até de negociações a nível de cúpula dirigente. Todavia, também por parte dos republicanos haveria um chamamento para que os monarquistas a eles se reunissem (Janotti, 1986, p. 218).

A aplicação da política concentradora de Campos Sales revelava uma contradição com a sua propaganda presidencial, alicerçada no federalismo e na autonomia dos estados. A aparente desconcentração que se permitia aos governos estaduais oligárquicos, ficava restrita pela atitude presidencial, onde as oligarquias eram “vigiadas do alto”, conforme a afirmação de Faoro (1958). Assim, todas as decisões partiam da vontade do presidente da República. Era contra esse comportamento político de Campos Sales, que a dissidência paulista lutava. O partidarismo político seguido pelo presidente estava em sintonia com os interesses regionais, que possibilitavam a sua base de sustentação política no legislativo federal. Dessa forma, tornava-se mais fácil o acerto das conveniências políticas de ambos os lados, pois amenizava a competição na busca do poder político e das vantagens das verbas públicas federais. O pacto político foi elaborado conforme o comportamento de cada facção que era majoritária em cada estado. A fragilidade ideológica dos partidos estaduais ficava compensada pelo poder do chefe do executivo e dos chefes regionais de cada estado.

Portanto, não havia meios de mudar-se os rumos do Funding-Loan, e da Política dos Governadores do governo de Campos Sales. Qualquer pedido de mudanças, nas regras estabelecidas pela política econômica era prontamente

rechaçada por Murtinho. O poder do ministro da Fazenda também estava apoiado nos executivos estaduais e no legislativo federal. Além da base política, contava-se também com o suporte da imprensa subvencionada, que justificava os atos do governo federal. Comentava-se também a subvenção a jornais do exterior (Faria, 1993). A prática de contar-se com a imprensa, justificava os prováveis gastos feitos pelo governo:

Campos Sales foi o primeiro e, até o presente, o único presidente da República a admitir que fez uso do “jornalismo industrial”, expressão que significava, no momento, a imprensa de aluguel ou “indústria de opiniões” (Faria, 1993, p. 259).

Carlos de Laet, citado por Janotti (1986), assim expressou-se sobre o uso da imprensa pelo poder público:

Chegados somos ao tranqüilo estagno em que se concentram os aplaudidos do regime, e do cidadão que tão vistosamente o personifica. A República, essa fantástica promessa de tantas melhorias, tem-se encarregado de iludi-las todas. Da autonomia dos Estados fez o predomínio das oligarquias locais. Da austeridade democrática, uma orgia de pacotadas. Da riqueza e do crédito nacionais o pesadelo da bancarrota e o delírio do imposto. A imprensa seria a válvula, mas, salvo honrosíssimas exceções, tem-se feito comensal do palácio. Trocou-se a pena pela maça do mordomo. Não se vibram mais artigos, discutem-se alfaias. Os diretores da opinião fizeram-se prolongamento da domesticidade (Janotti, 1986, pp. 197 e 198).

Para obter o apoio da opinião pública, a imprensa era intensamente utilizada pelos dissidentes republicanos e restauradores monarquistas, que se empenhavam em trazer ao conhecimento do público a justificativa, porque havia

pontos que se assemelhavam entre eles. Esse aspecto visava demonstrar a organização e união de suas forças contra o governo federal.

O mais influente personagem na propagação do movimento de restauração monarquista, no Estado de São Paulo, foi Eduardo Prado. Em 1895, juntamente com João Mendes de Almeida, fundaram o Partido Monarquista, fechado posteriormente, em 1896, por Campos Sales, então Presidente do Estado de São Paulo, que achava que a propaganda revolucionária não era condizente com a ordem constitucional republicana. Apesar da pouca resistência oferecida pelo movimento monarquista ao governo republicano, Eduardo Prado tentava sensibilizar o Exército para o perigo que a República representava ao país, e conclamava os militares a colocarem-se contra o regime republicano:

Certos monarquistas, como Eduardo Prado, também tentaram tirar vantagem da questão de Canudos a fim de provocar ulterior descontentamento no Exército. Negando que os monarquistas tivessem “a mínima responsabilidade direta ou indireta, na Revolta de Antônio Conselheiro” ele considerava o governo republicano responsável pelas derrotas do Exército, porque “desorganizou o Exército e a defesa nacional, a ponto de expor a bravura do soldado brasileiro a desastres daquela ordem” (Lessa, 1988, p. 169).

Mas Eduardo Prado não sobreviveu para continuar sua campanha contra a República. Faleceu em São Paulo, em 30 agosto de 1901, aos quarenta e um anos de idade, vítima da febre amarela. Foi uma grande perda para o movimento de restauração monarquista.

No entanto, em 1902, a inquietação popular em razão da carestia, a crise da lavoura, da indústria e a paralisação dos negócios, foi criando o ambiente propício para a articulação e conspiração monarquista contra a política recessiva de Campos Sales. No plano político, os dissidentes do Partido Republicano Paulista uniram-se nas conspirações com o mesmo objetivo: que era derrubar o governo da República:

Entre os conspiradores, aparecem com nitidez os monarquistas e a dissidência paulista (Janotti, 1986, p. 238).

Os revoltosos tinham esperanças de contarem com as forças de Generoso Ponce, que na época tinha deflagrado um movimento contra o poder da família Murinho, em Mato Grosso, apesar de ter sido derrotado. Dos jacobinos do Rio de Janeiro, e dos federalistas do Rio Grande do Sul, também não foi possível contarem com os apoios. Nem mesmo através da articulação de Lauro Sodré, com os militares, no Rio de Janeiro, surgiu qualquer iniciativa de reação. Somente os conspiradores de São Paulo conseguiram desencadear precariamente a revolta em favor da restauração monarquista (Janotti, 1986). A situação era de expectativa, diante de um momento difícil, em relação ao ambiente político e econômico do Estado de São Paulo:

Os principais implicados eram fazendeiros influentes, ligados aos chefes monarquistas estaduais e membros das oposições municipais. Por sua reciprocidade de interesses, estavam ligados aos grupos de dissidência do Partido Republicano Paulista; tanto a nível da política estadual, quanto da municipal (Janotti, 1986, p. 221).

Como a situação econômica do país aprofundava-se, à medida que decorria o mandato presidencial de Campos Sales, cresciam as manifestações dos fazendeiros de café do Oeste novo paulista, que era a região cafeeira mais dinâmica do Estado de São Paulo. As articulações começaram a ser efetuadas dentro de um clima de insatisfação, com maior ênfase no interior paulista, com o envolvimento de personagens diferentes das tentativas anteriores. Os restauradores paulistas não tinham ainda perdido as esperanças:

Um grupo de monarquistas, inconformados com a impúbere República, que não era a dos sonhos de alguns republicanos, planejou derrubá-la e colocar no trono Dona Isabel, Condessa d'Eu. Esses saudosistas viam quaisquer circunstâncias políticas menos corriqueiras um sinal seguro do enfraquecimento do Governo e ótima ocasião para atingirem a meta: em qualquer republicano descontente enxergavam um adepto para a causa (Arruda Filho, 1987, p. 240).

Os descontentamentos apareceram à medida que a crise econômica e financeira aumentava. Nesse momento, os monarquistas conseguiram vislumbrar mais uma chance de arriscarem a queda da República:

A partir de 1899 articular-se-iam, paulatinamente, as atividades monarquistas e, na medida em que crescia a oposição a Campos Sales nos meios republicanos, surgiam jornais no interior de São Paulo e Rio de Janeiro e vários clubes políticos em outros estados do país. Esse crescimento é bastante significativo chegando ao seu ápice em 1902 (Janotti, 1986, p. 171).

Era no interior paulista onde mais sentia-se os efeitos da crise que pesava sobre a cafeicultura. Diante de uma análise mais crítica pudemos perceber que nessa época republicana, as dificuldades tornavam-se difíceis de serem

contornadas, no sentido de que um movimento de restauração monarquista pudesse ocorrer em locais distantes do Rio de Janeiro e São Paulo. Podemos avaliar a situação de desencanto de muitos fazendeiros de café que tinham se erigido à condição de “homem de negócios” (Fernandes, 1976). De repente, viam-se numa situação de crise, que lhes tirava toda expectativa de conduzirem suas atividades produtivas, devido a fatores externos que subjogavam o país, e que não podiam ser modificados por quaisquer circunstâncias:

No Ministério da Fazenda, Murinho encontrava-se numa posição privilegiada, livre de peias e entraves, tanto do Legislativo quanto da imprensa, duas instituições que tinham atribuições principais de fiscalizar os atos do Poder Executivo. As contas públicas encontravam-se, cronicamente, descentralizadas desde a proclamação da República e, dessa maneira, não podiam ser utilizadas como instrumento eficaz de controle da execução do orçamento estatal. Nada pairava acima do médico de Santa Teresa, exceto a City londrina e as nuvens, é claro (Faria, 1993, p. 261).

Durante a primeira quinzena de 1901, o jornal O Estado de São Paulo em vários artigos assumiu a defesa da dissidência do Partido Republicano Paulista, demonstrando que os políticos e os fazendeiros não podiam mais tolerar as pressões econômicas e políticas, que colocavam na estagnação e na miséria os produtores da riqueza nacional, e tiravam qualquer expectativa de melhoria de vida da população.

No período entre janeiro a agosto de 1902, realizaram-se as articulações entre os monarquistas restauradores e os dissidentes. O tempo estava correndo

contra os opositores ao governo de Campos Sales; por isso, as confabulações foram aceleradas com o propósito de concretizar o objetivo revolucionário.

Através das conspirações, concretizou-se a idéia da revolta entre os monarquistas e os dissidentes do Partido Republicano Paulista, que se uniram para defenderem uma causa que consideravam justa, que era o direito da liberdade econômica e política conquistada com muito esforço e trabalho. Para isso, nem que fosse preciso pegar em armas para defenderem seus interesses:

As preocupações econômicas mesclavam-se às políticas, fazendo que os Clubes de Lavoura procurassem se organizar no sentido de tomar medidas em defesa de seus interesses. Em resposta a uma convocatória para uma reunião em Ribeirão Preto, promovida pelo Coronel Virgílio Nogueira, secretário do Clube da Lavoura de Batatais, foi publicado em O Comércio de São Paulo, a 8 de julho de 1902, carta de um fazendeiro, Artur de Vergueiro, desiludido com as iniciativas dos clubes "...precisamos de ação, e não mais de palavras, ou, antes, devemos nos impormos, substituir com armas as palavras sem resultado até hoje e nos revoltarmos contra esse governo que nos rege, porque como bem disse Gumercindo Saraiva: a liberdade não se implora de joelhos, conquista-se com armas em punho (Janotti, 1986, p. 222).

Reforçava-se assim, a contestação interiorana, que lançava desafios à ordem institucional republicana. Os inconformados com a realidade da crise tinham chegado a tal ponto, que acreditavam não ser mais possível agüentar os desgastes econômicos e financeiros. Conspiraram e planejaram as estratégias necessárias, com a finalidade de derrubar Campos Sales, da presidência da República, e Bernardino de Campos, da presidência do Estado de São Paulo

(Arruda Filho, 1987). Os revoltosos lançaram em 22 de agosto de 1902, um manifesto nos jornais paulistanos, como protesto e também como reação revolucionária. Janotti (1986) esclarece que foram publicados diferentes manifestos em vários jornais. O jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, publicou o manifesto em 25 de agosto de 1902, três dias após a deflagração da revolta. O manifesto publicado também em 25 de agosto de 1902, pelo O Comércio de São Paulo, revelou a desesperança de um segmento da elite ligada à economia cafeeira paulista, que não suportava mais a indiferença e a insensatez do governo republicano, sendo este, na verdade, o motivo pelo qual empenhavam-se os revoltosos. Na nossa visão, o saudosismo da Monarquia teve papel secundário na elaboração do manifesto. Nele, os revoltosos apontavam a situação de empobrecimento dos brasileiros e afirmavam contar com o apoio das Forças Armadas, o que na realidade era bastante duvidoso (Janotti, 1986, p. 224):

“AO POVO”

O povo em nome de seus direitos levanta-se hoje!

Não é a **LAVOURA** e o **COMÉRCIO**, são todas as classes que hoje se erguem à mão armada para pôr em terra este governo.

A vergonha humana desceu ao derradeiro degrau!

Os homens que nos governam - ao mesmo tempo que tomam as mancheias a fortuna pública - vão reduzindo à pobreza e à miséria os que eram ricos e abastados.

As messalinas exercem o supremo mando!

As mais hediondas patotas são denunciadas pelo Senado, na Câmara e na imprensa; mas o governo, com um despudor mais frio que a frieza do cadáver, ri-se dos acusadores e continuam os furtos com maior afínco.

Nos Estados, o descalabro é igual.

Nosso caminho está traçado.

Entre morrer a pouco a pouco, deixando na miséria nossas famílias, e pegar em armas para derribar este governo, não há quem duvide.

Todas as armas são legítimas, quando se trata de salvação pública.

Todo cidadão é soldado quanto se trata de salvar a pátria moribunda, que está sendo vendida aos estrangeiros.

O Exército e a Marinha estão conosco, pois são testemunhas do acabamento da Pátria!

Pelas armas, só pelas armas, daremos um governo de homens honestos, entre os quais possam sentar-se em conselho os velhos estadistas, servidores do Império.

ÀS ARMAS, ÀS ARMAS!

VIVA A NAÇÃO BRASILEIRA!

As conspirações e as articulações criaram o clima de revolta que agitava os fazendeiros e os políticos, diante dos acontecimentos que estavam por surgir. Inusitado e perigoso, o movimento serviu como protesto de uma parcela da elite cafeeira paulista que tinha influência e poder na República, embora estivesse naquele momento histórico na oposição.

3 - A PROPAGAÇÃO DA REVOLTA

O movimento de restauração monarquista de 1902 abrangeu algumas cidades paulistas: Araras, Araraquara, Boa Vista das Pedras, Espírito Santo do Pinhal, Matão, Mogi Mirim, Ribeirãozinho, São Carlos e Santa Ernestina. Existiam ligações com os restauradores de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas foi em Ribeirãozinho e Espírito Santo do Pinhal, que o movimento tomou uma feição mais acintosa, pois, por um breve espaço de tempo, que durou um dia, os revoltosos conseguiram proclamar a restauração da Monarquia.

Na região de Araraquara, a maioria dos revoltosos eram fazendeiros de café, e agiam sob a liderança de Carlos Batista de Magalhães, que era banqueiro e cafeicultor, além de presidente da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara. No plano político, foi uma das lideranças do Partido Republicano Paulista em Araraquara. O seu filho, Carlos Leôncio de Magalhães (Nhonhô Magalhães), empresário abastado e fazendeiro de café, que participou ativamente no episódio revolucionário, era igualmente republicano. O plano inicial da revolta esperava contar com as adesões de algumas cidades paulistas, para, posteriormente, tomarem a capital do Estado e alastrar o movimento por todo o país. Em 23 de agosto de 1902, eclodiu o "movimento revolucionário", com os revoltosos de Ribeirãozinho e Espírito Santo do Pinhal pegando em armas, saudando a Monarquia. Mas não aconteceu nenhuma anormalidade de maior proporção que pudesse pôr em risco a segurança do regime republicano:

De fato, uma patética tentativa de revolta monarquista eclodiu no interior de São Paulo, no ano de 1902, sendo logo reprimida. Por essa época, o monarquismo era um ideal falido, apesar de sobreviver como uma obsessão de alguns vigilantes republicanos históricos (Love, 1982, pp. 185 e 186).

A revolta surgiu de uma complexa situação de natureza econômico-política, que afetou as atividades produtivas e financeiras do país no governo de Campos Sales, atingindo de modo mais intenso algumas parcelas da elite cafeeira paulista. Alguns desses fazendeiros eram caracterizados como o “homem de negócios”(Fernandes, 1976), que não aceitavam a situação de crise em que o Brasil atravessava; por isso, a participação de muitos republicanos no movimento monarquista de 1902. Também essa revolta foi consequência da dissidência que houve no Partido Republicano Paulista e que teve uma repercussão muito forte na política nacional.

Segundo Carone (1977), o movimento de restauração monárquica estava destinado a uma reação de confronto com a República, e ao mesmo tempo, representou uma “fonte permanente de oposição”. O exército posicionou-se como expressão da segurança institucional republicana, consolidando o seu poder através da força, contra qualquer manifestação que colocasse em risco a estabilidade da República.

Os restauradores, durante os governos militares e na presidência de Prudente de Moraes, tinham energias para desenvolverem manifestações, pressões e ajudas financeiras às revoltas armadas, no sentido de desestabilizar o regime republicano.

no entanto, aproveitaram-se das situações, nunca conseguindo criá-las. Daí a razão de sua fraqueza, pois, à medida que o tempo passava, sua força se torna mais diluída, até representar, num certo momento, um saudosismo político e social (Carone, 1977, p. XII).

Esse episódio levou a efeito o sentimento de pessoas que lutavam por uma causa que julgavam justa. Esses sujeitos histórico-sociais vivenciaram sua prática e capacidade de tentar modificar uma situação no conjunto da vida social e política, mediante alternativas que representaram formas de expressões de lutas, que, às vezes, ficam relegadas ao esquecimento. Nesse caso, as condições objetivas a serem alcançadas num determinado processo de investigação, devem ser inseridas no contexto do momento histórico, reproduzindo os interesses e valores expostos, que são reais e não podem cair no esquecimento. Portanto, a recuperação das ações de grupos que marcaram situações e relações de interesses e conflitos, implicam na incorporação dessa concepção humana na realidade histórico-social do Brasil.

Os motivos da revolta monarquista de 1902, estavam ligados a um período crítico da cafeicultura paulista. A configuração institucional da República permitiu ao governo impor condições centralizadoras na economia e nas finanças nacionais, que se refletiam sobre os municípios, onde os efeitos da crise eram mais acentuados. A desorientação e o abatimento dos ânimos dos fazendeiros, permitia vislumbrar uma única saída que era a revolta armada. Na maioria dos revoltosos, não se apresentou nenhum fundamento ideológico que pudesse incentivá-los a participarem das conspirações e da revolta restauradora

monárquica. Na verdade, o que prevaleceu foi a sobrevivência econômica de uma classe agrária, que tinha tido uma participação fundamental na formação do capitalismo brasileiro. Naquele momento, tornou-se necessário pegar em armas, para defender o patrimônio e os negócios arduamente conquistados.

O ambiente de revolta no interior paulista estava articulado. Nas regiões de Araraquara e Espírito Santo do Pinhal, os líderes das revoltas locais providenciaram armamentos, munições e estoques de alimentos. Seguindo a orientação de Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, a data da deflagração ficou marcado para o dia 22 de agosto de 1902 (Janotti, 1986). Propalou-se a formação de um governo provisório, na forma de triunvirato, desde que a revolta fosse vitoriosa. Corriam informações que além do Rio de Janeiro, a revolta também tinha conexões com outros estados e mesmo no exterior. Conforme o manifesto dos revoltosos, as Forças Armadas dariam apoio à causa monarquista, mas em nenhum momento detectou-se evidências da participação dos militares nas conspirações, principalmente no Estado de São Paulo. A possível interferência do Tenente-Coronel Lauro Sodré, para arregimentar militares à revolta, não apresentou resultado.

Na imprensa da capital paulista, o jornal O Estado de São Paulo, favorável ao movimento restaurador, publicou notícias vindas do interior, dando um realce às áreas que estavam em conflitos. Por sua vez, o Correio Paulistano, órgão oficial do Partido Republicano Paulista desmentiu as informações do jornal antagonista. Esses fatos ficaram conhecidos como “a revolução dos telegramas” (Janotti,

1986). Os dias 23, 24 e 25 de agosto de 1902, marcaram os episódios da revolta pela imprensa. O jornal O Estado de São Paulo publicou em 24 de agosto de 1902, as ocorrências pelas cidades interioranas, como a movimentação de homens armados em Franca e Bebedouro, o aumento dos conflitos em Ribeirãozinho, Araraquara, Guariba, Jaboticabal, Mogi Mirim e as prisões de fazendeiros em Araras (Casalecchi, 1987). No dia 25 de agosto de 1902, o Estado de São Paulo novamente noticiou:

graves ocorrências em Franca, Araras, Mogi Mirim, Araraquara, São Carlos do Pinhal, Casa Branca, Ribeirãozinho, e comentava: "É o homem da terra que se insurge - o mal penetrou fundo, chegou às entranhas da Pátria e, o simples, o sereno lavrador, sempre infenso a motins, lá está de pé, armado, em cólera, vingando o seu sofrimento, respondendo às mentiras oficiais com violência (...). Até ontem podia o governo sorrir das atoardas, hoje, porém, é a verdade cruel e tremenda que se impõe - o movimento parte do coração, é o centro que se agita e quem está na estrada, ao sol, levantando trilhos, destruindo pontilhões, quebrando represas, é o trabalhador da terra, é aquele que ainda mantém o crédito, que é a honra da nação, é o guarda fiel das últimas e apoucadas virtudes nacionais (Janotti, 1986, p. 225).

Embora os conspiradores apregoassem a colaboração dos operários, estes ficaram alheios em relação à revolta. As lideranças operárias não tomaram partido nesse conflito, que envolvia facções políticas da elite cafeeira paulista. A versão de uma parcela ideológica do operariado foi anunciada através de seu jornal:

Nem todos, porém, se deixaram enganar pelas diferentes versões do fato. A 28 de agosto, Benjamim Mota, Neno Vasco, Augusto Donato e Alexandre Cherchiai,

redatores do jornal anarquista O Amigo do Povo, assinaram um manifesto, encimado pelos dizeres “Aos Nossos Camaradas! Ao Povo Trabalhador, advertindo: “Fala-se que estamos na iminência de uma revolução. Ouvem-se já os toques dos clarins guerreiros nas ruas de São Paulo! Fala-se mais: que se pretende mudar a forma de governo do Brasil, abatendo-se a República e implantando-se o regime monárquico. Proletários como nós, vestindo infelizmente uniforme militar partem em expedições. E tudo isso por quê? Porque alguns burgueses aspiram o poder e outros burgueses que nele estão, não querem se desalojar de tão cômoda posição. O nosso caminho está portando traçado: não podemos e não devemos nos envolver nessa briga de burgueses (Janotti, 1986, p. 241).

No envolvimento com a revolta, a política partidária regional e local estava comprometida com os princípios coronelistas, de “feição marcadamente governistas”, segundo Leal (1949). Mas havia também o coronel da oposição, que não era aquele fazendeiro “rústico”, que se rebelou contra a crise econômica federal, e da ação política dissidente do Partido Republicano Paulista.

Na revolta monarquista de 1902, no interior paulista, os republicanos dissidentes e os monarquistas por afeição que estavam engajados nas hostes do Partido Republicano Paulista, e que podiam ser considerados como agentes da produção agrícola, advindos de uma “economia agrária patrimonial” (Fernandes, 1976), conseguiram a sua inserção no desenvolvimento capitalista brasileiro demonstrando que:

Desse momento em diante, o seu destino econômico, social e político deixou de ser uma função exportadora, projetando-se em torno dos vários interesses

gerados pela concentração do capital comercial e financeiro (...) Nesse processo, pelo qual o fazendeiro de café experimenta transformações de personalidade, de mentalidade e de comportamento prático tão radicais (...) em que ele se converte em "Coronel" e em "homem de negócios" (Fernandes, 1976, p. 113).

Na sua condição de "homem de negócios" adotou um comportamento econômico, voltado a uma vinculação com as "múltiplas oportunidades oferecidas pela ordem social competitiva", que reforçava a sua condição de estabilidade social e econômica. Mesmo sendo proprietário rural, ele projetava-se como "homem de negócios", mas também tinha "tradição de família" (Fernandes, 1976). Essa posição era preservada dentro de um contexto que possibilitava a sua participação no poder da ordem política, no cenário de sua atuação local ou regional. A ação econômica e a ação política complementavam-se nesse processo de transformação burguesa, em que o Oeste novo paulista estava inserido.

Às vezes, apareciam com intensidade certas mudanças de atitudes no comportamento desses personagens de mentalidade burguesa, que não aceitavam certas condições econômicas ou princípios políticos, que pudessem prejudicar seus interesses, zelosamente preservados, como foi no episódio da revolta monarquista de 1902 no interior paulista. Dessa forma, a sua imposição dentro da ordem econômica e política na defesa de seus interesses, representava o seu objetivo real a ser atingido:

essa situação fará com que o fazendeiro que se transformava em "homem de negócios" tivesse de afirmar-se, econômica, social e politicamente, como tal. Ele seria senhor - pois o era, no âmbito da fazenda, da família e aos olhos da

sociedade. (...) O seu poder não viria do status senhorial; procederia de sua situação econômica: do capital que dispusesse para expandir horizontalmente a produção agrária, aumentando o número de suas fazendas, e para absorver socialmente as oportunidades econômicas emergentes (Fernandes, 1976, p. 123).

Foi por isso, que se aliaram o “homem de negócio” e o fazendeiro de café monarquista, ambos ligados à economia cafeeira, juntamente com os monarquistas radicais da Faculdade de Direito de São Paulo. O interior paulista passou a ser o cenário onde se desenrolaram as articulações da revolta. O limite de espera dos cafeicultores tinha chegado a um ponto de inflexão.

Durante a revolta pela restauração monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, os episódios que foram mais violentos ocorreram em Espírito Santo do Pinhal e Ribeirãozinho, com os revoltosos armados pelas ruas e aclamando a Monarquia. As conspirações em Pinhal estavam ocorrendo há vários meses anteriores à revolta, principalmente quando estiveram na cidade, Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, o líder monarquista de São Paulo, e Francisco Penaforte Mendes de Almeida, ambos professores da Faculdade de Direito de São Paulo. O grande interesse dos dois monarquistas era arregimentar o maior número possível de participantes na revolta. Na primeira reunião compareceram o Dr. Carolino Ferreira Silva, João Evangelista Pedreira de Cerqueira, João Sertório, Armando Sobrinho, Adelardo Caiuby e alguns outros (Rocha, 1964). A maioria dos participantes nessa reunião eram fazendeiros de café. No dia 1 de agosto de 1902, novamente os conspiradores reuniram-se na casa do capitão Eduardo Nunes Brigação, na rua 13 de Maio, com o propósito de organizarem o Partido

Monarquista em Pinhal. A diretoria eleita ficou assim constituída: Dr. Pedreira de Cerqueira, Dr. João Sertório, Coronel Claudino Cintra, Coronel Francisco Tenório da Mota, Coronel João Batista da Luz Novais, capitão Gabriel da Luz Novais, capitão Eduardo Brigagão, Coronel Amando Soares Caiuby e Juca da Serra (Tumela, 1995).

Em 20 de agosto de 1902, outra reunião foi realizada com a presença dos mesmos participantes da primeira reunião, além do Coronel Davi Batista, cunhado do Dr. Pedreira de Cerqueira. Novas articulações foram realizadas com o propósito de deflagrarem a revolta entre 22 e 23 de agosto de 1902. Mais algumas pessoas aderiram ao movimento: Daniel Bernardes, Evaristo Amâncio, Emílio Teixeira, Daniel de Oliveira Neves Júnior, Joaquim Martins de Siqueira, José Lino da Mota, Benevides de Sá, Alípio Couto e outros (Tumela, 1995). Outros líderes da revolta em Pinhal, o Barão da Mota Paes, Dr. Carolino Ferreira, Tito Ferreira e Gabriel Novais providenciaram a arregimentação de homens, armas e munições. As referências indicam de que outro líder Dr. Pedreira de Cerqueira havia recebido dos monarquistas de São Paulo uma caixa contendo dinamites. Consta que na véspera do levante recebeu um telegrama (cifrado) da capital paulista com o seguinte teor:

café subindo, preço bom, compre, não perca tempo. Essas frases combinadas entre os revolucionários, e que traduzidas significavam que tudo estava preparado e firme para a Revolta e que a ação devia ser imediata (Campos, 1902).

Assim, aliaram-se os fazendeiros de café que eram monarquistas por sentimento aos fazendeiros dissidentes do Partido Republicano Paulista, e lançaram-se na aventura revolucionária:

no histórico 23 de agosto de 1902, foi proclamada a Monarquia em Pinhal (Rocha, 1964, p. 89).

Na madrugada de 24 de agosto de 1902, a cidade de Pinhal foi ocupada por centenas de homens armados, muitos deles vindos do Estado de Minas Gerais. A população acordou com o tumulto provocado pelos revoltosos que aclamavam a Monarquia, dando morras à República, tudo acontecendo ao som do Hino Nacional. No largo da Matriz, onde concentrou-se a multidão, o médico Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo Filho, que era monarquista, proferiu um violento discurso conclamando o povo a apoiar o movimento revolucionário.

Um grupo de homens sob o comando do Dr. João Sertório destruiu as linhas telegráficas, enquanto outro grupo armado invadiu a estação de estrada de ferro, ameaçando os maquinistas. Por isso, muitas pessoas ficaram impedidas de embarcarem nos trens, ficando retidas na cidade. Também houve um recrutamento forçado de pessoas visando aumentar o número de revolucionários.

O major Francisco F. de Alvarenga e Silva compareceu à delegacia de polícia, e solicitou ao delegado que se rendesse sem resistência, juntamente com o destacamento policial. Diante da negativa da autoridade policial, os revoltosos Dr. Pedreira de Cerqueira e Davi Alves de Araújo, intimaram o delegado, o escrivão e o alferes a se renderem. Demonstraram ao delegado a inutilidade de resistência,

pois 1200 homens armados estavam concentrados no largo da Matriz, e prontos para entrar em ação.

Diante da indecisão do delegado de não ceder às pressões, cerca de 800 homens armados de carabinas e espadas cercaram o largo da Matriz e o prédio da cadeia pública. O Dr. Pedreira de Cerqueira, Armando Soares, Davi Alves de Araújo e outros mais, invadiram a cadeia e apossaram-se de armas e munições existentes no local, não dando nenhuma oportunidade de resistência à polícia. Os revoltosos nomearam Evaristo de Oliveira e Orlando Novais como responsáveis pelo policiamento da cidade (Campos, 1902).

De acordo com o que tinha sido tratado nas articulações prévias, os revoltosos esperavam que nessa altura dos acontecimentos, a revolta já estivesse sido deflagrada na capital do Estado com a deposição do governo estadual, bem como, em outras cidades paulistas, que foram preparadas com esse objetivo.

Às duas horas da madrugada de 24 de agosto, o juiz de direito foi procurado por uma comissão de revoltosos composta por Clemente Hermany, Francisco Tenório e Armando Soares, que o intimaram a retirar-se da cidade para não ser deposto do cargo. O magistrado recusou-se a proceder dessa forma, e então solicitaram que ao menos ficasse afastado de suas funções legais, do contrário, seria detido por ordem de Armando Soares que tinha sido “nomeado” delegado pelos revoltosos. Mediante tal intimidação, não havia outra alternativa senão afastar-se de seu cargo. Duas versões são relatadas em relação ao juiz de direito da cidade de Pinhal, Dr. Otávio Afonso de Melo. A primeira está baseada

na citação de que foi “embarcado no último trem para Mogi Mirim”, e a outra, relata que o juiz ficou detido em sua residência (Rocha, 1964).

Os revolucionários ainda tentaram formar um contingente armado, e chegar de trem até Mogi Mirim, com a finalidade de invadir a cidade, para dar apoio aos revoltosos locais. Mas não foi possível o acordo entre as lideranças, e o projeto ficou sem efeito.

A cidade de Pinhal, no transcorrer do dia 24 de agosto teve um dia agitado, com grupos de homens armados percorrendo as ruas e ovacionando os chefes revoltosos: Barão da Mota Paes, Dr. Carolino Ferreira e outros. Os vivas à Monarquia e os abaixo à República continuaram pelo dia afora. Muitos dos participantes não tinham uma percepção exata dos acontecimentos e das conseqüências que podiam advir daquela situação:

Não há dúvida, portanto, que os acontecimentos desenrolados em Pinhal, naquele dramático mês de agosto de 1902, assumiram um caráter e a feição de verdadeira e original intentona sediciosa, sujeita a repressão da ordem política e social (Rocha, 1964, p. 89).

Entretanto, “vitoriosa a etapa preliminar da pequena revolta” (Rocha, 1964), o governo estadual começou a tomar as providências para sufocá-la. Tropas da Força Pública do Estado de São Paulo foram deslocadas para Espírito Santo do Pinhal, a fim de restabelecer a ordem e prender os revoltosos. O ambiente no dia 25 de agosto era de incerteza na cidade, pois alguma ameaça do poder estadual estava por acontecer:

começaram a correr boatos insistentes de que o governo do Estado, sabedor de tão graves acontecimentos, tinha enviado forças para restabelecer a paz na cidade, com ordens expressas e determinantes de darem combate aos revoltosos e expulsá-los da cidade (...) A vista das notícias espalhadas, estes resolveram abandonar imediatamente a cidade e, sem perda de tempo, fugiram para diferentes pontos, em direção do Estado de Minas Gerais (Campos, 1902).

Na cidade de Mogi Mirim ocorreram preparativos para uma revolta, pois no dia 23 de agosto, a cidade passou a ter a sua normalidade alterada, com a movimentação de pessoas suspeitas pelas ruas e na estação da estrada de ferro. O delegado de polícia local, juntamente com chefes políticos situacionistas organizaram-se, com o objetivo de enfrentar qualquer tipo de reação, que pudesse representar alteração da ordem pública. As comunicações telegráficas com outras cidades estavam interrompidas. Muitos homens armados que estavam na fazenda de José Alves Guedes, um dos chefes da revolta em Mogi Mirim, aguardavam ordens para invadir a cidade, conforme o plano estabelecido. A intenção era de dinamitar a ponte da estrada de ferro sobre o rio Camanducaia, na tentativa de interromper a passagem das tropas vindas da capital. Mas esse fato não ocorreu, porque a administração da Estrada de Ferro Mogiana colocou operários sobre a ponte para evitar a sua destruição.

A situação em Mogi Mirim foi diferente da que ocorreu em Espírito Santo do Pinhal. Os situacionistas de Mogi Mirim ficaram alertas e preparados para rechaçar qualquer revolta. Somente a ação de José Alves Guedes e seu grupo

representou alguma motivação de ameaça. Dessa maneira, não aconteceu nenhum incidente grave que colocasse a ordem pública em perigo (Campos, 1902).

Em Araras, as confabulações entre os revolucionários deram início a um movimento armado. O líder monarquista, Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, tinha estado anteriormente na cidade, mantendo contato com o capitão Francisco Rocha Campos, o Conselheiro Bento Francisco P. Souza, Francisco de Godoy Bueno, José Cândido Moraes e outros para aderirem à revolta. Mas não ocorreu nenhuma alteração da ordem, apesar do "movimento anormal na cidade". Em Limeira, também formou-se uma ramificação do movimento rebelde com a liderança do Dr. Luciano E. Santos Júnior, mas nenhuma evidência surgiu para concretizar o fato. Na cidade de São Carlos do Pinhal, as conspirações foram realizadas com as colaborações do Dr. Rafael Sampaio e José Ignácio de Camargo. Em Rio Claro, as articulações da revolta foram realizadas por José Aranha.

O desenrolar da revolta de 1902, no interior do Estado de São Paulo representou o descontentamento de uma classe agrária, que tinha conseguido desenvolver o sentido dinâmico capitalista através da produção cafeeira. Mas também desenvolveram um comportamento empresarial voltado a outras atividades que os revestia da concepção burguesa capitalista.

Alguns participantes da revolta em Espírito Santo do Pinhal representaram, de fato, esses personagens burgueses que eram dissidentes do Partido Republicano Paulista. Mas uniram-se a alguns monarquistas por sentimento que vivenciaram a mesma posição burguesa capitalista. O verdadeiro

monarquista restaurador era Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, que articulou o movimento tentando aproveitar-se da oportunidade da crise econômica que se abateu sobre as forças produtivas agrárias do Oeste novo paulista:

Nas duas cidades ocupadas pelos revolucionários - Ribeirãozinho e Pinhal - diversas manifestações não deixaram dúvidas quanto ao fato de que se tratava realmente de um movimento restaurador: discursos inflamados, proclamações, gritos de "Morra a República e Vivas a Monarquia". E os depoimentos de várias testemunhas que asseguravam igualmente o envolvimento de membros da dissidência do PRP (Janotti, 1986, pp. 228 e 229).

Durante as conspirações, os revoltosos de Espírito Santo do Pinhal e Mogi Mirim estiveram bem interligados, e o exemplo da participação de republicanos na revolta, foi o do Capitão Miguel Antunes Pereira, um dos conspiradores acusados de Mogi Mirim. Era um abastado fazendeiro de café que ocupava posição de destaque na política local, sendo membro da diretoria do Partido Republicano Paulista na cidade. Em 1900, tinha ocupado a presidência da Câmara Municipal de Mogi Mirim. Este relato do jornal A Imprensa - Órgão republicano de Mogi Mirim, de 21 de dezembro de 1899, comprova a sua participação política no Partido Republicano Paulista:

Ao Partido Republicano deste município

O directorio do partido republicano, abaixo assignado, tem a honra de convidar aos seus correligionarios e amigos a comparecerem a eleição do dia 15 do corrente mez que deverão ser eleitos o presidente e vice do Estado para o quadriennio de 1º de maio de 1900 a 30 de abril de 1904.

Os abaixo assignados, de acordo com a comissão central do partido, recomendam aos suffragios dos seus correligionarios, o dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves para presidente e o dr. Domingos Correia de Moraes para vice-presidente.

Os abaixo assignados, confiados na excellente escolha dos candidatos e no espirito partidario dos seus correligionarios, espera, que serão atendidos, pelo que antecipam aos seus ditos correligionarios e amigios mais esta prova de solidariedade partidaria.

Mogy- Mirim, 6 de fevereiro de 1900.

Venancio Adorno - presidente

Eduardo Canto - secretario

João Leite Canto

Miguel A Pereira Lima

Benedito Netto

Jose Gomes Moreira (A Imprensa, Órgão republicano, 21-12-1899).

Embora na deflagração da revolta em Espírito Santo do Pinhal tenham participado da conspiração vários monarquistas, o que estava subjacente ao acontecimento refletiu mais a crise econômica, que tirava dos cafeicultores da região o resultado do seu esforço produtivo. A situação restauradora revelava um sintoma de rebeldia institucional, com a ordem pública sendo restabelecida devido à chegada do contingente da Força Pública estadual, resultando na fuga dos revoltosos para o Estado de Minas Gerais.

O governo do Estado designou o promotor público Dr. Adolfo Greef Borba, com a missão de colocar ordem na cidade e de "restabelecer o respeito às autoridades constituídas" (Rocha, 1964). Também chegaram a Espírito Santo do

Pinhal, dois delegados de polícia: Drs. José Roberto Penteado e Paulo Machado Florence. Foram presos e levados a São Paulo, os revoltosos, o Dr. Haddock Lobo Filho, José Ribeiro da Mota, Barão da Mota Paes e Dr. Carolino Ferreira de Almeida. Nesse período, o político republicano de maior projeção na região era Cerqueira César, que serviu como intermediário, no sentido de reconciliar os revoltosos com o governo do Estado de São Paulo.

A rendição dos revoltosos foi pacífica, e os que foram presos não receberam violências por parte das autoridades policiais, pois, tanto o governo paulista como o governo federal, não estavam interessados em punir com severidade os que aderiram a revolta. A maioria eram republicanos influentes e fazendeiros de projeção local e regional. O regime republicano estava consolidado, e não era uma revolta monarquista no interior do Estado de São Paulo que traria de volta a Monarquia no Brasil. O regime monárquico já estava ultrapassado, desvirtuado diante da realidade nacional que se adaptou ao sistema federativo republicano. Por isso, em Espírito Santo do Pinhal, os políticos da época estavam plenamente:

convencidos do acerto dessas verdades fundamentais, aqueles pinhalenses de valor pessoal espontaneamente aderiram à República (...) e, como se tratava de homens de grande relevo individual, de homens de indiscutível destaque e prestígio social e político, muitos deles terminaram por prestar importantes e inestimáveis serviços à coletividade e à Nação (Rocha, 1964, p. 92).

Nos seus comentários sobre a revolta em Espírito Santo do Pinhal, Rocha (1964) relata que foi um “movimento romântico de inconformados”:

Foi uma revolução sem armas, sem guerreiros, sem tropas de combate, o que equivale a dizer que foi uma revolução sui generis (Rocha, 1964, p. 97).

De acordo com a pesquisa, percebe-se com evidência os contornos da realidade que levaram esses “idealistas verbais” (Rocha, 1964), a lançarem-se numa revolta que não podia ser favorável. Nem podiam prever os desenlaces que adviriam com o fracasso da revolta. Mesmo que destinada ao malogro, não faltou aos “inconformados” republicanos e monarquistas, a coragem de tentar reverter a crise conjuntural que se abateu sobre os negócios e o país.

Pelos mesmos motivos que os republicanos dissidentes e monarquistas restauradores estarem unidos para derrubar a República, as lideranças ficaram diluídas entre os dois grupos que se formaram com esse objetivo. Do lado dos monarquistas, as lideranças estavam em torno do Barão da Mota Paes e Dr. Pedreira de Cerqueira, enquanto do lado republicano não foi possível estabelecermos uma liderança dentro do movimento. Por esse motivo é que se argumenta:

Entre a falange rebelde pinhalense inexistiu propriamente um chefe (Rocha, 1964, p. 97).

Segundo Rocha (1964), a “revolta emocional de agosto” não poderia dar certo, porque não tinha estrutura, coesão, o número de combatentes era pequeno e faltavam recursos materiais. Faltavam ainda aos revoltosos fatores de ordem ideológica e material que os capacitassem a serem vitoriosos. A união de forças ficou restrita aos grupos familiares e de amigos que aderiram ao movimento:

José Ribeiro da Mota Paes, Coronel Francisco Tenório da Mota, José Lins da

supervisionado por honrados burgueses e honestos chefes de família, por pacíficos abencerragens do monarquismo defunto (Rocha, 1964, p. 98).

A própria situação econômica e política do Brasil, dirigida pela ação da Política dos Governadores idealizada por Campos Sales, projetava sobre o Estado de São Paulo certas atitudes políticas que possibilitavam a rebeldia e a dissidência dentro das hostes do Partido Republicano Paulista. Os fazendeiros de café, mesmo que inferiorizados politicamente, ainda tinham influência suficiente para tentar modificar a situação adversa a que estavam submetidos. Portanto, não podiam ser aplicadas penas severas pelo governo estadual sobre os revoltosos:

A própria benevolência empregada pelo Governo do Estado, enérgico mas sem dureza, ao fazer silenciar os insurgentes, ao impor submissão aos insurretos, demonstra a fraqueza do movimento que fora obrigado a reprimir (Rocha, 1964, p. 98).

A situação dos revoltosos em Espírito Santo do Pinhal, principalmente dos responsáveis pelo levante armado revestiu-se de uma implicação jurídica contra a ordem republicana instituída. De fato, era necessário amenizar a realidade do acontecimento, devido à importância social, política e econômica dos envolvidos. Os entrelaçamentos familiares durante as conspirações e na deflagração da revolta, representaram motivos importantes a serem considerados pelas autoridades republicanas estaduais. Dessa forma, somente "os cabeças" foram denunciados.

Os familiares do Barão da Mota Paes que participaram da revolta foram: José Ribeiro da Mota Paes, Coronel Francisco Tenório da Mota, José Lins da

Mota (sobrinho), Alfredo Tito da Mota, Damaso Tito da Mota, Zizefredo Tito da Mota, Oscar Leão Tito da Mota e Dr. Carolino Ferreira da Silva (genro).

Os revoltosos da família Novais foram: Coronel João Batista da Luz Novais, Capitão Gabriel da Luz Novais, João da Luz Novais e Orlando Novais. Os revoltosos, Amando Soares de Abreu Caiuby e seu filho Adelardo de Abreu Caiuby também eram parentes da família Novais. Outro componente familiar na revolta era constituída pelo Dr. João Evangelista Pedreira de Cerqueira e seu cunhado Coronel David Batista.

Por afinidade, participaram da revolta José Carlos Barbosa, administrador da fazenda do Barão da Mota Paes, além de Antônio Macedo e Antônio Franzino, administradores das fazendas do Dr. Carolino Ferreira de Almeida, genro do Barão da Mota Paes. Talvez alguns outros administradores de fazendas tenham também participado do movimento, mas não foi possível levantarmos informações que comprovassem essa situação. Os nomes relatados nas duas reuniões que foram realizadas, referem-se a fazendeiros e a outras pessoas que tinham laços de amizade com os principais participantes da revolta.

A solidariedade de cada grupo familiar entre os revoltosos pinhalenses representou de fato, um ponto importante na consecução do empenho armado. Depois do fracasso do levante armado, a situação real naquele momento estava restrita à expectativa de espera no encaminhamento que o situacionismo republicano estadual poderia tomar em relação à revolta.

CAPÍTULO IV

A REVOLTA MONARQUISTA NA REGIÃO DE ARARAQUARA

Os efeitos da crise econômica do governo de Campos Sales, e a situação política gerada pela dissidência do Partido Republicano Paulista contribuíram para que eclodisse a revolta da restauração monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, com maior intensidade na região de Araraquara, principalmente em Ribeirãozinho (Taquaritinga), onde os revoltosos pegaram em armas.

Destacaram-se nas conspirações e no empenho dessa revolta dois grupos familiares: a família Magalhães, ligada aos republicanos dissidentes, e a família Corrêa, de origem monarquista. As duas famílias tinham algumas relações de parentesco. O principal articulador da revolta foi Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, que era professor da Faculdade de Direito de São Paulo, e restaurador monarquista. De Araraquara partiram as diretrizes do líder republicano Carlos Batista de Magalhães e, em Ribeirãozinho, a liderança estava com o monarquista Joaquim Mateus Corrêa.

As evidências demonstraram que a situação econômica e política influenciou na deflagração da revolta em Ribeirãozinho. Igualmente, de acordo

com o nosso entendimento, a solidariedade familiar e a tradição religiosa dentro do catolicismo encontrado no clã Corrêa, contribuíram para a realização da revolta.

1 - A CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA NA REGIÃO

A partir de 1890, a lavoura cafeeira expandiu-se pela região de Araraquara, apesar das crises cíclicas que ocorriam no mercado externo, pois os preços do café compensavam o plantio do produto. Cresciam as expectativas de maior valorização das terras na região, que eram propícias à cultura cafeeira. A economia do município desenvolveu-se em decorrência dos rendimentos cafeeiros, que possibilitaram as aplicações dos investimentos no setor urbano em construções de imóveis, instalações de máquinas de beneficiamento, pequenas indústrias e aumento nas atividades comerciais:

O café havia feito de Araraquara uma das cidades mais prósperas do oeste paulista no início da década de 1890 (Corrêa, 1967, p. 199).

Nesse período, a imigração também consolidou-se quanto ao emprego de mão-de-obra rural na lavoura cafeeira da região. Em 1895, começou a construção da Companhia Araraquara de Estrada de Ferro, pela necessidade de resolver o transporte do café da região. Nessa primeira etapa a ferrovia atingiu Matão e Ribeirãozinho.

Na situação da economia cafeeira os preços médios do café entre 1890 e 1895, mantiveram-se em níveis estáveis, apesar do aumento da produção. Esse

fato explica a situação de prosperidade de Araraquara na época. Mas a situação da crise no mercado externo que começou em 1896, forçou a desvalorização cambial com reflexos negativos sobre os preços do café:

Quando se apresentou a primeira colheita brasileira, que já refletia a produção dos novos pés de café plantados sob os estímulos dos preços altos (safra de 1896/97), os preços caíram à metade (Delfim Neto, 1979, p. 21).

Essa realidade causava aos cafeicultores de Araraquara sérias preocupações, diante de um fato que colocava em perigo a sobrevivência das forças produtivas da região. A situação econômica do país era extremamente crítica, porque as diminuições dos preços do café não davam mais condições de sustentar o crescimento da economia. A euforia de plantarem-se novos cafezais, abrangendo áreas de terras férteis na região de Araraquara, começou a arrefecer. Os grandes estoques de café acumulados contribuíram à queda dos preços. Conseqüentemente, a realidade do mercado externo reprimiu as expectativas dos fazendeiros e da população de Araraquara:

Até esse momento o desenvolvimento da região seguiu o ritmo impulsionado pelos preços favoráveis oferecidos ao café, preços sempre em ascensão.

Entretanto, em 1896, começaram a decair os preços (Corrêa, 1967, p. 220).

O setor importador cafeeiro no exterior forçou mais ainda a queda das taxas de câmbio, que ligadas às diminuições dos preços do café, reduziram as possibilidades dos cafeicultores de saldarem suas dívidas. Essa situação complicou-se mais, depois que Campos Sales assumiu a presidência da República em 1898. A moratória aplicada pelo governo republicano junto aos credores

1893/99

3 312 8445598 (valor real)

Em 1896 = preço c/mercado + 20%

externos do Brasil, levou os fazendeiros de café a uma situação econômica insustentável.

Em diversas cidades, principalmente no Oeste novo paulista, os fazendeiros de café trataram de organizar os Clubes da Lavoura, que eram sociedades destinadas a defender os interesses agrários junto aos governos estadual e federal. Em Araraquara, a organização desse tipo de clube, além de tratar dos assuntos agrícolas, tinha também uma conotação política que influenciava nas eleições municipais. Em vista disso, eram denominados de Partidos da Lavoura (Corrêa, 1967).

Diante da crise econômica, a tendência de alguns fazendeiros da região de Araraquara foi a de aplicar a diversificação agrícola para outros produtos, como no caso da cana-de-açúcar. No setor urbano, os comerciantes reclamavam da redução dos negócios, e ao povo, sem meios de expressar a sua revolta, somente expressavam o seu conformismo (Corrêa, 1967). A crise acentuou-se rapidamente sobre a cafeicultura da região:

Havendo uma disponibilidade de oferta, ao mesmo tempo que se restringia a procura, o valor das terras decaía. Essa afirmação é válida para o ano de 1900. Nos anos seguintes, o movimento de vendas caiu enquanto o valor permaneceu mais ou menos estacionário, ao mesmo que passou a haver uma restrição geral na produção, até o ano de 1904 (...) Acompanhando o mesmo ritmo, o capital em circulação, empatado em transações de imóveis, sofre uma diminuição. Analisando o volume desse capital, deduzindo os valores inflacionários, reduzindo-se ao padrão mil-réis ouro, obtém-se os seguintes resultados:

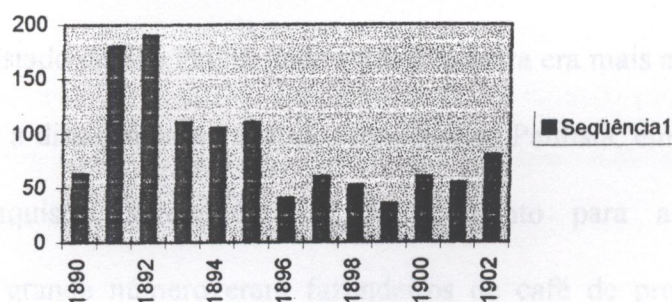
1895/99 - 3.512.844\$598 (valor real)

1900/04 - 2. 579:839\$330 (valor real)

Tratava-se de uma época de retração de créditos; a principal preocupação do governo Campos Sales era o saneamento das finanças, provocando a contração de capitais. Nesse período o valor das transações agrícolas cai numa proporção de 34%. No setor urbano sente-se uma paralisação dos negócios como resultante da própria política financeira do momento (...) Paralelamente a esses acontecimentos, ocorreu uma diminuição da produção cafeeira, até o ano de 1904. (Corrêa, 1967, pp. 287 e 288).

O gráfico abaixo revela os números sobre as transações com imóveis urbanos ocorridas em Araraquara, entre 1890 a 1902, demonstrando as oscilações e os efeitos da crise sobre a lavoura cafeeira da região, refletidos também na economia urbana:

Tabela 2
Transações de Imóveis urbanos negociados
em Araraquara entre 1890-1902



Fonte: Corrêa, Ana Maria Martinez.
História social de Araraquara, 1967,
pp. 283 e 369. (Adaptado)

A origem de todas as dificuldades eram provenientes da lavoura cafeeira.

Conseqüentemente, a situação da crise econômica em Araraquara projetou-se no meio urbano, com acentuada retração dos negócios. Assim, os cafeicultores não

tinham mais defesa diante das condições adversas que foram surgindo na economia da região.

As perspectivas de melhorias na reativação das atividades econômicas na região dependiam do direcionamento do governo federal. Os descontentamentos eram evidentes numa parcela dos cafeicultores. A paciência tinha limites, quando se tratava da sobrevivência econômica desses homens que produziam a riqueza do país.

A conjuntura da crise econômica e financeira arrastou-se durante o governo de Campos Sales, sem apresentar perspectivas de amenizar a situação. Quando essa crise atingiu o âmago dos interesses agrícolas, uma parcela de cafeicultores da região não estava disposta a ficar resignada perante esse problema.

O momento estava favorável a uma possível conspiração monarquista, que pudesse abranger o Estado de São Paulo, onde a crise cafeeira era mais acentuada. Como tinha ocorrido a dissidência do Partido Republicano Paulista, em 1901, os restauradores monarquistas aproveitaram-se do momento para aliciar os dissidentes, que em grande número eram fazendeiros de café de projeção no interior paulista. Conciliavam-se os interesses dos monarquistas restauradores e dos republicanos dissidentes, para tentar derrubar o governo da República. Na região de Araraquara, o ambiente político estava dividido entre dois grupos que em que procuravam ter um bom relacionamento com a política estadual pertenciam ao Partido Republicano Paulista, mas que pelas circunstâncias da dissidência eram antagônicos dentro do esquema de poder local.

Segundo Corrêa (1967), a tragédia que resultou nos assassinatos dos Britos, em 1896, de certa forma, delimitou a divisão do poder político em Araraquara ao final do século XIX. O assassinato do Coronel Antônio Joaquim de Carvalho, por Rosendo Brito, gerou uma violenta reação dos membros da família Carvalho com o apoio de seus aliados políticos, resultando nos linchamentos de Rosendo Brito e de seu tio, Manoel Brito.

Nesse período, as duas facções políticas que se empenhavam na disputa do poder local, usavam de vários expedientes na tentativa de consolidarem suas lideranças entre os eleitores da cidade. A influência exercida por esses fazendeiros de café revelavam, de fato, o sentido da competição e da rivalidade, no direcionamento da vida política de Araraquara:

A formação desses grupos esteve na dependência da maior ou menor influência de seus participantes na vida local. Essa medida pode ser dada pela extensão de seus bens pessoais. Como eram proprietários de fortuna que representava um bem a preservar ou a ampliar, sua segurança ou sua expansão poderia muitas vezes depender das condições políticas do momento. Essa posição era particularmente importante ao fazendeiro de café, numa época em que as relações do Estado com esse tipo de economia tornavam-se muito estreitos, ficando o fazendeiro impedido de ignorar o andamento da vida política (Corrêa, 1967, p. 329).

Esses políticos prezavam a sua posição de poder local, ao mesmo tempo em que procuravam ter um bom relacionamento com a política estadual ambiente político local. Era o caso do coronel Joaquim Duarte Pinto Faria, que anteriormente tivera uma atuação destacada na política de Araraquara interesses que vinham do governo estadual. O compromisso do poder estadual

entrelaçava-se ao poder dominante municipal, numa composição política de interesses mútuos, desde que houvesse fidelidade de atuação. De acordo com Leal (1949), a Política dos Governadores enquadrava-se perfeitamente no compromisso do fenômeno do coronelismo. Nesse sentido, podemos verificar que o desempenho político do coronelismo esteve sempre atuando junto à esfera do poder governista.

Mas o ambiente político-partidário em Araraquara, no princípio do século XX, encontrava-se diante de uma situação, onde mesclavam-se interesses coronelistas provindos do Partido Republicano Paulista, com a corrente mais progressista do "homem de negócios" (Fernandes, 1976), que além de fazendeiro tinha interesses em outras atividades econômicas. Mas era da base cafeeira que se geravam todas as posições de relevo nas áreas social, política e econômica dentro do município.

Em Araraquara, os dois grupos que se empenhavam na disputa do poder, tinham os mesmos interesses e as mesmas posições sociais (Corrêa, 1967). A diferença estava na ocasião em que cada um dos grupos apoiava o poder central e estadual. Daí, serem chamados de situação ou oposição conforme o grupo. Conforme Corrêa (1967) a maioria pertencia ao Partido Republicano Paulista.

Nesse período, o grupo monarquista estava fora do poder de decisão em Araraquara, embora as evidências demonstrassem ainda a sua influência no ambiente político local. Era o caso do coronel Joaquim Duarte Pinto Ferraz, que anteriormente tivera uma atuação destacada na política de Araraquara.

Oc. Paulo Ferraz, paulista por um
da

Por ocasião da revolta de restauração monarquista de 1902, quem comandava a política em Araraquara, era o grupo situacionista do governo Campos Sales, liderado pelo Dr. Teodoro Dias de Carvalho, personagem político de influência estadual que, segundo propalava-se na época, estaria envolvido nas mortes dos Britos, episódio que abalou a política local e estadual:

A oposição estava a cargo do grupo formado pelos Pinto Ferraz, Xavier de Mendonça, Correia da Silva, ligados por laços de parentesco; Gonçalves Lopes ligados ao Xavier de Mendonça por parentesco. Carlos Batista de Magalhães, João Batista do Amaral Campos e Dario de Carvalho. Este último, apesar das ligações de parentesco com Dr. Teodoro, não ocupava a mesma posição política (Corrêa, 1967, p. 331).

Como já afirmamos, os monarquistas restauradores aproveitavam todo tipo de violências e irregularidades que a República praticava para tirar alguma vantagem da situação. Os chamados “Sucessos de Araraquara”, título que a imprensa paulista havia dado ao episódio do linchamento dos Britos, também serviu como pretexto para acirrar o antagonismo com os republicanos:

“Os Sucessos de Araraquara” constituíram-se numa dessas situações das quais se aproveitavam os monarquistas, não faltando quem atribuisse aos republicanos as responsabilidades e a República as origens de todos os males: “As leis violadas a cada passo (...) os crimes de toda a sorte praticados pelos republicanos, de oito anos a esta parte (...) os fuzilamentos, as degolas, as bárbaras trucidações do Sul e do morticínio de prisioneiros no sertão baiano” e, longe de caminhar para a democracia, o “Brasil disputa aos países do Oriente a palma da barbárie, que conquistou no ano de noventa e sete, graças ao “crime de Araraquara e na carnificina de jagunços guerreiros, de mulheres e crianças” (Canudos)”. Mas essa

palma não foi a pátria que conquistou. "Conquistaram-na os republicanos(...) sobre eles é que pesa a responsabilidade tremenda dos assassinatos que (...) enlutou a grande família brasileira". A República era responsabilizada por todos os desmandos, desde o esvaziamento do Tesouro Nacional, e era acusada de ir "transformando o Brasil numa vasta Araraquara" (Tellaroli, 1977, p. 132).

O pequeno grupo de restauradores monarquistas eram bem atuantes na capital paulista. Cada fato ou crise que colocava dificuldades ao governo republicano, representava motivo para principiar as divulgações pela imprensa monarquista, visando desacreditar o regime republicano. Desta vez, a realidade de crise econômica atingiu o Oeste novo paulista, a região promissora e rica do café, de grande importância da economia cafeeira paulista. A situação de crise econômica e política estava atingindo o interior paulista, e, por isso, alguma reação teria que ser feita. As diretrizes do movimento teriam que ser desencadeadas na capital paulista, mas na visão restauradora monarquista de Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, as conspirações deveriam começar pelo interior. Era mais estratégico procurar os amigos, principalmente os parentes, pois eles também estavam abalados pela crise, e não negariam o apoio necessário à investida monarquista.

2 - AS COMPOSIÇÕES FAMILIARES NA REVOLTA

Era o momento de trocar idéias, conversar e tramar o que poderia ser feito, diante de uma realidade que afetava a vida de todos. Pelas pesquisas de que se

dispõem, Rafael Corrêa da Silva Sobrinho começou a percorrer as regiões do interior paulista, onde as receptividades de se fomentarem e deflagrarem as revoltas eram mais promissoras.

Analisando a revolta de restauração monarquista de 1902 na região de Araraquara, e especialmente na revolta em Ribeirãozinho, entendemos que a influência familiar e religiosa foram fatores importantes nas articulações, conspirações e acentuadamente, no sentido da solidariedade parental na deflagração da revolta. Desde o início de nossa pesquisa tivemos a preocupação de encontrar as causas subjacentes a essa revolta, que pudesse explicar razoavelmente, a solidariedade e a união desses grupos familiares nesse acontecimento. Desejando também ressaltar os outros motivos que foram relevantes na deflagração da revolta, ou seja, a crise econômica-financeira e a dissidência do Partido Republicano Paulista. O fato de a maioria dos revoltosos terem parentesco entre si, e também de serem católicos fervorosos, no nosso entendimento, explica em boa parte essa solidariedade familiar e religiosa que era muito arraigada na família Corrêa. Somente nas cidades de Espírito Santo do Pinhal e Ribeirãozinho onde ocorreram os levantes armados, grande parte das lideranças dos revoltosos tinha relações de parentesco.

Na revolta monarquista da região de Araraquara, o principal líder do movimento foi Carlos Batista de Magalhães, que era capitalista e fazendeiro em Araraquara. As principais lideranças da revolta em Ribeirãozinho eram fazendeiros, e parentes de Carlos Batista Magalhães, bem como o seu filho Carlos Leôncio de Magalhães. O articulador da revolta no Estado de São Paulo, Rafael

Corrêa da Silva Sobrinho, era oriundo de Araraquara, e seus parentes, tanto em Araraquara como em Ribeirãozinho, apoiaram ativamente o movimento.

Nas demais cidades paulistas onde houve possibilidades de ocorrerem rebeliões, de última hora foram canceladas, não existindo entre os participantes laços de parentesco. Talvez esse fato justificasse a não deflagração do movimento nessas cidades. Essa relação de parentesco e de religiosidade pareceu evidenciar as características de identificação, que manteve essas uniões nos revoltosos de Espírito Santo do Pinhal e Ribeirãozinho.

Parentesco e religião entrelaçavam-se nesses grupos familiares, numa demonstração de solidariedade entre os seus membros. De certa forma, o espírito de solidariedade encontrava na religião o sentido de uma identidade que os tornava como participantes de uma realidade comum. Em conseqüência, a união dessas pessoas em determinadas circunstâncias, passava a representar um "projeto comum de vida" (Alves, 1981), que a religião podia apresentar como experiência vivida dentro da linhagem de parentesco:

A essência da religião não é a idéia, mas a força (Alves, 1981, p. 64).

Dessa forma, o poder da religião sempre influenciou nessas famílias o sentido latente de manifestações de solidariedade e reverência quanto a esses aspectos, que eram preservados no âmbito do grupo familiar. A relação da identidade familiar podia, às vezes, estar diluída de uma geração à outra, mas as raízes da trajetória dessas famílias sempre estavam prontas a aparecerem, quando as circunstâncias o exigiam.

Os laços de parentesco nessas famílias geralmente eram mantidos através de uma solidariedade, que se mesclava ao sentido religioso católico, numa demonstração de respeito pelo tradicionalismo patriarcal e patrimonial, que o Império assimilou da influência lusitana. Desse maneira, a religião católica acentuada, pois, eram católicos radicais. O fato que se pode exemplificar a infundiu uma influência muito acentuada, em famílias que ainda preservavam o respeito, foi aquele em que Nhonhô Magalhães deu o nome de Santa Ernestina a sentimento monarquista.

Podemos considerar o clã Corrêa como exemplo dessa situação, pois além de monarquistas, o vínculo da religião era muito forte entre os familiares. Através das citações abaixo, queremos demonstrar que o Tenente-coronel Joaquim Mateus Corrêa, que foi um dos líderes da revolta de Ribeirãozinho, era um personagem típico com as características do clã Corrêa conforme descrevemos:

Embora tivessem interligações de parentescos entre elas, dividimos os componentes das famílias Corrêa e Magalhães em dois grupos. Elaboramos as relações dos graus de parentesco de cada um dos grupos. Embora tivessem interligações de parentescos entre elas, dividimos os componentes das famílias Corrêa e Magalhães em dois grupos. Elaboramos as relações dos graus de parentesco de cada um dos grupos. Embora tivessem interligações de parentescos entre elas, dividimos os componentes das famílias Corrêa e Magalhães em dois grupos. Elaboramos as relações dos graus de parentesco de cada um dos grupos.

nasceu em Araraquara aos 21 de setembro de 1856, filho do Capitão Francisco de Paula Corrêa e Silva e Maria Luiza Corrêa. Estudou no Colégio São Luís, em Itu, onde foi o Irmão Mariano número 1. Absorveu com inteligência os ensinamentos jesuíticos, mas, desinteressado de fazer estudos superiores, resolveu dedicar-se à agro-pecúria (Arruda Filho, 1987, p. 238).

Foi o fundador da cidade de Guariba, e pela tradição, as primeiras providências estavam direcionadas ao aspecto religioso para a construção da capela:

Nas discussões para a fundação de Guariba (...) Joaquim Mateus prontificara-se a fornecer todo o material para a capela. Tia Belmira promete doar o altar-mor e mandar busca na Europa uma imagem de São Mateus para apadrinhar a nascitura

(...) Aos 21 de setembro de 1895, dia do aniversário de tio Mateus, a capelinha é sagrada pelo cônego Núncio Greco - vigário de Jaboticabal - após o discurso

Andamys
Orônimo José de Arruda

arrebatado de tio Rafael (Rafael Corrêa da Silva Sobrinho) líder monarquista.

Com isto, considerava-se fundada a povoação de Guariba (Arruda Filho, 1987, p. 240).

Em relação à família Magalhães, a religiosidade era também muito acentuada, pois, eram católicos radicais. O fato que se pode exemplificar a respeito, foi àquele em que Nhonhô Magalhães deu o nome de Santa Ernestina a sua fazenda em homenagem à esposa, que se chamava Ernestina e era sua prima em segundo grau. Mas o curioso, é que não existe no calendário da Igreja Católica nenhuma santa com esse nome. Na própria cidade de Santa Ernestina, que surgiu em função da fazenda de Nhonhô Magalhães, o padroeiro da cidade é São Joaquim (Peria, 1997).

Embora tivessem interligações de parentescos entre elas, dividimos os componentes das famílias Corrêa e Magalhães em dois grupos. Elaboramos as relações dos principais componentes familiares que participaram da revolta e seus graus de parentesco, da seguinte forma: parentes de Carlos Batista Magalhães: Carlos Leôncio (Nhonhô) de Magalhães (filho) Leão Pio de Freitas (genro), Joaquim Corrêa de Freitas (genro), Justino Corrêa de Freitas (genro), Josino de Quadros (cunhado) e Eulógio Alves de Matos Pitombo (cunhado). Parentes de Rafael Corrêa da Silva Sobrinho: Joaquim Mateus Corrêa (irmão), Pedro Corrêa (primo), Vicente Corrêa (primo), Antônio Lourenço Corrêa (primo), Joaquim Corrêa de Freitas (primo), Justino Corrêa (primo), Rafael Corrêa de Sampaio (primo), Antônio de Pádua Corrêa (primo), Barnabé Corrêa da Rocha (primo) e Manuel Augusto de Alvarenga (cunhado). Participaram também do movimento os

membros das seguintes famílias: Marcondes Machado: Rodrigo Lobato Marcondes Machado e seu irmão José Trajano Marcondes Machado; e família Castilhos: Coronel Augusto Ferreira de Castilhos e seu sobrinho Augusto Ferreira de Castilhos Filho.

Apesar da nossa intenção em demonstrar, que a solidariedade do clã parental fundamentava-se nas “linhas de consangüinidade e afinidade” (Vianna, 1955), existiam também aspectos ideológicos na formação do poder da elite imperial brasileira, que conferiam certos valores e atributos das pessoas que compartilhavam com o Estado imperial.

O exemplo do personagem que possuía esses atributos característicos da elite imperial, é Rafael Corrêa da Silva Sobrinho. Proveniente de uma família de proprietários rurais e monarquistas, formou-se em direito em 1882. Mas em 1881, quando cursava o quinto ano da Faculdade de Direito de São Paulo, elegeu-se deputado provincial pelo antigo 8º. Distrito. Na Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, travou acirradas disputas oratórias sobre a manutenção da escravatura, contra os deputados Martinho Prado Júnior e Campos Sales. Exerceu a profissão de advogado em São Paulo, Rio Claro e outras cidades do interior paulista. Posteriormente, através de concurso, foi aprovado como professor da Faculdade de Direito de São Paulo:

Monarquista convicto e intransigente, conservou-se fiel aos seus princípios, donde lhe provieram contratempos e dificuldades (França, 1915, p.79).

Quando um dos componentes dessas famílias destacava-se nos estudos superiores e na vida pública, tornava-se o ponto de referência e respeito dos

demais familiares. Conseqüentemente, refletia-se uma posição de destaque e liderança dentro do clã parental, onde o exemplo, a opinião e mesmo o envolvimento, levavam os familiares a atenderem ao apelo solicitado, por ocasião de levarem a efeito um determinado objetivo. Foi exatamente isso que aconteceu, quando Rafael Corrêa da Silva Sobrinho solicitou a solidariedade do clã parental, para participarem da revolta de Ribeirãozinho.

Por este relato de Arruda Filho (1986), podemos avaliar a influência que Rafael Corrêa da Silva Sobrinho exerceu sobre o clã parental:

Uma figura continuamente lembrada pelos meus avós, era a do tio Rafael. Eu desconhecia o grau de parentesco entre eles mas reconhecia as fotos: tio Rafael de beca, tio Rafael caçando, tio Rafael e família na chácara em Rio Claro, tio Rafael em Buenos Aires. Muitas vezes vovô exibia um maço de suas cartas e mencionava sua atuação na “revolução de Ribeirãozinho”.

Lá pelas tantas vovó dizia:

- Rafael ainda nos faz muita falta.

Vovô acrescenta:

- Se Rafael fosse vivo eu não teria feito tanto negócio bobo.

O tio Rafael foi o primo predileto de meus avós Tonico e Aninha (Arruda Filho, Joaquim Mateus Correa, irmão de Rafael, também foi um monarquista arraigado, p. 299).

Foi um dos fundadores do Partido Monarquista, em 1895, em São Paulo, fazendo parte da diretoria central no cargo de secretário. Nessa fase, os monarquistas restauradores paulistas lançaram um apelo às “pessoas influentes do interior” para que organizassem diretórios do Partido Monarquista em suas cidades. Também tinham colocado certa moderação aos ataques que empreendiam contra a República (Janotti, 1986). O Partido Monarquista em São

Paulo, em razão da fragilidade do movimento monarquista restaurador, não poderia ter uma expressão de luta e influência pela sua causa. Mesmo assim, os restauradores monarquistas persistiram com cautela, realizando as conspirações que vieram a acontecer em 1900, no Rio de Janeiro, e em 1902, no Estado de São Paulo.

O importante sobre Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, foram as suas convicções monarquistas, das quais nunca se afastou. Na família Corrêa, vários de seus membros eram monarquistas: Joaquim Lourenço Corrêa que era avô paterno de Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, atuou durante a Guerra do Paraguai, organizando um sistema de abastecimento de víveres às tropas brasileiras. Também incentivou em Araraquara o alistamento dos Voluntários da Pátria. Com o final da guerra do Paraguai, foi agraciado pelo Imperador com a Ordem da Rosa com o grau de Comendador (França, 1915). Também foi o caso de Antônio Lourenço Corrêa, primo de Rafael, que esperava o decreto imperial para tornar-se o Barão do Lageado, não o conseguindo em razão da proclamação da República (Arruda Filho, 1987), participou também da revolta monarquista de 1902. Joaquim Mateus Corrêa, irmão de Rafael, também foi um monarquista arraigado, sendo um dos líderes da revolta monarquista de Ribeirãozinho. Outro exemplo foi de Manuel Augusto de Alvarenga, que concluiu o curso de direito na mesma turma de Rafael, vindo a ser seu cunhado. Posteriormente, ingressou no serviço público imperial como magistrado, mas com o advento da República solicitou sua exoneração. Participou ativamente na revolta de Ribeirãozinho. Com mais este relato podemos avaliar o sentimento monarquista existente na família Corrêa:

Belmira Augusta Corrêa a primeira mulher de Joaquim Mateus Corrêa era sua prima-irmã. Faleceu antes dos quarenta anos (...) Compartilhou com o marido a fé monarquista. Para desacatar a recém-nata República, selava as cartas com os selos de cabeça para baixo (...) o anti-republicanismo era tal, na família toda, que Antoninho Sampaio, filho do tio Zé Sabino, quando apanhava da mãe, provocava-a gritando: Viva a República! A sova aumentava (Arruda Filho, 1987, p.244).

A formação do grupo de parentesco na família Corrêa também possuía características endogâmicas que se entrelaçavam em várias “ramificações do enorme clã” (Arruda Filho, 1987), multiplicando-se dentro do clã parental:

Os filhos de Joaquim Mateus - Belmira Augusta, Maria das Dores (irmã Maria d'Assunção), Juliana, Julieta, Lucas, Geraldo, Marcos, Francisco Bruno, Rafaela e Gabriela (Madre Margarida Maria) são os mais Corrêa dos Corrêa, em toda a família. Filhos de primos-irmãos, trouxeram e trazem nas veias sangue de dois Corrêa: os da Silva (de Atibaia) e de um Corrêa de Moraes, da Rocha, de Arruda, etc., etc., de Tietê) (...) Os casamentos que uniram os dois clãs foram os dois filhos do Comendador Joaquim Lourenço Corrêa (de Tietê) com os de Atibaia (...) A dificuldade não pára aí. Na geração seguinte a dos pais de Joaquim Mateus e no ramo dele, quando houve a primeira fusão de Corrêa diferentes, houve outras cinco, então com os sangue dos de Tietê mesclado ao dos Sampaio Peixoto. Refiro-me aos casamentos dos cinco filhos de Rafael Corrêa da Silva (de Atibaia) com cinco filhas de Ana Josefa Corrêa (de Tietê) Sampaio Peixoto. Esclarecendo dúvidas: casamento de cinco irmãos com cinco primas-irmãs, endogamia exagerada (...) Em matéria de endogamia ninguém lhes leva a palma (Arruda Filho, 1987, pp. 244 e 245).

Pelas evidências, podemos afirmar que Joaquim Mateus Corrêa permaneceu fiel as suas convicções monarquistas como podemos confrontar com este relato:

De Araraquara tio Mateus mudou-se para São Paulo, onde faleceu com 86 anos, aos 25 de abril de 1943, no mesmo dia em que, trinta e dois anos antes, falecera o mano Rafael. Ao funeral compareceu o Padre Grève, representando o Colégio São Luiz e homenageando o Mariano número 1. Houve alguém com a linda idéia de cobrir o corpo do revolucionário monarquista com a bandeira hasteada por ele, no longínquo 1902. Mas houve quem temesse, com isto, qualquer represália policial (estávamos em plena ditadura Vargas). Os últimos venceram. Foi pena (Arruda Filho, 1987, p. 243).

Para situar a figura de Carlos Batista de Magalhães no cenário econômico, político e social de Araraquara, achamos necessário colocar em evidência o ambiente da época na região de Araraquara, pois o desenvolvimento da cidade oscilava de acordo com os ritmos das produções e dos preços do café. Essa realidade econômica também refletia-se no andamento das posições políticas que estavam atreladas ao governo estadual.

Nos períodos de crise, era natural que cada facção política se amparasse no situacionismo político governamental, assegurando seu poder. Mas a Política dos Governadores estava direcionada, mesmo em nível estadual (Franco, 1974), a colaborar com o lado político dominante em cada município.

Em Araraquara, os políticos republicanos opositores estavam alijados das decisões locais, e ainda por cima, tinham de suportar a crise econômica e a carga tributária que eram impostas pelo governo de Campos Sales:

No início do século XX, esses dois grupos apresentavam-se como concorrentes ao poder político. Integrados por elementos de prestígio na região, geralmente fazendeiros, respeitados pelas suas posses, igualmente proprietários, possuindo idênticos interesses, deveriam apresentar-se igualmente solidários, politicamente. Entretanto, a luta pelo poder provocou a formação de grupos rivais. A diferença entre esses dois grupos esteve sempre nessa competição, sendo idênticos na sua formação. O sucesso nessa luta ficava na dependência dos recursos disponíveis de facilidade de aliciamento de eleitores, relação com o poder central, disponibilidade de recursos de intimidação (Corrêa, 1967, pp. 328 e 329).

A lavoura cafeeira havia criado na região de Araraquara - e nas outras regiões cafeeiras do Oeste novo paulista - uma nova classe política e novas relações no sistema de trabalho, tentando superar os componentes institucionais do regime imperial. Todos esses fatores estavam ligados às novas condições da moderna cafeicultura. Dessa forma, o Partido Republicano Paulista abrigava em suas hostes, muitos políticos que eram cafeicultores progressistas. (Franco, 1974).

Começavam então a surgir nesse ambiente econômico, o "homem de negócios" (Fernandes, 1976) que conjugava sua atividade agrícola cafeeira com a exportação, comércio, sistema bancário, ferrovia e indústria. Esse personagem entrosava-se no meio político e social da sua cidade e região com acentuada influência. Conseguiram ser requisitados como expressão de prestígio e poder na vida local:

Essa medida pode ser dada pela extensão de seus bens, pelas relações de parentesco ou de amizade e por seus dotes pessoais. Como eram proprietários de fortuna que representava um bem a preservar ou a ampliar, sua segurança ou sua

expansão poderia muitas vezes depender das condições políticas do momento (Corrêa, 1967, p. 329).

Portanto, o exemplo típico desse “homem de negócios” que participou da vida econômica, política e social de Araraquara, foi Carlos Batista de Magalhães, republicano e líder da revolta monarquista em 1902, na região de Araraquara. Nesse sentido, achamos necessário descrever a sua trajetória de vida, para comprovarmos a importância de sua participação no episódio desse movimento de restauração monarquista, que estamos tentando demonstrar neste trabalho.

Segundo Vecchia (1997), Francisco Carlos Magalhães, pai de Carlos Batista de Magalhães, teve a preocupação de “prepará-lo para tornar-se uma importante figura política do país”. Mas veio a tornar-se viajante comercial. Algum tempo depois, em razão de sua atividade, conheceu Justino de Corrêa de Freitas, proprietário de uma casa comercial em Araraquara, do qual tornou-se genro:

Data dessa época o final de suas funções de viajante, para trabalhar na loja de tecidos do sogro, e decorridos dois anos, tornou-se proprietário dessa loja, onde começou a formar capital para iniciar o seu primeiro cafezal. Assim, deu início à formação da Fazenda Himalaia, situada no Ouro. Atraído à vida política local, foi eleito vereador e uma de suas primeiras medidas, no exercício de seu mandato, foi a de definir nomes às ruas da povoação (Vecchia, 1997, p. 30).

Os períodos em que exerceu os mandatos de vereador na Câmara Municipal de Araraquara foram os seguintes: 1877 a 1889, 1894 a 1896 e 1905 a 1907. Sempre procurando desafios, e na intenção de progredir como “homem de negócios”, tentou junto ao governo imperial a concessão de uma ferrovia para

chegar até Cuiabá, aproveitando o traçado do Eng^o. Pimenta Bueno. Esse projeto não deu resultado, em parte pela interferência da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Projetando-se na sociedade araraquarense, em 1882, juntamente com José Cesário Bastos e Lino Cassiano Jardim, organizou o Clube Araraquarense (França, 1915). Em 1882, em Santos, participou da sociedade de uma firma de exportação de café com o Conde do Pinhal.

Carlos Batista de Magalhães também fundou uma casa bancária em Araraquara, com Joaquim Martins Lara, Manuel Gonçalves Foz e Francisco Coelho de Castro. Em 1895, empreendeu com agricultores da região e com o apoio da casa bancária, a construção da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, com a concessão do Governo do Estado à firma Guilherme Lebeis e Lara, Magalhães e Foz. Inicialmente, a estrada de ferro atingiu a vila de Matão e Ribeirãozinho (Taquaritinga), em dezembro de 1901 (Gobatto, 1997).

No seu terceiro mandato como vereador, no período de 1905 a 1907, Carlos Batista de Magalhães tentou se aproveitar de uma lei aprovada pela Câmara Municipal de Araraquara, que dava incentivos à instalação de uma indústria têxtil. O empreendimento não foi levado adiante em razão da falta de matéria-prima na região de Araraquara (Corrêa, 1967).

Na vida política de Araraquara e região, sempre desempenhou sua liderança como republicano na disputa do poder político local:

A participação na vida política local revela os chefes. A análise da composição da Câmara de Vereadores pode indicar esses chefes. A Câmara de 1904 era constituída por cafeicultores ou pessoas que tinham seus interesses relacionados

com aquela atividade. Major Pio Corrêa de Almeida - lavrador, Dr. João Rodrigues Machado Pedrosa - advogado, Major José Alves Nogueira - lavrador, Major Germano Machado - lavrador, Antônio de Toledo Piza - lavrador, Antônio Lourenço Corrêa - lavrador, Carlos Batista de Magalhães - capitalista (Corrêa, 1967, p. 330).

A liderança de Carlos Batista de Magalhães entre os fazendeiros de café propiciou em 1898, a criação do Clube da Lavoura, em Araraquara, entidade destinada a discutir e defender os interesses dos cafeicultores, diante da crise cafeeira que afetava o sistema cafeeiro paulista (Vecchia, 1997). Mesmo depois da revolta monarquista, Carlos Batista de Magalhães continuou atuando na política local. Em agosto de 1909, foi um dos representantes do diretório do Partido Republicano Paulista de Araraquara, na Convenção Nacional do partido, que indicou Rui Barbosa à presidência da República. Também em janeiro de 1913, foi o convencional do diretório do PRP de Araraquara, na Assembléia para a eleição da Comissão Diretora do Partido (Casalecchi, 1987). Em 16 de agosto de 1914, foi eleito como primeiro presidente da Beneficência Portuguesa de Araraquara (França, 1915). Sua influência política na cidade continuou praticamente até 1930.

O seu filho, Nhonhô Magalhães seguiu o seu exemplo de “homem de negócios”, que não enxergava barreiras que dificultassem a sua atuação em concretizar um empreendimento econômico. As oportunidades de negócios apareciam numa região nova que necessitava de progresso. Era preciso desprendimento para poder acumular capital:

No convívio com a nata da elite paulistana de seus dias, tomou contato com o “espírito capitalista” que passava a dominar as discussões, trazendo à sua volta ao interior, uma nova visão sobre a lavoura e incorporando ao seu “habitus”, novos valores, normas, etc. (Vecchia, 1997, p. 37).

Nhonhô Magalhães havia aprendido com o pai as ações econômicas no direcionamento dos negócios, que o ajudaram a ter sucesso nos seus empreendimentos:

Sob este ponto de vista, o filho do capitalista é quem proporciona um sentido subjetivo à acumulação de capital de tal forma que, nas famílias capitalistas, é o filho que permite ao capital adquirir um sentido ideológico, cuja força maior está no sistema de relações instituídas sob a forma de herança.

Desse modo, entende-se a intensa relação do pai de Nhonhô, através de um vínculo que envolvia dimensões de ordem econômica, social e política, alimentadas, igualmente por relações de carinho, de confiança e alicerçada pelas esperanças dele projetadas em seu filho (Vecchia, pp. 40 e 41).

O café representou o suporte dos negócios e dos investimentos de Nhonhô Magalhães, na região de Araraquara. O seu crescimento econômico projetava-se também na área política no seu contato com seus correligionários do Partido Republicano Paulista, tanto na região de Araraquara, como nas esferas administrativas e políticas da capital paulista. A diversificação de suas atividades econômicas estavam dirigidas ao estímulo capitalista de acumulação de capital, seguindo os princípios que norteavam o “homem de negócios” da cafeicultura da época, com “um pé na terra e outro no comércio” (Vecchia, 1997):

Nhonhô Magalhães tinha seus negócios de café em Santos firmados a uma associação a uma casa comissária de amigos. Tempos depois fundava uma casa

naquele local, tendo à frente dos negócios seu cunhado Eduardo, irmão de sua esposa (Vecchia, 1997, p. 46).

Os investimentos de Nhonhô Magalhães, cada vez mais eram destinados à aquisição de terras virgens, que se transformavam em fazendas com vastos cafezais. Aplicava os conhecimentos mais modernos na técnica do plantio e no beneficiamento do café (Vecchia, 1997). Os seus grandes empreendimentos foram a Companhia Agrícola Cambuí, em Matão, e a Companhia Agrícola Itaquerê, em Nova Europa, consideradas exemplos de empresas agrícolas modernas e eficientes. Segundo Vecchia (1997), Nhonhô Magalhães adquiriu grandes quantidades de terras da antiga sesmaria do Cambuí, e através de seu trabalho e dedicação, conseguiu grande produtividade nessas terras, colocando-as entre as melhores do Estado de São Paulo. Na sua época foi considerado como um homem que estava à “frente do seu tempo”. É interessante notar que na pesquisa realizada por Vecchia (1997) nos arquivos pessoais de Nhonhô Magalhães, relata que ele solicitou vários empréstimos entre 1898-1900. É possível fazer-se uma ilação que tais empréstimos poderiam estar relacionados com a crise econômica gerada durante o governo de Campos Sales.

Nhonhô Magalhães sempre esteve muito ligado ao pai, pois, além das atividades de negócios, a participação política significou muito na família Magalhães. Essa união familiar representou um fator importante na conjugação de interesses comuns entre pai e filho, mesmo levando-se em conta o sentido da individualidade econômica e política de cada um. No caso da revolta de Ribeirãozinho, ambos estavam colocados na mesma posição de interesses, não só

Vecchia (1997)

do ponto de vista do grupo familiar, mas também como “homem de negócios”(Vecchia, 1997) interessados na questão de uma solução da crise financeira:

Ao que parece, os revoltosos estavam mais concentrados na defesa de seus interesses econômicos que propriamente de um governo monárquico, pois logo a seguir, vemos o pai de Nhonhô como um dos líderes do Partido Republicano Paulista em Araraquara e Nhonhô, no fim da década, movimentava-se pelos bastidores da política de Matão com grande desenvoltura (Vecchia, 1997, p. 51).

Dessa forma, conseguiu incorporar a fama de que era portador do “homem de visão do mundo dos negócios” (Vecchia, 1997). A sua inserção na atividade capitalista burguesa, colocava-o no contexto ideológico liberal, que primava pela preocupação do êxito nos investimentos e nos negócios. Ao mesmo tempo, não afastava-se do sentido conservador do apego familiar:

O passado o prendia inexoravelmente à família, um grupo coletivo, do qual apenas poderia desvincular-se como indivíduo, e apenas em algumas situações. Sua proposta de “apresentar-se” à sociedade comercial e industrial como “individualidade” era também a representação futura do grupo (família) (Vecchia, 1997 p. 45).

Apesar de representarem a tipicidade do “homem de negócios”, tanto Carlos Batista de Magalhães, quanto Nhonhô Magalhães, não estavam desprendidos das características do coronel que comandava a política local na busca do poder e da dominação. Carlos Batista de Magalhães, por exemplo, em 1878, liderou, com alguns fazendeiros, a expulsão de um advogado abolicionista de Araraquara:

Antônio Henrique da Fonseca, um abolicionista que contrariava os interesses dos fazendeiros, ao assumir a defesa de escravos em petição de alforria. Esses fazendeiros tomaram a si o comando das leis, expulsando inclusive o Juiz de Direito, que discordava dos atos e objetivos desse grupo (Vecchia, 1997, p. 33).

Nhonhô Magalhães transformava-se na figura do coronel nas ocasiões em que exercia o mando político, fazendo prevalecer a sua vontade, apesar de todo o seu preparo na atuação dos negócios dentro de um setor da economia brasileira que era dinâmico e moderno:

O aspecto que, de imediato salta aos olhos, é o poder dos fazendeiros locais, interferindo também nos destinos de pessoas que não “fechavam” com os seus “ideais (interesses) políticos”, revelando no caso particular de Nhonhô, um estado emocional vingativo, atrabiliário, com destaque para a figura dos coronéis, que ocupavam todos os espaços dos municípios do interior. (Vecchia, 1997, p. 60).

Com relação à participação de Nhonhô Magalhães na revolta monarquista em 1902, Vecchia (1997), cita Casalecchi (1975), afirmando que ele teria “propósitos políticos definidos”:

caso o movimento fosse vitorioso, Nhonhô seria o chefe do governo em Matão e o pai em Araraquara (Vecchia, 1997, p. 51).

As trajetórias de vida de Carlos Batista de Magalhães e de Nhonhô Magalhães demonstram de fato que eram capitalistas. As suas participações na revolta monarquista de 1902 revestiram-se unicamente de atitudes na defesa de suas propriedades e negócios, diante da crise econômica e financeira que se projetava sobre o sistema cafeeiro paulista. Dessa maneira, foram forçados a preservar o que restava dessa realidade de poder, para manterem uma posição que estivesse de acordo com a sua importância econômica e política:

essa situação fará com que o fazendeiro que se transformava em "homem de negócios" tivesse de afirmar-se, econômica, social e politicamente, como tal. Ele seria senhor - pois o era, no âmbito da fazenda, da família e aos olhos da sociedade. Mas apenas na superfície. No fundo, ele era, pura e simplesmente, homo oeconomicus (Fernandes, 1976, p. 123).

Através de seus modelos de comportamentos, tentamos demonstrar as características ideológicas e políticas de cada um, para possibilitar o entendimento dos motivos que os levaram a participar de uma manifestação armada contra um governo constituído e tentar restaurar a Monarquia. As atuações desses personagens na revolta monarquista de 1902, revelaram o descontentamento, e talvez, o desespero de capitalistas ligados com a economia cafeeira num período de crise acentuada.

3 - A REVOLTA EM RIBEIRÃOZINHO

A revolta monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, principalmente em Ribeirãozinho, revelou o resultado de uma sucessão de acontecimentos que começaram com o malogro da revolta monarquista de 1900, no Rio de Janeiro, e com a acentuada propaganda que os monarquistas realizaram em 1901, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, para desestabilizar a República. Como afirma Janotti (1986), citando o historiador Carone (1970):

Na verdade, a revolta é o resultado de uma aliança de várias tendências, que desgostosos com a situação política e econômica, se unem numa frente única para derrubar o governo federal de Campos Salles e de Bernardino de Campos.

Incentivados pelos dissidentes paulistas, monarquistas e militares, os revoltosos pensam que obteriam o apoio das classes comerciais e populares, que ainda sofrem as graves conseqüências da política e das crises que se sucedem desde 1900 (Janotti, 1986, p. 220).

Em várias regiões do interior paulista, os fazendeiros organizaram seus preparativos para a revolta. Os jornais da época noticiavam que na região Sorocabana, os fazendeiros e populares tinham interrompido a linha férrea da Sorocabana na Serra de Botucatu (Janotti, 1986).

Na região de Araraquara, as conspirações eram articuladas há vários meses antes da revolta, pelo fato de o principal articulador do movimento e líder monarquista, Rafael Corrêa da Silva Sobrinho ter relações de parentesco, tanto em Araraquara, como em Ribeirãozinho. Para deflagrar a revolta eram necessários recursos, e os fazendeiros da região de Araraquara compraram armas e munições. Em São Paulo, os restauradores monarquistas também procuravam obter auxílio financeiro:

Amealharam um fundo monetário, nem sempre com facilidade. Houve um rico reclamador, residente à avenida Paulista, que negou ajuda:

- Pra que dinheiro? Revolução não se faz com dinheiro (Arruda Filho, 1987, p. 241).

O interessante desse movimento, é que às vezes, na atualidade parece assumir formas pitorescas, mas na época significaram atos de rebeldia, demonstrando que esses personagens tinham “energia moral e firmeza de caráter” para empreenderem essa manifestação insurrecional contra o regime republicano. Ribeirãozinho: onde deveriam constituir um “governo provisório”. Com essas atitudes tinham como justificar o descontentamento do fazendeiro de

café e do "homem de negócios", que se sentiam lesados pela crise econômica que levou à estagnação a economia cafeeira paulista.

Na realidade, os fazendeiros republicanos dissidentes e os monarquistas por sentimento, também coronéis de prestígio em seus municípios tinham objetivos comuns para porem fim à República. Os poucos restauradores monarquistas que apareciam no movimento, como Rafael Corrêa da Silva Sobrinho e Francisco Penaforte Mendes de Almeida, puderam contar com o apoio dos coronéis:

Ao apelo dos professores da Faculdade de Direito atenderam os chefes políticos do interior, coronéis de prestígio desde o tempo do Império: estes, reunindo homens e armas, agiram conforme lhes havia sido solicitado (Janotti, 1986, p. 239).

De acordo com o andamento dos preparativos, a eclosão da revolta estava prevista entre os dias 22 e 24 de agosto de 1902 (coincidência ou não, 22 de agosto é o dia do aniversário da fundação de Araraquara). Em Araraquara, os revoltosos reuniam-se na Chácara de Germano Xavier de Mendonça, enquanto que em Ribeirãozinho, as conspirações eram realizadas nas fazendas de Joaquim Mateus Corrêa, Leonardo Botelho e J. Alvarenga.

Segundo o procurador da República, no Estado de São Paulo, Bernardo de Campos, a última reunião dos conspiradores em Ribeirãozinho, foi realizada no dia 21 de agosto de 1902, na fazenda de Leonardo Botelho. A orientação dos monarquistas de São Paulo, era que a revolta deveria eclodir em 23 de agosto, em Ribeirãozinho, onde deveriam constituir um "governo provisório".

Recomendavam a arregimentação do maior número possível de homens, além de armas e cavalos. A expectativa era de que a revolta também eclodisse em outras cidades paulistas, e no Rio de Janeiro, havendo possibilidades de revoltas em outros estados. Mediante o avanço dos rebeldes, as providências seguintes seriam as deposições do presidente Campos Sales e Bernardino de Campos, presidente do Estado de São Paulo (Campos, 1902).

Assim que a vila de Ribeirãozinho fosse tomada, os revoltosos deveriam fazer o mesmo em Matão e Araraquara. Os líderes, em Araraquara, o republicano, Carlos Batista de Magalhães, e o monarquista, Antônio Lourenço Corrêa, deveriam providenciar os últimos preparativos. Como Carlos Batista de Magalhães era presidente da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, a ferrovia ficaria à disposição dos revoltosos. O plano previa que, depois da tomada de Araraquara, seguiriam por estrada de ferro até Jundiaí, para bloquearem os túneis existentes na ferrovia, com a finalidade de impedir os deslocamentos das forças policiais de São Paulo para o interior (Campos, 1902).

A partir daí, os líderes da revolta em Ribeirãozinho movimentaram-se pelas fazendas da região tentando recrutar homens para aumentar o contingente revolucionário. Na madrugada de 23 de agosto, na colônia da fazenda da viúva de Adrelino Domingues da Silva, houve o assassinato do colono italiano Angelino Andreotti, por ordem de Gabino Honório de Sampaio, pelo fato de o colono não querer participar do recrutamento. As investigações posteriores concluíram que a vítima tinha sido enterrada em uma mata por iniciativa de um dos líderes da

revolta, Gustavo Augusto de Moraes (Campos, 1902). Essa foi a única morte ocorrida durante o movimento.

As notícias sobre a revolta já circulavam em Ribeirãozinho, e no dia 22 de agosto, o delegado de polícia local expediu telegramas ao presidente do Estado, Bernardino de Campos, e ao chefe de polícia, José Cardoso de Almeida, sobre as “graves notícias e pedindo providências”. Mas Carlos Batista de Magalhães reteve os telegramas:

Em Araraquara, Carlos Batista de Magalhães, presidente da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara, “estabeleceu quinze dias antes da revolução, uma estação telegráfica reservada, em ponto isolado (...) para uso exclusivo da revolta (Janotti, 1986, p. 227).

Durante a madrugada de 23 de agosto, os líderes da revolta com cerca de dois mil homens armados invadiram Ribeirãozinho. Os rebeldes ficaram reunidos no Largo da Matriz, onde o Dr. Augusto Ferreira de Castilhos, pronunciou um discurso declarando a “independência de Ribeirãozinho”. O médico Dr. Eulógio Pitombo, através de um discurso saudou os revoltosos e pediu a compreensão e cooperação do povo:

As onze horas da manhã, essas pessoas se apossaram do edifício da Câmara Municipal, da Cadeia, prenderam o delegado de polícia em exercício, cabo comandante e todas as praças do destacamento local, ficando aqueles edifícios guardados por indivíduos armados e municiados sob a direção de um governo provisório composto por Joaquim Mateus Corrêa, Leonardo Botelho e João de Toledo Lara, que nesse dia se constituíram por aclamação dos revolucionários, em substituição das autoridades legalmente constituídas (Campos, 1902).

Também “depuseram” do cargo o juiz de direito, e tomaram a estação ferroviária e o telégrafo. A bandeira monarquista foi hasteada no prédio da Câmara Municipal pelo Tenente-coronel Joaquim Mateus Corrêa, que depois trocou vários telegramas com Nhonhô Magalhães, que se encontrava na estação de Santa Ernestina, esperando notícias para tomarem a vila de Matão. Em seguida seguiriam com as forças rebeldes até Araraquara por estrada de ferro. Também foram expedidos telegramas para Rafael Sampaio de São Carlos do Pinhal, João Aranha de Rio Claro, Dr. Álvaro Botelho de Jau e para os jornais O Comércio de São Paulo e O Estado de São Paulo que eram simpatizantes da causa monarquista (Campos, 1902). Joaquim Mateus Corrêa também expediu para o irmão Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, em São Paulo, um telegrama com o seguinte teor: “Ribeirãozinho tomada 2.000 homens em armas, grande entusiasmo”:

A estação de estrada de ferro representava um ponto de convergência importante na consecução da revolta:

local estratégico era a estação ferroviária, onde se encontravam o telégrafo e o trem, que se constituíam nos dois meios rápidos e seguros de transporte - o trem - e de comunicação - o telégrafo (Peria, 1997).

Antônio Loureço Corrêa, revolucionário em Araraquara solicitou reforços ao primo, Tenente-coronel Joaquim Mateus Corrêa, porque a quantidade de homens arregimentados não era suficiente. Conseguiram reunir um contingente com cerca de 500 homens armados, e um comboio ferroviário para transportar os rebeldes à Araraquara.

Na partida dos revoltosos de Ribeirãozinho à Araraquara, compareceu uma banda musical na estação para homenageá-los, mas de última hora, receberam um telegrama que comunicava a vinda de 400 soldados da capital em um trem especial. Essa notícia produziu o pânico e a debandada dos rebeldes:

Mas houve traições. A conspiração foi denunciada e o governo tomou enérgicas medidas, preparando uma ofensiva a fim de sufocar o movimento (Peria, 1997).

Estava tudo acertado para que a propagação da revolta chegasse até Matão, que seria liderada por Carlos Leôncio (Nhonhô) Magalhães e o Dr. Tertuliano Gonzaga, que era administrador da fazenda do Conselheiro Gavião Peixoto, onde concentravam-se homens armados e prontos para participarem da revolta. Em Boa Vista das Pedras, atualmente Itápolis, o Dr. Josino de Quadros e Justino Soares de Freitas, cunhados de Nhonhô Magalhães, também aguardavam os acontecimentos para desencadear a revolta com grupos de homens armados. Consta que as autoridades da vila e com o auxílio da população, armaram-se para prevenir desordens e violências (Campos, 1902).

Em Araraquara, os conspiradores já demonstravam certa inqueitação. Por isso, no dia 21 de agosto, houve uma reunião na residência do Dr. Rodrigo Lobato, com as presenças de Carlos Batista de Magalhães, Dr. João Bernardino César Gonzaga, José Trajano Marcondes Machado, João Afonso dos Santos, Antônio Lourenço Corrêa, Dr. Henrique Lobato, Lotário de Carvalho, Alexandre Boer e outros. Nas confabulações surgiu uma sugestão de que o povo deveria ser consultado sobre a forma de governo que de fato desejava. Outra argumentação estava relacionada a uma orientação dos restauradores monarquistas do Rio de

Janeiro, que desejavam um governo provisório sob a forma de triunvirato (Campos, 1902).

Carlos Batista de Magalhães foi apontado como o principal líder da revolta na região de Araraquara. Na sua denúncia o procurador da República, Bernardo de Campos, registra que nos acontecimentos de Ribeirãozinho “cita-se como principal Carlos Batista de Magalhães”. Em cada cidade da região despontavam os líderes locais.

No dia 22 de agosto, às dez horas da noite, na estação ferroviária de Araraquara, Carlos Batista de Magalhães, Dr. Waldomiro Pinto Alves e Dr. Rogério Pinto Ferraz, aguardavam a chegada do Dr. João Bernardino Gonzaga, que vinha de Matão trazendo notícias dos acontecimentos:

Nessa ocasião, Magalhães mostra ao Dr. Gonzaga os dois telegramas expedidos de Ribeirãozinho, pelo delegado de polícia, um ao presidente do Estado e outro ao chefe de polícia, pedindo providências contra a esperada invasão da vila, telegramas esses que Magalhães, propositalmente, retardou, só transmitindo-os para esta capital no dia seguinte e, portanto bastante tarde para que pudesse o governo, providenciar, no sentido de evitar os acontecimentos que ocorreram (Campos, 1902).

Quando a notícia sobre a revolta de Ribeirãozinho chegou em Araraquara, o Delegado de Polícia, o Juiz de Direito e demais políticos situacionistas, trataram de providenciar a organização da resistência para preservar a ordem pública na cidade. As notícias de que o governo estadual preparava a ofensiva, arrefeceu os ânimos dos revoltosos.

O jornal editado em Araraquara, O Popular, de 24 de agosto de 1902, divulgou os acontecimentos da revolta de Ribeirãozinho, com o seguinte título: "Os sucessos de Ribeirãozinho - Graves acontecimentos conspiratórios". No artigo constava que no dia 23 de agosto havia ocorrido uma tentativa de invasão em Araraquara pelos revoltosos de Ribeirãozinho, e que o pânico invadiu a cidade. O Delegado de Polícia, Major Pena, juntamente com o Juiz de Direito da Comarca, Dr. Flávio de Queiroz, enviaram telegramas ao governo estadual relatando o fato. Também providenciaram medidas para impedir a invasão da cidade.

As autoridades municipais determinaram as requisições de todas as armas existentes no comércio de Araraquara. Foram colocadas pessoas em pontos estratégicos da cidade, no sentido de informar sobre a chegada de "eventuais suspeitos", e assim, terem tempo de preparar a resistência. O recrutamento realizado no município tinha conseguido cerca de 300 homens armados que estavam distribuídos em vários pontos da cidade.

Na tarde do dia 23 de agosto começaram a chegar os primeiros reforços com soldados da Força Pública, por estrada de ferro, vindos de São Paulo e São Carlos. Na noite do mesmo dia, chegava a informação sobre a debandada dos revolucionários de Ribeirãozinho, e que o governo do Estado estava enviando para Araraquara grande contingente de soldados da Força Pública:

A plataforma estava repleta de pessoas. As dez horas da noite, no meio de aclamações, discursos e vivas de entusiasmo, ouviu-se o apito da locomotiva. Desembarcaram o Delegado Auxiliar, Dr. Vitor Airoso, o Escrivão, Dr. Teodósio

de Carvalho, e muitos oficiais da Força Pública. Todos foram entusiasticamente recebidos, com aplausos e muitos vivas à República, ao Dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado, e ao Dr. Campos Salles, Presidente da República (O Popular, 24/08/1902).

A Câmara Municipal de Araraquara realizou uma sessão extraordinária no dia 25 de agosto de 1902, para tratar sobre a revolta de Ribeirãozinho, e das providências tomadas em Araraquara em relação ao caso. A referida ata está assim redigida:

Aos vinte cinco dias do mez de Agosto de mil novecentos e dois, na sala das sessões da Camara Municipal de Araraquara, as onze horas do dia, presentes os vereadores Francisco Xavier de Souza Castro, João de Almeida Leite de Moraes, Luiz Minervino Napolitano, Augusto Candido de Almeida Leite, José Infante Vieira e Antonio Correa de Arruda; havendo numero legal é aberta a sessão. O seu Presidente scientifica a Camara o motivo da convocação e faz diversas considerações as occurencias de Ribeirãozinho. Propõe em seguida diversas medidas no sentido de garantir o municipio. Nesse sentido falam diversos vereadores, aprovando a Camara o projeto que abaixo segue.

A Camara Municipal de Araraquara considerando que é seu dever concorrer para a garantia das instituições:

Considerando que o municipio acha-se sob a ameaça de temidos desordeiros, como medida de ocasião decreta:

Art. 1º. Fica o Intendente Municipal autorizado a tomar de accordo com a policia as providencias necessarias para garantir a ordem dentro do municipio.,

Art. 2º. Em cumprimento do dispositivo supra, fica autorizado a pagar as despesas necessarias e abrir o credito preciso.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario. Araraquara, 25 de Agosto de 1902 (Livro de atas nº. 17 da Câmara Municipal de Araraquara).

No período de 1902 a 1904, a Câmara Municipal de Araraquara era composta dos seguintes vereadores: Presidente: João de Almeida Leite de Moraes, Dr. Francisco de Souza e Castro, Antônio de Souza Mendes, Luiz Minervino Napolitano, José Infante Vieira, Antônio Corrêa de Arruda, Dr. João José de Araujo, Dr. Adeodato de Andrade Botelho e o suplente Augusto Cândido de Almeida Leite (França, 1915). Na sessão extraordinária de 25 de agosto de 1902, faltaram os vereadores: Antônio de Souza Mendes, Dr. João José de Araujo e Dr. Adeodato de Andrade Botelho.

Durante a revolta em Ribeirãozinho, Rafael Corrêa da Silva Sobrinho tinha permanecido em São Paulo, e sabendo que foram feitas denúncias ao governo estadual sobre o fato revolucionário, solicitou ao seu primo, Barnabé Corrêa da Rocha, que fosse o mensageiro para avisar Joaquim Mateus Corrêa, para que não desencadeasse a revolta em Ribeirãozinho. Mas não foi possível, chegou tarde demais.

Segundo Peria (1997), Barnabé Corrêa da Rocha foi escolhido como mensageiro a fim de sustar a revolta por três motivos básicos:

- 1) ser monarquista convicto; 2) ser parente e pessoa de confiança dos líderes do movimento, Dr. Rafael Corrêa da Silva Sobrinho e de Joaquim Mateus Corrêa; 3) talvez a mais importantes das razões tenha sido de que Barnabé era comprador de café do senador Procópio de Carvalho (proprietário de uma Casa Comissária de café em Santos) na região entre Rio Claro, Corumbataí e Araraquara, incluindo-

se aqui Ribeirãozinho, e assim passaria muito bem como comprador de café e não como mensageiro dos revolucionários (Peria, 1997).

Nas revoltas de Ribeirãozinho e Espírito Santo do Pinhal, além das razões econômicas e políticas que envolveram esses acontecimentos, apareceram fatos pitorescos e originais que permaneceram no imaginário da população e foram sendo transmitidos às futuras gerações. Esses fatos foram interpretados de diversas formas, não que houvesse dissimulações, mas foram representados através da herança de uma imagem que se construiu com o passar do tempo. A identidade dessa imagem herdada completou-se como fonte de referência, para aceitar-se a veracidade de fatos que se inseriram nessa situação histórica reconstruída. Assim, os “acontecimentos vividos” são identificados como projeções do passado, embora transmitidos por outros personagens que relataram esse referencial de luta, exemplificando as atuações dessas pessoas que participaram do acontecimento histórico.

Portanto, o relato de alguns fatos que ocorreram na revolta de Ribeirãozinho, que à primeira vista podem ser interpretados como situações originais, refletiram na verdade uma ligação real com a atuação que os revoltosos vivenciaram.

Nas revoltas de Ribeirãozinho e Espírito Santo do Pinhal surgiu um personagem pertencente à Força Pública do Estado de São Paulo, José Antônio de Oliveira, mais conhecido como Tenente Galinha. Sua fama corria os sertões do interior paulista pelas violências que praticava contra aqueles a quem perseguia.

Causava pavor aos bandidos e a seus adversários. As façanhas desse indivíduo ficaram no imaginário das pessoas na região.

Em Ribeirãozinho, depois que os revoltosos debandaram fugindo das forças policiais, corria a notícia de que seriam perseguidos pelo “temido Tenente Galinha”, o que causava inquietação aos revoltosos fugitivos (Arruda Filho, 1987). Em Espírito Santo do Pinhal, após a revolta, o célebre Tenente Galinha estava junto com o contingente da Força Pública, o que acarretou muitos comentários em razão da crueldade de sua fama. Pelo relato que Love (1982) faz desse personagem podemos entender a trajetória do famigerado policial:

Nem tudo na Força Pública era requinte e perfeição. Nas zonas de fronteira, muito de seus membros transgrediram a lei tanto quanto os bandidos que perseguiram. Um exemplo flagrante de má conduta pode ser achado em José Antônio de Oliveira, conhecido como Tenente Galinha. Semi-analfabeto, Galinha alistara-se na força policial da província em 1888, tendo desertado duas vezes e sido punido regimentalmente outras tantas. Todavia, na fronteira, era capaz de se desincumbir das tarefas necessitadas pelo governo e assim chegou ao posto de tenente, em 1909. A presença da missão francesa pouco afetou sua conduta. Mais famoso por gestos de bravata do que de bravura, muitas vezes, durante os tiroteios, encolhia-se todo diante de marginais desesperados. Galinha e seus homens efetivamente deram cabo de muitos bandidos perigosos que assolavam a fronteira do café, mandando suas orelhas decepadas como um troféu para as autoridades na capital. Mas, também violentavam as mulheres de caipiras pobres e pacíficas, massacravam ciganos e mulheres inocentes que de algum modo incorriam em seu desagrado. Galinha não confiava no sistema judiciário, que passava por grandes transformações durante o período áureo de sua carreira.

Preferia poupar ao governo os gastos com a aplicação da lei, executando no ato os que conseguia subjugar. Ironicamente, sobreviveu a todos os riscos de sua aventurosa vida pelo interior do estado, para acabar sendo assassinado, no ano de 1913, em sua própria cama, pelo amante de sua mulher (Love, 1982, p. 177).

No intuito de refletirmos sobre a revolta de Ribeirãozinho, bem como, em Espírito Santo do Pinhal, queremos salientar que elas não foram precipitadas; seguiram um plano bem coordenado, elaborado durante meses. Em São Paulo, foi organizado um Conselho Deliberativo, sob a liderança de Rafael Corrêa da Silva Sobrinho e Francisco Penaforte Mendes de Almeida. Nas cidades onde deveriam eclodir as revoltas, aparentemente as lideranças locais articularam-se e conspiraram:

Da capital partiam agentes sagazes, telegramas enigmáticos, cifrados, incompreendidos nas estradas de ferro, porém perfeitamente decifrados pelos revolucionários. Havia dinheiro em caixa para atender às necessidades do movimento e estoque de armas (Romanelli, 1980).

A afirmação de Love (1982) de que a revolta em Ribeirãozinho foi patética, na nossa reflexão, ela representou as atitudes de pessoas que se viam prejudicadas por uma crise econômica, mesmo levando-se em conta as aspirações dos restauradores monarquistas. Também as afirmações de Janotti (1986) de que existiram "aspectos jocosos" na revolta de Ribeirãozinho, relatados por Fogacho (1949), não se enquadram perfeitamente naquela categoria.

Esses fatos que chamamos de originais, fizeram parte do contexto revolucionário, de pessoas que não tinham a devida preparação de luta armada. Entendiam de negócios relacionados com a economia cafeeira, que naquele

momento estava em crise; por isso, partiram à luta na tentativa de defenderem seus interesses. Nem podiam ser taxados de “precipitados, temerários, ingênuos ou sonhadores” (Romanelli, 1980), pois sabiam exatamente o motivo de terem organizado a revolta.

Os fatos originais da revolta de Ribeirãozinho estavam relacionados com a euforia do momento, em que os revoltosos participavam de um movimento inusitado e perigoso, e que não sabiam a priori que rumo tomariam. Os detalhes desses casos ilustram bem o ambiente emocional da época. Um dos casos diz respeito a uma afirmação que o revoltoso João de Toledo Lara expressou sobre o plano da revolta:

Estamos combinados! Amanhã às 3 horas da madrugada, entraremos em Ribeirãozinho e faremos parar o trem e cercaremos a vila (Romanelli, 1980).

Sobre a indagação se haveria o uso de armas no movimento, Joaquim Mateus Corrêa deu a seguinte resposta:

Qual nada a essa hora lá no Rio de Janeiro tudo está preparado. O que é preciso é que depois que chegarem os telegramas da deposição de Campos Salles, reunimo-nos todos para consultar a Nação. E outra havemos de fazer: entrar em Ribeirãozinho às 3 horas da madrugada porque nossa intenção é esta - tomar café em Ribeirãozinho, almoçar em Araraquara, jantar em Campinas e tomar chá no palácio do Governo na Capital (Romanelli, 1980).

Outro caso que ficou marcado no imaginário do povo de Taquaritinga, foi a atitude do Coronel Antônio Ferreira de Castilhos, que vestiu o uniforme da Guarda Nacional “cheio de alamares e botões dourados”, e passeava pelas ruas centrais de Ribeirãozinho dizendo: “Hoje é o dia em que farei valer a espada da

Monarquia” (Romanelli, 1980). Podemos entender perfeitamente o seu modo de agir, pois era um dos fundadores do Partido Monarquista em São Paulo, juntamente com Eduardo Prado, João Mendes de Almeida, Francisco Penaforte Mendes de Almeida, Rafael Corrêa da Silva Sobrinho e outros. Era um monarquista convicto. O discurso que seu sobrinho, Dr. Augusto Ferreira Castilhos, proferiu no Largo da Matriz de Ribeirãozinho, no dia 23 de agosto de 1902, atesta bem a convicção monarquista da família:

Revive a Nação. Pelo seu órgão mais autorizado, o povo, foi proclamada a Monarquia no país (...) Chegou o período da reorganização e é preciso que todos os homens de boa vontade se congreguem para salvar a Pátria do perigo que a ameaça (...) O povo, no exercício de sua soberania, acaba de aclamar o Governo Provisório que se esforçara para manter firme o regime restaurado (...) Viva a Nação Brasileira! Viva a Monarquia! Viva o Exército! Viva a Armada! Viva São Paulo! Viva o Governo Provisório (Romanelli, 1980).

Outro caso considerado realmente jocoso que ficou impregnado no imaginário da população, e não se sabe da sua veracidade, é revestido da ingênuza simplicidade de seus protagonistas. É relatado dessa maneira:

A cadeia, em mãos dos revoltosos, foi protegida por homens simples mas corajosos e leais. Estabeleceu-se uma senha para entrada e outra para saída. Lá pelas tantas, como alguém quisesse deixar o prédio, o amigo-guardião pediu a senha.

- Diz a senha senão mecê não sai.
- Me esqueci, compadre.
- Tem que alembra, senão num sai.

O impasse já estava gerando o rompimento de cordialíssimas relações entre os dois, quando a “otoridade”, impaciente, ordenou:

- Diz macaco, senão mecê num sai (Arruda Filho, 1987, p. 242).

A situação ocorrida por mais simples que seja, está identificada com o indivíduo que vivenciou determinada experiência. A reconstrução desse passado, ajuda então, a compreender e definir a posição e as relações que esses personagens desempenharam, ou seja, o motivo dos acontecimentos. Mesmo as “quadrinhas” de autoria de Lindolfo Barbosa, escritas na época da revolta de Ribeirãozinho, e relatadas por Romanelli (1980), combinam-se dentro do espírito da revolta:

É hora do pega, pega

Toca o sino sacristão

Vai este ou vai aquele

Por força da revolução

Maestro José Stabile

Vamos até a estação

Se negar-se as nossas ordens

Vai logo pra prisão

Toca a música pra caçar

Todo o povo no vagão

É preciso muito gente

Pra fazer revolução (Romanelli, 1980).

A continuidade desse fato histórico, aparece como um sentimento de restituição da identidade que se prende ao passado. Essa imagem projeta-se nessa

“continuidade herdada” e que perdura ainda no presente. Foi com este sentimento que o poeta José Paulo Paes revela a sua identificação com o avô, num passado distante em Taquaritinga, a Ribeirãozinho de outrora:

Já o conheci de bigodes encanecidos, definitivamente avô

E no uniforme de guerra com que acostumava atender

os fregueses da livraria - camisa sem colarinho, pale-

tô de pijama, chinelos de couro com o seu plac-plac

inconfundível (...)

Era um saudoso da Monarquia. No lugar de honra da sala

de visitas de nossa casa, logo acima do piano alemão,

havia um retrato da família imperial.

(Aliás, no começo da República, correram pela cidade o boato

de uma contra-revolução no Rio. Os monarquistas

tomaram a prefeitura e declararam restaurado o anti-

go regime, o qual durou as 24 horas necessários para

chegar a Taquaritinga um desmentido oficial do boato.) (Paes, 1992, p. 25).

Esses acontecimentos históricos de natureza simples vivenciados podem representar uma contribuição, para revelar fatos da história republicana brasileira que aconteceram numa região cafeeira paulista. Nos relatos dessa revolta o importante é que não caia no esquecimento.

Por isso, as autoridades municipais de Taquaritinga também revenciaram a revolta de 1902, através da lei municipal n.º 133 de 30 de abril de 1954, que dispôs sobre a adoção do brasão de armas do município. Entre as suas diversas

características consta a figura da coroa imperial, com o texto da lei justificando “o dia notório nos fastos locais, 23 de agosto de 1902. Proclamação do Império de 24 horas”. Também a lei municipal nº. 196 de 10 de outubro de 1956, que dispõe sobre a adoção da bandeira do município consta a seguinte característica: “No centro da faixa branca, o emblema: coroa real, dourada, lembrando o fato histórico da revolução monarquista”.

Retomando a análise do passado da revolta monarquista de 1902, ficou demonstrado que o esforço daquela composição de forças para tentar derrubar a República, não conseguiu atingir o objetivo. O entusiasmo foi substituído pela debandada dos revoltosos. Naquele momento era necessário enfrentar as conseqüências que o situacionismo republicano poderia impor aos rebeldes.

1 - A DENÚNCIA

A revolta monarquista de 1902, no Estado de São Paulo tinha fracassado. Em muitas cidades paulistas, onde as articulações e as conspirações tinham sido

CAPÍTULO V

O DESFECHO

Os implicados na revolta monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, eram pessoas influentes nos seus municípios e na política estadual. Por isso, não convinha ao governo republicano puni-los com severidade. Era melhor acomodar-se ao conflito existente no Partido Republicano Paulista. Mais tarde, poderiam tornarem-se aliados políticos. Considerando sob este ponto de vista, o desfecho desse episódio foi favorável aos revoltosos.

Mas a idéia de derrubar a República ainda persistiu na vontade de alguns monarquistas restauradores. Por isso, tentaram, em 1904, aproveitarem-se das manifestações contra a vacina obrigatória, e confrontaram-se novamente com o governo federal, mas sem resultado. Os monarquistas restauradores estavam perdendo espaço nos seus propósitos, e também não tinham mais forças suficientes para conspirarem.

1 - A DENÚNCIA

A revolta monarquista de 1902, no Estado de São Paulo tinha fracassado. Em muitas cidades paulistas, onde as articulações e as conspirações tinham sido

efetuadas para irromper a rebelião, nada aconteceu. O jornal, O Estado de São Paulo, do dia 24 de agosto de 1902, publicou o artigo com o título “Graves Ocorrências”, referente às revoltas no interior paulista (Casalecchi, 1987):

“Franca, 23

Magotes de cavaleiros, armados em número superior a 800 (oitocentos) homens procedentes de Santana do Parnaíba acabavam de passar o Rio Grande, acima do Porto João Gonçalves e marchavam em direção à linha paulista. Fazendeiros do Município de Barretos protegem os invasores a que se reúnem, e prendem os que se negam a segui-los. Tomaram a estrada de Jaboticabal e Monte Alto”.

“Ribeirãozinho, 23

Curíncio de Ávila e Casimira César, chefiando 600 (seiscentos) homens, seguem para Bebedouro, onde contam com a adesão certa de toda a população”.

“Ribeirão Bonito, 23

Soube na estação de São Carlos por pessoa fidedigna que a zona servida pelo ramal de Ribeirãozinho está conflagrada, tendo sido tomadas as respectivas estações. Consta igual movimento em Guariba e Jaboticabal”

“Ouro

A lavoura de Araraquara levantou-se em Revolução”

No dia mesmo jornal em 25 de agosto de 1902 foi publicado do noticiário:

“Mogi-Mirim, 24

Até agora não chegou o trem do Espírito Santo do Pinhal. O chefe da estação declara não saber o motivo. O espírito público acha-se muito apreensivo

Que de Campinas, corre que Casa Branca está conflagrada e que grandes acontecimentos ocorrem porque o aparato de forças é desusado. O espírito público está emocionado naquela cidade.

Chegaram a esta capital presos, por motivos políticos, os Srs. Francisco Candido de Godoy (ex-tabelião), Luiz Osório e Francisco da Rocha Campos, fazendeiros de Araras”.

O desenrolar dos acontecimentos não seguiram de acordo com as conspirações e os planos organizados. O medo, o receio do confronto com os poderes constituídos, foram fatores que influenciaram no fracasso da revolta. Mais do que isso, a “palavra empenhada” com a revolta não foi cumprida, faltou a lealdade de muitos conspiradores. Adelardo Soares Caiuby, um dos revoltosos da região de Espírito Santo do Pinhal e Mogi Mirim, assim expressou o seu desapontamento:

Nós, em Pinhal, como os nossos correligionários de Ribeirãozinho cumprimos com o nosso dever, não fugindo a palavra comprometida. Os demais monarquistas e “dissidentes”, que nos apoiavam, desde o Rio até São Paulo, na hora H falharam deixando-nos sozinhos (Romaneli, 1980).

A maioria das lideranças de Espírito Santo do Pinhal refugiaram-se nas fazendas de amigos, na região de Ouro Fino, em Minas Gerais, onde permaneceram durante seis meses até que o ambiente político acalmasse. Outros rebeldes foram presos e escoltados a São Paulo pelo famoso Alferes Galinha, ficando presos no quartel da Guarda Civil, na Várzea do Carmo. Ali já se encontravam outros revoltosos de Araraquara e Ribeirãozinho. O Barão da Mota Paes, e seu genro Dr. Carolino Ferreira da Silva, por motivos de saúde ficaram encarcerados no Terceiro Batalhão da Força Pública.

Uma parte das lideranças de Araraquara, Matão e Ribeirãozinho fugiram. Alguns de Ribeirãozinho e Matão ficaram refugiados no Estado de Minas Gerais,

que em alguns fugiu e foi preso?

como foi o caso de Nhonhô Magalhães, que somente voltou após conseguir o habeas-corpus na justiça. Outros ficaram escondidos na região de São José do Rio Preto:

Tio Mateus (Joaquim Mateus Corrêa) com alguns filhos e sobrinhos adolescentes embrenharam nas matas mais distantes e desconhecidas deles (Arruda Filho, 1987, p. 243).

Os que foram presos na região ficaram inicialmente em Araraquara, sendo depois transferidos a São Paulo para aguardarem julgamento (Arruda Filho, 1987). Dessa forma, durou pouco a tentativa de restaurar a Monarquia no Brasil, e seus participantes foram denunciados segundo o relatório policial como:

Adversários das instituições republicanas, inspirados por móveis menos patrióticos, não trepidaram, obedecendo a um plano sedicioso com ramificação, em diversos pontos do país e até no estrangeiro, em atentar contra a calma e o sossego dos habitantes de São Paulo, (...) aliciando capangas e formando grupos armados, visaram os promotores da rebelião (...) a substituição violenta da forma de governo estabelecida pela lei constitucional do Brasil (Janotti, 1986, p. 226).

Nesse relatório, os rebeldes também eram acusados da formação de:

um plano revolucionário (...) tendo por fim, de momento, a deposição do governo do Estado e da República, sendo convocada uma Constituinte, que resolveria sobre a formação de governo, se desde logo não fosse restaurada a Monarquia. Os revoltosos diziam que no Rio de Janeiro o movimento teria como chefes Lafayette e Lauro Sodré, que fariam parte do Governo Provisório que seria aclamado, bem como o Visconde de Ouro Preto (Janotti, 1986, p. 226).

Os republicanos dissidentes, os monarquistas por sentimento e monarquistas restauradores estavam sendo implicados pelo chefe de polícia do

Estado de São Paulo, José Cardoso de Almeida, como incursos no artigo 107 do Código Penal:

Tentar, diretamente e por fatos, mudar por meios violentos a Constituição política da República, ou a forma de governo estabelecida:

Pena - de banimento aos cabeças; e aos co-réus, a de reclusão de cinco a dez anos (Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, s/d, p. 237).

O que realmente implicava os acusados pela revolta monarquista de 1902, estava relacionado ao elemento fundamental do crime por meio violento, previsto no Código Penal brasileiro da época. Para as autoridades policiais o que tinha ocorrido era um movimento armado por meios violentos, e isso deveria ser punido porque tinham usado o predomínio de uma força material.

Os revoltosos presos começaram a prestar seus depoimentos perante a polícia. A imprensa paulista estava atenta aos interrogatórios, pois, esse fato implicava também numa luta política gerada no âmbito do Partido Republicano Paulista, entre as duas facções que lutavam pelo poder. De um lado, os situacionistas contavam com o apoio dos jornais Correio Paulistano e A Platéia. Do outro lado, os monarquistas tinham a colaboração do O Comércio de São Paulo, jornal de tendência monarquista, e O Estado de São Paulo, simpatizante da causa monarquista, mas também relacionando-se com os dissidentes republicanos.

O jornal Correio Paulistano, na edição de 16 de setembro de 1902, publicou a relação dos revoltosos denunciados pelo procurador da República, Dr. Bernardo de Campos, conforme o inquérito policial tinha apurado nas investigações:

Ribeirãozinho e Matão: Tomas Sebastião de Mendonça, Joaquim Mateus Corrêa, Pedro Corrêa, Leonardo Botelho, Gustavo Augusto de Moraes, Francisco Bento do Nascimento, Fausto Ismael Pereira e Souza, Gabião Honório de Sampaio, Dr. Eulógio Alves de Mattos Pitombo, Cel. Antônio Ferreira de Castilhos, Dr. Augusto Ferreira de Castilhos, Florentino Antônio Clemente, Vicente Corrêa, João de Toledo Lara, Miguel Núncio, Osório Pereira de Souza, Dr. Manuel Augusto de Alvarenga, Antônio Ferreira Leite, João Vieira, José Bento Gonçalves, Manoel Peão, alferes Rubino José de Almeida, Lindolfo Barbosa, Álvaro Leite, Saturnino de Tal, Jacinto Soares Fagundes, Dr. Tertuliano Gonzaga, Carlos Leôncio de Magalhães, Leão Pio de Freitas, Joaquim Corrêa de Freitas e Justino Corrêa de Freitas. Boa Vista das Pedras: Dr. Josino de Quadros e Jesuino Soares de Arruda. Araraquara: Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, Dr. João Bernardino César Gonzaga, José Trajano Marcondes Machado, Carlos Batista de Magalhães (Presidente da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara), João Afonso dos Santos, Antônio Lourenço Corrêa, Dr. Henrique Lobato, Lotário de Carvalho, Alexandre Boer, Dr. Waldomiro Pinto Alves e Dr. Rogério Pinto Ferraz. Espírito Santo do Pinhal: Dr. João Evangelista Pedreira de Cerqueira, Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo, barão da Mota Paes, Dr. Carolino Ferreira da Silva, Joaquim Ferreira de Camargo, Gabriel da Luz Novaes, Dr. João Sertório, Amando Soares Caiuby, Major Francisco Felix de Alvarenga e Silva, Joaquim Martins de Siqueira, David Alves de Araújo, Evaristo Amâncio de Oliveira, Orlando Novaes, Clemente Hermany, Cel. Joaquim Leite de Souza, Cláudio Cintra, José Carlos Barbosa, Francisco Tenório Filho, Alípio Pereira Couto, Emílio Teixeira da Costa, José Lins da Mota, Benevides Nogueira de Sá, Júlio Brandão, Antônio de Macedo, Antônio Franzino, José Ribeiro da Mota Paes, Daniel Bernardo, Zizefredo Tito da Mota, Oscar Leão Tito da Mota, Cel. Antônio José Villas Boas Sobrinho, João da Luz Novaes, Alexandre

Loureiro, José Marques, José Fonseca, José Lago, Arlindo Cândido Gomes, Jorge de Macedo, João Bayet, Gervásio Mulato e Randolfo Agostinho Ribeiro. Mogi Mirim: José Alves Guedes, Adelardo Soares Caiuby, Dr. Francisco Alves dos Santos e capitão Miguel Antunes Pereira. Araras: Francisco de Godói Bueno, capitão Francisco da Rocha Campos, Luiz de Carvalho Osório, conselheiro Bento Francisco de Paula Souza, José Cândido de Moraes, José de Alcântara e Silva, Antenor José Ribeiro, José Alves de Figueiredo e Herculano Ferreira. São Paulo: Dr. Rafael Corrêa da Silva Sobrinho e Dr. Francisco Penaforte Mendes de Almeida. São Carlos do Pinhal: Dr. Rafael Corrêa Sampaio e José Ignácio de Camargo. Rio Claro: João Aranha (Correio Paulistano, 16. 9. 1902).

Em Araraquara, predominaram os republicanos dissidentes com a liderança de Carlos Batista de Magalhães, e em Ribeirãozinho, os monarquistas que em maior número eram componentes da família Corrêa.

Com referência aos “pactos criminosos” relatados na denúncia do procurador da República, mencionou-se que os dois líderes da revolta na capital paulista, Rafael Corrêa da Silva Sobrinho e Francisco Penaforte Mendes de Almeida, aguardaram os resultados das rebeliões nas várias cidades onde estavam planejadas, para depois deflagrarem a revolta na cidade de São Paulo:

Como porém tiveram ciência do completo insucesso do movimento nas diversas cidades do Estado, nenhum ato chegaram a praticar em detrimento da ordem pública (Campos, 1902).

Os professores monarquistas da Faculdade de Direito de São Paulo foram denunciados, mas houve maior complacência a favor deles por parte das autoridades estaduais.

2 - O PROCESSO

Durante o encaminhamento do inquérito policial referente aos líderes monarquistas na capital, o primeiro a ser intimado a depor foi Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, que não compareceu à polícia, dando a justificativa de estar doente, sendo possível ser interrogado em sua residência. Mediante a pressão policial, o intimado resolveu ir até a delegacia de polícia para depor (Janotti, 1986). Mas estranha-se o depoimento prestado por Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, publicado em O Estado de São Paulo de 26-8-1902:

interrogado, declarou-se monarquista conquanto não trabalhasse pela causa da restauração, pois quase todos os republicanos ilustres, afastados do governo, o faziam com mais esforço e mais proveito em discursos e artigos demolidores, disse ainda ter sabido por jornais do Rio de Janeiro que se preparava uma revolução no país, todavia, não tinha escrito nem falado com ninguém sobre a organização de um movimento em São Paulo (Janotti, 1986, p. 229).

Posição oposta a essa de Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, foi tomada pelo Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo, médico e revoltoso de Espírito Santo do Pinhal, e relatada por Alípio Pereira Couto, outro revoltoso da mesma cidade, em entrevista do Diário da Noite de 7 de outubro de 1944:

No decorrer do sumário do rumoroso processo no qual éramos defendidos por advogados chefiados pelo grande advogado João Mendes de Almeida, houve alguns incidentes.

O Dr. Haddock Lobo, por exemplo, que não tinha papas na língua, encrencou com o ilustre magistrado, no interrogatório.

O juiz lhe pergunta:

- Quais são suas idéias políticas?

- Francamente monarquista, respondeu.

- Qual o seu papel na revolução de Pinhal?

- Subi na escadaria da igreja e proferi um violento discurso, incitando o povo à revolução (Diário da Noite, 7.10.1944).

Durante o processo contra os revoltosos de 1902, a imprensa ampliou os debates acerca dos acontecimentos da revolta no interior paulista. Os fatos envolviam interesses políticos e econômicos, que atingiam importantes segmentos da elite cafeeira paulista. Dessa forma, tanto o governo paulista, como o governo federal tinham interesses em amenizar o conflito com os dissidentes republicanos.

Os jornais paulistanos no dia 21 de agosto de 1902 noticiavam que alguns trilhos da linha férrea da Estrada de Ferro Sorocabana, no trecho entre São Manoel e Botucatu, haviam sido arrancados, em protesto contra a política econômica do governo federal. Na sua edição do dia 23 de agosto de 1902, O Estado de São Paulo divulgou que o governo estadual não tinha dado atenção ao estado lastimável da conservação da Sorocabana, e que não levou em consideração a possibilidade de greve dos ferroviários, que serviria de sinal para a deflagração da revolta de 1902. Todavia, esclarecemos que nas nossas pesquisas não conseguimos informações que evidenciassem as ligações dessa greve com os cafeicultores do Oeste novo paulista.

Depois que o jornal O Comércio de São Paulo de 23 de agosto de 1902, lançou o manifesto monarquista conclamando o povo à revolta, o jornal O Estado de São Paulo, que apoiava também os monarquistas e os dissidentes republicanos, noticiava nas suas edições os telegramas que davam conta sobre as tentativas de revoltas em várias cidades do interior paulista. Por outro lado, O Correio Paulistano, órgão do Partido Republicano Paulista tentava, desmentir os conflitos no interior. Os dois jornais acusavam-se pelo desvirtuamento das notícias propaladas.

O Comércio de São Paulo, de 25 de agosto de 1902, relatou a revolta ocorrida em Espírito Santo do Pinhal, e a intervenção que o governo estadual utilizou para dominar a revolta na cidade. O referido jornal lançava a dúvida se teria sido necessário o uso da força policial para dominar os fazendeiros da região. Argumentava que a culpa cabia exclusivamente à crise econômica, que tinha tomado conta da cafeicultura paulista.

O jornal O Estado de São Paulo, de 25 de agosto de 1902, também noticiava que a intenção da revolta, era a deposição de Campos Sales da presidência da República, que significava para os dissidentes republicanos, não a tentativa da restauração monarquista, mas representava a atitude de defesa de uma classe agrária, que estava sofrendo uma situação de crise e insolvência. Anteriormente, em maio de 1901, havia sido realizado o Congresso Agrícola de Campinas, onde as reivindicações e os descontentamentos dos cafeicultores foram expostos de maneira clara, a fim de que o governo federal mudasse as diretrizes da política econômica. Entretanto, nada foi feito para amenizar as dificuldades da

lavoura cafeeira. Para o governo federal, somente os mais "fortes" economicamente deveriam sobreviver à crise. Também em junho de 1902, no Segundo Congresso Agrícola, realizado em Ribeirão Preto, novamente os cafeicultores, de forma pacífica, solicitaram ao governo federal soluções para a crise, mas nenhuma resposta chegou a esse clamor. A "resignada paciência" dos fazendeiros tinha chegado ao limite do suportável. A ação armada seria o próximo passo.

Nessa mesma edição, de 25 de agosto de 1902, O Estado de São Paulo, citava que a "revolta dos rústicos" no interior paulista, conjugava os interesses prejudicados de uma parcela da elite cafeeira paulista que se articulou com outras forças, buscando saída para a crise econômica.

O governo paulista demonstrava certa indiferença pelo processo que se instaurara contra os fazendeiros de café e políticos que se empenharam nas conspirações contra a República. A denúncia que o procurador da República, Bernardo de Campos, fez contra os implicados foi praticamente reproduzida dos autos do inquérito realizado pela polícia paulista (Janotti, 1986). Na sua denúncia, o procurador da República não colocou em evidência a participação dos dissidentes, ao contrário, ressaltou que a revolta foi provocada pelos monarquistas restauradores. Mas esses monarquistas eram professores da Faculdade de Direito de São Paulo, e pessoas influentes no meio social e político de São Paulo. A única ressalva que o procurador da República assinalou em relação aos dissidentes republicanos, foi apontar a liderança de Carlos Batista de Magalhães na revolta da região de Araraquara.

Em São Paulo, os estudantes de Direito fizeram uma manifestação em protesto pela intimação do Dr. Rafael Corrêa da Silva Sobrinho. No choque da polícia com os estudantes houve prisões e feridos. Propalavam-se as denúncias de perseguições por parte do governo paulista aos republicanos dissidentes e monarquistas da capital, além de violências contra dissidentes do interior (Janotti, 1986). Tanto o lado dos dissidentes, quanto o dos monarquistas, ambos procuravam amenizar suas responsabilidades na revolta de 1902, principalmente através da imprensa:

Enquanto a dissidência procurava se eximir das responsabilidades da revolta, O Comércio de São Paulo, em 4 de setembro de 1902, igualmente se esforçava para negar o envolvimento monarquista, alegando que os interrogatórios tinham se realizado sob coação. Do Rio de Janeiro, o Correio da Manhã passava a atacar o governo e a polícia de São Paulo que queriam transformar episódios sem importância, ocorridos em duas pequenas localidades do interior, em um caso nacional (Janotti, 1986, p. 232).

Na Câmara dos Deputados, na sessão de 27 de agosto de 1902 ocorreram acirradas discussões sobre as manifestações estudantis. Os oradores oposicionistas denunciavam a violência policial sobre a população. Nos discursos, os situacionistas acusavam Júlio de Mesquita, que era dissidente republicano, de ser revolucionário e de conspirar contra a República e a Constituição (Janotti, 1986).

Na imprensa paulistana, o jornal Correio Paulistano, na edição de 31 de agosto de 1902 acusou Júlio de Mesquita de desempenhar comportamentos dúbios, em relação aos fatos ocorridos. O jornal lembrava que Júlio de Mesquita, em 1896, tinha articulado intensa campanha contra os monarquistas,

através de seu jornal, O Estado de São Paulo. Mas naquele momento, como dissidente republicano apoiava os restauradores monarquistas, pregando inclusive, a revolta armada (Janotti, 1986):

Como é sabido, o sr. Júlio de Mesquita nosso compatriota português como engraçadamente o chamou o sr. José do Patrocínio, tergiverse e corcoveie, embora para os lados, tinha se aliado aos monarquistas na revolução manquée, que ficou limitada a Ribeirãozinho e Espírito Santo do Pinhal. Não é à toa que ele andava vendo nuvens negras por toda parte (...) Mas que é fato, é que, fracassando a revolução e sendo os seus companheiros colhidos pela polícia, o sr. Júlio de Mesquita finória e covardemente os abandona, deixando que eles se agüentem com o repuxo (Correio Paulistano, 31 agosto de 1902).

O Comércio de São Paulo, em 21 de setembro de 1902 protestava contra a decisão da justiça, afirmando que o direito tinha sido vilipendiado a favor do governo federal. A aplicação do artigo 107 do Código Penal sobre os revoltosos suscitava dúvidas e divergências. Os pedidos de habeas-corpus para os acusados tinham sido negados pelo Supremo Tribunal Federal. Enquanto o jornal, Correio Paulistano, de 22 de setembro de 1902, aplaudia o Supremo Tribunal Federal pela negação dos habeas-corpus, O Estado de São Paulo, de 23 de setembro de 1902, afirmava que essa medida representava uma conspiração por parte do governo federal contra os acusados. O mesmo jornal, na edição de 24 de setembro de 1902 lançou um ataque contra o poder judiciário, reclamando sobre as arbitrariedades, as violências e o erro de que eram vítimas os revoltosos.

Os monarquistas argumentavam através da imprensa, que o procurador da República, Dr. Bernardo de Campos, estava sendo conivente com o governo

federal ao apresentar a denúncia dos revoltosos, possibilitando as hostilidades à pessoas de prestígio econômico, social e político no Estado de São Paulo. Como atentava contra a Constituição republicana, então o julgamento tinha que ser realizado na justiça federal. O juiz Manuel Dias de Aquino e Castro, ao formalizar as acusações, constatou que as testemunhas não apresentaram evidências que pudessem comprovar a verdadeira intenção de rebelião armada, tampouco em relação ao sentido partidário dos acusados (Janotti, 1986). No Senado apareceram os debates com relação as acusações e defesas dos envolvidos na revolta. No entanto, o processo estava chegando ao fim:

A 8 de novembro de 1902, o público foi surpreendido pela publicação, em O Estado de São Paulo, ao despacho do juiz Manuel Dias de Aquino e Castro deu nos autos do processo contra os revoltosos - julgando improcedente a denúncia do procurador da República (...) Considerava ainda que não havia ficado devidamente provada a existência de um plano anteriormente concebido e concertado como exigia o artigo 107, para qualificar o crime (...) A esta razão acrescentava as deficiências da legislação (Janotti, 1986, pp. 236 e 237).

O recurso interposto pelo procurador da República, ao Supremo Tribunal Federal, foi julgado também improcedente, não aceitando, portanto, as ponderações do recurso apresentado. Os monarquistas comemoraram as decisões da justiça ocorridas nas duas instâncias.

Durante o processo, corriam notícias que o governo republicano não estava muito empenhado em condenar os rebeldes. Entre os envolvidos figuravam fazendeiros de café e capitalistas muito poderosos na política estadual, embora muitos fossem dissidentes do Partido Republicano Paulista. Para o

governo federal não adiantava fomentar mais discórdias. A prisão dos restauradores havia sido relaxada (Carone, 1977). O interesse do governo federal em amenizar a acusação dos revoltosos, estava direcionada a um possível apaziguamento dos dissidentes com o situacionismo republicano:

O desfecho de todo o episódio pelo pronunciamento dos acusados revela o interesse da oligarquia paulista em não aprofundar a dissidência em seu interior, exatamente no momento em que o seu projeto político se tornava hegemônico e se impunha na orientação do processo republicano. Vencedora a nível federal, necessitando aparentar solidez, não interessava explorar um fato que pudesse prejudicar sua política - que já era aceita pela maioria dos estados (Janotti, 1986, pp. 240 e 241).

A realidade desse fato pode ser confirmada pelo exemplo da intermediação do republicano situacionista Cerqueira César, entre o governo do Estado, e os rebeldes de Espírito Santo do Pinhal:

O governo do Estado certamente teve em vista o gênio pacificador, o espírito de conciliação (...) desse influente político e homem público (...) realmente, o desempenho de sua árdua e penosa incumbência, o Dr. Abelardo Cerqueira César procedeu com o elevado critério e sentimento (...) nos momentos que sucederam à sufocação da revolta (...) influíram consideravelmente na atenuação e no abrandamento dos rigores repressivos (Rocha, 1964, p. 91).

No nosso entendimento, o sentido político e econômico sempre esteve subjacente nas articulações e conspirações da revolta. A situação coincidia com a crise econômica que afetava a lavoura cafeeira, da qual eram produtores os republicanos dissidentes e os monarquistas sentimentais que tinham participado

da revolta de 1902. É difícil comprovar-se quem tomou a iniciativa de aproximar os dois grupos que se interessavam em desestabilizar o governo de Campos Sales, apesar da intensa atuação de Rafael Corrêa da Silva Sobrinho nas articulações da revolta:

Tudo indica que, durante o desenvolvimento das confabulações preparatórias, houve esforços recíprocos para angariar aderentes; mas, quando chegou o momento de se concretizar a revolta, houve recuo dos dissidentes.

Entretanto, é na prática da revolta que se definem os papéis desempenhados pelos articulares. É incontestável a liderança dos monarquistas paulistas e, dentre eles, a do grupo mendista (João Mendes de Almeida), formado pelo núcleo católico-conservador do antigo centro monarquista (Janotti, 1986, p. 239).

Devemos esclarecer que Rafael Corrêa da Silva Sobrinho, pertencia ao grupo mendista (João Mendes de Almeida). Os restauradores monarquistas de São Paulo, ligados a João Mendes de Almeida, tinham uma íntima relação com a Igreja Católica. Desse modo, certos setores do catolicismo não aceitavam a República desde a queda do Império. Portanto, veio acentuar-se a confirmação dos indícios da influência do catolicismo no clã parental da família Corrêa, no sentido de explicar a solidariedade existente entre eles na revolta de Ribeirãozinho.

A rebelião monarquista restauradora de 1902 não conseguiu o resultado esperado. O que os rebeldes perceberam foi que, sem a participação do Exército, a possibilidade de sucesso tornou-se nula. Puderam contar com o apoio de um número reduzido de rebeldes que cumpriram com a palavra empenhada. Como

relata Janotti (1986), para os revoltosos a melhor experiência do fato foi o empenho dos aliados.

As articulações da revolta foram sigilosas e como afirma Rocha (1964), elas foram “cavilosamente” preparadas, não permanecendo indícios de suas conspirações. Mas os motivos que levaram esses personagens a se rebelarem, contra a ordem institucional republicana eram evidentes. Assim, ficava claramente demonstrado, que as forças produtivas cafeeiras do interior paulista, não podiam mais suportar a crise econômica e financeira.

Na afirmação de Casalecchi (1987), segundo versão de Júlio de Mesquita, publicada no Correio Paulistano de 24 de novembro de 1915, a revolta de restauração monarquista de 1902 teria tido a seguinte motivação:

A nobre aspiração dos conjurados era simplesmente reformar a Constituição de 24/02 na patriótica intenção de harmonizar a família brasileira, a volta de uma lei fundamental menos hostil às nossas tradições e, por conseguinte, mais acessível à colaboração que julgávamos indispensável, de Estadistas de merecimento já demonstrado, naturalmente retraídos por não poderem vencer a repugnação que lhes causou a improvisada, violenta, radical transformação operada pela revolução fulminante que Deodoro comandou (Casalecchi, 1987, p. 120).

A revolta de restauração monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, foi um acontecimento histórico, que marcou os conflitos políticos gerados pela crise econômica, criando uma situação insustentável à economia cafeeira paulista. Embora a República estivesse consolidada, continuou persistindo a idéia em alguns monarquistas restauradores que era possível a queda da República.

3 - O FIM DOS MOVIMENTOS MONARQUISTAS

Quando Campos Sales deixou a presidência da República, em novembro de 1902, apesar da rejeição e impopularidade, ele conseguiu entregar um governo com as finanças saneadas, embora isso custasse um sacrifício imenso ao povo e às classes produtivas brasileiras. A Política dos Governadores serviu para garantir o apoio das oligarquias regionais a sua política econômica, que havia deixado resultados negativos na ordem política, principalmente relacionadas à deterioração do ambiente democrático das instituições (Bello, 1952).

Com a eleição de Rodrigues Alves à presidência da República, começou um estilo de governo politicamente mais direcionado às circunstâncias pragmáticas do que aos aspectos ideológicos que marcaram os primeiros tempos da República. As intenções do plano de governo de Rodrigues Alves encontravam muita receptividade entre a população. O que havia de contrário a sua figura, era a desconfiança de alguns republicanos mais autênticos, que viam com reserva o antecedente da passagem do novo presidente pelo monarquismo:

O novo regime parecia já sentir-se forte para dispensar a imediata assistência dos republicanos históricos (Bello, 1952, p. 225).

A eleição de Rodrigues Alves proporcionou também a união dos interesses das elites cafeeiras paulista e mineira, dando uma nova configuração política, pois Afonso Pena, eleito vice-presidente da República era ligado à política de Minas Gerais. O poder econômico dos cafeicultores manteve-se ainda como sustentáculo

do padrão de confluência dos interesses políticos que, juntamente com as oligarquias regionais, governavam o país.

Mas os monarquistas radicais ainda se mantinham na expectativa de criar conflitos à República. No ano de 1903, novamente tentam uma reação de ordem política, lançando a candidatura de Andrade Figueira ao Senado, mas sem nenhum resultado. As articulações prosseguiram em 1905, quando nova tentativa foi encetada, para organizar um partido monárquico em São Paulo, com o lançamento de candidato à Presidência do Estado (Carone, 1977). Esse fato também não se concretizou. Mas em 1904, no Rio de Janeiro, os monarquistas participaram ativamente nas manifestações populares e conflitos políticos que ocorreram contra o governo federal:

Em 1904, os monarquistas, vivem sua última aventura de massas: em junho, alguns deles ajudam financeiramente o jornal Comércio do Brasil, que desencadeia ataques ao governo de Rodrigues Alves. A crise habitacional, o problema da vacina obrigatória, a crise econômica, a alta do custo de vida, o desemprego etc - dão à oposição maior prestígio e possibilitam a formação de três movimentos paralelos de contestação ao governo: o primeiro é das massas populares; o segundo, do grupo de políticos da oposição, acompanhados de positivistas que por sua vez, estão ligados a certas lideranças operárias; o terceiro é de militares e de alunos da Escola Militar (Carone, 1977, p. 385).

O governo de Rodrigues Alves, apesar de ter anunciado a continuidade da política econômica de Campos Sales, propôs-se a incentivar o desenvolvimento da economia brasileira. Essa dinâmica de governo deveria começar pelo Rio de

Janeiro, através de reformas urbanas e do saneamento da cidade, para poder controlar o surto de febre amarela.

A realidade de pobreza, miséria e decadência dos aspectos urbanos davam ao Rio de Janeiro um quadro lastimável, que envergonhava as classes mais progressistas que reivindicavam as transformações dessa situação caótica da capital do país. As reformas urbanas e o saneamento do Rio de Janeiro eram problemas sérios, que foram desafiados durante todo o Segundo Império. As tímidas tentativas realizadas foram baseadas numa legislação urbana bastante precária. O traçado urbano da cidade era desordenado, com uma fisionomia urbana colonialista. A maioria das construções foram realizadas sem muitos critérios técnicos, ao lado de cortiços cheios de vielas e becos tortuosos, que revelavam um quadro de miséria e pobreza, colocando a descoberto as grandes desigualdades sociais.

A resistência às reformas urbanas começaram a sofrer ataques de setores que não estavam interessados nessas transformações. Pereira Passos, como prefeito do Rio de Janeiro obteve amplos recursos financeiros e apoio político para desenvolver a remodelação e o saneamento da cidade. Assim, numa atitude corajosa, colocou em prática uma série de medidas, que possibilitou terminar com muitos problemas que afetavam a vida e a saúde dos cidadãos.

O governo tinha de vencer não somente a resistência e a ganância dos proprietários urbanos, grande parte deles vivendo em países estrangeiros da alta renda dos seus imóveis, mas também velhas idéias, preconceitos, superstições,

invejas, despeitos, vaidades doutorais e fanatismos doutrinários...(Bello, 1952, p. 229).

Em março de 1904, foi aprovada a lei que instituiu a vacina obrigatória contra a febre amarela. No mês de junho do mesmo ano, foi enviado ao Congresso o projeto de lei que tornava obrigatória a vacina contra a varíola. Dessa época em diante, recrudesceram os debates, tanto na Câmara Federal, como no Senado. Os positivistas tentaram interferir na aprovação da lei, argumentando que essa atitude do governo não respeitava a dignidade humana.

Setores do operariado também aderiram às manifestações, juntamente com políticos oposicionistas, principalmente o “jacobino ferrenho”, Lauro Sodré que havia criado A Liga Contra a Vacina Obrigatória:

Camadas populares indistintas formam a grande massa dos comícios e, mais tarde, das arruaças. O “bota abaixo” desloca milhares de pessoas de suas casas, o que provoca mal-estar generalizado; além disso os proprietários de casas, donos de armazéns, quiosques e bares, prejudicados com esta situação: é a crise comercial de maio de 1904, que leva muitos comerciantes à falência, e que é agravada pela constante alta do custo de vida, devido ao câmbio em alta. Desta maneira aumentam o desemprego e a revolta, exacerbando as críticas ao governo (Carone, 1978, pp. 203 e 204).

A indicação de Oswaldo Cruz como diretor da Saúde Pública, gerou uma intensa campanha contra as medidas a serem usadas na erradicação da febre amarela. Os jornais monarquistas e oposicionistas instigavam a massa popular, contra Oswaldo Cruz e seus agentes sanitários, os “mata-mosquitos”, que percorriam as residências no combate ao inseto transmissor da moléstia:

Jornalistas e escritores o satirizavam diariamente. Os demagogos do Congresso ecoavam a virulenta campanha. A justiça protegia por meio de habeas-corpus a “inviolabilidade do domicílio” particular contra os expurgos da Saúde Pública (Bello, 1952, p. 231).

O clima de insatisfação voltou-se contra o governo republicano, e mais uma vez, apareciam as pretensões restauradoras da Monarquia. Lauro Sodré e Alfredo Varela articularam uma rebelião contra a República. Aliaram-se a eles, oficiais positivistas e jacobinos florianistas. Também os velhos monarquistas, como Ouro Preto, Andrade Figueira, João Alfredo e outros, conspiravam numa nova tentativa de derrubar o regime republicano. Janotti (1986) comenta que a derrota na revolta monarquista de 1902, não tinha arrefecido os ânimos dos restauradores. Consolavam-se numa perspectiva de terem conseguido uma “vitória moral”:

Não só provara que possuíam organização, como conseguira aproximá-los de grupos dissidentes e militares. Acreditavam ter conseguido o respeito de seus antigos adversários, podendo fazer acordos com eles em melhores condições para a sua causa (Janotti, 1986, p. 241).

A oportunidade de revolta estava latente. Novamente os monarquistas apelavam para o Exército, no sentido de colocar ordem nos desmandos da República. Os jornais O Correio da Manhã e O Comércio do Brasil, amplamente a favor da Monarquia, lançavam contra as oligarquias uma campanha muito acentuada, culpando-as pelo estado de degradação em que se encontravam as instituições públicas brasileiras. Incitavam também a população a não se

deixarem vacinar. Argumentavam que essa atitude do governo republicano representava uma "tirania sanitária" contra o cidadão. (Janotti, 1986).

A vacina obrigatória serviu como pretexto para tentar a queda da República. Nas ruas do Rio de Janeiro, entre 13 e 15 de novembro de 1904, desencadearam-se violentas manifestações populares. Os comícios e os choques com a polícia geraram um clima de revolta. Uniram-se novamente os monarquistas restauradores, republicanos descontentes e militares jacobinos. Os cadetes da Escola Militar foram incentivados a aderirem à rebelião, ocorrendo um intenso tiroteio com as forças do governo federal. Forças policiais, juntamente com militares da Marinha e Exército conseguiram controlar a situação. Com a aplicação do estado de sítio no Rio de Janeiro, começavam as apurações das responsabilidades:

Enquanto os participantes da revolta popular foram embarcados em grande número para o Acre e Amazonas, já os participantes da revolta militar foram submetidos a um lento e confuso processo policial e jurídico (Janotti, 1986, p. 250).

A justiça militar indiciou os seguintes militares como participantes da rebelião: General Silvestre Rodrigues Travassos, Senador Tenente-coronel Lauro Sodré, Major Gomes de Castro, Capitão Antônio de Moraes, Deputado Major Alexandre Batista Lima, além de outros oficiais. Na justiça civil foram arrolados: Alfredo Varela, Visconde de Ouro Preto, Luís Pinto Pereira de Andrade, Artur Rodrigues da Silva, Vicente de Souza, Pedro Leão Velosa Filho, Domingos Andrade Figueira e Cândido de Oliveira (Janotti, 1986). O governo federal

também ordenou o fechamento dos jornais, Correio da Manhã e O Comércio do Brasil.

Como a rebelião de novembro de 1904 teve o envolvimento de militares, o governo federal não se dispôs a processar e punir os rebeldes. Por isso, através da influência de Rui Barbosa, o governo concedeu anistia a todos os envolvidos (Janotti, 1986). Os militares jacobinos remanescentes da era florianista, ainda mantinham certa ascendência no meio militar; dessa forma, não interessava provocar mais descontentamentos, apesar do grande apoio militar ao governo federal.

Os restauradores monarquistas, principalmente Ouro Preto e João Alfredo, estavam constantemente mantendo correspondências com a Princesa Isabel, fornecendo informações sobre o que ocorria em relação aos movimentos monarquistas e a realidade econômica e política do país.

A República afirmou-se como sistema de governo, apesar das dificuldades e crises econômicas que ocorriam no Brasil. O mais atuante restaurador monarquista, o Visconde de Ouro Preto, ainda entusiasmava-se com a possibilidade da volta da Monarquia:

O visconde continuava preso à teoria do "quanto pior melhor", visualizando na crise financeira a oportunidade de uma ação monarquista independente. Em tudo e por tudo revelava-se otimista (Janotti, 1986, p. 254).

Apesar da consolidação republicana, entre 1907 a 1913, o príncipe D. Luís de Orléans e Bragança, segundo filho da Princesa Isabel, tentou dar novo impulso

ao movimento restaurador, inclusive, interferindo no diretório do Partido Monarquista no Rio de Janeiro, causando a saída de Andrade Figueira do partido:

A aproximação do príncipe em relação aos grupos monarquistas dos estados, criticando abertamente a inação do diretório, conseguiu reviver no Rio Grande do Sul, no Ceará e no interior de São Paulo (Ribeirão Preto) a propaganda e a criação de centros, mas o movimento monarquista, apesar disso, nunca mais alcançou o antigo vigor (Janotti, 1986, p. 256).

Não havia mais consistência de unidade entre os restauradores, apesar de algumas poucas manifestações isoladas:

Não podia haver maior prova da militância na esperança do que a convicção de Laet. Mas já era irremediavelmente tarde: nem os republicanos exaltados se refeririam mais aos monarquistas como subversivos da República; nem os monarquistas ameaçariam as instituições republicanas - nem sequer se ouviriam mais as bravatas de Andrade Figueira e as respostas soberbas de Ouro Preto ao Supremo Tribunal Federal. Os subversivos estavam velhos e recolher-se-iam para logo morrer (Janotti, 1986, p. 257).

Diluiu-se a expectativa que por mais de duas décadas tinha proporcionado aos monarquistas a esperança de que a Monarquia pudesse ser restaurada. Apesar de seus conflitos ideológicos e políticos, de suas contradições de poder que se acirravam nos bastidores republicanos, das crises econômicas e das barganhas entre o governo federal e as oligarquias regionais, a República estava consolidada. Em Ribeirãozinho, o empenho de restaurar a Monarquia durou 24 horas, em Espírito Santo do Pinhal, durou 36 horas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1870, o Império apresentava os sintomas de seu declínio. Dentro do Partido Liberal muitos políticos discutiam as mudanças que ocorriam no sistema capitalista mundial. Entretanto, o Império continuava alheio às inovações liberais-federativas que aconteciam na época. Em 1870, os republicanos lançaram o Manifesto Republicano, e em 1873, foi organizado o Partido Republicano Paulista.

Segundo Bello (1957), o Imperador não tinha a postura do estadista, não apresentava “o gosto pela política, a coragem de ousar”. Faltou ao Monarca, as condições de liderança política para aceitar e conduzir as mudanças de que o Brasil necessitava. A elite imperial também não acompanhava “as aspirações nacionais”, estava mais preocupada com a vida na Corte, a política parlamentar e o expediente burocrático imperial. Dedicavam-se aos seus latifúndios, eram proprietários de escravos e a maioria era composta de “bacharéis e doutores, do velho estilo português” (Bello, 1957).

A conquista do poder político dentro do Império significava a alternância dos partidos, sem o debate das soluções dos problemas do Brasil. Por isso, esse ambiente tornou-se propício às idéias federativas e republicanas. Abolida a escravatura ampliaram-se as lutas e a propaganda republicana por todo o país, principalmente através da imprensa. Ao final do Império, a situação econômica e financeira estava difícil de ser saneada. Dessa maneira, o Império caminhava para

o fim, pois o próprio Imperador e uma parte da elite imperial não conseguiram perceber as mudanças que ocorriam no Brasil. Faltou aos burocratas e políticos do Império, uma mentalidade inovadora que pudesse modificar o conservadorismo, que a elite imperial teimou em manter na sua conduta política e social.

Mas uma minoria que foi destituída do poder, permaneceu fiel ao conservadorismo-patrimonialista do Império. Durante as duas primeiras décadas da implantação republicana, empreenderam esforços e lutas para tentar a restauração da Monarquia no Brasil. A volta ao poder e aos privilégios foram os motivos que incentivaram os restauradores a revoltarem-se contra o regime republicano. Não aceitavam a influência política da elite cafeeira paulista no governo republicano. Demonstravam também uma aversão pelas ideologias liberal e federativa, que na aparência, tinham se acomodado à instituição republicana. Mesmo com sua fragilidade numérica e ideológica estavam constantemente atentos às oportunidades das crises econômicas e políticas, para tentar derrubar a República.

Dessa forma, em 1902, durante o governo de Campos Sales, os monarquistas empreenderam outra revolta. Nessa fase da história republicana em que ocorreu a tentativa de restauração monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, o país passava por um crise conjuntural econômica muito acentuada. Foi necessário aplicar-se a moratória (Funding-Loan) para adequar a realidade econômica brasileira, às exigências dos credores internacionais. Do lado político, a formação da Política dos Governadores colocou as oligarquias regionais sob o

domínio do governo federal, para permitir as manipulações das barganhas políticas, que eram de interesse do presidente da República.

Diante dessa crise econômica e política, uma ala do Partido Republicano Paulista rebelou-se contra a política imposta pelo governo paulista, ação que foi apoiada por Campos Sales. Daí, resultou a crise política em 1901, com a formação da dissidência do Partido Republicano Paulista.

Os fazendeiros de café do Oeste novo paulista foram duramente atingidos pela crise que ameaçava a economia cafeeira. Muitos desses agentes econômicos eram dissidentes do Partido Republicano Paulista, e desse momento em diante estavam dispostos a lutar por seus interesses econômicos e políticos, mesmo que esse procedimento custasse uma aliança com setores oligárquicos e patrimonialistas.

Os restauradores monarquistas da Faculdade de Direito de São Paulo, perceberam a ocasião de conspirar contra a República e foram procurar a união com os dissidentes republicanos e tentaram arregimentar os fazendeiros de café monarquistas, que politicamente pertenciam à ala oposicionista dentro dos seus municípios. Mas por "reciprocidade de interesses" apoiavam a dissidência republicana (Janotti, 1986).

Desse modo, o propósito de pesquisa através de nossas indagações, foi o de perceber os interesses e as perspectivas desses dois grupos ideologicamente diferentes, que se uniram em torno de um objetivo praticamente impossível de restaurar a Monarquia no contexto da República que se consolidava (Silveira, 1978). As conspirações monarquistas misturaram-se aos conflitos políticos da

dissidência do Partido Republicano Paulista, que, de certa forma, tentavam abalar a estrutura política republicana. O “ajuntamento ilícito” (Janotti, 1986), que resultou nessa sedição contra a República, demonstrou claramente as desavenças que existiam nas hostes republicanas na busca do poder, tanto em nível estadual paulista, como no governo federal.

A propalada “revolta de sertanejos esbulhados” (Janotti, 1986) refletiu as contradições políticas que estavam ligadas a uma reação contra o estado de dificuldades econômicas, que haviam colocado a cafeicultura paulista numa situação insustentável.

Para os monarquistas restauradores ficou a convicção sincera, de que a Monarquia, de fato, representava a melhor solução para o Brasil naquele momento histórico. Os dissidentes republicanos perceberam que não tinham condições de forças materiais e políticas, para atingir o governo federal. A tendência ficou restrita à reconciliação política, pois, os dissidentes, embora derrotados, ainda mantinham o poder em suas bases municipais.

Portanto, no nosso entendimento, a revolta monarquista de 1902, no Estado de São Paulo, representou um episódio ligado à crise econômica, mas também com forte conotação política, que expressou as características do mando e do poder político, ligadas ao sentido coronelista.

O mandonismo e o coronelismo continuavam dirigindo a política municipal. Na verdade, o que importava era a fidelidade e a reciprocidade de interesses entre o coronel e seus aliados, realidade que se estendia ao nível estadual entre os chefes políticos do Partido Republicano Paulista. Assim, os

fazendeiros de café que eram dissidentes republicanos e que participaram da revolta monarquista de 1902, no interior paulista, atuavam como coronéis dentro da esfera política nos seus municípios. Ao mesmo tempo representavam o “homem de negócios” ligados à dinâmica da economia cafeeira.

Para finalizar queremos destacar que a união política estabelecida entre os dissidentes republicanos e os monarquistas restauradores durante a revolta monarquista de 1902, representou um prolongamento do conservadorismo político que caracterizou a atuação política da República, onde vigorava a Constituição de 1891 que era democrática e liberal.

BUKHARIN, Nicolai I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1980.

CAMPOS, Bernardo. *Denúncia do Procurador Geral da República*. São Paulo, Correio Paulistano, 16 de setembro de 1902.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Os governos militares à Prudente de Moraes - Campos Sales*. In: Fausto, Boris org. *História Geral da Civilização Brasileira*. III/2, São Paulo DIFEL, 1977.

CARONE, Edgard. *A República Velha I: instituições e classes sociais*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.

_____. *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1978.

CARVALHO, José Marilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. *A construção da Ordem: A elite imperial: Teatro de Simões: a política imperial*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ e Relume - Dumará, 1996.

CASALECHI, José Enio. *Da Companhia industrial, agrícola e pastoral D'Oeste de São Paulo à Cambuy Coffee and Cotton Estates: 1912 - 1933*. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara. Tese de Doutorado, 1973.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. *O que é religião*, São Paulo, Editora brasiliense, 1981.
- ARRUDA FILHO, Orôncio Vaz de. *Andanças*. São Paulo, Nobel, 1987.
- BASBAUN, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo. Alfa Omega, 1986.
- BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BELLO, José Maria. *História da República*. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1952.
- BUKHARIN, Nicolai I. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- CAMPOS, Bernardo. *Denúncia do Procurador Geral da República*, São Paulo, Correio Paulistano, 16 de setembro de 1902.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos militares a Prudente de Moraes - Campos Sales*. In: Fausto, Boris org. *História Geral da Civilização Brasileira*. III/2, São Paulo DIFEL, 1977.
- CARONE, Edgard. *A República Velha I: instituições e classes sociais*, Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.
- _____, *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*, Rio de Janeiro, DIFEL, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- _____, *A construção da Ordem: A elite imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ e Relume - Dumará, 1996.
- CASALECHI, José Ênio. *Da Companhia industrial, agrícola e pastoril D'Oeste de São Paulo à Cambuy Coffee and Cotton Estates: 1912 - 1933*. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara, Tese de Doutorado, 1973.

_____, *O Partido Republicano Paulista: prática e poder*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

CÓDIGO PENAL da República dos Estados Unidos do Brasil. Comentado por Oscar de Macedo Soares. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, s/d.

CORRÊA, Ana Maria Martinez. *História social de Araraquara*, São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras - USP, 1967.

CRUZ, Costa. *Pequena história da República*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*, São Paulo, Grijalbo, 1977.

DELFIN NETO, Antônio. *O problema do café no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto de Documentação, Editora Getúlio Vargas, Ministério da Agricultura/SUPLAN, 1979.

DIÁRIO DA NOITE. *Episódios e cenas pitorescas do movimento, da fuga e do processo dos insurretos*. São Paulo, 7 de outubro de 1944, nº. 6.098.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro*, Porto Alegre, Editora Globo, 1958.

FARIA, Fernando Antônio. *Os vícios da República. Negócios e poder na passagem para o século XX*, Rio de Janeiro, Notya Editora Ltda, 1993.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil - Ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

CELSO, Afonso. *Visconde de Ouro Preto*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1935.

FOGACHO, Gaspar (ps. de Romanelli, José). *Viveu Ribeirãozinho 24 horas de monarquia*. São Paulo, Diário Popular, 13 de dezembro de 1949.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

_____. *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*, Rio de Janeiro, Co-edição: Edições Vértice (São Paulo) e IUPERJ (Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro), 1988.

FRANÇA, Antônio M. *Álbum de Araraquara - 1915*, São Paulo, João Silvera Editor, 1915.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*, São Paulo Editora Alfa-Omega, 1974.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, 1972.

GOBATTO, Osmar Osis. *Mutualismo e resistência operária em Araraquara*. Araraquara, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara - UNESP, 1997.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

HAKAMADA, Izabel Sayoko et alii. Art. Exportação de café pela Barreira de Areias (1860-1877), In: Carone, Edgard Org., *O café*, Anais do II Congresso de História do Estado de São Paulo (Araraquara, 2 a 7 de setembro de 1974), Revista de História, São Paulo, 1975.

HARHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1969.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil - 1500-1964*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____, Art. *A República - Oposições e Consolidação*, In, Lapa, José Roberto Amaral do (org.) *História Política da República*, Campinas, Papyrus Editora, 1990.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*, Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948.

LEVINE, Robert M. *O sertão prometido. O massacre de Canudos*, São Paulo, EDUSP, 1995.

LESSA, Renato. *A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*, Rio de Janeiro, Co-edição: Edições Vértice (São Paulo) e IUPERJ (Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro), 1988.

LIVRO de atas da Câmara Municipal de Araraquara, nº.17, 1902.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira (1889-1937)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

LYRA, Heitor. *História de dom Pedro II*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Série Brasileira, 1940.

MICALLI, Paula Ferrari. *Movimento revolucionário de Ribeirãozinho - A tentativa de restauração da monarquia*, Araraquara, FEFIARA, 1995.

MONTEIRO, Hamilton. *Brasil república*, São Paulo, Editora Ática, 1990.

MONTENEGRO, João Alfredo. *Evolução do catolicismo no Brasil*, Petrópolis, Editora Vozes, 1972.

MOURA, Odilão Dom. *Idéias católicas no Brasil - Direção do pensamento católico no Brasil no século XX*, São Paulo, Editora Convívio, 1978.

NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1929.

PAES, José Paulo. *Prosas seguidas de Odes mínimas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

PERIA, Milve. *Monarquia por um dia: artigos de I a XVI*. Taquaritinga, O defensor, agosto/novembro de 1997.

PESSOA, Reinaldo Xavier Carneiro. *O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado*, São Paulo, Edições Arquivo de São Paulo, 1983.

PORTO, Manoel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1972.

UNICOC. *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1977.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida brasileira*, São Paulo, Publicação do Instituto de Estudos Brasileiro, 1969.

RIBEIRO JÚNIOR, José. *O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas*, In: Mota, Carlos Guilherme org. *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, DIFEL, 1969.

ROCHA, Ubirajara. *Pequena História da Civilização Pinhalense*, Pinhal, 1964.

ROMANELLI, José. *A revolta de Ribeirãozinho e Espírito Santo do Pinhal em agosto de 1902*, Taquaritinga, Cidade de Taquaritinga, agosto de 1980.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e estado nacional*, São Paulo, DIFEL, 1975.

SCHULZ, John. *O exército na política. Origens da intervenção militar - 1850-1894*, São Paulo, EDUSP, 1994.

SILVA, Hélio. *1889: a República não esperou o amanhecer*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism e Federalismo*, Brasília, Senado Federal e Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo império*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Série Brasileira, 1939.

_____. *Formação histórica do Brasil*, São Paulo Brasiliense, 1965.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo partidário na Primeira República*, In: Mota, Carlos Guilherme org. *Brasil em perspectiva*, DIFEL, 1968.

TELLAROLI, Rodolfo. *Poder local na República Velha*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

TUMELA, Elza Guido. *Revolução monarquista em Pinhal: 1902 (II)*. Pinhal, A Cidade, 28 de outubro de 1995.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*, São Paulo, DIFEL, 1978.

VECCHIA, Maria José de Souza Gerlack. *Nhonô Magalhães, um homem além de seu tempo?* Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", UNESP, Campus de Araraquara, Dissertação de Mestrado, 1997.

VIANNA, José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras. Primeiro volume - Fundamentos sociais do Estado*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1955.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo de, Peixoto, Maria do Rosario Cunha da e Khoury, Yara Maria Aun. *A pesquisa em História*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

Estado de São Paulo, 21 de setembro de 1902.

Estado de São Paulo, 23 de outubro de 1902.

Estado de Taquaritinga, 23 de agosto de 1902.

Estado de São Paulo, 23 de agosto de 1902, 25 de agosto de 1902.

21 de setembro de 1902.

Estado de São Paulo, 21 de agosto de 1902, 16 de setembro de 1902.

Estado de São Paulo, agosto-setembro de 1902.

Estado de São Paulo, 7 de outubro de 1902.

Estado de São Paulo, 13 de dezembro de 1902.

Estado de São Paulo, 21 de agosto de 1902, 25 de agosto de 1902,

26 de agosto de 1902, 23 de setembro de 1902, 24 de setembro de 1902.

Estado de São Paulo, 21 de dezembro de 1899.

Estado de São Paulo, 24 de agosto de 1902.

JORNAIS

Atalaia, Jaboticabal, 31 de outubro de 1902.

Cidade, A. Espírito Santo do Pinhal, 28 de outubro de 1995.

Cidade de Taquaritinga, Taquaritinga, agosto de 1980.

Comércio de São Paulo, São Paulo, 23 de agosto de 1902, 25 de agosto de 1902,
21 de setembro de 1902.

Correio Paulistano, São Paulo, 31 de agosto de 1902, 16 de setembro de 1902.

Defensor, O. Taquaritinga, agosto/setembro de 1997.

Diário da Noite, São Paulo, 7 de outubro de 1944.

Diário Popular, São Paulo, 13 de dezembro de 1949.

Estado de São Paulo, O. São Paulo, 21 de agosto de 1902, 25 de agosto de 1902,
26 de agosto de 1902, 23 de setembro de 1902, 24 de setembro de 1902.

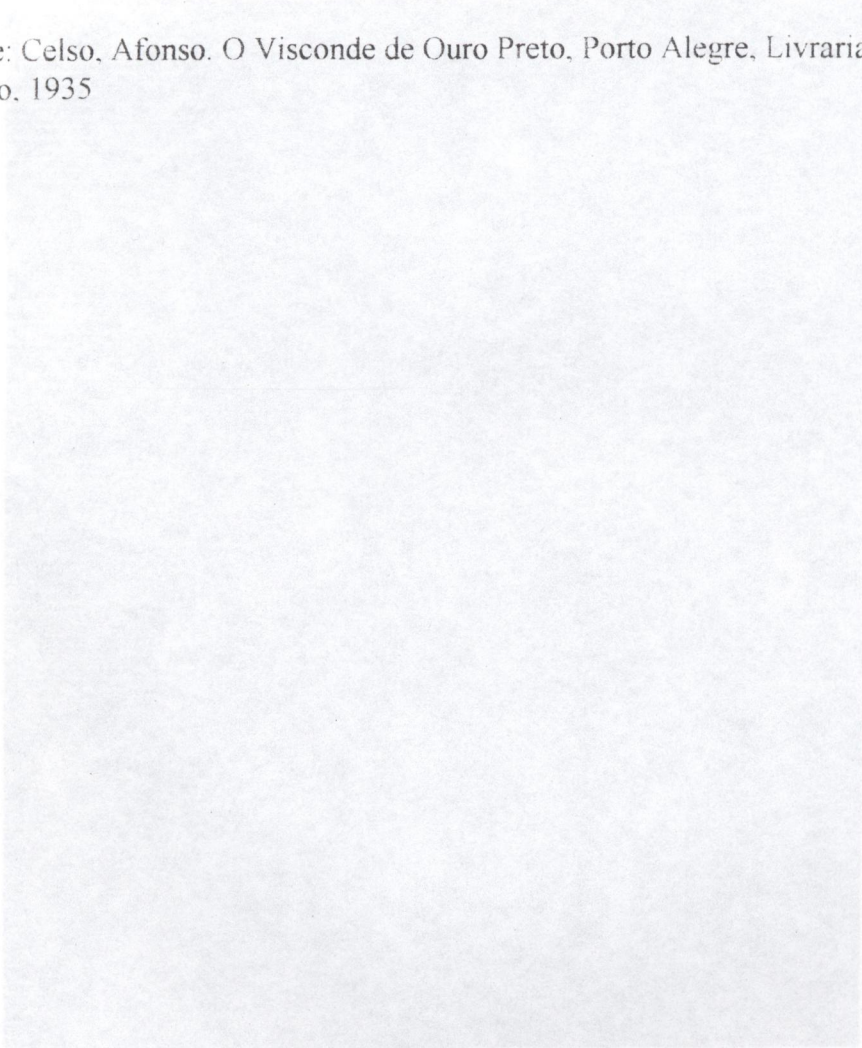
Imprensa, A. Órgão Republicano, Mogi Mirim, 21 de dezembro de 1899.

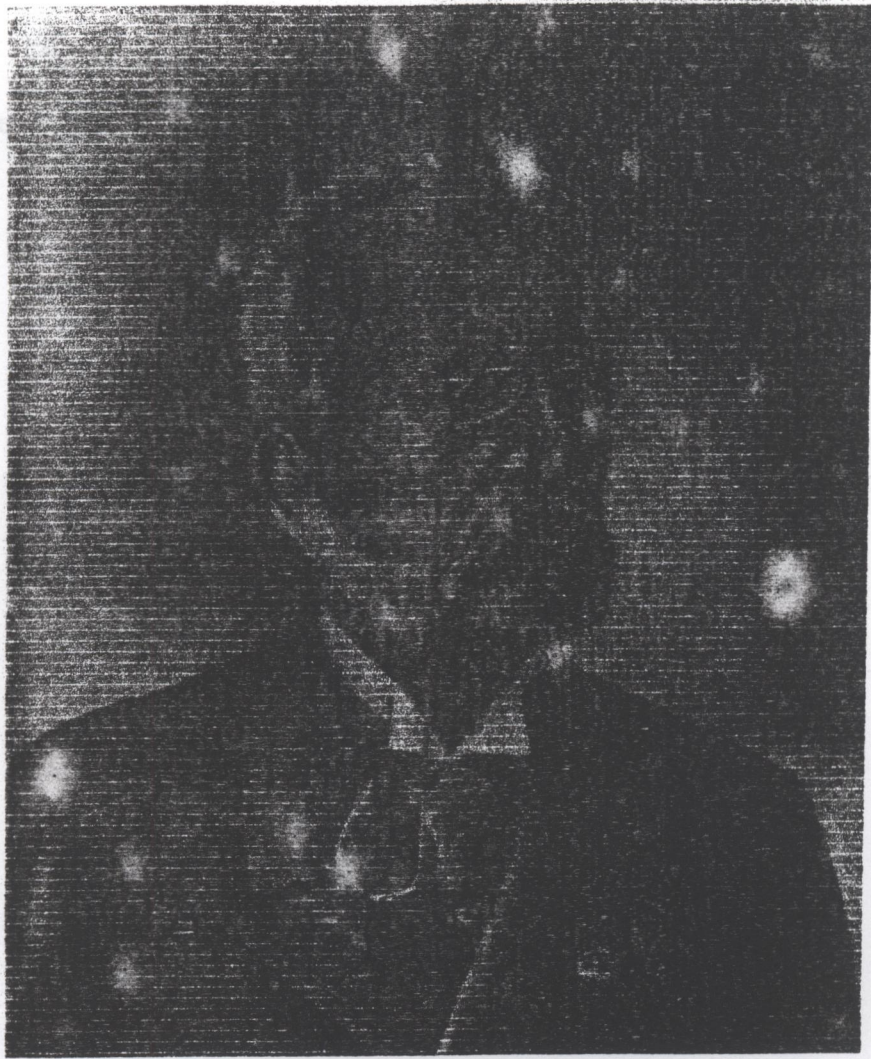
Popular, O. Araraquara, 24 de agosto de 1902.

ANEXO A

Foto: Visconde de Ouro Preto

Fonte: Celso, Afonso. O Visconde de Ouro Preto, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1935

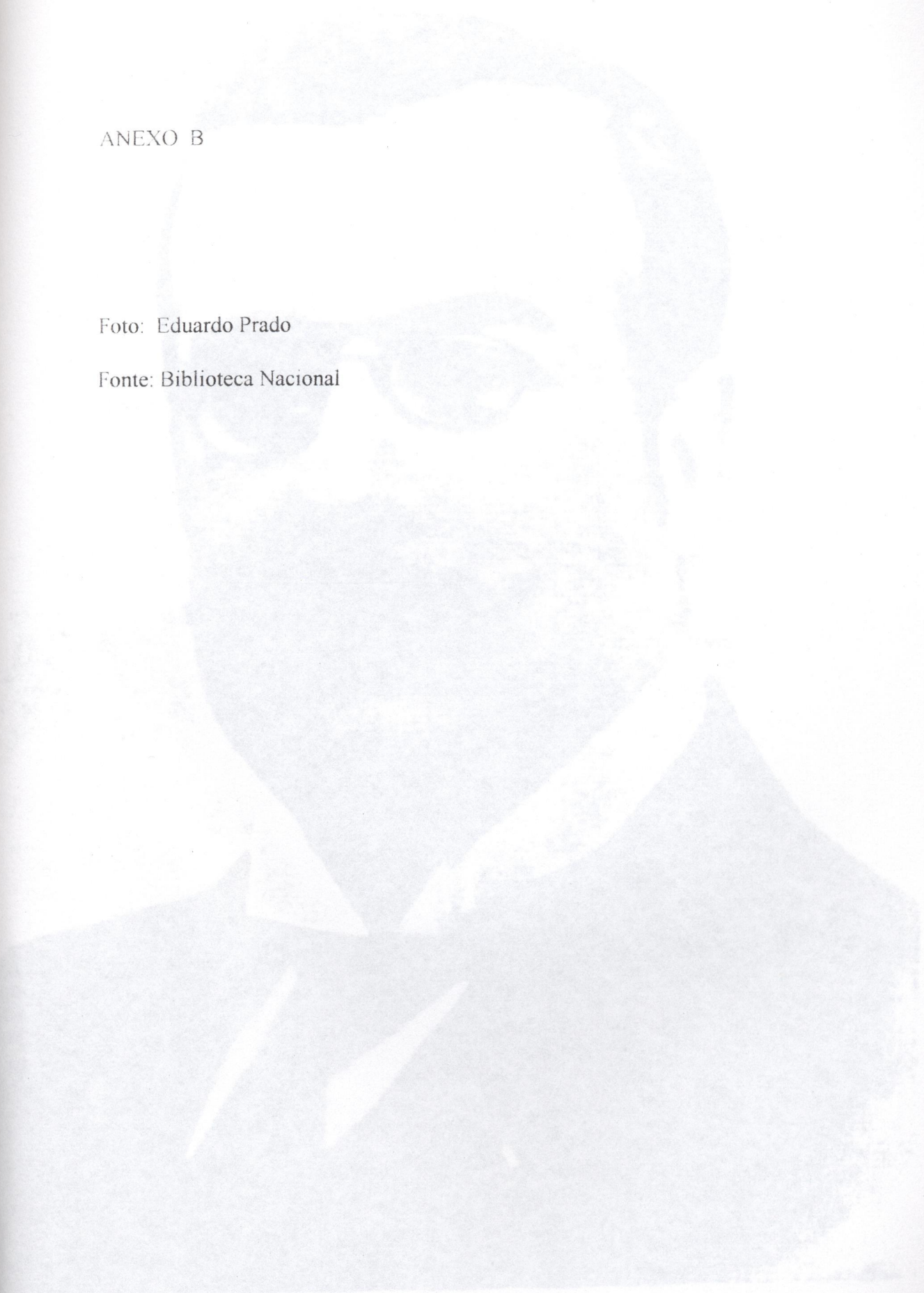




ANEXO B

Foto: Eduardo Prado

Fonte: Biblioteca Nacional





ANEXO C

Foto: Rafael Corrêa da Silva Sobrinho

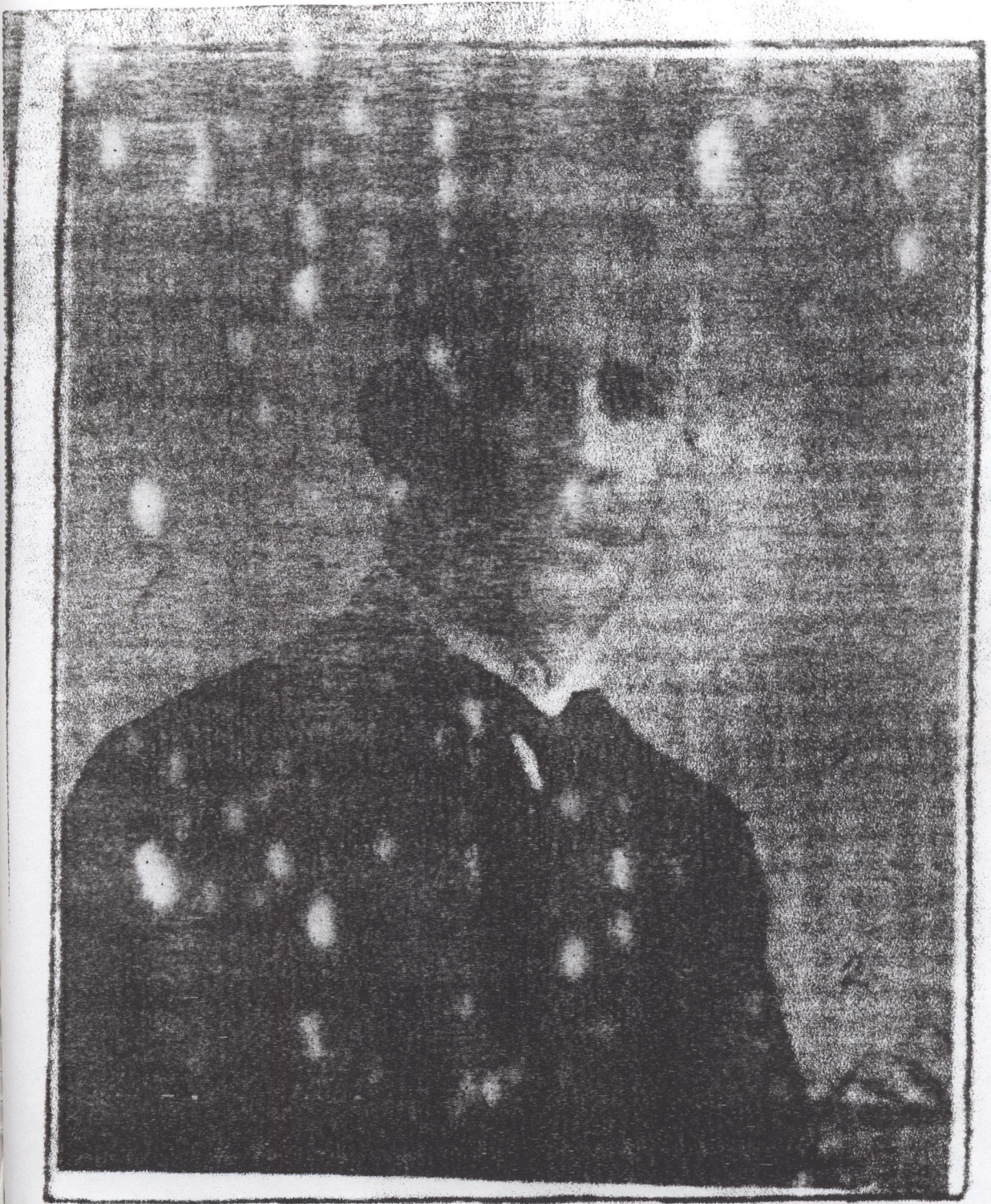
Fonte: França, Antônio. Álbum de Araraquara - 1915, São Paulo, João Silveira Editor, 1915



ANEXO D

Foto: Carlos Batista de Magalhães

Fonte: França, Antônio. Álbum de Araraquara - 1915, São Paulo, João Silveira Editor, 1915.



ANEXO E

Foto: Carlos Leôncio (Nhonhô) de Magalhães

Fonte: Vecchia, Maria José de Souza Gerlack. Nhonhô Magalhães, um homem além de seu tempo?, Araraquara, dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, 1997, capa.



ANEXO F

Foto: Joaquim Mateus Corrêa

Fonte: Arruda Filho, Orôncio Vaz de. Andanças, São Paulo, Nobel, 1986, p. 235.

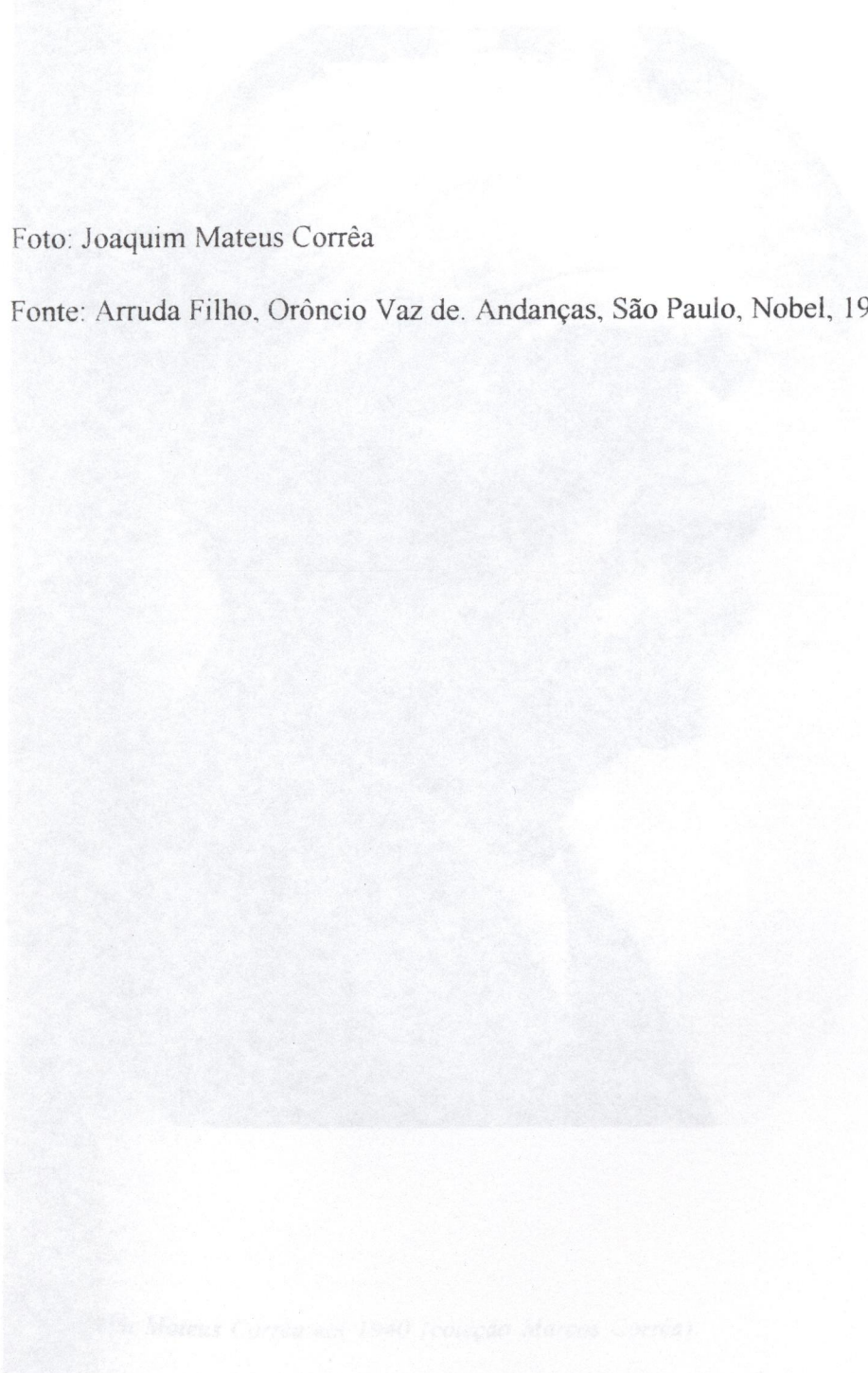
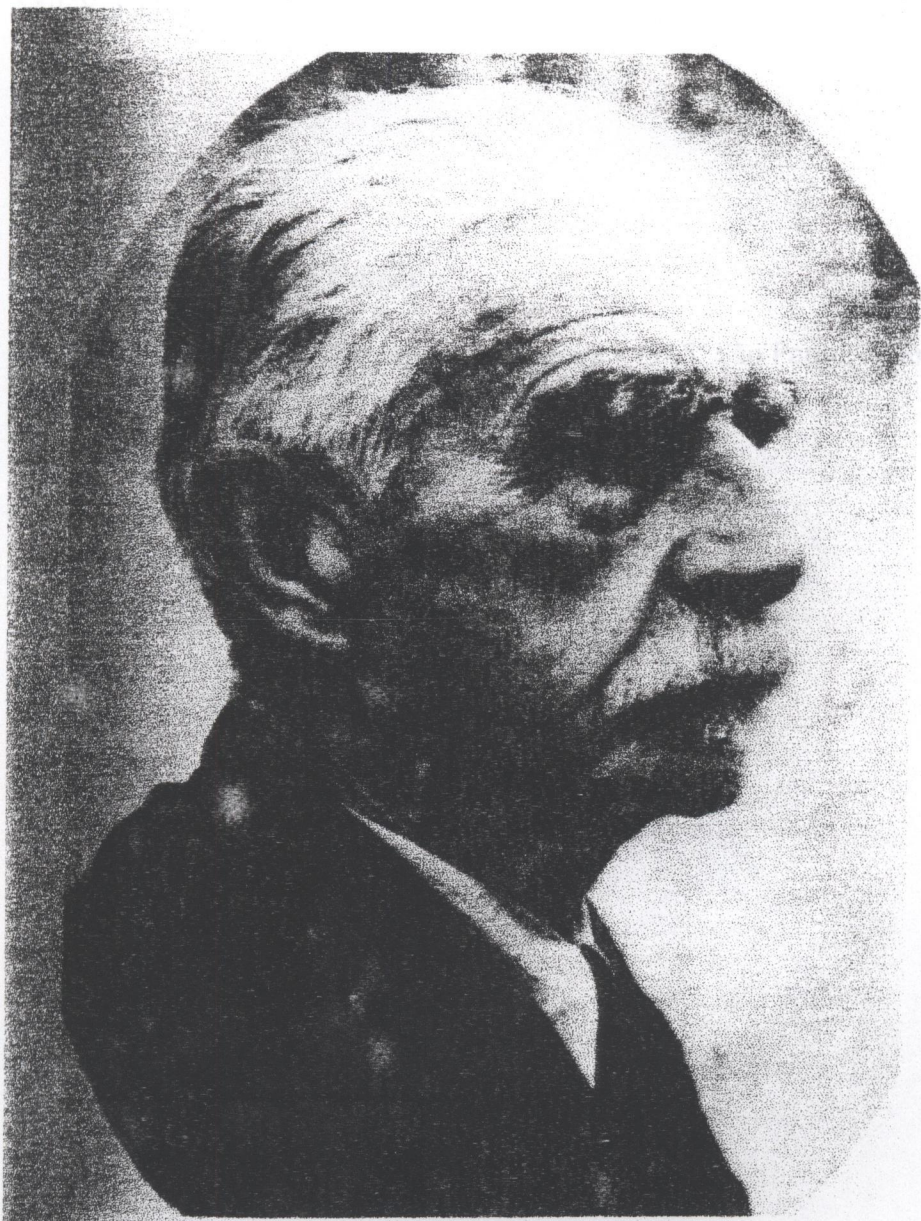


Foto: Mateus Corrêa (1940) (reprodução: Mateus Corrêa)

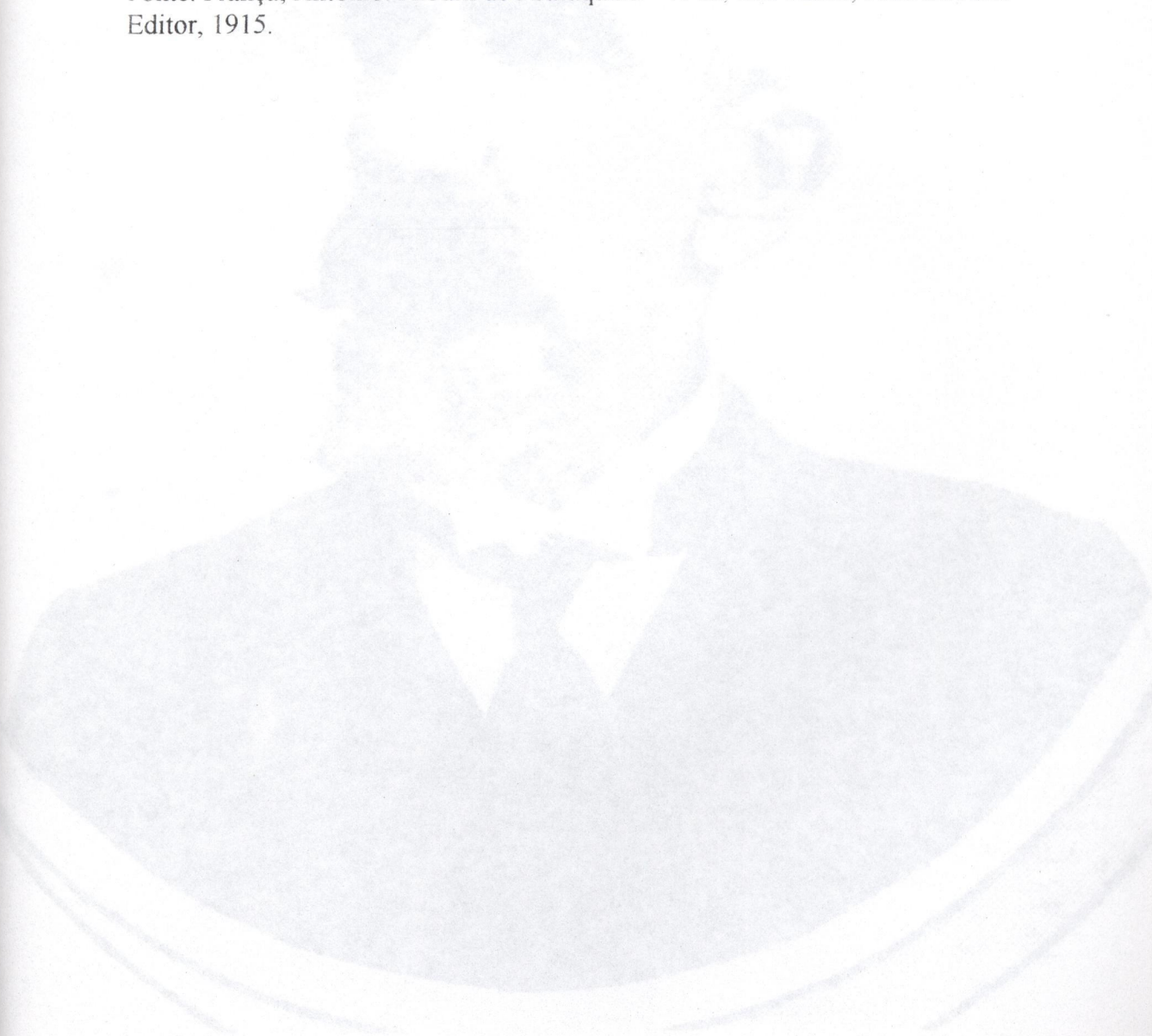


Joaquim Mateus Corrêa em 1940 (coleção Marcos Corrêa).

ANEXO G

Foto: Antônio Lourenço Corrêa

Fonte: França, Antônio. Álbum de Araraquara - 1915, São Paulo, João Silveira Editor, 1915.

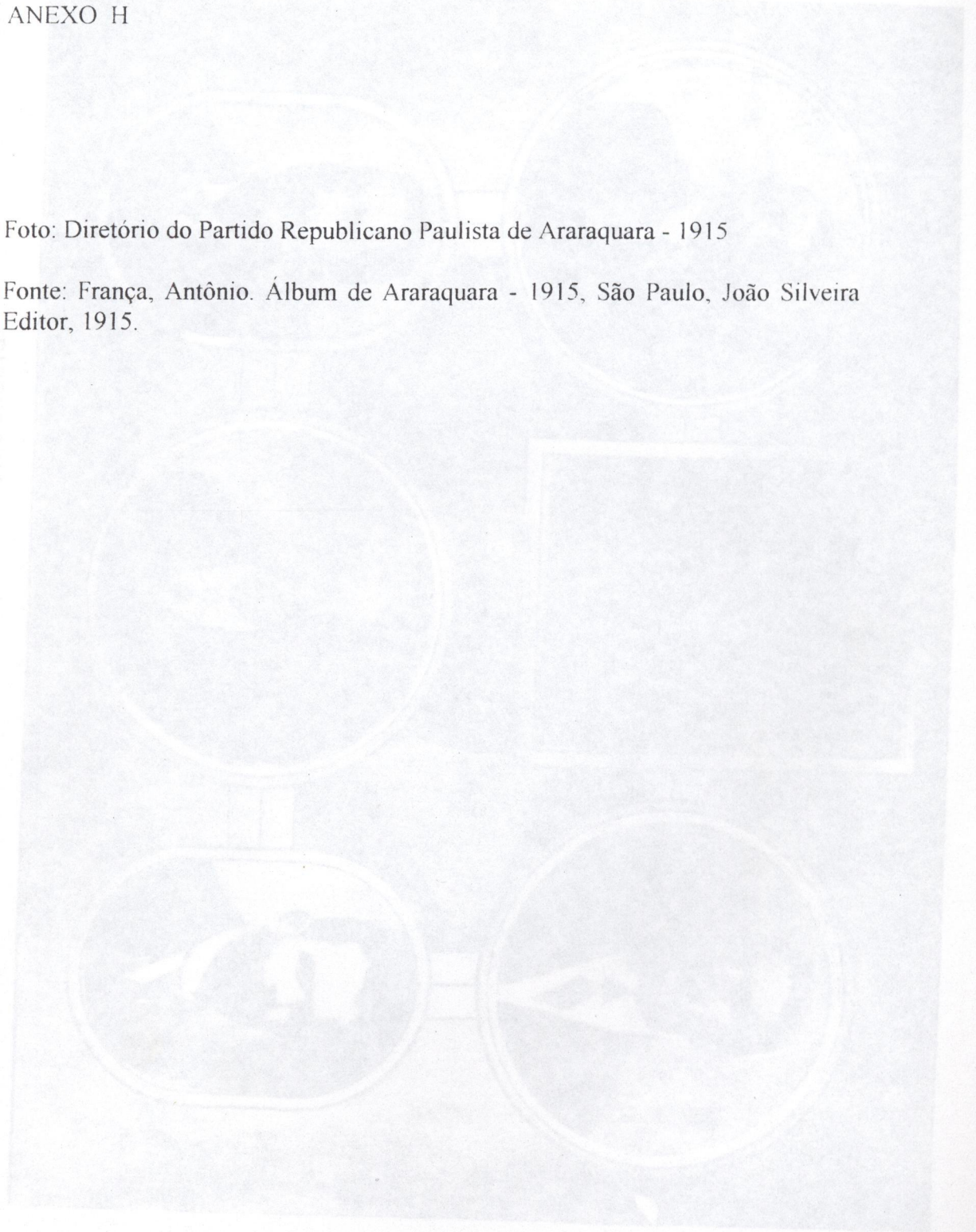




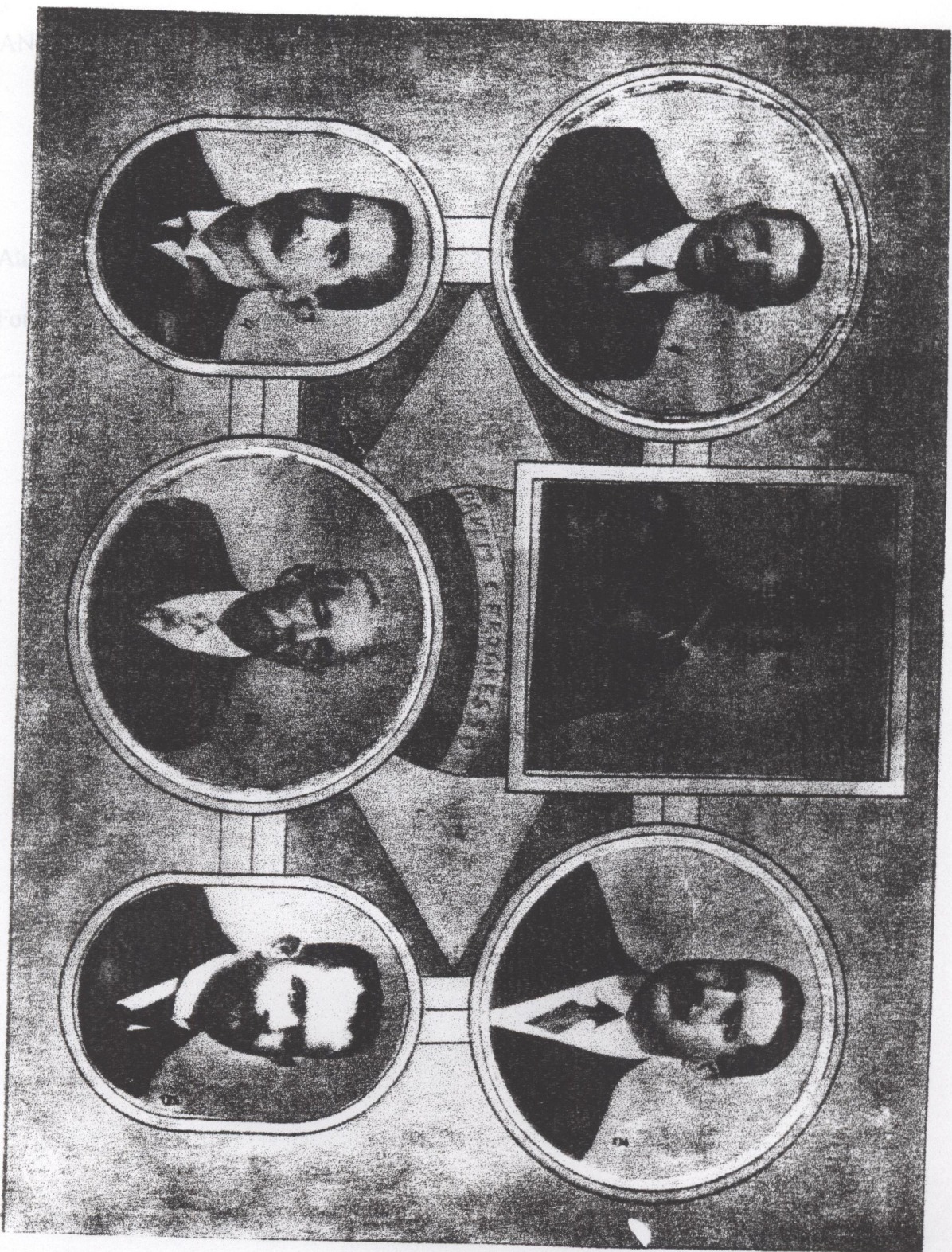
ANEXO H

Foto: Diretório do Partido Republicano Paulista de Araraquara - 1915

Fonte: França, Antônio. Álbum de Araraquara - 1915, São Paulo, João Silveira Editor, 1915.



Partido Republicano Paulista de Araraquara - 1915
Diretório do Partido Republicano Paulista de Araraquara - 1915
1. Cel. Antônio de Souza Mendes
2. Cel. José Xavier de Medeiros
3. Cel. João Francisco de Moraes
4. Cel. João Francisco de Moraes
5. Cel. João Francisco de Moraes
6. Cel. João Francisco de Moraes
7. Cel. João Francisco de Moraes
8. Cel. João Francisco de Moraes
9. Cel. João Francisco de Moraes
10. Cel. João Francisco de Moraes
11. Cel. João Francisco de Moraes
12. Cel. João Francisco de Moraes
13. Cel. João Francisco de Moraes
14. Cel. João Francisco de Moraes
15. Cel. João Francisco de Moraes
16. Cel. João Francisco de Moraes
17. Cel. João Francisco de Moraes
18. Cel. João Francisco de Moraes
19. Cel. João Francisco de Moraes
20. Cel. João Francisco de Moraes
21. Cel. João Francisco de Moraes
22. Cel. João Francisco de Moraes
23. Cel. João Francisco de Moraes
24. Cel. João Francisco de Moraes
25. Cel. João Francisco de Moraes
26. Cel. João Francisco de Moraes
27. Cel. João Francisco de Moraes
28. Cel. João Francisco de Moraes
29. Cel. João Francisco de Moraes
30. Cel. João Francisco de Moraes
31. Cel. João Francisco de Moraes
32. Cel. João Francisco de Moraes
33. Cel. João Francisco de Moraes
34. Cel. João Francisco de Moraes
35. Cel. João Francisco de Moraes
36. Cel. João Francisco de Moraes
37. Cel. João Francisco de Moraes
38. Cel. João Francisco de Moraes
39. Cel. João Francisco de Moraes
40. Cel. João Francisco de Moraes
41. Cel. João Francisco de Moraes
42. Cel. João Francisco de Moraes
43. Cel. João Francisco de Moraes
44. Cel. João Francisco de Moraes
45. Cel. João Francisco de Moraes
46. Cel. João Francisco de Moraes
47. Cel. João Francisco de Moraes
48. Cel. João Francisco de Moraes
49. Cel. João Francisco de Moraes
50. Cel. João Francisco de Moraes
51. Cel. João Francisco de Moraes
52. Cel. João Francisco de Moraes
53. Cel. João Francisco de Moraes
54. Cel. João Francisco de Moraes
55. Cel. João Francisco de Moraes
56. Cel. João Francisco de Moraes
57. Cel. João Francisco de Moraes
58. Cel. João Francisco de Moraes
59. Cel. João Francisco de Moraes
60. Cel. João Francisco de Moraes
61. Cel. João Francisco de Moraes
62. Cel. João Francisco de Moraes
63. Cel. João Francisco de Moraes
64. Cel. João Francisco de Moraes
65. Cel. João Francisco de Moraes
66. Cel. João Francisco de Moraes
67. Cel. João Francisco de Moraes
68. Cel. João Francisco de Moraes
69. Cel. João Francisco de Moraes
70. Cel. João Francisco de Moraes
71. Cel. João Francisco de Moraes
72. Cel. João Francisco de Moraes
73. Cel. João Francisco de Moraes
74. Cel. João Francisco de Moraes
75. Cel. João Francisco de Moraes
76. Cel. João Francisco de Moraes
77. Cel. João Francisco de Moraes
78. Cel. João Francisco de Moraes
79. Cel. João Francisco de Moraes
80. Cel. João Francisco de Moraes
81. Cel. João Francisco de Moraes
82. Cel. João Francisco de Moraes
83. Cel. João Francisco de Moraes
84. Cel. João Francisco de Moraes
85. Cel. João Francisco de Moraes
86. Cel. João Francisco de Moraes
87. Cel. João Francisco de Moraes
88. Cel. João Francisco de Moraes
89. Cel. João Francisco de Moraes
90. Cel. João Francisco de Moraes
91. Cel. João Francisco de Moraes
92. Cel. João Francisco de Moraes
93. Cel. João Francisco de Moraes
94. Cel. João Francisco de Moraes
95. Cel. João Francisco de Moraes
96. Cel. João Francisco de Moraes
97. Cel. João Francisco de Moraes
98. Cel. João Francisco de Moraes
99. Cel. João Francisco de Moraes
100. Cel. João Francisco de Moraes



1 Antonio Joaquim de Carvalho Filho

DIRECTORIO DO PARTIDO REPUBLICANO

3 Dr. José Trajano Marcondes Machado

2 Cel. Antonio de Toledo Piza

4 Cel. Antonio de Souza Mendes

5 Cel. José Xavier de Mendonça

6

ANEXO I

Ata da Câmara Municipal de Araraquara de 25 de agosto de 1902

Fonte: Livro nº. 17 da Câmara Municipal de Araraquara, 1902.

1 Cel. Antonio de Toledo Piza 2 Cel. Antonio da Góza Machado 3 Cel. Antonio da Góza Machado 4 Cel. José Xavier de Mendonça

[Faint, illegible handwritten text, likely bleed-through from the reverse side of the page.]

e cogellos e carta e colenda me
reth.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor
de 1.º de Setembro em diante.

Art. 3.º Ficou Intendente Municipal
autorizado a fazer as operações
de credito necessarias

Art. 4.º Revogam-se as disposições em
contrario. - Transigencia, 1 de Agosto
de 1902. - Francisco Xavier de Sousa e
Castro e Luiz Marcondes Aguiar.

- Approuado em 1.ª discussão, Câmara
Municipal, 21 de Agosto de 1902, em
Abertura, lenda mais revivida e tra
ter lenda se a sessão. E, em
constar lenda e presente lenda, em
que por todos assignados e assinados.

Secretario / em si escrever e assinar
João Prudente Leite Alvaran
Antonio de Souza Alvaran
Francisco Xavier de Sousa e Castro
Luiz Marcondes Aguiar
Augusto Laudido de Almeida e Silva
João Infante Lima
Vicente de Moraes - Secretario

Sessão extraordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de
Agosto de mil novecentos e dois, na
sala das sessões da Câmara Mu-
nicipal, às onze horas do dia, pre-
sente os vereadores Francisco Xavier
de Sousa e Castro, Luiz Marcondes
Aguiar, Luiz Moraes, Luiz Marcondes
Aguiar, Augusto Laudido de Almeida

45

Alameda Leite, José Infante Vieira e
Antônio Ciria de Branda; havendo
número legal e aberta a sessão.

O Sr. Presidente secretaria e a
muni e motivo da convocação
e por diversas considerações sobre as
diversas ocorrências do Município
de São Paulo em seguida diversas me-
ditas no sentido de garantir a muni-
cipio. Nesse sentido foram diversas
procedimentos, e providenciados a
comissão e projeto de lei abrange segue.

A Câmara Municipal de São
Paulo considerando que o seu de-
ver é garantir a garantia das
instituições:

Art. 1º - O Município de São Paulo
deve garantir a garantia das
instituições de educação pública,
como medida de segurança pública.

Art. 2º - O Sr. Presidente Municipal
pode autorizar a Câmara de acordo
de com a polícia, as providências
necessárias para garantir a ordem
do Município.

Art. 3º - Para cumprimento da dispo-
sição supra, o Sr. Presidente Municipal
deve tomar as providências necessárias e
abrir o crédito preciso.

Art. 4º - Fergam-se as disposições in-
continentes. Piracicaba, 25 de Agosto de
1902. - João de Almeida Leite Moraes - Fran-
cisco Gomes de Souza e Castro - Luiz Mo-
niz de Faria - Augusto Cândido de
Almeida Leite - José Infante Vieira e Antô-
nio Ciria de Branda. Lida mais ha-
vendo a leitura e suspensa a sessão.
E, em caráter, lida a presente acta
que em todos os assignados e por

ANEXO J

Lei nº. 133 de 30 de abril de 1954 que dispõe sobre a adoção de Brasão de Armas do Município de Taquaritinga.

Lei nº. 196 de 10 de outubro de 1956 que dispõe sobre a adoção da Bandeira do Município de Taquaritinga.

acópido das publicações que a seguir se fazem:

1º - FALTSABER que a Câmara Municipal decreta a seguir promulgada a seguinte

Artigo 1º - O Município de Taquaritinga adota este Brasão de Armas, com as características seguintes:

Coatunção: "ESCUUDO PORTUGUES" lembrança do topônimo colonizador "QUATRO CAMPOS DIVIDIDOS POR UMA ROSA DE VENTOS EM DURO, EM FORMATO DE UMA CRUZ" rememora o desejo de prosperidade e a Cruz da Democracia Católica.

Primeiro Campo: "EM OULES" rememora da vitória e amor dedicado "O BRACO ARMADO" alusão ao heroísmo das lutas contra o galego, o galego "COM FLÂMULA PARADA DE QUATRO PONTAS" e a identificação ao topônimo do País: "COM A CRUZ DA CRUZ DE CRISTO" em cores verde e prata lembrando o nome "Terra de La Cruz" nas primeiras décadas dos descobridores, distintamente dos outros povos. "ALÇADA EM HASTE LANÇADA EM ACHIL DE ARAÚJO" alusão aos instrumentos principais dos bandeirantes. "TUDO EM PRATA" lembra o brilho e a glória da gente paulista.

Segundo Campo: "EM BRANCO" pureza, um conjunto de um grupo de jurisdicção: esta prata, tendo um Taquari, ao historiador local, o grupo da honraria da cidade de São Sebastião dos Capiteiros Ribeirizantes e a representação Taquaritinga).

Tercero Campo: "EM BLAU" A COROA IMPERIAL EM OURO E PEDRAS PRECIOSAS" a da noção nos fatos locais, 27 de agosto de 1903, Proclamação do Império de 24 horas.

Quarto Campo: "EM VERDE" "MURALHA DA CIDADE" "UM CAS" "POR AS AS ENCARCARRAS, ENCIMADA POR FLECHAS E C. P. P. F. T. E. DE GRÃO" muralha em referência natural: os pontos em prata: nobreza e espírito prático e honesto: hospitalidade local, fé e esperança de outro da prosperidade da Pedreira da Cidade.

O escudo é encimado pelo "Corão Municipal" em ouro, de quatro corras, para completa ao centro e duas em perspectiva heráldica, com três arcos e sua parte cada um, conforme o uso, a história e a armaria popular das cidades.

SUPORTES: "UM RAMO DE CAFÉ FRUTIFICADO" à direita e à esquerda, em referência natural: riqueza do município do Estado e do País.

DEVISA: "CERUNUM" em prata em referência ao "UM SOCORRO" A Ap.º 4.º, 32 artigo geral: verdadeira fraternidade cristã, imprescindível para todo e cada povo, progresso.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praetura Municipal de Taquaritinga, em 30 de abril de 1954.

ERNESTO SALVAGNI
Praetor Municipal

ERNESTO SALVAGNI, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARITINGA,

usando das atribuições que a lei lhe confere,
FAZ SABER que a Câmara Municipal decreta a êle promulga a seguinte lei:

Artigo 1.º - O Município de Taquaritinga adota êste Brazão de Armas, com as características seguintes:

Conformação: "ESCUDO PORTUGUÊS" lembrança da raça colonizadora. "QUATRO CAMPOS DIVIDIDOS POR UMA ROSA DE VENTOS EM OURO. EM FORMATO DE UMA CRUZ" vontade decidida de progresso unimodo: e a Cruz da "Democracia Cristã";

Primeiro Campo: "EM GOLES": vermelho da vitória e suma dedicação; "O BRAÇO ARMADO" alusão ao berço dos bandeirantes com caracterização coeva: "COM FLÂMULA FARPADA DE QUATRO PONTAS": o bandeirismo em todos os rincões da Pátria; "COM A CRUZ DA ORDEM DE CRISTO": em goles vazia de prata, lembrança não só da "Terra de Santa Cruz" mas principalmente dos descobridores, notadamente dos catequistas jesuítas; "ALÇADA EM HASTE LANCEADA EM ACHA DE ARMAS": um dos instrumentos principais dos bandeirantes; "TUDO EM PRATA": lealdade, nobreza e glória da gente paulista;

Segundo Campo: "EM BRANCO" pureza; um coqueiro à margem do Ribeirãozinho, em prata, tendo um taquari, ao natural, a frente; cronologia nominal da cidade (São Sebastião dos Coqueiros, Ribeirãozinho e simplesmente Taquaritinga);

Terceiro Campo: "EM BLAU": "A COROA IMPERIAL EM OURO E PEDRAS PRECIOSAS": o dia notório nos fastos locais, 23 de agosto de 1902, Proclamação do Império de 24 horas;

Ultimo Campo: "EM VERMELHO", "MURALHA DA CIDADE, COM OS PORTAIS ÀS ENCÂNCARAS, ENCIMADA POR FLECHAS E CAPACETE DE OURO": muralha em côr natural: os portais em prata: nobreza; escancarados: a louvada hospitalidade local; flechas e capacete de outro da iconografia do Padroeiro da Cidade.

O escudo é encimado pela "Corôa Mural" em ouro, de quatro torres, uma completa ao centro e duas em perspectiva heráldica, com três ameias e sua porta cada uma, conforme o uso, a história e a armaria peculiar das cidades.

SUPORTES: "UM RAMO DE CAFÊ FRUTIFICADO", à destra e a sinistra, em côres naturais, riqueza do município, do Estado e da Pátria.

DIVISA: "CORUNUM", em prata, em listão de goles: "UM SÔ CORAÇÃO" A. Ap. C. 4. v. 32: anseio geral da verdadeira fraternidade cristã, imprescindível para todo e duradouro progresso.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, em 30 de abril de 1954.

ERNESTO SALVAGNI
Prefeito Municipal

LEI N.º 196, DE 10 DE OUTUBRO



O DEU ADEMA
PAL. DE TAQUARITINGA

FAZ SABER

Artigo 1.º - O Município de Taquaritinga adota este Brazão de Armas, com as características seguintes:

Conformação: "ESCUDO PORTUGUÊS" lembrança da raça colonizadora. "QUATRO CAMPOS DIVIDIDOS POR UMA ROSA DE VENTOS EM OURO. EM FORMATO DE UMA CRUZ" vontade decidida de progresso unimodo: e a Cruz da "Democracia Cristã";

Primeiro Campo: "EM GOLES": vermelho da vitória e suma dedicação; "O BRAÇO ARMADO" alusão ao berço dos bandeirantes com caracterização coeva: "COM FLÂMULA FARPADA DE QUATRO PONTAS": o bandeirismo em todos os rincões da Pátria; "COM A CRUZ DA ORDEM DE CRISTO": em goles vazia de prata, lembrança não só da "Terra de Santa Cruz" mas principalmente dos descobridores, notadamente dos catequistas jesuítas; "ALÇADA EM HASTE LANCEADA EM ACHA DE ARMAS": um dos instrumentos principais dos bandeirantes; "TUDO EM PRATA": lealdade, nobreza e glória da gente paulista;

Segundo Campo: "EM BRANCO" pureza; um coqueiro à margem do Ribeirãozinho, em prata, tendo um taquari, ao natural, a frente; cronologia nominal da cidade (São Sebastião dos Coqueiros, Ribeirãozinho e simplesmente Taquaritinga);

Terceiro Campo: "EM BLAU": "A COROA IMPERIAL EM OURO E PEDRAS PRECIOSAS": o dia notório nos fastos locais, 23 de agosto de 1902, Proclamação do Império de 24 horas;

Ultimo Campo: "EM VERMELHO", "MURALHA DA CIDADE, COM OS PORTAIS ÀS ENCÂNCARAS, ENCIMADA POR FLECHAS E CAPACETE DE OURO": muralha em côr natural: os portais em prata: nobreza; escancarados: a louvada hospitalidade local; flechas e capacete de outro da iconografia do Padroeiro da Cidade.

O escudo é encimado pela "Corôa Mural" em ouro, de quatro torres, uma completa ao centro e duas em perspectiva heráldica, com três ameias e sua porta cada uma, conforme o uso, a história e a armaria peculiar das cidades.

SUPORTES: "UM RAMO DE CAFÊ FRUTIFICADO", à destra e a sinistra, em côres naturais, riqueza do município, do Estado e da Pátria.

DIVISA: "CORUNUM", em prata, em listão de goles: "UM SÔ CORAÇÃO" A. Ap. C. 4. v. 32: anseio geral da verdadeira fraternidade cristã, imprescindível para todo e duradouro progresso.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, em 10 de outubro de 1956.

ERNESTO SALVAGNI
Prefeito Municipal

LEI N.º 196, DE 10 DE OUTUBRO DE 1956

Dispõe sobre a adoção da bandeira do município.

O DR. ADEMAR CARVALHO GOMES, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARITINGA, usando das atribuições que a lei lhe confere,

FAZ SABER que a Câmara Municipal decreta e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1.º - O Município de Taquaritinga adota a sua Bandeira, com as características seguintes:

Forma: retangular.

Côres: branca, que simboliza a paz e verde ou sinople, esperança, fê e a riqueza agrícola.

Desenho: uma faixa branca atravessa o retângulo de cima para baixo e da esquerda para a direita; o canto superior e o inferior esquerdo são verdes.

No centro da faixa branca, o emblema: corôa real, dourada, lembrando o fato histórico da revolução monarquista. A corôa é salpicada de pedras pêrolas e forrada de púrpura. Está entre um ramo de café frutificado, à esquerda, que expressa a principal fonte de riqueza do município e uma taquara, à direita, significando a origem do nome do município.

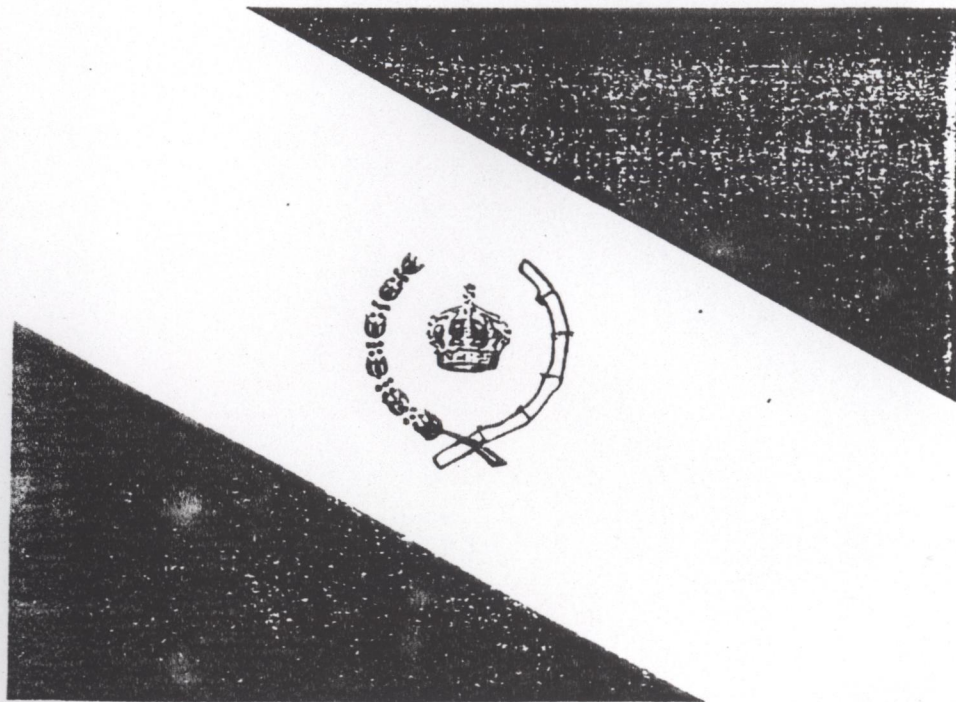
Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, em 10 de outubro de 1956.

ADEMAR CARVALHO GOMES
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura, em 10 de outubro de 1956.

REINALDO PINSETA
Secretário



RESUMO

O objetivo de nosso trabalho é analisar a revolta de restauração monarquista de 1902, ocorrida no Estado de São Paulo. Partimos da hipótese de que essa revolta estava relacionada com a crise econômica-financeira criada durante o governo de Campos Sales. A moratória (Funding-Loan) aplicada pelo governo federal havia colocado o sistema agroexportador cafeeiro do Estado de São Paulo em uma situação insustentável. Essa crise econômica refletiu-se sobre a política, originando a dissidência do Partido Republicano Paulista. Aproveitando-se dessa situação, alguns professores da Faculdade de Direito de São Paulo, que eram monarquistas restauradores passaram a conspirar pelo interior paulista. Esses restauradores monarquistas aliaram-se a muitos fazendeiros de café que eram dissidentes do PRP, além de outros fazendeiros que eram monarquistas por tradição. Os fatos de maior relevância dessa revolta aconteceram na região de Araraquara, principalmente Ribeirãozinho, atualmente, Taquaritinga, e também na região de Espírito Santo do Pinhal. Nessas regiões algumas famílias monarquistas e republicanas uniram-se para tentar derrubar a República, ressaltando-se que a solidariedade existente em alguns clãs familiares contribuíram para as deflagrações das revoltas.

Word-key: coffee, dissident, "man of business", Monarchy, monarchist, Republic.
Palavras-chave: café, dissidente, "homem de negócios", Monarquia, monarquista, República, republicano, restauração e revolta.

ABSTRACT

The objective of our work is to analyze the revolt of monarchistic restoration of 1902, happened in the State of São Paulo. We left of the hypothesis that that riots it was related with the crisis economic-financial maid during Campos Sales' government. The moratorium (Funding-Loan) applied by the federal government it had placed the system exporter coffee of the State of São Paulo in an unsustainable situation. That economic crisis was reflected on the politics, originating the dissidence of Party Republican From São Paulo. Taking advantage of that situation, some teachers of the Ability of Right of São Paulo, that were monarchistic restoring they started to conspire for the interior from São Paulo. Those monarchistic restorers formed an alliance with many farmers of coffee that were dissident of PRP, besides other farmers that were monarchistic for tradition. The facts of larger relevance of that riot they happened in the area of Araraquara, mainly Ribeirãozinho, now, Taquaritinga, and also in the area of Espírito Santo of Pinhal. In those areas some monarchistic and republican families joined to try to knock down the Republic, being stood out that the existent solidarity in some family clans contributed to the deflagrations of the revolts.

Word-key: coffee, dissident, "man of business", Monarchy, monarchist, Republic, republican, restoration and he/she riots.

Os mot-clés café; dissident, "homem de negócio", Monarquia, monarchista, República, republicano, restauração e incidentes de lutas.

Le RÉSUMÉ

L'objectif de notre travail est analyser la révolte de restauration du monarchiste de 1902, s'est passé dans l'État de São Paulo. Nous sommes partis de l'hypothèse que cela se l'ameute a été raconté avec la crise bonne économique-financière pendant Ventes Campos ' gouvernement. Le moratoire (Consolidation-emprunt) a appliqué par le gouvernement fédéral il avait placé le café de l'exportateur du système de l'État de São Paulo dans une situation de l'unsustainable. Cette crise économique a été renvoyée sur les politique et provient la dissidence de Républicain de la Réception De São Paulo. Prenant avantage de cette situation, quelques professeurs de la Capacité de Droit de São Paulo qui était des monarchiste qui restaurent qu'ils ont commencé à conspirer pour l'intérieur de São Paulo. Ces restaurateurs du monarchiste ont formé une alliance avec beaucoup de fermiers de café qui était dissident de PRP, excepté autres fermiers qui étaient des monarchiste pour tradition. Les faits de plus grande pertinence de cette émeute qu'ils se sont passés dans la région d'Araraquara, principalement Ribeirãozinho, maintenant, Taquaritinga, et aussi dans la région d'Espírito Santo de Pinhal. Dans ces régions quelques monarchiste et familles républicaines ont joint pour essayer de renverser la République, être ressorti que la solidarité existante dans quelques clans de la famille contribués aux déflagrations des révoltes.

Le mot-clef: café, dissident, "homme d'affaire", Monarchie, monarchiste, République, républicain, restauration et émeutes de l'he/she.

Autonoma e reprodução deste trabalho

Araraquara, 15 de maio de 2000

OSMAR OSSIS CORATTO

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Araraquara, 16 de maio de 2000.

OSMAR OSSIS GOBATTO